

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MANUELA SALAU BRASIL

A produção social das utopias: uma análise a  
partir da economia solidária

CURITIBA  
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MANUELA SALAU BRASIL

A produção social das utopias: uma análise a  
partir da economia solidária

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Benilde M. Lenzi  
Motim

Co-orientador: Prof. Dr. Luiz Inácio G.  
Gaiger

CURITIBA  
2011

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

MANUELA SALAU BRASIL

A PRODUÇÃO SOCIAL DAS UTOPIAS: UMA ANÁLISE A PARTIR  
DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Benilde M. Lenzi Motim  
Universidade Federal do Paraná

Co-orientador: Prof. Dr. Luiz Inácio Gaiger  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Profa. Dra. Maria Aparecida da Cruz Bridi  
Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Carlos Roberto Antunes dos Santos  
Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. José Luiz Fernandes Cerveira Filho  
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 02 de setembro de 2011.

## DEDICATÓRIA

*A todos e todas que sonham com um mundo melhor.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas e todos que contribuíram para a concretização deste trabalho. A minha orientadora Benilde Motim, e ao co-orientador Luiz Inácio Gaiger, aos professores e colegas (da UFPR, UNISINOS, UFRGS e APPOA), em especial o incentivo dos professores Suzana Albornoz e Edson Sousa e das amigas Eliene e Maria dos Anjos.

A meus amigos e amigas da IESOL/UEPG, espaço privilegiado para compartilhar sonhos.

A minha família: meu pai Narry, minha mãe Sônia, minha irmã Fernanda, meu irmão Francisco e meu companheiro Renato. Renato, pelo companheirismo, sobretudo, na concretização de tantos sonhos. Meu irmão Francisco, grande e impecável apoiador desta trajetória.

Aos sonhadores e sonhadoras da economia solidária.

## EPÍGRAFE

O ponto de contato entre sonho e vida, sem o qual o sonho produz apenas utopia abstrata e a vida, por seu turno, apenas trivialidade, apresenta-se na capacidade utópica colocada sobre os próprios pés, a qual está associada ao possível-real. Uma capacidade que, guiada pela tendência, supera o já existente não só na nossa natureza mas também no mundo exterior em processo como um todo. Com isso, aqui teria lugar o conceito de utópico-concreto, apenas aparentemente paradoxal, ou seja, um antecipatório que não se confunde com o sonhar utópico-abstrato, nem é direcionado pela imaturidade de um socialismo meramente utópico-abstrato. (BLOCH).

## RESUMO

No presente trabalho analisamos em que medida a economia solidária vem se constituindo em um espaço de produção e vivência de utopias. Na defesa de uma acepção positiva do conceito de utopia, utilizamo-nos do aporte teórico de Ernst Bloch e, para relacioná-la com a economia solidária, ressaltamos a dupla dimensão desta, que se apresenta simultaneamente como prática e projeto. A relação entre este par é pouco explorada na literatura sobre economia solidária, e nossa intenção foi percebê-la através da ótica dos trabalhadores e trabalhadoras que fazem parte de tais experiências. Para tanto, entrevistamos 22 (vinte e dois) participantes de empreendimentos econômicos solidários durante a realização de 2 (dois) eventos de abrangência nacional no ano de 2010. Verificamos que o anseio de parte dos entrevistados e das entrevistadas é de que a economia solidária destina-se a substituir o capitalismo, enquanto para outro conjunto não foi feita qualquer associação entre ambos. Este último grupo dividiu-se em outros 2 (dois): um pequeno número para quem o futuro da economia solidária se limita a uma reprodução ampliada do presente, requerendo apenas melhorias no que já existe; e uma maior parte que acalenta o sonho de viver em uma sociedade justa, livre e fraterna. É importante destacar que a prática da economia solidária vem gestando a esperança em um mundo melhor – com ou sem um embate com o capitalismo – fruto da percepção de que este outro mundo já está em construção. Resumidamente, para a maioria dos trabalhadores entrevistados, a utopia está presente, mas não como único ou mais importante fator de adesão à economia solidária; além disso, que ela tende a ser construída ou fortalecida durante a experiência concreta e não está relacionada diretamente com o fim do capitalismo ou com a emergência do socialismo, mas com uma sociedade melhor. Nestes termos, a utopia, como elemento constitutivo da economia solidária, é a força que impulsiona e é impulsionada através da prática – a despeito das dificuldades e dos entraves existentes –, nutrida pela esperança em concretizar um projeto de transformação para uma vida melhor.

Palavras-chave: Utopia. Utopia concreta. Economia Solidária. Transformação.

## ABSTRACT

In the present paper we analyze to what extent solidarity economy has been a space for the production and experience of utopias. To advocate a positive meaning to the concept of utopia, we drew on the theoretical framework of Ernst Bloch and, in order to relate utopia to solidarity economy, we emphasized the dual dimension of the latter, which presents itself as both practice and project. The relationship between these two elements has been scantily explored in the literature on solidarity economy, and our intention was to perceive it through the viewpoint of the men and women workers who participate in such experiences. To that end, we interviewed, in the course of two nationwide events in 2010, a total of 22 participants in solidarity economy enterprises. We found that the expectation of a part of the interviewed workers is that solidarity economy is destined to replace capitalism, while a second group made no association between them. This latter group of interviewees was divided into two subgroups: a small number of workers to whom the future of solidarity economy is no more than an upsized reproduction of the present, requiring only improvements to what is already present, and a larger subgroup who cherish the dream of living in a fair, free and fraternal society. It is important to underline that the practice of solidarity economy has been gestating the hope for a better world— with or without a struggle against capitalism—, which stems from the perception that "another world" is already underway. Briefly, for most of the workers interviewed, utopia is present, but not as the only or most important factor of adhesion to solidarity economy; in addition, utopia tends to be constructed or strengthened over the course of the actual, concrete experience, and is not directly related to the end of capitalism or the emergence of socialism, but rather, to a better society. Therefore, utopia, as a constituent of solidarity economy, is the driving force of practice and is also spurred by it— despite the existing difficulties and hindrances—, and is nourished by the hope of actualizing a project of transformation towards a better life.

*Keywords:* Utopia. Concrete utopia. Solidarity economy. Transformation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Trabalhadores e trabalhadoras: distribuição por sexo	162
Gráfico 2 – Trabalhadores e trabalhadoras: distribuição por faixa etária	162

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Trabalhadores e trabalhadoras: distribuição por escolaridade	163
Tabela 2 – Trabalhadores e trabalhadoras: distribuição por estado	163
Tabela 3 – EES e formas de organização, por região, 2007	184
Tabela 4 – Total de participantes por região, 2007	184
Tabela 5 – EES por n. de participantes, sexo e região, 2007	185
Tabela 6 – Motivos para a criação do ees, 2007	185
Tabela 7 – EES no Brasil, remuneração média mensal, 2007	198

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>PARTE I: SOBRE A (IM) PERMANÊNCIA DAS UTOPIAS</b>	16
<b>1 UTOPIA E CONTROVÉRSIAS: DAS ORIGENS AO SÉCULO XXI</b>	18
1.1 ORIGEM E ORIGINALIDADE DE UM CONCEITO	18
1.2 DISTENSÃO E DISTINÇÕES DO CONCEITO	28
1.3 DA ONIPRESENÇA DA UTOPIA	35
<b>2 UTOPIA CONCRETA: A PERSPECTIVA DE ERNST BLOCH</b>	45
2.1 “O PRINCÍPIO ESPERANÇA”	48
2.2 UTOPIA CONCRETA	69
<b>3 UTOPIA E SOCIOLOGIA: PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS</b>	79
3.1 ABORDAGENS CLÁSSICAS	80
3.2 AUTORES CONTEMPORÂNEOS	86
3.3 REFLEXÕES PARA UMA “SOCIOLOGIA DAS UTOPIAS”	100
<b>4 ECONOMIA SOLIDÁRIA: REPOSITÓRIO DE UTOPIAS</b>	108
4.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA: O NOVO DENTRO DO VELHO	108
4.2. ORIGEM E ORIGINALIDADE: DO SOCIALISMO UTÓPICO AO SOCIALISMO DO SÉC.XXI	118
4.2.1 Socialismo utópico	118
4.2.2 Socialismo e século XXI	128
4.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E UTOPIA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES	138
<b>PARTE II: SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E UTOPIA</b>	148
<b>5 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO</b>	149
5.1 PERSPECTIVA METODOLÓGICA	149
5.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	156
<b>6 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL</b>	165
6.1 HISTÓRICO E CONTEXTO	165
6.1.1 Princípios e conceitos	169
6.1.2 Mapeamento das experiências no Brasil	183
6.2 LATÊNCIAS E TENDÊNCIAS: A PERSPECTIVA DA II CONAES	187
<b>7 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA CONCRETA</b>	197
7.1 DIMENSÕES DA EXPERIÊNCIA	197
7.2 O TRABALHO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA	205
7.3 O FUTURO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	212
<b>8 ENTRE A SOBREVIVÊNCIA E A UTOPIA</b>	225
8.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORMA DE SOBREVIVÊNCIA	225

8.2 UTOPIA SOCIAL	230
8.3 UTOPIAS UNIVERSAIS	238
<b>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS: É A ECONOMIA SOLIDÁRIA UMA UTOPIA?</b>	253
<b>REFERÊNCIAS</b>	261
<b>APÊNDICE A – Entrevista semi estruturada</b>	279

Catálogo na publicação  
Aline Brugnari Juvenêncio – CRB 9ª/1504  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Brasil, Manuela Salau

A produção social das utopias: uma análise a partir da  
economia solidária / Manuela Salau Brasil. – Curitiba, 2011.  
282 f.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Benilde M. Lenzi Motim  
Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Hu-  
manas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Utopias. 2. Economia solidária. 3. Sociologia. I. Título.

CDD 321.07

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se propõe a uma investigação sobre as relações entre utopia e economia solidária no Brasil, enfatizando a visão dos trabalhadores e trabalhadoras que fazem parte de empreendimentos econômicos solidários.

A economia solidária remonta às experiências do cooperativismo do século XIX, naquilo que se constituiu como reação à Revolução Industrial protagonizada pelas ideias dos socialistas utópicos. No contexto das graves crises das décadas finais do século XX, estas experiências são retomadas no Brasil através da prática do trabalho coletivo e de vivências que se mostram contrárias à lógica hegemônica.

Desde então a economia solidária vem atraindo um número maior de trabalhadores e trabalhadoras, conquistando confiabilidade de gestores públicos e assessorias e ganhando legitimidade no campo da academia. Este crescente interesse deve-se ao reconhecimento de que a economia solidária vem operando vantagens e benefícios que transcendem a busca por formas alternativas de geração de trabalho e renda. Tal virtuosidade se evidencia num contexto em que as crises do capitalismo se tornam mais recorrentes e perversas e, como reflexo, intensificam-se os debates acerca de outras formas de organização da sociedade. Nisto reside a peculiaridade da economia solidária, que se apresenta tanto como prática quanto como projeto.

Comumente essas duas dimensões se confundem e não raro, uma delas acaba sendo depositária das potencialidades e responsabilidades da outra. Tomar conhecimento desta dupla dimensão implica reconhecer a complexidade que permeia este campo formado por experiências concretas e projeções quanto ao futuro.

Aqui nos perguntamos em que medida uma é informada pela outra, ou seja, de que forma se estabelecem as relações entre prática e projeto. Por que analisar a dimensão utópica da economia solidária? O que se pretende com tal análise?

Pode-se argumentar que, entre tantas vertentes da economia solidária, a utópica é a menos problematizada e que ela parece transpassar as demais: a econômica, a da subjetividade, a cultural, a política, a social. Mas o argumento central e determinante reside na defesa de que a dimensão utópica da economia solidária é um aspecto fundamental para estas experiências. Além das inovações na

gestão dos empreendimentos, do protagonismo assumido pelo trabalhador, das mudanças nas relações interpessoais e em relação ao envolvimento com a sociedade, é a força utópica um aspecto importante e que vem sendo negligenciado ou pouco aprofundado nas diversas análises.

Fica evidente que o conceito aqui utilizado de utopia não coincide com seu sentido mais usual e que remete a um projeto ilusório, impossível, ingênuo. As escassas análises acadêmicas produzidas sobre utopia em determinadas áreas do conhecimento podem ser atribuídas a um erro cognitivo que trata como impossível ou inútil um esforço nesta direção.

Seria impossível ou inútil analisá-las depois de realizadas, pois no instante em que isto acontece deixam de ser compreendidas como utopias, passando a ser objeto de explorações em diferentes áreas. Assim acontece com sonhos transformados em realidade e que geram avanços de distintas magnitudes na medicina, na sociologia, na economia, na agronomia, engenharia, na física, enfim, são abundantes e incessantes os exemplos. Também as utopias concretizadas que resultaram em fracassos ou insucessos são alvo de investigações científicas, inclusive nos parece que sobre elas recai maior esforço analítico.

Impossível e inútil seria também analisá-las enquanto ainda são utopias projetadas, justamente porque lhes escapa não só a materialidade, mas, mais do que isto, sua natureza diz de algo que ainda não é ou não aconteceu – e que pode assim permanecer. A barreira estaria em investigar, portanto, algo que ainda não existe.

É essa forma de pensar que queremos afrontar e transpor, sem apelar para misticismos, mistificações e concessões a favor do exercício da militância, mas vislumbrando limites mais largos para a ciência.

Tal caminho já foi aberto por muitos outros que desempenharam esforços exemplares e que nos serviram de guia nesta pesquisa, em especial, a teoria de Ernst Bloch. Em outra frente, mas com a mesma relevância, seguimos as pistas daqueles que trilharam e trilham as vias de acesso da utopia na prática cotidiana, com destaque para as trabalhadoras e trabalhadores da economia solidária.

Interessou-nos investigar a utopia não somente com o propósito de valorizá-la como categoria teórica – e sociológica –, mas também para identificar em que medida e de que forma ela está presente na economia solidária.

Neste sentido, nosso problema de pesquisa pode ser assim enunciado: em que medida a economia solidária tem se constituído em um espaço de construção ou de exercício de uma utopia social para os trabalhadores que dela participam, e qual a natureza desta utopia?

Como objetivo geral, elegemos: captar e analisar os anseios utópicos porventura manifestados pelos trabalhadores da economia solidária, investigando seu conteúdo a fim de avaliar em que proporção ele se aproxima dos conceitos de utopia concreta ou abstrata.

Norteados pelo objetivo geral, pretendemos examinar os seguintes objetivos específicos: a) identificar e analisar as condições objetivas e subjetivas requeridas para que a economia solidária se aproxime do conceito de utopia concreta; b) analisar a literatura que contempla a relação entre economia solidária e utopia; c) compreender a utopia como categoria sociológica.

Para tanto, fizemos uso dos seguintes procedimentos metodológicos: a) pesquisa e análise bibliográfica sobre utopia, fundamentada especialmente no conceito de utopia concreta de Ernst Bloch; b) pesquisa e análise bibliográfica sobre economia solidária, sobretudo no que diz respeito à sua relação com a utopia; c) realização e análise de vinte e duas (22) entrevistas semiestruturadas com trabalhadores participantes de dois eventos sobre economia solidária, ambos de caráter nacional.

A totalização de vinte e duas entrevistas deu-se nos seguintes espaços: doze por ocasião do Fórum Social Mundial (nove em Santa Maria e três em Canoas) e dez na II Conferência Nacional de Economia Solidária<sup>1</sup>. Procedeu-se a uma amostra não probabilística e aleatória, que resultou no perfil descrito no capítulo 5.2 deste estudo. Cada perfil vem acompanhado por um número que o identifica, e que é utilizado para identificar as respectivas falas.

O desenvolvimento e os resultados deste estudo compõem este trabalho, o qual está distribuído em duas partes; cada uma delas composta por quatro capítulos, além das considerações finais.

Os capítulos da primeira parte conformam o aporte teórico sobre o qual os resultados empíricos foram analisados. Nos três primeiros capítulos nos dedicamos

---

<sup>1</sup> Além dos entrevistados durante a II CONAES, utilizamos depoimentos de trabalhadores que se posicionaram durante a realização de plenárias, e suas falas são identificadas por uma letra, também entre parênteses.

à utopia. Primeiramente sobre as origens do termo, suas acepções, principais características e atributos que lhe foram imputados. Defendemos a onipresença da utopia como capacidade imanente ao homem, que independentemente das circunstâncias sociais e históricas - embora sofrendo a influência delas - acompanha a história do ser humano e da sociedade. Os movimentos sociais representam a vitalidade e atualidade dos projetos utópicos, a despeito do fatalismo neoliberal e o descrédito em relação às utopias.

O referencial teórico de Ernst Bloch é apresentado no segundo capítulo, com o intuito de respaldar esta investigação a partir de uma visão científica e positiva da utopia. Com sua filosofia, Bloch nos cede categorias de um pensamento inovador em que as utopias ganham novo estatuto. Ressignificando a esperança, a realidade, a possibilidade; ressaltando a imaginação, os sonhos, a antecipação; recuperando o sentido ético e político da utopia; redefinindo o conceito. Diferentemente da acepção banalizada que condena a utopia à impossibilidade, a utopia concreta elege a ação comprometida para um projeto de sociedade melhor.

Nosso intento é considerar esta sociedade, que ainda não existe e pode não chegar a existir, objeto de estudo da sociologia. Considerando que a utopia importa ou deveria importar para a sociologia, sintetizamos as contribuições dos autores que, a nosso juízo, desenvolveram uma relação mais próxima entre estes temas. Eis o objetivo do terceiro capítulo.

No capítulo seguinte iniciamos as discussões sobre a economia solidária, detendo-nos em questões mais gerais e teóricas. Entre elas, a eterna polêmica em torno do capitalismo, seguida da vinculação com o socialismo. Também neste item deixamos mais próximos os temas da utopia e economia solidária, buscando articulações teóricas mais explícitas sobre ambas.

A segunda parte do trabalho inicia com a construção do objeto de estudo, incluindo a exposição da perspectiva metodológica e dos procedimentos de pesquisa. Os capítulos subsequentes tratam mais especificamente da análise dos dados empíricos. No capítulo seis procedemos a um histórico sobre o ressurgimento da economia solidária no Brasil, incluindo os depoimentos dos trabalhadores a respeito das motivações para a adesão e manutenção no movimento. Dele fazem parte ainda alguns dados selecionados sobre o primeiro mapeamento da economia solidária no Brasil, e, ao final, o balanço da economia solidária consolidado na II Conferência Nacional.

O capítulo que segue adentra na prática dos trabalhadores em empreendimentos econômicos solidários, captando o significado destas experiências, as particularidades do trabalho associado e as expectativas quanto ao futuro, incluindo as dimensões de prática e de projeto.

O último capítulo versa sobre os projetos utópicos identificados a partir da visão dos trabalhadores entrevistados, ou seja, em como a utopia aparece nas suas falas. Os resultados foram reunidos em três grupos: um primeiro em que a questão fica esmaecida por conta da luta pela sobrevivência, um segundo em que evidenciamos uma utopia social fortemente vinculada a um projeto anticapitalista e um último caso no qual a utopia é viver numa sociedade justa, livre e solidária, sem associação com grandes mudanças políticas.

Por fim, à guisa de conclusão, tentamos responder a inquietação da qual derivou este trabalho de tese: é a economia solidária uma utopia? Igualmente, as indagações sobre a natureza desta utopia e a apropriação do tema pela sociologia são respondidas, de forma inconclusiva e provisória.

Ademais, mencionamos o risco de ser militante e pesquisadora da economia solidária: a precaução com a “vigilância epistemológica” é acionada permanentemente, mas reconhecemos que é sobre uma linha tênue que ela se move. Esperamos ter superado este desafio, embora a opção pelo tema nos denuncie.

## PARTE I – SOBRE A (IM) PERMANÊNCIA DA UTOPIA

Por que pesquisar a utopia? Qual o sentido em estudá-la, especialmente quando seu fim já foi anunciado? Quais as condições de possibilidade de que no século XXI se promova uma reviravolta daquilo que foi regra no século anterior, ou seja, a ênfase no presente e o desinteresse ou desqualificação sobre o futuro? Para efeito de síntese, valemo-nos das palavras de Badiou:

[...] o século [XX] não é de modo algum o das 'ideologias', no sentido do imaginário e das utopias. Sua determinação subjetiva maior é a paixão pelo real, por aquilo que é imediatamente praticável, aqui e agora. O século, que diz ele do século? Em todo caso, diz que não é o da promessa, mas sim o da realização. É o século do ato, do efetivo, do presente absoluto, e não o do anúncio ou do porvir. (BADIOU, 2007, p. 97).

Trata-se de ressuscitar esta categoria ou de tomá-la como algo que nunca morreu? Quais os sentidos por trás do conceito e de que forma se relacionam ou podem se relacionar com a atualidade? A utopia diz respeito à sociologia? É possível identificarmos elementos de uma utopia social nas experiências de economia solidária?

Essas inquietações formatam a primeira parte desta pesquisa, estruturada a partir dos seguintes pressupostos: a) a utopia é um conceito controverso, polissêmico e atual; b) a categoria utopia concreta, de Ernst Bloch, é apropriada para a compreensão da utopia social no século XXI; c) a utopia é uma categoria sociológica; d) a utopia está presente na economia solidária.

Sobre o primeiro pressuposto admite-se a versatilidade do termo como uma característica que o acompanha desde sua origem, o que leva a questionamentos acerca de sua validade e credibilidade científica. A segunda pressuposição é de que o referencial teórico de Ernst Bloch é adequado para a compreensão da utopia num sentido positivo e transformador. Na sequência, faz-se um resgate das principais teorizações sociológicas sobre o tema, problematizando sua relação com a ciência, a sociologia em particular, e avaliando como esta última pode se valer das contribuições de Bloch. Transpassa, por tais discussões, a justificativa para fazer da utopia o objeto deste estudo. Por último, nos reportamos às pistas teóricas dos autores da economia solidária, o que nos habilita a perseverar no caminho em que utopia e economia solidária se encontram.

Cada um desses pressupostos ganha o formato de um capítulo, perfazendo os quatro capítulos que compõem esta primeira parte da tese. Iniciemos, pois, este percurso.

## 1. UTOPIA E CONTROVÉRSIAS: DAS ORIGENS AO SÉCULO XXI

O conceito está cercado de controvérsias, a começar pelas imprecisões que marcam o significado da palavra e que acabam determinando a ambivalência que sobrevive até os dias atuais. Inaugurado como gênero literário, assume outras acepções e toma lugar em outros debates: no entanto, seu significado – vulgarizado – é fortemente identificado como idéia impossível, ilusória. O objetivo deste capítulo é apresentar um breve histórico e evolução do conceito, suas características, sua atualidade e relevância acadêmica.

### 1.1 ORIGEM E ORIGINALIDADE DE UM CONCEITO

A palavra utopia foi criada por Thomas More<sup>2</sup>, que assim nomeia a ilha imaginária e também o título de sua principal obra<sup>3</sup>: “A utopia ou o tratado da melhor forma de Governo” (1516).

O livro é dividido em duas partes: a primeira, escrita em 1516, consiste numa crítica à sociedade inglesa; a segunda parte, escrita um ano antes, descreve a ilha de “Utopia”, supostamente visitada por Rafael Hythlodeo em suas viagens com Américo Vespúcio<sup>4</sup> (1454-1512). As notícias trazidas por Vespúcio sobre o “novo mundo”<sup>5</sup>, inspiração para a ilha de More, impressionavam pela forma com que o novo continente era descrito<sup>6</sup>:

<sup>2</sup> Encontramos diferentes formas de grafar o nome do autor; adotamos o original em inglês.

<sup>3</sup> De acordo com Buey, o livro inicialmente teria o título de “Nusquama”, substituído depois por “Eutopía”, e finalmente, Utopia. (BUEY, 2007). Para uma análise a respeito do significado destas mudanças, consultar texto de Quarta (2006)

<sup>4</sup> Sobre isto, tem-se que: “(...) está provado que Morus utilizou em sua obra o memorando de Américo Vespúcio referente à sua segunda excursão à América” (BLOCH, 2006, p.70). Há relatos de que a Ilha seria inspirada em Cabo Frio, Rio de Janeiro (MATTELART, 2002) ou ainda na Ilha de Fernando de Noronha.

<sup>5</sup> O novo mundo, visitado por Américo Vespúcio e descrito em 1503, é inserido no mapa mundi em 1507, com o nome de “América”. (MATTELART, 2002).

<sup>6</sup> “Os relatos de viagem de Amerigo Vespucci são um dos maiores sucessos literários do século. Treze edições em latim nos apenas quatro anos que seguem a primeira edição do livreto e, no mesmo lapso de tempo, edições em alemão, italiano e francês” ( MATTELART, 2002, p. 20).

A maneira de viver dos aborígenes é 'epicurista', eles nada têm de próprio, mas tudo em comum, exclama o navegador descrevendo em detalhes os costumes destes aborígenes do Brasil que ele ainda não chama de índios e cuja face parece com a dos 'tártaros'[...] Não tem 'capitão' pois 'cada um é seu próprio senhor'. Não conhecem sistema jurídico. [...] 'eles vivem de e se contentam com o que a natureza lhes dá'. (MATTELART, 2002, p. 19-20).

O desapego às riquezas, relatado acima, é descrita também como uma das características dos moradores da Ilha de Utopia, onde não há propriedade privada, e cuja preocupação reside na busca pela felicidade humana e o cuidado com os jardins. More descreve a ilha (composta por cinquenta e quatro cidades, que tem como capital Amaurota) e o cotidiano de seus habitantes, seu trabalho, sua moradia e até mesmo suas vestimentas, com detalhes que fazem dela uma utopia projetista.<sup>7</sup> Ao final do livro, o autor afirma:

Descrevi a vocês o mais exatamente possível a estrutura dessa república que considero não somente a melhor, mas a única que merece esse nome. Todas as outras falam do interesse público e cuidam apenas dos interesses privados. Aqui nada é privado, e o que conta é o bem público. Não poderia ser de outro modo. Em outros lugares, cada um sabe que, se não cuida de sua própria pessoa, e por mais florescente que seja o Estado, morrerá de fome; portanto é forçado a pensar em seus interesses em vez dos do povo, isto é, de outrem. Entre os utopianos, ao contrário, onde tudo é de todos, um homem está seguro de ter o necessário contanto que os celeiros públicos estejam repletos. (MORUS, 1997, p. 161).

Ao lado da exaltação da forma de viver dos utopianos, More critica os valores da sociedade de sua época pelas desigualdades produzidas, e, em que pese a existência de escravos<sup>8</sup> na ilha, denuncia as injustiças relacionadas ao trabalho.

Mas os operários! Eles penam dia após dia, sobrecarregados por um trabalho estéril e sem recompensa, e a perspectiva de uma velhice sem pão os mata. O salário cotidiano não basta sequer para suas necessidades; muito menos para reservar alguma coisa para o futuro. (MORUS, 1997, p.162).

Há justiça quando um nobre qualquer, um ourives, um usurário, pessoas que não produzem nada ou apenas coisas sem as quais a comunidade passaria facilmente, levam uma vida folgada e feliz na preguiça ou numa ocupação inútil, enquanto o servente, o carroceiro, o artesão, o lavrador, por um trabalho pesado, tão contínuo que um animal de carga dificilmente poderia suportar, tão indispensável que sem ele o Estado não duraria um ano, só conseguem obter um pão mesquinamente medido e vivem na miséria? (MORUS, 1997,p.162) .

<sup>7</sup> Utilizamos a classificação adotada por Jacoby, apresentada na sessão 1.2.

<sup>8</sup> O tema será retomado a frente.

Na ilha imaginada, ao contrário, cabe ao magistrado<sup>9</sup> “ [...] zelar que ninguém permaneça inativo, mas que se entregue ativamente a seu ofício, não porém a ponto de nele se esgotar do nascer do dia ao cair da noite, como um animal de carga, existência pior que a dos escravos, e que no entanto é a dos operários em quase todos os países, exceto em Utopia”. (MORUS, 1997, p, 80)

A jornada normal de seis horas pode ser reduzida, uma vez que

Com efeito, os magistrados não desejam fatigar os cidadãos inutilmente e contra a vontade deles. Pois a Constituição busca unicamente, na medida em que as necessidades públicas o permitam, assegurar a cada pessoa, a liberação e o cultivo de sua alma, o maior tempo possível e um lazer desvencilhado de toda sujeição física. Nisso reside para eles a verdadeira felicidade. ( MORUS, 1997, p. 85-6).

Muitos autores avaliam esta obra como o relato de uma sociedade perfeita, logo impossível. O próprio More, já não mais descrevendo, mas analisando a ilha, considera: “... reconheço de bom grado que há na república utopiana muitas coisas que eu desejaria ver em nossas cidades. **Que desejo, mais do que espero ver.**” (MORUS, 1997, p.167 grifo nosso). Esta última frase do livro talvez sirva para corroborar a noção de utopia em que o desejo carece de possibilidade para tornar-se real.

A análise da obra extrapola nosso objetivo, que pretende apenas localizar a origem do termo “utopia” e verificar de que forma determinou seu significado atual. Para esta empreitada, demonstra-se que as polêmicas não estão descoladas desta origem, ao contrário, tem nela suas raízes. Um dos aspectos diz respeito à etimologia da palavra, que determinaria afinal seu conceito, e um segundo ponto relaciona-se com a imagem do próprio autor, pelo qual começaremos a reflexão.

Há certa unanimidade em torno da personalidade de Thomas More (1478<sup>10</sup> – 1535): advogado inglês, entrou para a corte de Henrique VIII em 1520 e entre 1529 e 1532 foi Chanceler do reino. Morreu decapitado, condenado pelo rei a quem serviu e com quem desentendeu-se por motivos religiosos. Foi canonizado em 1935 e em 2000, declarado “Patrono dos Estadistas e Políticos” pelo papa João Paulo II. É considerado um humanista.

<sup>9</sup> Sifogrante, eleito anualmente por um grupo de trinta famílias (MORUS, 1997.)

<sup>10</sup> Não é preciso o ano de nascimento de Thomas Moore, que pode ser 1478 ou 1477, segundo Baczko (1985, p. 333).

Voz dissonante, Jacoby destoa da visão consensualmente otimista sobre More, argumentando que há em torno dele uma “generosidade” histórica. Ao colocar-se contrário à determinada ordem do rei – e por isso ter sido morto –, ganhou a condição de herói ou “Santo” (o que de fato ocorreu através de sua canonização), deixando esquecidos outros fatos de sua vida. Sobre eles, Jacoby (2007, p.82) relembra: “A serviço da Coroa ele caçou e perseguiu protestantes e heréticos. [...] Ele perseguiu até a morte William Tyndale, o teólogo protestante cuja tradução para o inglês do Antigo e o Novo Testamento formou a base para a Bíblia do Rei Jaime.”

O autor continua: “More combateu com crescente vigor e malícia o que ele considerou luteranismo e sedição, censurando livros e prendendo os seus fornecedores” (JACOBY, 2007, p.84)

Jacoby (2007, p.87) sustenta a hipótese de que o “More antiutópico” é fruto das mudanças mundiais posteriores à publicação de “Utopia”: “O luteranismo, o anabatismo e as guerras camponesas varreram a Europa. O utopismo, que outrora parecia inócuo a More, agora lhe parece uma especulação perigosa. [...] More lutava contra o que ele viu como o seu próprio filho bastardo – o utopismo descontrolado”.

Assim, o próprio More inaugura também o antiutopismo, atitude que para Jacoby tem duas origens: reação diante de esperanças frustradas (a exemplo dos “antigos comunistas desiludidos<sup>11</sup>”) e na (inadequada) relação estabelecida entre utopia e totalitarismo. (JACOBY, 2007, p.87)

É importante avaliar em que medida essas duas motivações podem explicar o desencanto e o descrédito em relação aos projetos de uma sociedade melhor na atualidade, e de como a associação entre categorias distintas – utopia, totalitarismo, comunismo, marxismo, nazismo, fascismo – é determinada por elas.

---

<sup>11</sup> Há opiniões divergentes sobre More ser ou não um socialista, ou um pré-socialista.

A existência de escravos<sup>12</sup> na ilha de More é outro indício que contrasta com a figura de humanista do autor. Embora escrita em 1516, Lima refuta a aceitação ou naturalização deste aspecto, argumentando que a escravidão “não pode ser justificada em momento algum, em parte alguma” (LIMA, 2008, p.68), até porque mesmo nesta época já existiam vozes contrárias a esta condição. Deve-se ressaltar que a própria natureza desta obra é posta à prova por diferentes interpretações, que passam tanto por um “Morus pré-socialista” quanto por um escritor satírico sem pretensões maiores.

Mas é sobre o significado da palavra criada por More, usualmente traduzida como um “não lugar”, que pesam as mais relevantes discordâncias para efeito de nossa investigação. De acordo com Aínsa (1984) há uma suspeita de que a palavra “utopos” seja produto de um erro de tradução, e que a expressão original seria “eutopos”, cujo significado é lugar feliz. Sobre esta possibilidade, Baczko apresenta outra interpretação, ao observar que em uma das edições da obra, Moore se pergunta se a ilha deveria ser chamada de utopia ou eutopia.

Baczko (1985, p. 343) indaga: “O que se passa então com este vocábulo-chave de todo o texto? Designa ele a U-topia, terra de nenhures, terra que não existe em parte alguma, ou designa então Eu-topia, isto é, o melhor país, superior mesmo àquele que Platão imaginaria? Ou ambas as coisas ao mesmo tempo...”

Dubois (2009, p.22) corrobora esta tese:

Com efeito, não sabemos se utopia deve ser vinculada à outopia, o País de Nenhum Lugar, ou à eutopia, o País Onde se vive Bem: no primeiro caso, insiste-se no caráter da fantasia deliciosamente ou perigosamente irreal; no segundo, na exigência ética e política, de base concreta, que preside à elaboração do sonho utópico. Em realidade os dois sentidos são inseparáveis, e uma definição da utopia como construção mental deve levar em conta ao mesmo tempo estes dois aspectos, fictício e projetivo. [...] A

---

<sup>12</sup> “Seus escravos não são nem prisioneiros de guerra – com exceção de soldados capturados numa guerra em que Utopia foi atacada – nem filhos de escravos, nenhum daqueles submetidos à servidão nos outros países. São cidadãos a quem um ato vergonhoso custou a liberdade; mais frequentemente ainda, são estrangeiros condenados à morte em seus países em consequência de um crime. Os utopianos os compram em grande número, por pouco dinheiro, muitas vezes por uma ninharia. Esses escravos são forçados ao trabalho para o resto da vida e, além disso, acorrentados, os utopianos mais duramente que os outros. Com efeito, seu caso é considerado mais grave e merecedor de castigos mais exemplares, porque não souberam se abster do mal tendo sido formados para a virtude por uma educação tão excelente. Uma terceira espécie de escravos é composta de serventes estrangeiros, pobres e corajosos, que escolheram espontaneamente vir trabalhar entre eles. Os utopianos os tratam decentemente, quase tão bem quanto seus próprios cidadãos, impondo-lhes apenas uma tarefa um pouco mais pesada, já que são acostumados a trabalhar mais. Eles não retêm contra sua vontade os que desejam partir, o que raramente acontece, e não os mandam embora de mãos vazias.” (MORUS, 1997, p. 121).

história semântica da palavra não poderia ser senão a de um perpétuo balanço entre a parte de irrealismo e a parte de idealismo que ela contém em si.

De acordo com Lima, a dubiedade é marca original do termo, e por isso localiza no próprio Moore a fonte desta imprecisão. Diante disso, expõe sua preferência pelo sentido da palavra como “negação do lugar ou lugar-outro” ao invés de “não lugar”, como habitualmente traduzido.

Na origem, a palavra *utopia* já se apresentava equivocada. Thomas Morus [1478-1535], quando da publicação da *Utopia*, em 1516, foi o criador desse desvio. Como ele próprio admitiu, havia partido da palavra latina *nusquam* [lugar nenhum] para criar o vocábulo, então inexistente; tomou o prefixo de negação *ou + topos*, lugar, formando por colagem o termo *Utopia*. Um dos princípios constitutivos de *outopos/utopia*, tomando como referência o próprio étimo, é o prefixo que indica negação. Portanto, *outopos* ou *utopia* se constitui, primeiro, como negatividade. Negatividade de quê: de *topos/lugar*. O que nos leva a definir *outopos/utopia*, primeiro e fundamentalmente, como negação do lugar ou lugar-outro. E não como a tradição sempre trabalhou com o vocábulo, numa equivocada variante interpretativa de *outopos/utopia* como lugar nenhum/nenhum lugar/não lugar, o que seria *atopia*. (LIMA, 2008, p.14)

Desta forma, justifica: “Para estruturar o nosso conceito de utopia como uma gramática da subversão, tomaremos o primado do descongelamento do enunciado, proposto por Szondi, e o seu conceito de hermenêutica como uma ‘gramática invertida’.” (LIMA, 2008, p.15).

Nesta gramática da subversão, utopia ganha um sentido que convoca mudanças, distanciando-se da ilha imaginária, perfeita e impossível. De acordo com Lima (2008, p.16)

A utopia tem, portanto, sentido de insurreição, revolta; destruição da ordem, do lugar. Assim como também: subversão das relações de poder. A utopia como *anarquia*: negação do poder, práxis do antipoder, travessia, fronteira, passagem, errância. A utopia: lugar não-reificado.

Evidencia-se a utopia como negação da sociedade presente, desejo de ultrapassar seus limites, forma de resistência. A utopia da qual fazemos menção, portanto, é a utopia social. Com efeito, Jameson (2006) sentencia que a projeção do futuro funciona tanto como diagnóstico do presente como também cumpre uma função “de natureza crítico-substantiva”, e Keller (1991) indica que a denúncia dos problemas de uma sociedade permite uma análise destas questões bem como incentiva mudanças.

Sousa Santos (2005a, p.16) quando escreve sobre o Fórum Social Mundial, observa que esta utopia “afirma-se mais como negatividade [a definição daquilo que critica] do que como positividade [a definição daquilo a que aspira].”

Souza (2001, p.21) igualmente enfatiza o aspecto crítico da utopia:

Ora, pensamos que os relatos utópicos de Morus, Campanella e Bacon de fato possuem como característica principal a crítica do mundo real. [...] As utopias clássicas manifestam, em primeiro lugar, que a realidade, tal como ela se apresenta aos olhos de seus autores e de seus contemporâneos, é inaceitável.

Da mesma forma, Horkheimer (1984, p.83) avalia: “De facto, a utopia tem duas facetas, é a crítica daquilo que é e a representação daquilo que deveria ser. [...] O sentido está contido essencialmente no primeiro momento”.

Aínsa faz coro com Neussus ao argumentar que a utopia é mais lembrada, portanto também julgada, pela crítica ao presente do que pela projeção para o futuro, e daí decorre que é pela dimensão negativa e não propositiva que a utopia é contestada. O autor afirma: “Lo que resulta común a toda utopía es el rechazo de la realidad que le es contemporánea. Esta actitud de decir ‘no’ a la realidad parece inherente a la condición natural del ‘homo utopicus’.” (AÍNSA, 1984, p.21).

O autor reconhece, entretanto, que a capacidade de crítica é determinada pelas condições históricas:

Pero no se dice siempre con facilidad ‘no’ a la sociedad en que se vive. Históricamente ha habido períodos en que la ‘tensión’ utópica, al violentar los límites del orden existente y proponer un ‘orden alternativo’, han hecho más notoria la necesidad del cambio. Si bien es evidente que para cada época y para cada sociedad la serie de opciones posibles está fijada y delimitada de antemano y que ‘no se puede hablar en cualquier época de cualquier cosa’ [citando Foucault], la tensión entre la realidad y el ‘paradigma del futuro’ puede llegar a ser muy grande. (AÍNSA, 1984, p. 21).

Aínsa nos fornece uma importante chave de interpretação: até que ponto é possível avaliarmos o nível de “tensão utópica” da atualidade, bem como identificar as alternativas consideradas legítimas neste contexto.

De acordo com Dubois (2009, p.53), “O interesse essencial da utopia não reside, a nosso ver, nas soluções propostas, mas nos problemas levantados...”. O autor acentua o papel de tomada de consciência para além da ação (embora não se descarte esta última) como uma forma de testemunhar os conflitos de uma época.

Nesta toada, interrogamos sobre a possibilidade de a economia solidária representar uma opção viável de projeto anticapitalista, capaz de elaborar uma crítica consistente - baseada em diagnósticos realistas - sobre o sistema hegemônico.

De forma dissonante, José Paulo Netto avalia que a capacidade crítica obstrui a maior virtude das utopias, qual seja a “proposição normativa.” Segundo o autor “a especificidade da construção utópica não consiste nem na recusa da ordem dada, nem na formulação de um padrão societário alternativo, mas numa projeção ideal – que freqüentemente envolve aquela recusa e formulação – que carece de suporte lógico-racional e histórico-empírico na dinâmica macroscópica e efetiva da vida social.” ( NETTO, 1990, p.108).

Netto, ao relacionar utopia com ideal, retira dela a capacidade transformadora que advém da união entre uma crítica consistente e uma projeção possível, ambas demandantes de análises sobre a realidade. Neste sentido, a obra de More parece emblemática, pois retrata uma sociedade idealizada onde a crítica à realidade serve mais para legitimar do que para subsidiar o projeto. Em discordância com o autor, admitimos a utopia como construção de projetos alternativos – e não ideais - de sociedade.<sup>13</sup>

Entendemos que o diagnóstico crítico é parte constituinte de uma utopia, mas ao considerarmos válido o alerta de Aínsa sobre a dificuldade em se dizer “não” à sociedade em que se vive, este problema ganha dimensões labirínticas. Entra em cena o papel da tomada de consciência como um fator que precederia a formulação de tal diagnóstico.

Aventamos uma hipótese que contraria a pretensa ordem fixa de encadeamento entre tomada de consciência, diagnóstico do presente e elaboração de um projeto alternativo. Esta alegação é subsidiada pela noção de que há determinados espaços que não são acessíveis apenas àqueles que já elaboraram uma consciência crítica, mas que se tornam eles próprios espaços privilegiados para uma possível tomada de consciência.

É nesta vertente que compreendemos a economia solidária como utopia, e nos deteremos sobre o aspecto da crítica tanto quanto de sua dimensão propositiva – ideal ou utópica – no decorrer desta pesquisa.

---

<sup>13</sup> Este tema será aprofundado nas sessões seguintes.

Antes disso, cumpre ressaltar mais uma nuance que compõe a complexidade da utopia, chamando a atenção para o fato de que seu conteúdo precedeu a criação da palavra. Citamos Hesíodo (770-700 a.C) em “Os trabalhos e os dias”, Aristófanes e a “Cucolândia” a “Ilha dos Bem-aventurados” de Luciano, “A República” (Politeia) – cidade ideal de Platão (428 -347 a.C.) e tantas outras<sup>14</sup>, como manifestações utópicas anteriores ao surgimento da palavra.

Sobre isso, Lima (2008, p.24) escreve: “[...] convém ressaltar, tanto em Platão em seu livro-diálogo quanto em Aristóteles na *Política*, é que não existe a preocupação de inventar um vocábulo como *outopus* para justificar a crítica dos dois filósofos à práxis política de seu tempo”. Deve-se sublinhar que mesmo nestas elaborações já estava presente a dupla dimensão da utopia: crítica ao presente e desejo de um futuro diferente.

Sem a intenção de traçar um panorama histórico sobre as elaborações utópicas antes e depois de More, optamos por enfatizar alguns aspectos. A criação da palavra utopia foi ulterior às manifestações de conteúdos utópicos, o que sustenta nosso argumento de que a utopia é imanente ao homem, a exemplo do “homo utopicus” conforme assinalado anteriormente por Aínsa. Reforçamos esta hipótese nos apoiando em Lima, para quem a utopia não só é constitutiva do homem, mas que da relação entre homem e natureza surge o “primeiro produto utópico”: a cultura. (LIMA, 2008).

A partir desta premissa estamos convencidos de que não deve haver uma vinculação obrigatória e linear entre o conceito e a obra de More. Baczko atesta:

A ambigüidade e a polissemia do termo ‘utopia’ são notórias. [...] É grande o perigo de cair, efectivamente, na ilusão de que o objecto da pesquisa sobre a utopia coincide com o texto paradigmático de Moro. [...] Acresce que a utopia não é, modo algum, um conceito neutro. (BACZKO, 1985, p.347).

Se por um lado desfaz-se uma simplificação que relaciona utopia apenas com a obra que lhe empresta o nome, por outro corre-se o risco de abrir demasiadamente o campo de possibilidades de exploração deste conceito. Faz-se necessário acercar-se do tema, a fim de evitar tais armadilhas e de permitir avançar no objetivo proposto.

Não se trata de contestar a relevância do referido livro, mas sim, de considerar uma multiplicidade de sentidos que a utopia pode assumir, para além do gênero literário. Convém nos determos um pouco mais nesta questão.

---

<sup>14</sup> Estes autores são citados como fontes de inspiração para a “Utopia” de More.

Há uma preocupação em se delimitar um *corpus* teórico para os estudos sobre utopia, e dela faz parte a diferença entre o gênero utópico (utopia) e o modo utópico (utopismo) introduzida por Racault.

É claro, há algo de utopismo nas utopias, como há algo de trágico nas tragédias e algo de cômico nas comédias, mas a superposição parcial das noções não nos autoriza a confundi-las, pois elas não são de mesma ordem. O *utopismo* é um *modo* do imaginário político, frequentemente um programa radical de transformação social da realidade existente, mais geralmente um 'exercício mental sobre os possíveis laterais', segundo a fórmula de Raymond Ruyer [1950, p.9]. A *utopia* é um *gênero literário* correspondendo à codificação do modo utópico sob uma forma escrita e mais precisamente narrativa. [...] Utopismo e utopia baseiam-se num deslocamento em relação ao universo real, do aqui - agora, universo de referência do autor e do leitor. Mas este deslocamento não se situa no mesmo eixo: o tempo para um, o espaço para o outro. O *utopismo* é uma projeção para fora do presente, uma aspiração a um 'mundo melhor' situado no porvir [...] A utopia é uma representação – por isso o habitual recurso à descrição - , a representação de um Alhures geograficamente afastado[...] (RACAULT, 2009, p.1-2).

Nesta perspectiva, o utopismo é aspiração de um mundo melhor concernente ao imaginário político e anterior à utopia, sendo que esta é descrita como a forma literária inaugurada com a obra de Thomas More. Nesta mesma linha, Sargent distingue o pensamento utópico – utopismo - da utopia como gênero literário.<sup>15</sup> (SARGENT, 2008).

Com o cuidado de não negligenciar esta discussão, mas sem correr o risco de tomá-la como questão central, optamos pela sistematização elaborada por Backo (1985, p.355), que agrega as pesquisas sobre utopia em cinco grupos, assim divididos:

a) Pesquisas sobre o gênero literário puro, as 'utopias romanescas' e sua história, processos narrativos, estratégias discursivas, etc.[...] b) Pesquisas sobre o pensamento utópico, a sua evolução, os temas orientadores, as suas ramificações, etc. [...] c) Trabalhos sobre as utopias postas em prática, a história e a sociologia das comunidades exemplares restritas que se propuseram materializar a idéia-imagem da alteridade social nas suas instituições, modo de vida, relações sociais e humanas [...] d) Estudos sobre os materiais simbólicos com que operam as utopias, assim como as suas combinações específicas, sobre as relações historicamente variáveis entre utopias e os mitos sociais, os milenarismos, messianismos, etc. e) Estudos sobre as utopias num 'período quente', em que a criatividade utópica se intensifica e as utopias mantêm relações particularmente intensas como os movimentos sociais, as correntes ideológicas, o imaginário colectivo, etc., o que permite fazer ressaltar, nomeadamente, as linhas de força da evolução do fenômeno utópico, as particularidades históricas das diversas formas de discurso utópico, as funções sociais variáveis da utopia. etc. (BACKO, 1985).

<sup>15</sup> A este respeito, consultar: Revista MORUS n. 2 (2005) e n. 6 (2009).

A multiplicidade em torno dos estudos sobre utopia (usaremos utopia, e não utopismo) está revelada e organizada neste quadro de referências. Nele conferimos as possibilidades e especificidades que comportam a análise desta categoria, que abarca, entre outros, nossa proposta de pesquisa. Não é o caso de aderirmos a uma destas formas em sua totalidade, mas de considerarmos elementos presentes em algumas delas, desde que contribuam para o argumento de que a utopia é um conceito positivo, revolucionário, concreto, atual e sociológico.

Ainda é cedo para esboçarmos um conceito e, para sua construção, percorrer-se-á o caminho contrário, expondo primeiramente o que não é utopia. A seção seguinte tem este objetivo, analisando algumas das principais acusações e imprecisões que pesam sobre o termo – o que em certa medida, representa sua originalidade.

## 1.2 DISTENSÃO E DISTINÇÕES DO CONCEITO

A generalização do uso da palavra utopia veio acompanhada por imprecisões ou noções que, disseminadas por um discurso repetitivo – escrito ou oral –, geraram consensos superficiais ou infundados. A distensão do conceito corre o risco de transformá-la em “tudologia”, como nos alertou Firpo (2005).

José Saramago, ao participar do debate “Quixote hoje: utopia e política”<sup>16</sup>, foi voz dissonante na mesa composta por Eduardo Galeano, Ignacio Ramonet e Federico Mayo Zaragoza. Julgando-a como um “conceito inútil”, afirma: “a palavra é engraçada porque se pode fazer o que quiser com ela. [...] Tudo o que foi dito antes, poderia ser dito sem a introdução da palavra utopia”.

A versatilidade ou falta de rigor com o uso da palavra nos faz lembrar o aviso de Buey: “Não só no País das Maravilhas, senão que também aqui embaixo, a capacidade de nomear, de dar nome às coisas, é essencial para conhecer e para mudar o mundo”. (BUEY, 2007, p.7).

A disputa em torno do conceito faz-se evidente e, como nos lembra Cruz (2006), nomear é também um exercício de poder. É legítimo inferir que a difusão da

---

<sup>16</sup> Fórum Social Mundial 2005, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?idioma=PT&cod=15195>>. Acesso em: 21 maio 2008.

palavra não se reverteu em um conceito mais aprimorado - ou sequer discutido. Ao contrário, a vulgarização emprestou-lhe a predominância de uma visão depreciativa e acrítica.

No intuito de conferir-lhe um sentido positivo e legítimo, iniciaremos com uma breve exposição dos principais argumentos utilizados para justificar o contrário. Em seu livro “Marxismo sem Utopia” Gorender (1999) sintetiza, já em suas primeiras páginas, os motivos pelos quais nutre uma visão negativa sobre utopia. O título da obra não deixa dúvidas, e o autor afirma que o marxismo teve que se desvencilhar da utopia para aderir ao caminho da ciência, e cita passagens em que Marx e Engels reconhecem esta imposição<sup>17</sup>. Além de advertir sobre a não cientificidade da utopia, o autor atribui-lhe associações com o projeto de sociedade perfeita, com ilusão e impossibilidade, como forma de desmobilização da luta política, como projeto de futuro no qual há certezas quanto aos resultados, em que a natureza desta certeza teria qualquer outra fonte que não a ciência, quando voltamos ao primeiro argumento.

A base destas críticas alinha-se ao conceito tomado pelo autor, que refém de tamanha imprecisão é facilmente utilizada para referendar diferentes correntes de pensamento. Para Gorender a utopia não cumpre sequer sua função da crítica do presente: “Crítica da realidade, mas crítica fantástica, o utopismo, por si mesmo, é indício de fraqueza. É a força da fraqueza. Recorre-se à fantasia porque a realidade prático-concreta nega suporte ao objetivo proclamado” (GORENDER, 1999, p.10).

Deve-se alertar que Gorender não é o único a apontar tais críticas, tampouco é o principal antagonista das utopias, apenas sua obra é o ponto de partida para problematizá-las. É comum a definição de utopia confundir-se com a de perfeição, a exemplo do que Keller (1991, p.8) escreve: “Utopía, el no-lugar, há sido objeto de múltiples definiciones. Una suficientemente general, a la par que escueta, es aquella que se refiere a la utopía como ‘la descripción minuciosa de una organización social perfecta’.”

Ao supor que as sociedades perfeitas são estáticas, a autora detecta uma via de recusa à ideia de utopia : “...las utopias reflejan sociedades inmóviles, son el fin de la Historia desde el momento que son sociedades perfectas. No se puede mejorar lo perfecto [...] El único cambio posible sería a peor”. (KELLER, 1991, p.12).

---

<sup>17</sup> A relação de Marx e do marxismo com a utopia é tema controvertido, e será aprofundado no capítulo 3.

É importante esclarecer que a perfeição, embora se faça presente na formulação de alguns textos utópicos – em sua maioria textos literários –, não é característica comum a todos os projetos utópicos.

Nesta esteira, é elucidativa a classificação de Costa (2006) entre utopias quanto às origens e aos fins. As primeiras visam atingir novamente o estágio de perfeição original, que uma vez perdida, só pode ser reencontrada através da vontade divina. Na utopia dos fins, a noção de perfeição é substituída pela de perfectibilidade ou aperfeiçoamento progressivo, e aquilo que antes era atribuição de uma vontade divina é agora assumida pela ação humana. A substituição da perfeição pela perfectibilidade opera um deslocamento da ordem religiosa para a ordem da política, na qual a vontade da comunidade sobressai diante da vontade divina.

Sobre a diferença entre perfeição e perfectibilidade, Racault (2009, p.3) vaticina:

É também preciso distinguir a perfeição, que é uma situação estática e anti-histórica por definição não melhorável [...] e a perfectibilidade, que implica o percurso, a dimensão do tempo e a dinâmica histórica do progresso. Uma sociedade perfeita não pode se transformar a não ser rebaixar-se -, logo, para deixar de ser perfeita; uma sociedade perfectível permanece evolutiva, ao menos enquanto não atingir seu ponto de perfeição [...].

Esta distinção nos auxilia a desfazer outro equívoco: aquele que vincula a utopia a temas transcendentais ou religiosos. Retirando-a do campo do sagrado, lança as bases para a compreensão do homem como sujeito que transforma, e transforma movido por uma utopia.

A idéia de perfectibilidade vincula-se à exigência de movimento, de mudanças provocadas pela ação humana e que podem resultar na concretização de utopias. Ao contrário, entender a utopia como sinônimo de perfeição resulta em concebê-la como algo impossível de ser alcançado, como sonho inacessível. Neste aspecto revela-se a fundamental contribuição de Ernst Bloch que, ao reconhecer a utopia em dois sentidos, dá outra dimensão ao tema.

Bloch nomeia de utopia abstrata aquelas projeções inatingíveis, os planos impossíveis, as ilusões, os sonhos inalcançáveis; e de utopia concreta aquelas projeções e sonhos passíveis de realização. Portanto, o que diferencia a utopia concreta da utopia abstrata é exatamente a possibilidade de concretização,

colocando em marcha a noção de processo, construção e transformação, incompatíveis com a ideia de perfeição.

Ao diferenciar o sonho noturno e o sonho diurno, e ao integrá-los – assim como faz com outras categorias – em sua elaborada concepção sobre utopia concreta, Bloch dá mostras da robustez e do caráter inovador de sua teoria. Afirma que o “... sonho diurno não é um prelúdio do sonho noturno e nem se reduz a este.” (BLOCH, 2005, p.88-9) e, por isso, “o sonho desejante do dia não necessita de qualquer escavação ou interpretação, mas de correção e, na medida em que esteja capacitado para isso, de concretização”. (BLOCH, 2005, p.100). Bloch nos dá pistas de que a identificação entre utopia e sonho não deve ser automaticamente desprezada ou confirmada, rejeitando qualquer espécie de determinismo.

A categoria utopia concreta é a chave de interpretação pela qual se pode ressignificar a utopia e fazê-la atual e científica, embora sem deixar de ser controversa. A partir dela tem-se argumentos para rebater as denúncias que tornam dicotômicas as relações entre utopia-política e utopia-ciência, assim como aquela que lhe atribui um caráter de infalibilidade.

A utopia concreta assenta-se na possibilidade e não na garantia de resultados pré-definidos, pois, a possibilidade evoca a ação humana e recai, portanto, no campo da política; a utopia concreta não prescinde de análises científicas a respeito de condições subjetivas e objetivas que levam em conta a realidade já existente e os movimentos que nela se insinuam como tendência e latência. O capítulo seguinte dedica-se a apresentar os conceitos do autor, onde serão retomadas e aprofundadas estas questões, aqui inseridas com o propósito de justificar o sentido positivo da utopia.

Imputar à utopia a capacidade de imaginar um futuro descrito em detalhes e geralmente com um desfecho feliz – perfeito – corresponde ao que Jacoby (2007) intitula de corrente projetista do pensamento utópico, da qual faz parte Thomas More. A ela se contrapõe a corrente iconoclasta, de quem Ernst Bloch é um dos representantes, e que não traz esta preocupação com imagens e características pormenorizadas de um cenário futuro.

Jacoby (2007) previne sobre a maior popularidade das utopias projetistas que, ao apresentarem minuciosamente suas características, tornam-se mais atraentes tanto para admiradores quanto para contestadores. A este respeito, o autor conclui:

Inevitavelmente, a história obscurece ou ridiculariza os planos mais audaciosos, ela os faz parecerem banais demais ou idiossincráticos demais. Pior, esses planos freqüentemente revelam mais uma vontade de dominação do que de liberdade, eles prescrevem o modo como homens e mulheres deveriam agir, viver e falar livremente, como se eles não fossem capazes de descobrir isso por si mesmos. (JACOBY, 2007, p. 16)

Nem todas devem ser reduzidas a uma “vontade de dominação”, mas em sua maioria podem ser admitidas como utopias abstratas, por carecerem de possibilidade de concretização. Com isto, nos remetemos a outra associação equivocada à qual a utopia é submetida, quando acusada de cumplicidade com diversas manifestações de totalitarismo. Os exemplos concretos e dramáticos destas experiências são tomados, inadvertidamente, como se fossem utopias tornadas reais<sup>18</sup>.

Esta questão nos surpreende com outra, a qual, sim, exige maior atenção: como discernir um projeto utópico de outro projeto com qualquer outra intenção?

Na composição deste quadro complexo no qual se situa a utopia, deve-se sublinhar que ela é também constantemente vinculada à defesa de valores universais<sup>19</sup> e inquestionáveis. Neste caso, seu uso desperta simpatia ao se referir a um sonho de mundo desejado, embora irreal, o que, aliás pode ser o motivo pelo qual evoca este sentimento. Adverte-se que o sentido positivo que a palavra adquire na perspectiva deste trabalho é outra, e diz respeito à sua capacidade de tornar-se real, de provocar mudanças, de transformar a sociedade, de mobilizar a esperança e demandar a ação humana. No torvelinho de conceitos e interpretações, esta pesquisa se debruça sobre a positividade, a validade e a vitalidade das utopias sociais no século XXI, mesmo que a contragosto das teorias que advogam o contrário.

O imbróglio conceitual não embaralha apenas o significado da utopia, mas também – e como consequência – daquilo que é seu contrário. É o que acontece com o uso das seguintes expressões: distopia, utopia negativa, antiutopia ou contrautopia. Embora algumas vezes sejam tratadas como sinônimos (BUEY, 2007; KELLER, 1991), optou-se por diferenciar estas categorias. Adotamos que distopia e utopia negativa explicam o mesmo fenômeno e antiutopia e contrautopia referem-se à outra manifestação.

---

<sup>18</sup> Esta idéia é contraposta pelos argumentos de Bloch, conforme capítulo 2.

<sup>19</sup> Voltaremos a este tema no item 8.2

Utopia e distopia revelam uma visão, um projeto, uma perspectiva de futuro. O que as diferencia é sua natureza, o “sinal” deste futuro: melhor (utopia) ou pior (distopia). Assim, distopia pode ser sinônimo de utopia negativa, mas não de antiutopia.

Segundo Jacoby (2007), o século XX inaugura a categoria “distopia”, assim diferenciada de utopia: “as utopias buscam a emancipação ao visualizar um mundo baseado em idéias novas, negligenciadas ou rejeitadas; as distopias buscam o assombro, ao acentuar tendências contemporâneas que ameaçam a liberdade” (JACOBY, 2007, p.40).

O termo, reintroduzido por J. Max Patrick, foi cunhado por John Stuart Mill, que utilizou-o da seguinte forma: “ ‘Talvez seja um excesso de cortesia chamá-los de utópicos; eles deveriam, ao contrário, ser chamados de distópicos ou de cacotópicos. O que é comumente chamado utópico é algo bom demais para ser posto em prática, mas o que ele parece defender é algo ruim demais para ser posto em prática’ ” (citado por JACOBY, 2007, p.222)

Buey (2007, p.218) resume: “En términos morales la distopia es solo la otra cara de la utopía: la otra forma de reaccionar ante el malestar o el disgusto que nos produce la civilización o el mal presente”. Ainda de acordo com ele: “[...]el autor utópico quiere o pretende el tipo de sociedad que imagina, mientras que el autor de distopias, obviamente, no desea el malum que está pintando: ni para el ni para los demás”. (BUEY,2007, p.218).

A perspectiva de Keller (1991, p.15) retira da distopia um possível conteúdo conservador que o “pessimismo” poderia lhe dar. Deve-se salientar desde já que algumas das distopias são conservadoras, mas não é destas a que a autora se refere. De acordo com ela, o pessimismo é também uma forma de criticar a sociedade e de projetar o futuro, é uma forma de denunciar e “prevenir” possíveis cenários desastrosos e que poderão ser reais dadas as condições presentes.

A distopia surge como desencanto com o progresso e com a ciência, pois a eles cabia a tarefa de viabilizar as sociedades utópicas, e entre seus autores citamos Huxley, Wells, Zamiatin, Orwell. Por sua vez, a antiutopia condena exatamente a projeção de futuro: não se trata de um futuro mais perverso (distopia), mas da opção por não projetá-lo.

Lima (2008) aponta François Rabelais como “inventor do paradigma da contra-utopia” e Jacoby (2007) cita os autores que formam a partir de 1957,

juntamente com Norman Cohn, (“Na senda do milênio”) o que ele chama de “consenso liberal antiutópico”: Karl Popper, Jacob L. Talmon, Hannah Arendt e Isaiah Berlin. Entre os vários pontos em comum entre eles (com exceção de Cohn), está o fato de serem originários e desiludidos com o marxismo e o comunismo, o que os motiva a associações com o totalitarismo. Keller (1991) complementa a relação destes autores que desqualificam a utopia: Hayek, Cioran, Berneri.

Se as obras utópicas (desde antes de More, como já foi descrito) deram lugar às distópicas (segunda metade do século XX) admite-se que estas foram substituídas pela antiutopia. Keller (1991, p.13) explica a distopia como um fenômeno do século XX: “ Ya no es el ideal que se propone como modelo a alcanzar, sino la realidad indeseable que se ve como posible o, incluso, probable. El optimismo ha cedido el paso al pesimismo, y cabe preguntarse de dónde arranca éste.”

No final do século XX decretou-se a morte das utopias, e não foram as distopias que ocuparam seu espaço. Com a globalização neoliberal sentenciou-se a inutilidade de pensar o futuro, quer numa visão positiva ou negativa: o futuro já estava traçado e seria uma repetição da matriz de funcionamento do presente. A visão de uma sociedade melhor é trocada pela “segurança” da sociedade existente, com o temor de que qualquer mudança seja para pior.

O medo se impõe e, neste caso, parece desaparecer uma das “virtudes” da sociedade atual: a apologia pelo risco. O risco é autorizado e requerido quando se trata do capital, mas não quando é a sociedade que está em foco. A ênfase no curto prazo torna dispensáveis os projetos para o futuro, e a prevalência do individualismo conduz à inviabilidade de projetos coletivos. Eis a herança deixada para o século XXI.

Contudo, o próprio fim das utopias pode ser entendido como uma utopia. E diante destas controvérsias, de tantos preconceitos cristalizados, de um histórico de ambiguidades, somos forçados a responder uma pergunta: por que utilizar este conceito ao invés de abandoná-lo por outro que possa mais facilmente corresponder ao sentido que almejamos? Por que não falarmos em projetos para o futuro ao invés de insistirmos com a palavra utopia? Valemo-nos do conselho de Abensour (1990, p. 23): “Sabemos muito bem que se começamos cedendo sobre as palavras acabamos por ceder sobre as coisas.”

### 1.3 DA ONIPRESENÇA DA UTOPIA

Thomas More deixou sua obra como legado e incentivo para outras elaborações utópicas, e dentre elas nos interessa as utopias sociais, sobretudo, aquelas utopias que se traduziram em ação – a despeito de seus resultados. Alertamos que o objetivo aqui não é realizar um histórico de tais experiências, mas interrogar sobre a capacidade de resistência dos projetos utópicos, presentes desde antes de More e que persistem até a atualidade.

Reparar na onipresença dos projetos utópicos é reconhecê-los em suas fases de maior ou menor efervescência, mas em nenhuma delas é lícito argumentar a favor do fim das utopias. Isso posto, a discussão detém-se em confirmar a presença e importância das utopias sociais, especialmente no século XXI.

É curioso notar os resultados sobre os esquemas conceituais associados ao uso do lexema utopia em dois jornais de língua portuguesa<sup>20</sup>, que revelaram a seguinte distribuição: “ 36% como ‘projeto político’, 21% como ‘desejo ou sonho’, 17% como Nome Próprio, 13% como ‘espaço/tempo imaginário’ , 11% como ‘projeto impossível’, 2% dos usos designam uma narrativa utópica.” (SALOMÃO, 2009, p. 259).

Estes resultados surpreendem positivamente, pois contornam, de alguma forma, a confusão conceitual investida de uma carga de preconceito e fazem transparecer o sentido político do termo.

As tentativas de “realizar” projetos utópicos, como já adiantamos, é anterior à obra de More e, entre estas, Albornoz (2006, p.151) Joaquim de Fiori como a mais importante figura da utopia social da Idade Média:

Sua esperança está enraizada nesta história que vivemos. Para outros grandes sonhadores, a utopia está situada em lugar longínquo; e, tanto para lamboulos como depois para More e Campanella, trata-se de uma ilha. A ilha não está nos sonhos de Joaquim di Fiori. O sonho de uma terra nova inaugurada pelo Cristo dos tempos do cristianismo primitivo é o sonho de uma nova terra, na realidade dos homens.

---

<sup>20</sup> Jornal “Folha de São Paulo” (Brasil) e “Público”, em Portugal. (SALOMÃO, 2009).

Não se deve desprezar que, ao escrever sobre a ilha de Utopia, More<sup>21</sup>, que se inspirou nas recentes descobertas do “novo mundo”, torna-se ele inspiração para a criação de outras utopias, tanto no gênero literário - François Rabelais e Erasmo, entre outros - quanto nas tentativas de torná-la real, com destaque para Bartolomeu Las Casas e Vasco de Quiroga, sobre os quais Mattelart (2002, p.25) analisa:

Concebida nas trilhas da descoberta do Novo Mundo, a cidade ideal suscitou verdadeiras iniciativas de reforma social com vistas a subtrair os índios do poder arbitrário dos proprietários de terra ou *encomenderos*. Se desvendamos traços do modelo moreano na tentativa efêmera de Las Casas de instaurar em 1520 comunidades de índios e de camponeses espanhóis na costa venezuelana, encontramos sobretudo uma réplica fiel da organização moreana nas vilas-hospitais [ *pueblos-hospitales*] fundados no México ou Nova Espanha pelo bispo do Michoacan Vasco de Quiroga entre 1530 e 1565. Para Marcel Bataillon e Silvio Zavala, dois historiadores da escola dos Anais, estes ‘lugares de paz e de caridade’, dos quais ainda podemos admirar, ainda hoje, os vestígios do quadro constituído, representam bem uma ‘utopia realizada.’

O espanhol Vasco de Quiroga (1476? – 1565) vislumbrou em Michoacán, México, a concretização da utopia de More. Apesar do insucesso<sup>22</sup>, Buey (2007, p. 90) ressalta: “esta obra prova que, em alguns casos, os exercícios de imaginação utópica não são em vão, nem caem no esquecimento, não são apenas sonhos especulativos totalmente distanciados da realidade e daquilo que a realidade pode chegar a ser”.

As experiências de utopias transformadas em ação ganharam espaço também no “velho mundo”, com o exemplo emblemático de Thomas Müntzer (1489-1525). Conhecido como “O Teólogo da Revolução”, Müntzer rompeu com Lutero por defender posições mais radicais, tais como a luta pela conquista dos direitos dos camponeses. Em fevereiro do ano de sua morte, mobilizou camponeses e membros da pequena burguesia a tomarem o poder municipal de Muhlhousem; em maio foram derrotados, e Müntzer, torturado e decapitado.

Após a ebulição das utopias renascentistas, a fase da revolução científica não significou, ao contrário do que se poderia supor, o desaparecimento das utopias. A

<sup>21</sup> Deve-se salientar que as pretensões do autor com a referida obra é tema controverso (tido como um texto irônico para alguns, enquanto para outros se trata de uma versão pré-socialista), e transcende o escopo desta pesquisa.

<sup>22</sup> Chegou ao México em 1530, e cinco anos depois foi nomeado Bispo de Michoacán. Fundou hospitais e escolas, condenou a escravidão dos índios e promoveu a preservação da cultura indígena. De acordo Buey (2007, p. 93), “Quiroga não duvidou em por em prática as idéias procedentes da Utopia de Moore: sacrificou uma parte de seu salário, comprou terras e fundou a primeira vila-hospital chamada de Santa Fé.”

elas foi acrescentada a dimensão técnica; a ciência foi introduzida como elemento gerador de sociedades melhores, a exemplo da “Nova Atlântida” de Francis Bacon (1561-1626) e a “Cidade do Sol” de Tommaso Campanella (1568-1639). Além destes, seguiram-se os escritos utópicos de cunho literário e de cunho social, com destaque para as distopias<sup>23</sup> que fizeram uso da forma satírica para reagir aos conteúdos científicos. Fazemos uma ressalva: as distopias não significam a perda do espírito utópico, mas outra forma de apresentá-lo.

Sob o signo da razão universal, o progresso tornou-se a estrada para um futuro previsível, ditado pela supremacia da lógica das ciências naturais. Tais mudanças alteraram as formulações utópicas no iluminismo, dominado pelas utopias literárias e filosóficas. Mas como observa Buey: “O espírito utópico permanece, porém, em geral se oculta seu nome quando se escreve sobre o bom lugar.” (BUEY, 2007, p.133, tradução nossa) É importante ressaltarmos deste contexto:

El tipo de consideraciones sociológicas y antropológicas que anteriormente habían acompañado al pensamiento utópico parece ahora ocupar un lugar intermedio: entre la declarada aspiración a la cientificidad [ que sigue el camino oblicuo] y la persistencia del enfoque literario o filosófico-literario, estatus que la ciencia social, tal vez con la excepción de la economía, ha seguido manteniendo durante mucho tiempo. Esta combinación entre camino oblicuo, que inspira la intención reformista, y la inversión del viejo espíritu utópico, que inspira la crítica literario-filosófica de las costumbres realmente existentes, se debe a la conciencia que los principales autores ilustrados tuvieron de la complejidad de las relaciones sociales y del mundo socio-político por comparación con lo que afirman las leyes de la naturaleza. (BUEY, 2007, p.135).

Da relação entre utopia e socialismo, marcadamente do século XIX, concordamos com Mattelart (2002) e tantos outros que acusam haver entre eles uma forçosa identificação, além do que é temerário reunir sob a mesma denominação textos tão diferentes. Tal junção foi e continua sendo polêmica, e a cisão entre socialismo utópico e científico é uma das emblemáticas demonstrações do que estamos apontando<sup>24</sup>.

A partir de 1848, o conceito de utopia adquire um significado fortemente negativo, justificado pela vinculação às experiências fracassadas dos “socialistas utópicos.” Mas é no final do século que a palavra é “desonrada”, e sobre isto é importante o que nos informa Buey (2007, p.170):

---

<sup>23</sup> Consultar item 1.2

<sup>24</sup> Voltaremos a este tema ao longo do texto, notadamente no capítulo 4.

A finales del siglo XIX utopía era ya una palabra deshonrada. Una de esas palabras que casi nadie quiere y con las que nadie se lleva bien. Los de arriba seguían llamando utópico, en el sentido de ilusorio, todo proyecto de emancipación de los de abajo.[...] Por ahí, pues, nada nuevo bajo el sol. Lo nuevo es que por entonces tampoco los que estaban con la humanidad sufriente querían tener nada que ver con la utopía.

Inquestionavelmente há um descolamento da ciência e utopia, com a supremacia da primeira. A ciência se baseia em conhecimento; a utopia, na imaginação: é neste registro que se explica o desdém pela utopia, mesmo no circuito à esquerda. Deste contexto, Buey (2007, p. 170) informa:

La revolución no es utopía, sino una necesidad derivada del análisis científico y de la voluntad de emancipación de los trabajadores. Con variantes sobre la forma de entender la ciencia, de organizarse y de hacer la revolución, ésta ha sido la convicción de fondo de todos los que quisieron cambiar el mundo de base entre 1874 y 1917. Esto no quiere decir que no se siguiera escribiendo utopías en la acepción renacentista y humanista de la palabra. Se escribieron. Pero no bajo ese nombre.

Com isto houve uma maior produção e exposição das utopias romanceadas, mesmo que nelas estivessem contidas ideias socialistas, como nas obras de Júlio Verne (1828-1905), Edward Bellamy (1850-1898) e William Morris (1834-1896).

Se o século XIX é marcado pelas utopias socialistas, o século XX passa pelas distopias, contrautopias e até mesmo pelo “fim das utopias”. Mas é nele também que temos as lembranças de maio de 68, da revolução cubana e de tantos outros projetos que não devem ser esquecidos, ou seja, destas utopias colocadas em prática. A defesa do fim das utopias não se sustenta porque é desmentido por estas e outras experiências que questionam a importância deste *slogan*. Podemos assentir que a utopia socialista sofreu um baque com a “queda do muro de Berlin”, mas isto não significa aceitar que as utopias morreram, mas que certas utopias não foram realizadas. As utopias persistem, insistem e se renovam.

O século XX, como os demais, conviveu com fases de maior e menor energia utópica, mas em nenhum momento ela morreu. Aliás, é do final deste século que renasce a utopia que estamos estudando: a da economia solidária. Deste século igualmente é que vem a contribuição de Ernst Bloch, autor que investiu na ressignificação do conceito de utopia. De acordo com Buey (2007, p. 303-4):

Y es que Bloch refundo el aprecio moral por la utopía sin despreciar el pensamiento racional. [...] Para Bloch la utopía es un principio regulador de

lo real, un órgano metódico para lo nuevo, y, por tanto, parte sustancial del pensar humano.[...] Bloch ha visto con mucha lucidez que la esperanza, no cualquier esperanza sino la docta esperanza, es nada menos que la condición de posibilidad de la utopia.

Foram incontáveis os eventos que poderiam justificar o fim da esperança, mas ela persistiu e respaldou a formulação de utopias. Na visão de Buey, até 1989 as utopias dos movimentos sociais, do movimento feminista e ambiental e das convicções de alguns autores da filosofia da libertação (Enrique Dussel, Leonardo Boff) eram inspiradas na utopia de More.

Após esta data, o autor afirma: “el espíritu de la utopía tomo a veces la forma afirmativa del ‘corage’ moral em tiempos difíciles.” (BUEY, 2007, p. 318) Além desta coragem moral, tomou corpo o entendimento de que as utopias são formulações que pretendem se concretizar, que aliam imaginação, ação e ciência, e que os critérios de possibilidade são mais importantes que um esboço detalhado de futuro. Vislumbramos aqui as características da utopia concreta de Bloch, nosso autor referência, ao mesmo tempo em que afirmamos, em definitivo, que 1989 não é a data da morte das utopias, mas quando muito, da derrocada de um tipo específico de projeto utópico.

Não é preciso um minucioso resgate histórico para comprovar a existência do exercício utópico<sup>25</sup> na história da humanidade. Chamamos de exercício utópico a capacidade de pôr em teste os projetos imaginados, seja qual for sua natureza.

Desta capacidade resultaram diversas experiências – bem sucedidas, frustradas, interrompidas, abandonadas, inacabadas – mas que demonstram a vitalidade desta força utópica, no contrapé do desinteresse teórico, da banalização de seu significado e das condições sociais e políticas adversas.

Neste sentido, não se pode desconsiderar que no século XIX houve uma “inversão radical do conceito de utopia”, sobre a qual Abensour (2005, p.14) alerta: “Quem ignora essa inversão está exposto a alguns nós de ambigüidade.”

Conceito originalmente proveniente do campo conservador ou liberal, foi retomado e desviado de seu emprego original pela crítica progressista ou revolucionária. [...] Enquanto a crítica conservadora ou liberal pertence àquilo que Michel Foucault chama de história dos limites [...], a crítica progressista ou revolucionária não se enuncia do ponto de vista da chamada realidade e de sua conservação, mas do ponto de vista de sua transformação. A indagação nova é: qual pode ser a contribuição da utopia para a transformação da sociedade?

---

<sup>25</sup> Voltaremos a este debate no decorrer do texto.

Se considerarmos a utopia como fonte de conscientização e ação, de crítica e de proposição, devemos supor que ela coloca em xeque valores, práticas e consensos forjados em nome de uma suposta normalidade ou imutabilidade. Motivos mais que suficientes para que seu fim seja desejado por aqueles que temem por transformações e que pensam o futuro como mera reprodução do presente.

Neste mesmo fluxo, os valores do capitalismo comprometem as funções da utopia - abafam o pensamento crítico, desestimulam as ações coletivas, disseminam a crença de que são inoperantes e inoportunas as projeções de um futuro melhor.

Keller (1991) levanta três motivos para a desqualificação da utopia no século XX: o movimento de intelectuais contrários à utopia, o progresso da ciência e tecnologia em descompasso com as utopias a elas correspondentes e a noção de distopia. A autora problematiza duas questões: na falta de utopias, quem desempenha seu papel de projetar a sociedade? Eis uma pergunta que se estende para o século XXI: quem fabrica utopias (mesmo que disfarçadas sob outro conceito)? A mídia como meio de reprodução do sistema reproduz também a sua utopia, qual seja o “fim das utopias”.

Jacoby (2007, p.30-31) elege também três razões: “[...]o colapso, iniciado em 1989, dos Estados comunistas; a convicção amplamente difundida de que nada distingue utópicos de totalitaristas; e algo ainda mais difícil de pontuar, mas essencial: um empobrecimento crescente no que pode ser chamado de imaginação ocidental”

Na visão de Sousa (2007, p.21):

Desqualificar a utopia, discurso tão vigente em nosso tempo, é uma arma dos espíritos conservadores. A associação entre impossível e utopia produziu em nosso tempo uma atitude de desqualificação de todas as ações que se reclamam deste princípio. As utopias sempre foram ficções conscientes de sua função de acionar o espírito crítico a consciência de um determinado tempo. Marc Jimenez em seu texto ‘Imaginar a Utopia’ insiste que a idéia de utopia resiste as caricaturais tentativas de concretizações históricas que se reclamam dela. Não se tratava, portanto, em nenhum destes clássicos relatos de materializar literalmente o que as narrativas utópicas propunham. Sua força sempre esteve no rumor crítico que produzia, provocando a imaginação a sonhar com outros mundos. Emil Cioran foi categórico em defender a função vital das utopias em qualquer sociedade. ‘Só agimos sob a fascinação do impossível: isto significa que uma sociedade incapaz de gerar uma utopia e de consagrar-se a ela está ameaçada de esclerose e ruína’.

O fim da utopia, anunciada no final do século XX, é mais uma das tantas mortes forjadas com o intuito de enterrar a modernidade. Diferente de Marcuse, que

comemorou o fim da utopia por acreditar que já se encontravam na realidade os elementos necessários para sua realização<sup>26</sup>, o que se entende por esta manifestação é, nas palavras de Buey (2007, p. 295):

A partir desta última fecha [1990], cuando los medios de comunicación tratan del ‘fin de la utopía’ se refieren habitualmente a ‘ausencia de ideas alternativas’, a ‘reconciliación con la realidad existente’, a ‘reconocimiento del fracaso de las experiencias socialistas del siglo XX’, a ‘aceptación del triunfo del nihilismo’ y cosas así.

Refutamos esta tese, assim como admitimos que a utopia se ressentida da dinâmica social, como nos lembra Baczkó (1985, p. 346):

Em determinadas épocas, as utopias não passam de um fenómeno marginal e isolado. Noutras, porém, a criatividade utópica intensifica-se. À medida que o número de textos utópicos aumenta, uma singular afinidade une as utopias às estruturas mentais e às idéias mestras da época. A utopia mantém, pois, relações múltiplas e complexas com as idéias filosóficas, as letras, os movimentos sociais, as correntes ideológicas, o simbolismo e o imaginário colectivos. As fronteiras das utopias tornam-se tanto mais móveis quanto mais abarcam a dinâmica social e cultural. Oferecem estruturas de acolhimento às esperanças colectivas em busca de uma idéia moral e social, intervindo assim como agente activo que contribui para a cristalização de sonhos confusos. [...] Constituem um dispositivo de eficácia variável que garante um esquema colectivo de interpretação e unificação, simultaneamente, do campo das experiências sociais e do horizonte de expectativas, recusas, temores e esperanças, que rodeia aquele campo.

Apesar do engodo do “fim das utopias”, reconhecemos que há períodos em que ela se manifesta mais intensamente que outros: no entanto, ela está presente em todos os períodos históricos e em todas as sociedades. Advém daí que, ao invés do fim da utopia, advogamos em nome da onipresença da utopia.

O que chamamos de onipresença da utopia vem ao encontro daquilo de Abensour (2005, p. 3) denomina de “persistência da utopia”, assim descrita por ele:

...designa uma impulsão obstinada para a liberdade e a justiça – entenda-se, o fim da dominação, das relações de servidão e o fim das relações de exploração – [...] não está tanto na busca reiterada de um conteúdo determinado, quanto num movimento sempre renascente em direção a uma coisa indeterminada, passível de receber vários nomes na história, e que tem a virtude insigne de despertar os homens, de arrancá-los à aceitação

<sup>26</sup> Nas palabras de Buey: “[...] los proyectos de emancipación o liberación para los que en un momento histórico dado faltan las condiciones objetivas o subjetivas de realización no son utopías, sólo son ideales provisionalmente irrealizables. Estos proyectos dejan de ser utópicos desde el momento en que están presentes ya las fuerzas materiales y espirituales para su realización, aunque otras fuerzas de signo contrario lo impidan momentáneamente [...] ‘Fin de la utopía’ quería decir presencia real de las fuerzas materiales e intelectuales necesarias para la realización de una sociedad libre, de iguales que viven en armonía con la naturaleza”. (BUEY, 2007, p.300).

da ordem existente que, até o momento do despertar, parecia sem problemas.

Atualmente esta persistência se mostra no próprio conceito de utopia, ou melhor, na necessidade de formulações e reformulações exigidas pelas controvérsias que o tema suscita e, também, na forma de um “novo espírito utópico.”<sup>27</sup>

Quais as utopias possíveis sob o neoliberalismo? Que tipos de utopia emergem e podem emergir neste contexto? Costa (2000), ao analisar uma pesquisa sobre a utopia no Brasil constatou que as respostas dizem respeito mais às expectativas quanto ao futuro do que propriamente às utopias dos brasileiros entrevistados. Em sua visão, o “capitalismo globalizado” é responsável pelo que chama de “nova onda de niilismo, uma nova forma de querer o ‘nada’, que é diferente de ‘nada querer’ ”. Segundo o autor: “Queremos, de modo ativo e não passivo, ‘o que é’ ou ‘o que foi’ porque não suportamos mais os conflitos e os esforços requisitados para nossa auto-renovação [...] Na ‘ethos’ niilista, devemos nos satisfazer com o ‘que dá para o gasto’ ”. (COSTA, 2000, p. 1-2).

Apesar destas conclusões, o autor defende a necessidade de utopia: “Utopia, na versão deflacionada e não-messiânica que defendo, é a habilidade que temos de imaginar modos de vida inéditos e melhores que os atuais”. (COSTA, 2000, p.2).

Sobre a tese do “fim das utopias”, Costa apresenta três correções que revelariam sua fragilidade. A primeira alerta sobre o equívoco de teorias que pretendem se sobrepujar à própria realidade: a segunda revela um tom alarmista e catastrófico sobre a realidade; e a terceira afirma a necessidade psicológica da utopia como forma de vínculo entre passado e futuro. Assim, o autor conclui: “o que mudou em nós não é a capacidade de pensar utopicamente. O que mudou em nós é a natureza destes ideais e, sobretudo, a natureza das instâncias que intermediam nossa relação com eles. Ou seja, hierarquia de valores, mediadores da nossa relação com os valores.” (COSTA, 2006).

O autor defende que a instância de mediação entre os homens e os valores é atualmente a ciência, sendo que o problema reside em sua incapacidade de oferecer

---

<sup>27</sup> O “novo espírito utópico” é o terceiro momento assumido pela utopia na modernidade, antecedido pelo socialismo utópico de Saint-Simon, Fourier e Owen e pelo neoutopismo. De acordo com Abensour (2005, p.3): “corresponde a um novo surgimento da utopia após 1848, que toma conhecimento das críticas que lhe foram feitas não com o objetivo de pôr fim à utopia, mas de levá-la para novos rumos”. Tema explorado no segundo capítulo.

estas respostas. Pior ainda é quando em nome da ciência arriscam-se orientações morais e éticas baseadas nas “ideologias cientificistas”, num caso de sofisma que cola questões técnicas em questões sociais. A mídia é a responsável por transmitir estas ideologias cientificistas para a sociedade, na forma de uma “moral provisória” que está assentada na “neutralidade irresponsável”.

A “aquiescência no capitalismo tardio” é, segundo Gomes, a manifestação de um fenômeno político em que as utopias características da modernidade foram abandonadas e substituídas pelo que chama de “ideologia individualista” da pós-modernidade. Gomes explica a origem do termo: “Derivado do latim *acquiescentia*, o termo ‘aquiescência’ denota um estado de passividade, anuência e assentimento no que se refere a fenômenos políticos. Trata-se de um comportamento ditado muitas vezes pelo sentimento de alienação que geralmente se relaciona com a perda da identidade individual ou coletiva, acarretando em falta de autonomia”. (GOMES, 2008, p. 2).

Sobre a opção pelo conceito de aquiescência, Gomes (2008, p. 3-4) explica:

A nossa preferência pelo conceito de aquiescência repousa na percepção de que vivemos um fenômeno genuíno, mais profundo e denso se comparado à apatia, e justamente por isso necessitamos de outra terminologia para tentar entendê-lo em toda a sua complexidade. Neste sentido cabe ressaltar que o indivíduo *apático* não age, nunca é ativo protagonista dos acontecimentos políticos, mas acompanha-o como espectador passivo e, frequentemente, ignora-os inteiramente. Já no que tange ao indivíduo *acquiescente* percebemos uma significativa diferença. Ele é capaz de agir. Apresenta um tipo de ação adequada ao quadro atual de degradação das relações sociais, ou seja, uma ação individualista negativa, em benefício próprio, na qual esse mesmo indivíduo deixa de acreditar na possibilidade de transformação sociopolítica, gerando assim crises de ceticismo a respeito dos recursos estabelecidos para catalisar opiniões e efetivamente influir nas decisões de poder. Dito de outra maneira, apatia gera inação enquanto aquiescência gera ação, mesmo que esta seja conformista e autocentrada.

A falta de ação ou a ação orientada pelo egoísmo são sintomas de uma sociedade em que a esperança é tão depreciada quanto a utopia. É possível reabilitá-las? O exercício da capacidade crítica é um dos caminhos, mas é também refém desta espécie de círculo vicioso que resulta neste estado de aparente inércia.

Doses de resignação e desesperança confundem-se com a percepção de que estaríamos vivendo da melhor forma possível, e que esta condição é providenciada por uma espécie de mão invisível que articularia, a nosso favor, a melhor forma de

convivermos com o que está posto. Esta situação é retratada ironicamente por Voltaire (1998, p.8), através de seu personagem Pangloss:

‘Está provado’, dizia, ‘que as coisas não podem ser de outra maneira, porque, sendo tudo feito para um fim, tudo existe necessariamente para o melhor dos fins. Observai que os narizes foram feitos para apoio dos óculos; e por isso temos óculos. As pernas são visivelmente instituídas para o uso dos calções, e inventaram-se calções. O destino das pedras foi o de serem talhadas, para a edificação de castelos; assim é que monsenhor tem o seu castelo muito lindo: ao principal barão de uma província deve caber a melhor casa; e, sendo feitos os porcos para serem comidos, comemos porco o ano inteiro: por conseguinte, aqueles que afirmaram que está tudo muito bem disseram uma tolice; era preciso que dissessem que tudo vai da melhor forma.

Mas, para além das aparências e das teses acadêmicas (e políticas), a realidade tem exemplos que realçam a vitalidade da energia utópica, em especial, através dos movimentos sociais. Com efeito, o discurso do fim das utopias é rejeitado no plano teórico, e mais ainda, no plano concreto. Sobre isso, Buey (2007, p.297) assevera:

La pérdida del optimismo histórico, las sucesivas derrotas del socialismo [ en todas sus formas], la crítica a la noción ilustrada de progreso, el descubrimiento del peor lado de la tecnología e incluso la desconfianza que há provocado el complejo tecno-científico desde la década de los cincuenta del siglo XX no fueron factores suficientes para desterrar la utopía positiva, la cual ha seguido expresándose al lado de las utopías.

a)[...]la afirmación de que hemos llegado al final de las utopías es un contrafáctico, o sea, una afirmación que va contra los hechos'. [...] c) últimamente, desde el 2000, hemos entrado en una fase de revalorización de la utopía, cuya clave viene a ser de nuevo la discusión acerca del *concepto que hay detrás de la palabra*.

Esta evidência aponta para duas incumbências. Uma delas refere-se à busca de autores “marxistas heterodoxos” que possam auxiliar na compreensão deste fenômeno, e nossa escolha recai na contribuição de Ernst Bloch. A segunda impulsiona a um olhar sobre o sentido concreto destas manifestações, cuja expressão de maior visibilidade é atualmente a dos movimentos sociais, e entre estes optamos por analisar a economia solidária. Os capítulos posteriores endossam tais discussões.

## 2 UTOPIA CONCRETA: A PERSPECTIVA DE ERNST BLOCH

Este capítulo se dedica ao referencial teórico de Ernst Bloch, autor que revigora os estudos sobre utopia uma vez que lhe concede um sentido de possibilidade e cientificidade. Ao diferenciar utopia abstrata e utopia concreta, Bloch nos fornece a chave de interpretação para guiar esta pesquisa.

Após uma breve biografia do autor, prosseguiremos com a apresentação do aporte teórico utilizado para a sustentação da utopia concreta, e por fim, uma seção dedicada à análise sobre esta categoria.

Ernst Bloch nasceu em 8 de julho de 1885 na cidade de Ludwigshafen, e morreu em 4 de agosto de 1977, com 92 anos, na cidade de Tübingen. Alemão, de família judia, o filósofo, que também estudou música e física, conviveu com Simmel<sup>28</sup>, Lukács, Jaspers, Weber, entre outros. Crítico do nazismo exilou-se (a partir de 1938) em lugares como Zurich, Paris, Viena, Praga, EUA, retornando para a Alemanha em 1949. Foi nos EUA que escreveu<sup>29</sup> seu principal livro “O Princípio Esperança”, que em seus três volumes totaliza mais de 1.300 páginas.

Ernst Bloch se reconhece como um filósofo marxista, cuja contribuição é explorar dimensões não contempladas pelos autores clássicos do marxismo. A este respeito, Albornoz (1998, p.10) declara:

Em toda a sua trajetória Bloch acompanhou Marx na crítica radical à sociedade burguesa; na defesa da união da teoria e da práxis transformadora; e na aposta no proletariado como sujeito privilegiado da história, *quando e onde se realiza ao máximo a alienação humana*. O proletariado é para Bloch a força revolucionária que pode realizar a utopia concreta do presente. Se Bloch se distancia do marxismo, é na sua avaliação das superestruturas em sua relação com a infra-estrutura econômica.

---

<sup>28</sup> George Simmel entusiasmou e inspirou Bloch, tanto pela amplitude dos temas, quanto pela forma como os tratava e pela linguagem utilizada. De acordo com Zudeck: “Bloch chama Simmel de um ‘pensador do talvez’” (ZUDECK, 1992, p. 38, tradução nossa) Bloch participou dos colóquios de Simmel, onde nasceu uma forte e temporária amizade entre ambos. O entusiasmo inicial de Bloch cede lugar à decepção ao constatar a falta de precisão e o abuso do relativismo em Simmel: “ ‘Em Simmel jamais havia uma palavra com instrução e autoridade, jamais um pensamento criativo que tivesse firmeza e no qual se pudesse apoiar.’” (ZUDECK, 1992, p. 40, tradução nossa).

<sup>29</sup> Escrito entre 1938 e 1947, revisado em 1953 e publicado em 1954 e 1955(dois primeiros volumes). A publicação completa data de 1959.

O autor filia-se à teoria de Marx e assume o socialismo como sua utopia. No entanto, devemos reconhecer nele um “marxismo *sui generis*” tal qual nos informa Albornoz:

É evidente que o marxismo blochiniano é *sui generis*, com elementos distintivos, alguns recebidos de tradições muito antigas, outros novos e originais. Entre estes sobressai uma nova maneira de ver os elos entre as infra-estruturas econômicas e sociais e as superestruturas culturais. Estes elos são concebidos como íntimos, complexos e dialéticos. As produções chamadas espirituais, tais como a arte, a ciência ou a religião, são também materiais. Aliás, a utopia e a ideologia se distinguem mas se misturam e sucedem nos momentos de afirmação, apogeu e decadência de uma cultura, ligada à história de uma classe social. (ALBORNOZ, 1998, p.31).

Este posicionamento não veio desacompanhado de críticas, dentre elas a de autores mais ortodoxos que o denominam de revisionista ou dissidente. Mesmo sem avançarmos neste debate<sup>30</sup> - o que demandaria um esforço que foge do escopo deste trabalho -, adotamos uma postura que acompanha a interpretação de Albornoz a favor de Bloch como um autor marxista.

É possível que a condição de “marxista marginal” explique a reduzida quantidade de pesquisas e referências sobre a obra do autor<sup>31</sup>. A edição brasileira de “O Princípio Esperança” é de 2005 (primeiro volume) e 2006 (segundo e terceiro volumes), e a maioria de suas obras ainda não tem tradução para a língua portuguesa.

Entretanto, suas ideias mantêm-se atuais, e Frederic Jameson<sup>32</sup> é um de seus principais herdeiros. Löwy e Sayre (1995, p. 304) reconhecem em Bloch os ideais de um marxista romântico que inspirou a Teologia da Libertação:

[...]Bloch foi, sem dúvida, o pensador marxista do século XX que inspirou de forma mais direta a Teologia da Libertação na América Latina, particularmente, através da obra de Gustavo Gutiérrez. Podemos considerar essa teologia como a herdeira, ao mesmo tempo, do socialismo cristão de Charles Péguy [ via personalismo de Emmanuel Mounier] e do marxismo ‘ateu-religioso’ de Ernst Bloch”.

Nossa tese é de que Bloch acolhe e explica a utopia, redimindo-a do sentido depreciativo e elevando-a à condição de categoria imprescindível para se pensar

<sup>30</sup> Sobre ele, recomendamos: HOLZ, H.H. Ernst Bloch: Entremundo y umbral de época. In: VEDDA, M.[Com]. Ernst Bloch: tendencias y latencias de un pensamiento, Ed. Herramienta, 2007.; LOWY, M. Utopía y romanticismo revolucionario en Ernst Bloch. In: VEDDA, M. [Com]. Ernst Bloch: tendencias y latencias de un pensamiento. Ed. Herramienta, 2007.

<sup>31</sup> Destacamos as obras de Albornoz, pioneira nos estudos sobre o autor no Brasil, e de Löwy.

<sup>32</sup> Conforme VEDDA, M. ; LÖWY, M.; SAYRE, R.

uma sociedade diferente. Por isso, não só a economia solidária, como outros movimentos anticapitalistas podem se servir de sua utopia concreta. Para tanto, Bloch percorre um caminho de subverter e reelaborar outros conceitos, a fim de construir os fundamentos de seu princípio esperança.

Zudeick (1992, p. 35, tradução nossa) demonstra que, em sua tese de doutorado,<sup>33</sup> encontram-se traços de suas formulações posteriores, como por exemplo, a crítica sobre a noção de ciência: “[...]o centro de uma nova teoria do conhecimento tem que ser a nova compreensão de todos os conceitos e categorias, ‘que foram transmitidos como resíduos e resultados dos processos anteriores de interrogação.’ ”.

Ainda questionando a ciência, agora a filosofia da história, fica evidente seu interesse pelas questões sobre o futuro e utopia, bases de sua “filosofia da utopia”. (ZUDEICK, 1992). Esta filosofia da utopia será apresentada a seguir, e dela tentaremos extrair elementos que subsidiem uma “sociologia da utopia”, ou então, a defesa da positividade e vitalidade desta categoria.

Sua trajetória deve ser analisada no contexto de alguém que viveu grandes e importantes acontecimentos do século XX e que por isso se insurgiu bravamente contra o fatalismo, conforme atesta Cabado (2007, p. 130):

Todo el movimiento teórico de Bloch hay que entenderlo en el contexto sociopolítico de su tiempo. El afán por eliminar la fatalidad de la historia es su médula. Lo fatal es aquello de lo que no nos hacemos responsables por falta de conocimiento o por manipulación ideológica de las clases dominantes. Tanto en su época como la nuestra acechaban las ‘fatalidades’ y la única forma de desarma el destino mítico es oponiéndole un razonamiento crítico.

Por fim, cabe salienta a relevância de um autor que viveu no século XX, e que sobre ele assentou suas reflexões, a nosso juízo, válidas para compreendermos também o século XXI.

---

<sup>33</sup> “Anotações críticas sobre Rickert e o problema da moderna teoria do conhecimento”, de 1908, em Würzburg.

## 2.1 O PRINCÍPIO ESPERANÇA

Como o objetivo desta tese não é uma análise sobre o conjunto das obras de Ernst Bloch, nem tampouco o de seu “O Princípio Esperança”, mas sim, de como seu conceito de utopia concreta pode auxiliar na interpretação da economia solidária, neste capítulo apresentaremos o referido conceito bem como as categorias que o sustentam. Amparamo-nos em parte no referencial exposto em seu principal livro “O Princípio Esperança<sup>34</sup>” e, sem a ambição de revisá-lo, encontramos ali a base de nossos argumentos. O farto número de citações deve-se ao cuidado com a fidelidade às ideias do autor, especialmente por se tratar de uma obra filosófica e singular.

O autor assim expõe seu livro: “O tema das cinco partes desta obra [escrita entre 1938 e 1947, revisada em 1953 e 1959] são os sonhos de uma vida melhor”. (BLOCH, 2005, p. 21)

Ao anunciar, na primeira página do prefácio, que “O que importa é saber esperar”, Bloch convoca a uma leitura que tem a marca da originalidade, quiçá da provocação. Ao prosseguir, o autor explica:

O ato de esperar não resigna: ele é apaixonado pelo êxito em lugar do fracasso. A espera, colocada acima do ato de temer, não é passiva como este, tampouco está trancafiada em um nada. O afeto da espera sai de si mesmo, ampliando as pessoas, em vez de estreitá-las: ele nem consegue saber o bastante sobre o que interiormente as faz dirigirem-se para um alvo, ou sobre o que exteriormente pode ser aliado a elas. A ação desse afeto requer pessoas que se lancem ativamente naquilo que vai se tornando [Werdende] e do qual elas próprias fazem parte. (BLOCH, 2005, p.13).

Desta forma somos lançados no universo de Bloch, no qual ganham novos significados os sonhos, as esperanças, a imaginação e as utopias. Também nas páginas iniciais do primeiro volume de “Princípio Esperança”, Bloch anuncia: “Pensar é transpor”. O sentido de transposição denota a riqueza e singularidade de sua compreensão sobre a realidade.

Transpor não é limitar-se ao que existe e tampouco apegar-se a ilusões. Transpor tem o sentido de reparar naquilo que não está aparente, naquilo que ainda

---

<sup>34</sup> Chamada pelo autor de “Enciclopédia da esperança” e cujo título original era “Sonhos de uma vida melhor” (MÜNSTER, 121).

não se apresenta por inteiro, mas que nem por isso deixa de ser real. Nas palavras de Bloch (2005, p. 14):

...a transposição efetiva não vai em direção ao mero vazio de algum diante-de-nós, no mero entusiasmo, apenas imaginando abstratamente. Ao contrário, ela capta o novo como algo mediado pelo existente em movimento, ainda que, para ser trazido à luz, exija ao extremo a vontade que se dirige para ela. A transposição efetiva conhece e ativa a tendência de curso dialético instalada na história.

Realizar esta transposição não é um processo fácil, às vezes nem mesmo admitido, como já observava Bloch. As formas condicionadas de pensar impedem que se enxerguem a potencialidade e a antecipação inscritas no movimento da história, visível para aqueles que não se contentam com o que está apenas evidente. Percebidos estes movimentos, desveladas estas tendências, legitima-se a esperança de uma sociedade diferente, uma sociedade melhor. E sobre isso, Bloch (2005, p. 14-5) alerta:

A função e o conteúdo da esperança são incessantemente experimentados e, em tempos de sociedade em ascensão, foram incessantemente acionados e difundidos. Unicamente em uma velha sociedade em declínio, como o Ocidente atual, surge uma intenção parcial e efêmera no sentido apenas descendente. Então, para aqueles que não conseguem achar uma saída para a decadência, o medo se antepõe e se contrapõe à esperança. O medo se apresenta como máscara subjetivista e o niilismo, como máscara objetivista do fenômeno da crise: fenômeno suportado, mas não compreendido; lamentado, mas não removido.

Esperança e capitalismo não combinam, e o declarado “fim das utopias” é a prova incontestada desta afirmação. A incompatibilidade se dá pela ânsia do capitalismo em firmar-se como única forma possível de organização da sociedade. A desqualificação da esperança opera como instrumento garantidor da supremacia do capital, conformando uma sociedade que naturaliza esta situação.

Assim como a desesperança, as esperanças “fraudulentas” também não põem em risco a predominância do capital, visto que são expressas como cenários ilusórios, por definição, jamais realizáveis. No entanto, carregam a virtude de sonhar com algo diferente, como numa transgressão ao grande capital: partem da crítica ao que está posto, mas pecam pelas “soluções” impossíveis. Não é demais lembrar as palavras de Bloch (2005, p.15): “A falta de esperança é, ela mesma, tanto em termos temporais quanto em conteúdo, o mais intolerável, o absolutamente insuportável para as necessidades humanas.”

Entre a desesperança e as esperanças ilusórias, há as esperanças autênticas, aquelas cujo conteúdo deve passar pelo crivo da “**investigação objetiva da tendência e subjetiva da intenção**” (BLOCH, 2005, p. 15, grifo nosso). É esta a pista que perseguiremos: investigar as condições objetivas – existentes e latentes – contidas na economia solidária, bem como as condições subjetivas – expressas pelas intenções dos trabalhadores participantes destas experiências.

Para esta empreitada é mister conhecer as categorias elaboradas por Bloch, que, ao ressignificar a utopia, a esperança, os sonhos e a imaginação, possibilita a defesa da utopia como algo positivo e concreto, ao mesmo tempo em que lhe confere a condição de categoria científica. O autor não repele o sentido da utopia como impossibilidade, mas ao lado das que ele denomina de utopia abstrata, há aquelas que são possíveis de realização e, deste modo, são utopias concretas. Além de criar novos sentidos a velhos conceitos, o autor introduz novas categorias para desenvolver sua teoria, e aqui nos referimos ao “ainda não consciente” e à “consciência utópica”, todos expostos na sequência.

O título do livro denota a centralidade que a esperança adquire no pensamento de Bloch: acionada pela antecipação, a esperança converte-se em combustível para a utopia. Para construir este raciocínio o autor parte da investigação acerca das pulsões humanas: “... o ser humano é um ser de pulsões tão cambiante quanto amplo, um amontoado de desejos cambiantes e geralmente mal ordenados.” (BLOCH, 2005, p.54).

O autor entranha-se na discussão sobre qual seria a mola propulsora das pulsões, travando um debate com a psicanálise. Criticando as teses de Freud e também de seus alunos Alfred Adler e C. G. Jung, Bloch conclui que nenhum deles leva em conta as condições socioeconômicas como variável explicativa - mesmo que não seja a única. Ao lado desta crítica, Bloch responde à questão levantada por ele inicialmente:

Porém, se de fato se pretende distinguir pulsões fundamentais no homem, elas variam em função de condições materiais tais como classe e época, e conseqüentemente também conforme a intenção e a direção da pulsão. E o mais importante é que todas as pulsões fundamentais enfatizadas psicanaliticamente a rigor não são fundamentais: são muito parciais. Elas não se destacam de modo tão evidente como, por exemplo, a fome, que *psicanaliticamente foi deixada de fora em toda parte*. Elas não são instância última do mesmo nível que a mais simples pulsão de se manter vivo. Esta é a pulsão de autopreservação. Só ela é tão fundamental – a despeito de toda

mudança que possa ocorrer – a ponto de colocar em movimento as outras pulsões. (BLOCH, 2005, p. 67).

A fome expressa de forma mais dramática a pulsão fundamental da autopreservação, e dela se originam afetos que Bloch classificou com plenificados e expectantes. A esperança faz parte deste último grupo, que se diferencia pelo “[...] caráter antecipatório incomparavelmente maior de sua intenção, de seu conteúdo, de seu objeto.” (BLOCH, 2005, p.77).

Além de estar na base da esperança, a fome é dotada de potencial revolucionário, responsável pela transformação da autopreservação em autoexpansão, segundo as palavras de Bloch (2005, p. 78).

A fome não tem como não se renovar constantemente. Porém, se cresce ininterruptamente, não sendo satisfeita pelo pão assegurado, ela revoluciona. O corpo-eu torna-se rebelde, não vai mais em busca de alimento apenas nos moldes antigos: ele procura modificar a situação que ocasionou o estômago vazio, a cabeça baixa. O não ao ruim existente e o sim ao melhor em suspenso são acolhidos pelos carentes no *interesse revolucionário*. Em todo caso, é com a fome que este interesse tem início, a fome se transforma, como fome instruída, numa força explosiva contra o cárcere da *privação*. Portanto, o si-mesmo não só procura se preservar: ele se torna explosivo, autopreservação se torna auto-expansão.

Neste processo, a imaginação antecipa aquilo que ainda não existe, neste caso, a resolução da fome: a antecipação é o motor que aquece as esperanças e transforma-as em sonhos diurnos direcionados pela expectativa de ultrapassar esta condição. Estes sonhos, ao contrário dos noturnos, antecipa um ainda-não-consciente, assuntos aos quais voltaremos nas próximas páginas.

Furter destaca que a fome desencadearia um processo de tomada de consciência, tema conhecido da teoria marxista. No entanto, o autor acentua a novidade trazida por Bloch que se refere ao papel da imaginação<sup>35</sup> como fator de mudança e a serviço da consciência antecipadora. (FURTER, 1974).

De toda forma, consideramos que a tomada de consciência é um componente intrínseco ao procedimento de exame crítico da realidade, sendo esta uma das funções da utopia<sup>36</sup>. Sobre as condições de possibilidade que ela possa ter para subsistir no contexto atual é assunto dos capítulos subsequentes.

Voltamos ao tema da esperança, tendo em vista que é a partir dela que Bloch recupera e valoriza a utopia. A esperança, matéria prima da utopia, é compreendida

<sup>35</sup> No terceiro capítulo serão analisadas as categorias imaginação e imaginário.

<sup>36</sup> Assunto tratado no primeiro capítulo.

por Bloch como *docta spes*: “esperança compreendida em termos dialético-materialistas”. (BLOCH, 2005, p.20).

Neste sentido “Esta *não é concebida apenas como afeto*, em oposição ao medo [pois também o medo consegue antecipar], mas *mais essencialmente como ato de direção cognitiva* [e, neste caso, o oposto não é o medo, mas a lembrança.]” (BLOCH, 2005, p.22).

Antídoto contra o ceticismo e o niilismo, a esperança traduzida em “ainda não” se distancia do não e se diferencia do nada:

O não situa-se na origem como aquilo que ainda está vazio, indefinido, não decidido, como partida para o início; o nada, em contraposição, é algo definido. Ele pressupõe esforços, um processo há muito posto em marcha que, no final, é frustrado; e o ato do nada não é uma atividade impulsiva, como a do não, mas uma aniquilação. (BLOCH, E. 2005, p. 301).

No niilismo, o não se transforma em nada; na utopia, em ainda-não. De acordo com Bloch, o ainda-não “caracteriza a tendência no processo material, como a origem que vai se externando pelo processo, que tende para manifestação do seu conteúdo. [...] o não como ainda-não processual transforma a utopia na condição real da incompletude”. (BLOCH, 2005, p. 302).

Bloch vai robustecendo sua teoria, incorporando categorias e sentidos que tecem a sua utopia. Nesta toada, não evoca a “esperança fraudulenta”, baseada meramente na ilusão e contemplação, mas, sim, a “esperança concretamente autêntica”. A esperança que capta o movimento do real, exigindo a participação, conduzindo a ação, instalando utopias concretas.

Nas palavras de Bloch (citado por MÜNSTER, 2007, p. 160): “ ‘[...]la esperanza no es una espera ingenua. [...] El la esperanza reside, entonces, un factor excepcional de poder que le aumenta un poco la posibilidad del éxito. ’ ”.

A consciência antecipatória fundamenta as demais categorias de Bloch – sonhos diurnos, utopia concreta, esperança autêntica, otimismo militante – todas com base no ainda-não-consciente. Orientada pela antecipação e suas possibilidades, ultrapassa o presente imediato e nega a sistemática reprodução do presente, produzindo a “esperança em conhecimento de causa”:

[...]uma consciência mais orientada para o ser ou, de forma mais exacta, para o que exige ser, dado a sua possibilidade estar inscrita no humano e nas relações entre os homens. A consciência antecipadora é, primeiramente, esperança em conhecimento de causa [*docta spes*], recusa

fundamentada da exploração e da dominação por serem um verdadeiro congelamento de humanos, uma negação das suas virtualidades[...] (RIOT-SARCEY; BOUCHET; PICON, 2009, p. 44).

Acolhe o que ainda não está consciente e, com isto, questiona a forma habitual com que olhamos e percebemos o mundo. Assim, “[...] a consciência antecipadora só pode ser uma consciência subversiva que abre caminho a outros modos de conhecimento, a outros modos de conceptualização, produzindo particularmente conceitos que são impulso para o ainda-não conhecido, para o ainda-não-construído.” (RIOT-SARCEY; BOUCHET; PICON, 2009, p. 44).

Analisar estes “ainda-não” sob o olhar da filosofia ou da psicologia extrapola nossos objetivos e nossa capacidade. O desafio está em extrair deste arcabouço teórico uma investigação sociológica sobre a utopia, o que exige avançarmos mais um pouco sobre a elaboração de Bloch.

Bloch dialoga com várias áreas e autores, e de seu encontro com a psicanálise nascem duas categorias importantes: os sonhos diurnos e o ainda-não-consciente. O autor visualiza duas dimensões não contempladas pela psicanálise e que, por este motivo, eram desprezadas ou tomadas indistintamente por outras categorias. Assim, evidenciou as diferenças entre sonho noturno – já conhecido pela psicanálise – e sonho diurno, bem como entre o inconsciente – também descrito pela psicanálise – e o ainda não consciente.

Bloch nos ensina que ao lado dos sonhos noturnos – aqueles que funcionam como mecanismo de fuga da realidade –, os sonhos diurnos<sup>37</sup> são aqueles que esperam por sua realização. Torna-se imprescindível a compreensão destes sonhos, situando-os não apenas no plano da contemplação, mas olhando-os com lucidez “para que o trigo que quer amadurecer possa crescer e ser colhido”. (BLOCH, 2005, p.14).

O sonho noturno traz os desejos retidos no inconsciente, e cujo conteúdo deve ser decifrado. O conteúdo dos sonhos diurnos não advém do inconsciente, mas de um ainda-não-consciente, como “[...] algo que no passado nunca esteve consciente nem tinha existência, ou seja, ele próprio uma meia-luz para a frente, rumo ao novo” e sentencia acerca desta distinção: “O sonho diurno pode proporcionar ideais que não pedem interpretação, e sim elaboração”. (BLOCH, 2005, p.79, 88)

---

<sup>37</sup> Nesta mesma seção este conceito será explicado.

Os sonhos diurnos expressam a esperança e a “consciência antecipadora” e, segundo Bloch (2005, p.79) “Eles sempre procedem de uma carência e querem se desfazer dela. Todos eles são sonhos de uma vida melhor.” Convicto de suas peculiaridades, o autor defende uma forma própria para analisar seus conteúdos e aponta suas características: a) o conteúdo do sonho é escolhido pelo sonhador, que tem domínio sobre ele; b) o ego do sonhador mantém-se preservado, ou seja, livre de censura; c) “o sonho diurno visa à melhoria pública” (BLOCH, 2005, p.93), são sonhos de um mundo melhor; d) o sonho diurno pretende chegar ao seu fim, “Ele se recusa a se saciar ficticiamente ou ainda espiritualizar desejos.” (BLOCH, 2005, p.97).

O sonho diurno é iluminado pelo farol da antecipação, está voltado para o futuro, mas também aqui moram as ilusões. Portanto, há que se distinguir entre os sonhos diurnos “paralisantes” e os “engajados.” (BLOCH, 2005).

É fundamental ressaltar a distinção dos conteúdos tanto das esperanças quanto dos sonhos diurnos, pois deles advêm os significados diferentes de utopia. A esperança e os sonhos diurnos baseados na ilusão, na fantasia, no desejo sem vínculo com a realidade geram as utopias abstratas. Todavia, os sonhos diurnos e as esperanças, quando assentados em análises sobre determinada realidade histórica, podem originar utopias concretas, ou seja, possíveis de serem realizadas.

Como reação à carência, os sonhos diurnos antecipam imagens de uma vida melhor – possíveis ou não – e que expressam o conteúdo inscrito no “ainda-não-consciente”, outro engenhoso conceito de Bloch (2005).

O “ainda-não-consciente” é uma classe de consciência que se põe a captar não as imagens do passado, mas as do “alvorecer para frente”, o “sonhar para frente”. Não pode ser alocada no inconsciente, pois ali se alojam os conteúdos que foram esquecidos (pré-consciente) e os reprimidos (inconsciente). O ainda-não-consciente desprende-se do antigo para inclinar-se ao novo. Bloch (2005, p.117) explica:

O ainda-não-consciente é assim unicamente o pré-consciente do vindouro, o local psíquico de nascimento do novo. E se mantém pré-consciente sobretudo porque nele se encontra um conteúdo da consciência que ainda não se manifestou nela de forma clara, que ainda está alvorecendo a partir do futuro. Conforme o caso, pode ser até mesmo um conteúdo que vai surgir objetivamente no mundo. É desta forma com todas as situações produtivas que estão na origem de coisas que nunca existiram antes. Este é o espírito do sonho para a frente, este espírito repleto do ainda-não-consciente como forma de consciência de algo que se aproxima. O que o sujeito aqui fareja não é bafio de porão, mas o ar da manhã.

Ao voltar-se para o amanhã, para o novo, o ainda-não-consciente reflete-se no ainda-não-originado e, assim, revela a incompletude, a possibilidade e o futuro em aberto.

Assim como na alma humana raia o ainda-não-consciente que antes nunca havia sido considerado, assim raia no mundo algo ainda-não-originado: na dianteira do processo e da totalidade do mundo encontra-se essa frente e essa vasta categoria, ainda tão pouco compreendida, do **novo. Seus conteúdos não são simplesmente os não manifestos, mas os não decididos**, despontam na mera possibilidade real, trazem em si o perigo de um possível desastre, mas também a esperança da possível felicidade, ainda não comprometida e capaz de ser decidida por seres humanos. (BLOCH, 2006, p.178).

A potencialidade desvelada pelo “ainda-não” sustenta o princípio esperança, ou seja, a capacidade de antecipação de um futuro melhor. De acordo com Zudeick (1992, p. 39) “... 65 anos mais tarde Bloch ainda o apontava como seu ‘único e primeiro pensamento original.’ ”

Subversiva e revolucionária é a filosofia de Bloch, assentada em desvelar horizontes que não se põem na linha de frente, que sequer estão completamente definidos, mas que nem por isso deixam de existir. Existem e devem ser expostos à luz de análises que confirmem ou não suas possibilidades de realização. De acordo com Bloch (2005, p.23):

O ainda-não-consciente comunica-se e interage com o que-ainda-não-veio-a-ser, mais especificamente com o que está surgindo na história e no mundo. Sendo que a análise da consciência antecipatória deverá servir fundamentalmente para que os conseqüentes reflexos propriamente ditos, os retratos da vida melhor desejada e antecipada, tornem-se psicomaterialmente compreensíveis. Dever-se-à, portanto, tomar conhecimento do antecipatório com base em uma ontologia do ainda-não.

As duas funções da utopia descritas no capítulo anterior – crítica e propositiva – estão contempladas no “ainda-não”, conforme observa Zecchi (1978, p. 93):

El espíritu de la utopía está estrechamente unido al ‘aún-no’, a su significado de negación y de anticipación. De este modo la utopía se libera de la función de crítica y de denuncia incluso a sí misma sin posibilidad de nuevos comienzos, una función que sólo tendría la ventaja de alimentar el gusto por la retórica del rechazo.

Sempre cuidadoso com a explicação dos conceitos, Bloch (2005, p. 142) previne sobre equívocos que o “ainda-não-consciente” poderia suscitar: “O olhar para a frente que aqui se tem em mente é seletivo e não turvado. Ele é o primeiro a exigir que a intuição [*Ahnung*] seja saudável, que não seja apática, como se

estivesse enfiada num porão: que seja uma intuição predisposta a se tornar consciente em sua aurora, mesmo que voltada para a manhã.”.

Ao exigir uma intuição corajosa e “saudável”, que ele denomina de “intuição produtiva”, critica os pressentimentos e instintos que, destituídos de esperança, acostumam-se a enxergar o futuro apenas como réplica do presente, portanto, como um futuro inautêntico.

Botar ovos, construir ninhos, migrar – estas são ações efetuadas pelo instinto como se houvesse um exato *saber* do futuro. No entanto, este é um futuro em que se cumprem os destinos de milhões de anos da espécie. Trata-se, portanto, de um futuro antigo, automático em seu teor, já que nele não acontece nada de novo: trata-se do referido futuro inautêntico. (BLOCH, 2005, p. 142).

A intuição produtiva, própria das épocas de mudança, rompe com os ciclos repetitivos, “e está claramente consciente de si, como um ainda-não-consciente, demonstrando no seu estado desperto a vontade de aprender, a capacidade de ver ao seu redor por meio de uma previsão, de conjugar um olhar abrangente [...] e uma prudência [...] na sua previsão.” (BLOCH, 2005, p. 143).

A clareza dos sonhos e a intuição saudável exigem também o crivo da razão como forma de habilitar as esperanças autênticas e abrir as portas para a função utópica.

Só quando a razão toma a palavra, a esperança, na qual não há falsidade, recomeça a florescer. O próprio ainda-não-consciente deve se tornar *consciente* quanto ao seu ato, consciente de que é uma emergência, e *ciente* quanto ao conteúdo, ciente de que está emergindo. Chega-se assim ao ponto em que a esperança, esse autêntico afeto expectante no sonho para a frente, não surge mais como uma mera emoção autônoma [...] mas de modo *consciente-ciente* como *função utópica*. (BLOCH, 2005, p.144).

Função utópica é a esperança elevada à ordem racional. Seus conteúdos mostram-se primeiramente como fantasia, mas não aquelas originárias de ilusões e sustentadas no vazio, e sim, aquelas que tem “[...]a seu favor um ainda-não-ser do tipo esperado [...] que antecipa psicicamente um possível real.” (BLOCH, 2005, p. 144).

Mantendo-se sempre vigilante quanto à distinção entre o ilusório e o possível, a função utópica cumpre o papel de adicionar racionalidade ao que poderia ser confundido como fruto apenas do desejo. Bloch (2005, p.144) reitera: “a função utópica sequer está presente no *wishful thinkin* ou, se está, são apenas lampejos”.

Este “pensamento desejoso” encoraja os “utópicos fanfarrões” e desqualifica o potencial das utopias. “O *wishful thinking* puro tem desacreditado as utopias desde

tempos remotos, tanto no nível da prática política quanto em toda restante manifestação de coisas desejáveis, como se toda e qualquer utopia fosse abstrata.” (BLOCH, 2005, p. 144).

A função utópica é o antídoto contra o imaturo e o abstrato, também contra o pragmatismo e o “realismo do burguês”, e está assentada na antecipação do real. Este real é utópico porque ainda não existe, mas pode ser percebido e antecipado como tendência. Captar a tendência, para além dos fatos e do imediato, afasta o empirismo e nos aproxima da utopia possível – a utopia concreta. (BLOCH, 2005).

O ponto de contato entre sonho e vida, sem o qual o sonho produz apenas utopia abstrata e a vida, por seu turno, apenas trivialidade, apresenta-se na capacidade utópica colocada sobre os próprios pés, a qual está associada ao possível-real. Uma capacidade que, guiada pela tendência, supera o já existente não só na nossa natureza mas também no mundo exterior em processo como um todo. Com isso, aqui teria lugar o conceito de utópico-concreto, apenas aparentemente paradoxal, ou seja, um antecipatório que não se confunde com o sonhar utópico-abstrato, nem é direcionado pela imaturidade de um socialismo meramente utópico-abstrato (BLOCH, 2005, p. 145).

A utopia concreta, alavancada pelo possível-real, é a forma pela qual Bloch reabilita e confere sentido positivo à utopia, tema que será aprofundado na próxima seção. Além de compreendermos o significado da função utópica, é importante reter sua diferença em relação à utopia, assim esclarecida por Holz (2007, p. 31-32):

[...]las utopias en la historia de la humanidad son el material a partir del cual pueden ser extraídos y precisados los modos de la función utópica. [...] La función utópica es, por así decirlo, el ‘núcleo racional’ de las utopias, su [si cabe decirlo así] contenido de realidad ontológico; es el indicio de que cada presente está preñado de futuro [como sostuvo Leibniz], de que en cada situación histórica están contenidas, concretamente presentes, las posibilidades y tendencias para un nivel de desarrollo mejor y más rico.

Bloch (2005) reforça que a função utópica não prescinde do sujeito: ao contrário, advoga a favor de uma aliança necessária entre os fatores objetivos e subjetivos, ambos assentados no movimento de tendência, portanto, do possível-real. Desta forma, evita-se que o superdimensionamento de um dos fatores comprometa o alvo, conforme alerta na citação abaixo:

as contradições objetivas constantemente chamam a uma interação com a contradição subjetiva. Não sendo assim, surge a heresia, em última instância derrotista, de um automatismo objetivista, segundo o qual as contradições objetivas por si só seriam suficientes para revolucionar o mundo impregnado por elas. Os dois fatores, tanto o subjetivo quanto o objetivo, precisam antes ser compreendidos em sua constante interação

dialética, interação indivisível, não isolável. Sendo que a parcela humana da ação certamente também deve ser preservada do isolamento, do ativismo golpista em si, que sai em disparada e cujo fator demasiadamente subjetivo acredita poder atropelar a legalidade econômica objetiva. Todavia, não menos prejudicial é o automatismo social-democrata em si, como superstição de um mundo que se torna bom por si só. É impossível, portanto, passar sem o fator subjetivo, e é igualmente impossível escamotear a dimensão profunda desse fator, exatamente a do contragolpe no existente ruim, como mobilização das contradições que ocorrem no próprio existente ruim, visando ao seu total solapamento, à sua derrocada. A dimensão profunda do fator subjetivo, porém, está no seu contragolpe justamente porque este não é apenas negativo, mas igualmente *contém em si a afluência de um êxito antecipável e representa essa afluência na função utópica*. (BLOCH, 2005, p.147-8).

A virtude de expressar-se como “contragolpe no existente ruim” demanda análise cuidadosa para que não se converta em um vício do “contragolpe que simplesmente embeleza o existente”, ou pior ainda, em um “polimento do existente”.

A questão que se coloca agora é saber se e em que medida o contragolpe antecipador não se confunde com um contragolpe que simplesmente embeleza o existente. Especialmente se esse golpe embelezado, ainda que consiga transmitir o seu brilho, nem mesmo consista num contragolpe, mas num mero e suspeito polimento do existente. E não com o respaldo de alguma incumbência revolucionária e sim de uma apologética, ou seja, um respaldo que pretende reconciliar o sujeito com o existente. (BLOCH, 2005, p. 149).

O autor atribui à ideologia o papel de cumprir com este embelezamento ou polimento do existente. Não é incomum, dentro do conjunto de más associações que se fazem a respeito da utopia, confundir estes dois conceitos.

Ainda instigados com a possibilidade de um “contragolpe no existente ruim” ser desviado de seu propósito antecipador, trazemos à tona uma das críticas, também dentro de uma gama de acusações que pesam sobre a economia solidária, de que ela cumpriria a função de ser um “embelezamento ou polimento do existente”. A abrangência do debate será alvo de capítulos vindouros.

Mesmo que o “contragolpe no existente ruim” manifeste um desejo genuíno, não há garantias de que ele se realize. No entanto, Bloch observa que não há “desejo arrefecido”; a pressa em sua concretização pode desviá-lo de seu alvo, e nem sempre o desejo é realizado integralmente. Às possíveis decepções com o sonho realizado – causadas pela turvação do aqui-agora ou por pretensões extremamente ousadas – sobrepõe-se primeiramente a sua própria realização, em vantagem sobre a condição do que era apenas sonho, e mais ainda, a probabilidade de existência de um “excedente utópico”. A este respeito, Bloch (2005, p. 185) salienta:

O sonho como tal não se realiza, o que representa um a-menos, mas carne e osso são acrescentados, o que representa um a-mais compensatório. Também são conhecidos os casos em que, quando o desejado ocorre, ele pode surpreender, não apenas pela força da aterrissagem, da imobilidade, da realização, mas até por um certo excedente de conteúdo que não havia sido sonhado.”.

Não obstante, como saber que a realidade sonhada já atingiu seu alvo? Como saber que o “final” já chegou? Sem confundir-lo com a busca (infrutífera) pelo ideal, trata-se de compreender que “... por mais imponente que tenha sido a consecução da vitória, conceba-a tanto mais como *tarefa* e assim conceba o *presente venturoso simultaneamente como penhor do futuro*”. (BLOCH, 2005, p. 187)

Bloch reitera: “Até que se alcance essa possível realização [o estado de plenitude da realidade], está em curso a intenção ‘mundo do sonho acordado’ e **nenhum pagamento parcelado pode levar a esquecê-la**”. (BLOCH, 2005, p. 187. grifo nosso.).

A noção de processo e incompletude resulta em que “[...] jamais uma realização foi absolutizada sem que restasse uma derradeira parcela do seu sonho acordado, ou seja, sem que se ultrapassasse o alcançado rumo a um possível ser-ainda-melhor que ele. Um novo cume surge atrás daquele que acabou de ser escalado, esse plus ultra não deixa a realização fraquejar, mas a aguça em direção ao seu propósito.” (BLOCH, 2005, p. 187).

Tomba, assim, a acusação de que utopia é a busca por um ideal, um modelo pronto e estático e que, na suposição de tê-lo alcançado, as utopias não fariam mais sentido. Incriminada também por um suposto caráter dogmático e determinista, a utopia concreta de Bloch presume, ao contrário, um futuro como processo, no qual sonhos diurnos podem ser concretizados – ou não.

O autor chama a atenção para “as aporias da realização”: “Mesmo quando algo sucede, ainda há algo que fica para trás em relação a si mesmo” (BLOCH, 2005, p. 187). Esta dinâmica é própria do processo histórico, em que a noção de indefinição e a sensação de falta conformam um mundo onde as utopias fazem sentido. (BLOCH, 2005).

Nesta perspectiva, Bloch (2005, p. 221) chama a atenção para o fato de que

Há ainda algo em aberto, que pode ser concebido diferentemente do que até agora, que pode ter suas medidas invertidas, pode ser amarrado de modo diferente, pode ser alterado. Onde não se pode mudar mais nada e onde nada mais é possível, a vida parou.

A “efervescência utópica” é uma condição da existência humana e por isso sua manifestação inicia-se internamente, ou seja, nos sonhos. No entanto, Bloch (2005, p. 194) acrescenta:

Todavia, nada circularia interiormente se o exterior fosse totalmente estanque. [...] Nenhum objeto poderia ser reelaborado conforme o desejo se o mundo estivesse encerrado, repleto de fatos fixos ou até consumados. No lugar deles, há apenas processos, ou seja, relações dinâmicas, nas quais o existente dado ainda não é completamente vitorioso. O real é processo e processo é a mediação vastamente ramificada entre o presente, o passado pendente e sobretudo o futuro possível.

Aos sonhos devem corresponder possibilidades reais, dentre as muitas possibilidades advindas de uma realidade como processo ou, de outro modo, de um futuro em aberto. A interpretação da categoria possibilidade ganha relevo, uma vez que dela advém a diferença significativa entre utopia concreta e abstrata, e por este motivo o autor elabora quatro níveis distintos.

O primeiro deles concebe o possível como aquilo que é capaz de ser enunciado e pensado, mesmo que indique uma relação contraditória ou impossível. Logo, trata-se de um “possível formal”, em que o possível ganha um conteúdo excessivamente amplo e irreal, e seu descompromisso com a realidade gera ilusões e otimismo fraudulento.

Na comparação deste primeiro com os demais, Bloch (2005, p. 223) explica:

Possível de ser pensado é tudo, na medida em que algo possa ser pensado como estando em relação; mas, indo além disso, o seguinte é válido para *todas as demais formas* do poder-ser: *o possível é o parcialmente condicionado*, e somente como tal ele é possível.[...]todo o possível que transcende o meramente possível de ser pensado representa uma abertura em decorrência de uma base condicionante ainda não completamente suficiente, ou seja, mais ou menos insuficiente[...].

Se o primeiro nível é determinado apenas pelo pensar, nos três níveis seguintes soma-se o conhecer. Não obstante, o possível é sempre parcial, e todos eles são expressos na forma de um juízo hipotético (de premissas não confirmadas) ou por um juízo problemático (premissas não confirmadas em conjunto com outras não conhecidas).

Sobre o segundo nível de possibilidade, Bloch (2005, p. 224) sentencia: “A possibilidade objetivo-factual designa, assim, sempre um estado gradual da

fundamentabilidade objetivo-científica em conformidade com o caráter incompleto do conhecimento científico das condições factualmente disponíveis.”.

Neste caso, o conhecimento parcial sobre o objeto abre caminho para enunciados e suposições do juízo problemático, e por isso o possível ainda é muito abrangente.

Enquanto convive com “[...] uma pergunta que continua repercutindo, no modo de uma reserva factual”, o terceiro nível de possível - “possível conforme a estrutura do objeto real” (possível objetal) distingue-se na medida em que

[...] emerge, a saber, na medida em que não diz respeito ao nosso conhecimento de algo, mas a esse algo propriamente, como algo que pode vir a ser de um modo ou de outro. [...] não vive das condicionantes insuficientemente *conhecidas*, mas das condicionantes insuficientemente *manifestadas*. Ele não designa, portanto, um conhecimento mais ou menos suficiente das condições, mas designa o condicionante mais ou menos suficiente *nos próprios objetos e nas suas disposições*. (BLOCH, 2005, p. 227).

Ainda que seja um avanço em relação ao anterior, visto que “disposições superam enunciados” Bloch alerta (2005, p. 226): “Porém, o que resulta é justamente um possível ainda aberto, mesmo existindo o conhecimento suficientemente completo das condições existentes”.

Se nos enunciados a preocupação é com o conhecimento em si, com a objetividade, nas disposições o centro é o próprio objeto de conhecimento, daí seu “caráter objetal”. Disto, tem-se que

O possível objetal é o parcialmente condicionado pelo objeto conforme o gênero estrutural, tipo, contexto social, contexto legal das coisas. Assim sendo, o parcialmente condicionado manifesta-se aí como estando estritamente bem fundado no objeto [...] e só como tal transmitido ao conhecimento hipotético ou problematizador como abertura do tipo mais ou menos estruturalmente determinado. (BLOCH, 2005, p. 228).

De fato, há duas condições – as internas e as externas - que devem ser igualmente observadas, sem que o cumprimento de apenas uma delas seja suficiente: “ Uma florescência com certeza pode fazer madurar o fruto dentro de si mesma com a plena condicionalidade interna, mas se faltar a condição externa plena de bom tempo, o fruto permanece meramente possível”. (BLOCH, 2005, p. 229)

Não obstante, Bloch (2005, p. 229) pontua:

Ainda mais comprometedor do que a falta de condições externas é, em contrapartida, o efeito da debilidade das condições internas com simultânea profusão das externas. É verdade que a humanidade somente assume tarefas que pode solucionar; entretanto, se o grande momento que se oferece para a solução topa com uma geração mesquinha, então essa realização é tanto mais meramente possível, ou seja, apenas fragilmente possível.

Bloch (2005, p. 229), embora recomende que as duas condições devam estar presentes, e que a plenitude de uma não compensa a ausência da outra, põe acento na condição interna, ou seja, no fator subjetivo: “[...]ele é o que menos pode tornar-se efetivo sem entrelaçamento, sem a interação com os fatores objetivos da possibilidade, isto é, com as potencialidades daquilo que, na proporção do amadurecimento das condições externas, realmente pode ocorrer ou ao menos pode ser encaminhado.”.

Assim, “[...] ‘possibilidade’ significa aqui tanto o poder [...] interno e ativo, como o poder-ser-feito [...] externo e passivo; assim sendo o poder-ser-diferente divide-se em poder-fazer-diferente e poder-tornar-se-diferente.” (BLOCH, 2005, p. 229).

Decorre daí que o poder-ser-diferente é possível não apenas como um cenário melhor, mas também pode resultar em algo pior e mais precário. A explicação para isso é que, além do peso dos fatores subjetivo e objetivo, entra em cena a figura do acaso. Com base em Hegel, diferencia o acaso como evento aleatório e contingente daquele que é “inconcluso mediado dialeticamente”, sendo que o primeiro opera com preponderância neste estrato de possibilidade.

Temos até agora que o primeiro nível de possibilidade é somente pensável, o segundo nível é “possível sobre o prisma do sujeito” e o terceiro “refere-se a algo na ‘própria coisa.’” (BICCA, 1987).

É no “possível objetivo-real” que a diferença entre o realmente possível e o objetivamente possível faz-se notar:

*Objetivamente* possível é tudo aquilo cuja ocorrência pode ser cientificamente esperada, ou que pelo menos não pode ser excluída com base no mero conhecimento parcial de suas condições dadas. *Realmente* possível, em contrapartida, é tudo aquilo cujas condições ainda não estão integralmente reunidas na esfera do próprio objeto, seja porque elas ainda estão amadurecendo, seja sobretudo porque novas condições – ainda que mediadas pelo existente – concorrem para a ocorrência de um novo real. (BLOCH, 2005, p.195).

Tal pressuposto extrapola o limite da consciência – aquele que tudo admite – e dá suporte ao novo, ao utópico. Mais uma vez o autor se apressa em desfazer qualquer fonte de engano e por isso avisa não se tratar aqui de “utopias malfeitas”, aquelas cuja possibilidade é irreal, mas, sim, de utopia concreta, que “[...] tem na realidade do processo um correspondente: o do *novum* mediado.” (BLOCH, 2005, p. 195).

Este último nível corresponde à possibilidade real ancorada no ainda-não-existente, na configuração de uma utopia concreta.

[...] não reside numa ontologia acabada do ser do que existiu até o momento, mas na ontologia, a ser renovadamente fundada, do ser do ainda-não existente, que descobre futuro até mesmo no passado e na natureza como um todo. No espaço antigo, ela traça assim, de maneira mais plena de conseqüências, o seu novo espaço: a possibilidade real é o espaço que, em termos categoriais, está à frente do movimento material enquanto processo; ela perfaz o caráter específico de área justamente da realidade situada na linha de frente de seu desenrolar. (BLOCH, 2005, p. 234).

Recordamos que a possibilidade real é também parcial, e que dela não se deve esperar apenas o que está aparente:

O realmente possível principia com o germe em que foi disposto o vindouro. O que nele está pré-formado procura desdobrar-se, todavia não como se anteriormente já existisse, comprimido no menor espaço possível. O próprio ‘germe’ ainda se encontra diante de muitos saltos; no próprio desdobramento, a ‘disposição’ desdobra-se em pontos de partida sempre renovados e mais precisos de sua *potentia-possibilitas*. **Logo, o possível real no germe e na disposição nunca é algo pronto de modo estanque, que, como algo existente em forma diminuta, apenas tivesse de concluir o crescimento.** Ao contrário, ele preserva a sua abertura como desdobramento que realmente significa evolução, não como mero despejamento ou evacuação. A *potentia-possibilitas* reiteradamente faz com que a raiz original e a *origo* do fenômeno em processo permanente tornam-se originárias num novo nível, com um conteúdo latente renovado. (BLOCH, 2005, p. 235, grifo nosso.).

A possibilidade real extrapola o existente e deixa-se refletir através de símbolos, que apesar de encobertos em seu conteúdo, têm nas cifras a oportunidade de sua visualização. “... a partir da luz do possível real ocorre, enfim, a percepção de um núcleo real no conceito do simbólico.” (BLOCH, 2005, p. 236).

Mais uma vez o autor apoia-se em Hegel para sustentar a visão idealista objetiva como forma de apreensão destas cifras. Discordando da visão antagônica, segundo a qual o conteúdo cifrado é inacessível, considera que

o simbólico comunica-se à sua expressão unicamente a partir do conteúdo do objeto, diferencia os símbolos individuais a partir do material objetivamente real, cujo conteúdo de encobrimento diversamente situado, conteúdo de identidade do objeto, eles representam em cada caso como sendo esse encoberto e idêntico ao objeto. (BLOCH, 2005, p. 237).

Do símbolo enquanto cifra real, tem-se:

E é unicamente esse caráter representativo de uma cifra real, de um símbolo real, que ao final comunica aos símbolos a sua autenticidade, autenticidade de uma convergência do significado, que se associa à realidade desse significado em certos objetos do mundo exterior com um teor especial de latência. ( BLOCH, 2005, p.237).

Possível, portanto, é o que faz sentido para uma realidade ainda-não-concretizada, mas que se faz ver em meio aos símbolos e cifras reais e aos processos de latência e tendência.

[...]o mundo mesmo está cheio de cifras reais e símbolos reais, repleto de *signatura rerum* em termos de coisas que abrigam significado em seu núcleo. Nessa sua significância, eles apontam bem *realiter* para a sua tendência e latência de 'sentido', de um sentido que possivelmente um dia acolherá totalmente o homem e suas questões. (BLOCH, 2005, p. 237).

É o possível de um mundo em processo, que conta não apenas com os sonhos, com os julgamentos, com a vontade e as condições imediatas de mudança, sequer está à mercê da contingência, mas é um processo que conta com a decodificação de seu sentido como forma de guiar-se pelos movimentos de latência e tendência.

Nas palavras de Bloch (2005, p. 238):

Um processo permanente, uma imagem ativa da esperança de um mundo melhor, mediada pela tendência, um ideal instigante, um símbolo de teor profundo: é isso que permanece sendo as perspectivas reais, elas próprias antecipadoras, da possibilidade real – constituindo as dimensões de linha de frente.

Sobre a compreensão das categorias tendência e latência, Bloch (citado por BICCA, 1987, p.33) explica:

'Tendência é, dentre outras coisas, a aspiração que surge quando uma realização é impedida violentamente; latência é o conteúdo utópico no reprimido, que legitima e substancia a tendência. Ambas, tendência e latência, encontram-se na própria realidade, mais notadamente nas épocas intermediárias, onde o velho não perece e o novo não se realiza, ou seja, exatamente onde nos encontramos hoje.'

A partir daí, Bicca (1987, p. 31) analisa a tendência como “[...] a contribuição de Bloch para a teoria do materialismo histórico. [...] elemento relevante da crítica blochiana do determinismo [...] teoria social e histórica orientada pela práxis[...]” e também como:

[...] uma outra denominação para as [...] referidas ‘redes de relações de condições, cheias de tensão’ que mantêm a realidade em movimento. Em sua orientabilidade, ela independe do arbítrio individual. Entretanto, a vontade humana pode fazer parte da tendência global. Em outras palavras, quando se tratar de movimentos transformadores, a vontade individual deverá ser adequada a ela, contanto que seja compreendida como relação orientadora, a qual – uma vez corretamente analisada – deve ser usada para que objetivos de transformação imaginados se deixem alcançar. Das ‘leis’ tendenciais emerge o espaço da liberdade e da contingência. (BICCA, 1987, p. 34).

Em relação à latência, nos informa Nascimento sobre sua relação com a ideia de incompletude de um futuro prenhe de possibilidades ainda não realizadas, próprias do processo histórico. (NASCIMENTO, 2008).

Para Bloch (2005), a onipresença do possível (poder-ser) como um “ainda-não” contrasta com o reduzido número de reflexões teóricas a respeito, as quais, em sua maioria, são produzidas seguindo a lógica formal.<sup>38</sup> A determinação do possível advém do objeto; eis uma das reivindicações do autor e, por este motivo, torna-o “real” e não apenas conceitual.

Bloch, em consonância com Marx, crê na transformação do mundo a partir de sua correta interpretação e conclui: “Transformação do mundo transformável é a teoria-práxis do possível real realizável na linha de frente do mundo, do processo do mundo.” (BLOCH, 2005, p. 243).

Convencido da exigência de “realizar a possibilidade”, declara: “O homem é alguém que ainda tem muito pela frente. No seu trabalho e através dele, ele é o constantemente remodelado. Ele está constantemente à frente, topando com limites que então já não são mais limites; tomando consciência deles, ele os ultrapassa.” (BLOCH, 2005, p. 243).

O possível abre espaço tanto para a esperança quanto para o medo, e o ser humano tem papel fundamental para estimular um ou outro. A esperança torna-se ativa quando “assegura-se da mediação mais precisa possível das condições dadas. Isto é: se for mediada pela maturação dessas condições e pelo seu conteúdo constante na ordem do dia da sociedade.” (BLOCH, 2005, p. 244).

---

<sup>38</sup> Bloch lista as incorreções que a seu juízo são praticadas na análise sobre a possibilidade. Sobre este tema, consultar “O Princípio Esperança” v.1, p. 238 e 239.

Esta práxis pode conduzir da “possibilidade real para a possibilidade”, uma vez observado que

[...] ela está cheia de mediações tendencial-históricas que podem ser perseguidas com precisão. Sendo o tempo, de acordo com Marx, o espaço da história, então o modo futuro do tempo é o espaço das possibilidades reais da história, e ele se situa sempre no horizonte da respectiva tendência do eventual no mundo. Isto quer dizer, no nível teórico-prático: na linha de frente do processo do mundo, onde são tomadas as decisões, onde se descortinam novos horizontes. (BLOCH, 2005, p.244).

No processo, imbricam-se os fatores subjetivos e objetivos, aquele como potência, e este como potencialidade de mudança:

A potência subjetiva é coincidente não só com o elemento transformador, mas também com o elemento realizador na história, e será tanto mais coincidente com estes quanto mais os seres humanos tornarem-se construtores conscientes de sua história. A potencialidade objetiva é coincidente não só com o transformável, mas também com o realizável na história, e será tanto mais coincidente com estes quanto mais o mundo exterior independente do homem for um mundo mediado por este de modo crescente. (BLOCH, 2005, p.245).

Sem desconsiderar a relevância de ambos, Bloch acentua: “Contudo, de modo mais certo, o homem como realizador – sobretudo na medida em que e depois que ele não mais está provido de má-consciência – condensa a potência central na potência-potencialidade da matéria em processo.” (BLOCH, 2005, p. 245).

Pensando nos dias atuais, deve-se questionar quais condições de possibilidade existem e contribuem para despertar e desenvolver a esperança ou o medo. Quais fatos concorrem para isso? Como “instalar” esperança, tendo em vista que dela afloram o desejo e a crença de que há outros “possíveis”? Como se articulam esperança e otimismo nesta perspectiva?

Desfazendo-se da condenação de um futuro pré-determinado, o otimismo ganha passagem: “Ainda não está decidido o que há de emergir: aquilo que agora é pântano pode ser drenado. Redobrando-se a coragem e o saber, o futuro não virá como fatalidade sobre o ser humano, mas o ser humano virá sobre o futuro e ingressará nele com o que é seu.” (BLOCH, 2005, p. 196).

Para tanto, deve-se observar que “Aqui, o saber, que necessita da coragem e sobretudo da decisão, não pode assumir a forma mais comum do saber habitual, a forma contemplativa.” (BLOCH, 2005, p. 196).

Enquanto o saber apoiado na contemplação está voltado ao passado, Bloch (2005, p. 196) reivindica um “saber necessário à decisão” que assume

um modo que acompanha o processo e está conjurado ativa e partidariamente com o bem que vem abrindo caminho, isto é, com o que é digno do ser humano no processo.[...] essa forma do saber é a única objetiva, a única que reproduz o real na história.[...] efetivamente conclama os sujeitos da própria produção consciente.

Bloch vê que a confiança no automatismo diante do futuro gera um otimismo banal ou vulgar e, por via de consequência, a prescindibilidade da ação, e nisso faz um paralelo com o sistema capitalista: “Nessa linha, por exemplo, o capitalismo foi declarado como seu próprio coveiro, simplesmente deixando que funcione até o fim, e mesmo a sua dialética pareceu suficiente, autárquica aos seus próprios olhos.” (BLOCH, 2005, p. 197).

Diante da perversidade desta opção, sentencia:

trata-se de tal modo de um novo ópio para o povo que, cum grano salis, mesmo uma pitada de pessimismo seria preferível a fé no progresso automático.[...] Pensar ad pessimum é, para toda análise que não o absolutiza, um companheiro de viagem melhor que a ingenuidade barata, e ele constitui a frieza crítica justamente no marxismo.(BLOCH, 2005, p.197).

Entre o otimismo ingênuo e o pessimismo tem-se o otimismo militante em que o “saber da decisão” é validado pela possibilidade real de uma utopia concreta e onde o sujeito é convocado ao trabalho e a ação. O otimismo militante opera como um fator subjetivo, e na exigência da conjugação entre fatores subjetivos e objetivos, Bloch garante que aquele é tão material quanto este. “Trata-se da decisão revolucionária do proletariado, que se aplica hoje, na batalha final das libertações: uma decisão do fator subjetivo aliado aos fatores objetivos da tendência econômico-material.” (BLOCH, 2005, p.197).

Nas experiências de economia solidária é possível identificar um comportamento de “otimismo militante”? No que consiste este comportamento, e qual sua relação com a prática nos empreendimentos? Eis uma das questões a serem observadas no relato dos trabalhadores, uma vez que compõe o quadro de uma utopia concreta.

Considera-se que o otimismo militante, ou seja, o “otimismo bem fundado” avança sobre o imobilismo e integra-se ao processo do real, e “[...]tanto sujeito quanto objeto se situam igualmente no *front*.” (BLOCH, 2005, p. 198).

Desta forma, “A filosofia da esperança compreendida se situa, por isso, *per definitionem* no *front* do processo do mundo, isto é, no trecho mais avançado, muito pouco refletido do ser, da matéria movida, utopicamente aberta.” (BLOCH, 2005, p. 198).

Articuladas com a teoria do “ainda-não”, *front*, *novum* e *ultimum* adquirem novo significado. Para isso, combate a visão tradicional da existência de um ciclo que se repete e no qual não há espaço para o que é verdadeiramente “*novum*” e “*ultimum*”:

Para que o *novum* realmente assim o seja, dele faz parte não só a oposição abstrata à repetição mecânica mas até mesmo um tipo específico de repetição – a do conteúdo final total que ainda não se tornou realidade, referido e intencionado, tentado e processado nas novidades progressivas da história. Disso segue que o surgimento dialético desse conteúdo total não é mais designado com a categoria *novum*, mas com a categoria *ultimum*, sendo que nesta a repetição de fato cessa. Todavia, ela só cessa porque, na mesma proporção em que o *ultimum* representa a novidade última, ou seja, mais elevada, a repetição [a representatividade incessante do alvo tendencial em todo o novo progressivo] se eleva até a repetição última, mais fundamentalmente: até a identidade. Sendo que a novidade praticamente triunfa no *ultimum* sem virtude do salto total para fora de todo o havido até ali. (BLOCH, 2005, p.200).

O ciclo rigoroso, tenaz e estéril é rompido:

[...] a esperança, que em nenhum final quer estar apenas no mesmo ponto em que estava no começo, suspende o ciclo rigoroso. A dialética, cujo motor é a inquietação e cujo conteúdo final, que de forma alguma já existe *ante rem*, é o ser não surgido, suspende o ciclo tenaz. As figuras da tensão e as formas de tendência, as cifras do real no mundo, essas verificações com base no exemplo – por mais malsucedidas que seja – suspendem, mediante sua considerável porcentagem de utopia, o ciclo fundamentalmente estéril. (BLOCH, 2005, p. 202).

Neste processo, a origem é desvelada no *ultimum*, e não antes dele, pois ambos nascem de um “ainda-não-realizado”: “A origem é, com certeza, o próprio agente realizador: assim como precisamente no realizar há algo ainda imaturo e ainda não realizado, assim também a realização do próprio realizar, a realização do que está sendo realizado está sempre começando a principiar.” (BLOCH, 2005, p. 202).

Portanto, o *novum* e o *ultimum* localizam-se no *front* do processo histórico, e a função utópica, como núcleo racional da esperança, funda o otimismo militante como atitude “cooperadora do processo”. (BLOCH,2005).

Se “Nem tudo o que é sabido é igualmente reconhecido, muito menos quando se trata de algo recente” (BLOCH, 2005, p. 198), como podemos localizar a economia solidária considerando o *novum* e/ou *ultimum*?

Depois deste embrenhar-se na teoria de Bloch (2005, 2006), perguntamos sobre os símbolos e cifras reais que a economia solidária abriga, bem como para onde eles apontam. Estas perguntas são necessárias para responder outra, a que na verdade nos propusemos inicialmente: sendo a economia solidária uma utopia, qual a sua natureza? Nos termos da perspectiva teórica adotada, esta natureza pode ser ou de uma utopia abstrata ou concreta e, tendo em vista as vantagens desta última, é sobre ela que dedicamos a sessão 2.2.

## 2.2 UTOPIA CONCRETA

Depois da revisão sobre as principais categorias blochianas que fundamentam sua filosofia das utopias, poderemos compreender mais facilmente a distinção entre utopia abstrata e concreta. Eis o propósito desta seção, que, outrossim, faz ver a influência e a defesa de Marx expressas nestas elaborações teóricas.

A chave para Bloch (2005, p. 22) não é negar o sentido negativo da utopia, mas rejeitar que ele seja o único:

[...] a categoria do utópico possui, além do sentido habitual, justificadamente depreciativo, também um outro que de modo algum é necessariamente abstrato ou alheio ao mundo, mas sim inteiramente voltado para o mundo: o sentido de ultrapassar o curso natural dos acontecimentos.

Lembramos que a utopia é gestada nos “sonhos diurnos”, os quais carregam projeções e antecipações do futuro elaboradas pela imaginação do ser humano. Mas nem todo o sonho diurno tem o potencial utópico, pois muitos deles geram fantasias irrealizáveis, chamadas por Bloch de utopias abstratas. É este o significado usual do

termo, que, banalizado, tornou-se sinônimo de impossibilidade e até mesmo de certa ingenuidade.

O que Bloch nos ensina é que, além destes, os sonhos diurnos podem produzir utopias concretas, ou seja, utopias possíveis de serem realizadas. Esta possibilidade se dá pela presença das condições subjetivas e objetivas em que a realidade é informada pelo movimento de tendência e latência. Deve-se ressaltar que, mesmo diante destas condições satisfeitas, não há garantias de concretização da utopia. Resumindo: ao contrário das utopias abstratas, sabidamente inexequíveis, as utopias concretas encontram no futuro em aberto uma possibilidade para sua realização. Nas palavras de Bloch (2006, p. 177):

O sonho consistente associa-se ativamente ao que está historicamente na vez e se encontra em um andamento mais ou menos travado. Portanto, importa para a utopia concreta compreender com exatidão o sonho de seu objeto, inerente ao próprio movimento histórico. Como uma utopia mediada com o processo, importa-lhe destacar as formas e os conteúdos que já se desenvolveram no seio da sociedade atual. Nesse sentido não mais abstrato, a utopia é o mesmo que antecipação realista do bem; como deve ter ficado explícito. A utopia concreta vinculada ao processo existe nos dois elementos fundamentais da realidade compreendida em termos marxistas: em sua *tendência*, como tensão do que está na vez mas é tolhido; e em sua *latência*, como elemento correlato das possibilidades reais objetivas ainda não realizadas no mundo.

Sobre o conceito de utopia concreta, Albornoz (2006, p.12) reitera:

O conceito de utopia concreta, configurado na obra de Ernst Bloch, parece não corresponder mais ao 'lugar comum' impossível da ilha mitológica, nem é abarcado pelo pensamento desenvolvido sobre os sonhos irrealizáveis, porque nelas aparecem a imaginação dos homens e sua esperança correspondente, como forças concretas imbricadas no real, que aliam um sentido de prospecção histórica, de previsão do futuro, com o de direção e determinação dos rumos da história, pela descoberta e exploração das possibilidades do presente.

A avaliação de Buey (2007) ressalta os aspectos pelos quais a filosofia da utopia de Bloch se distingue positivamente. Se não há desaprovação sobre o fundamento moral da utopia, o mesmo não se verifica quando se reivindica a cientificidade do tema (sobre este aspecto nos deteremos na seção subsequente).

Y es que **Bloch refundo el aprecio moral por la utopía sin depreciar el pensamiento racional**. Estableció una distinción entre utopía abstracta y utopía concreta que se corresponde con la diferenciación entre 'utopista' y 'utópico', entre iluso e ilusionado, entre quien sueña despierto y quien, despierto, dice que hay que soñar. Su noción de utopía viene a ser una

lectura histórico-crítica de lo que realmente podría Haber representado la obra de Marx si ésta no se hubiera convertido en Templo, es decir, más allá de la pretensión engelsiana de elevar para siempre el socialismo a la categoría de ciencia superadora de toda utopía. **Para Bloch la utopía es un principio regulador de lo real, un órgano metódico para lo nuevo, y, por tanto, parte sustancial del pensar humano.** (BUEY, 2007, p. 302-3, grifo nosso).

O julgamento moral da utopia é incontestável, aliás, a palavra figura em vários discursos – à direita e à esquerda – invariavelmente aludindo a boas intenções e nobres ideais. Restrito ao plano retórico, o conceito se vê esvaziado de sua dimensão prática e política e raramente vem acompanhado de projetos que façam jus às utopias – mesmo as abstratas.

Diante disso, poderíamos argumentar que a própria capacidade de imaginação está em xeque, ou que ela se ressentida da falta de esperança. Assim, se estas hipóteses forem verdadeiras, quais as implicações que pesam sobre as utopias? Parte desta discussão pode ser vista no capítulo anterior, e aqui nos valem do resgate que Bloch faz sobre as utopias numa perspectiva histórica.

Há tempos que utopias sociais e literárias descrevem fantasiosos reinos de felicidade e, sob determinada ótica, tornam risível a possibilidade de um mundo melhor. Bloch atenta para o fato de que mentes utópicas podem vislumbrar um ainda-não-consciente sob as lentes da paranoia e delírio. Desta forma, contribuíram em certa medida para a desqualificação da credibilidade das utopias.

Entretanto, o desejo destas utopias é louvável, pois vislumbra o encontro com o reino da felicidade ao almejar “... atingir condições sociais radicais, absolutamente boas.” (BLOCH, 2006, p. 35). Representa a tradução do sonho de uma vida sem privação, de uma vida feliz. E nos indagamos: uma vida feliz ou uma vida melhor? O conceito de uma vida feliz no sentido idealizado é objeto da filosofia, mas o conteúdo de uma vida melhor, de uma vida boa, importa à sociologia ( os relatos dos trabalhadores da economia solidária convergem para esta interpretação, como poderemos atestar no capítulo 8.3).

Em que pese seu conteúdo abstrato, Bloch (2006, p. 37) reconhece: “[...] utopias sociais, mesmo em seus inícios tateantes, sempre foram capazes de dizer não à canalhice, ainda que esta fosse todo-poderosa, ainda que se tivesse tornado hábito”.

O hábito, numa análise restrita à dimensão subjetiva, é o mais perverso inimigo das utopias, operando como uma espécie de “anestesia” que leva ao

desencorajamento diante de situações consideradas “normais”. Insiste que mesmo as utopias abstratas contêm virtudes quando comparadas com o “desencorajamento”, a despeito de que “Nos utopistas abstratos, a lanterna dos sonhos ilumina para dentro de um recinto vazio, a realidade precisa se enquadrar na idéia.” (BLOCH, 2006, p. 134).

Sensível ao compreender esta condição, analisa:

Na verdade, esta debilidade raramente é uma fraqueza pessoal dos utopistas. Pelo contrário, precisamente aqui o pensamento não chegou à realidade, em razão do fato de que a realidade daquela época não havia chegado ao pensamento. A indústria estava pouco desenvolvida, o proletariado era imaturo, a nova sociedade era pouco visível na antiga. [...] As velhas utopias eram doutrinárias porque aliaram seu modo de ser, rico em fantasia, sim, fantástico, com o estilo de pensamento racionalista da burguesia. (BLOCH, 2006, p. 135).

Ao contrário daqueles que sequer arriscam pensar em novos cenários, os utopistas não se furtam a projetá-los – e às vezes o fazem com riqueza de detalhes – ,contudo pecam pela falta ou insuficiência de análises sobre a tendência. Em outros termos, falta-lhes a racionalidade concedida pela função utópica:

E, sem dúvida, na formulação abstrata das utopias a função utópica ainda carece de maturidade, ou seja, ainda não há um sujeito sólido que a respalde e ela não tem um possível-real como referência. Logo, ela pode ser desencaminhada facilmente, sem contato com a verdadeira tendência para a frente, rumo ao melhor. (BLOCH, 2005, p. 144).

Mesmo atentando contra as fragilidades e até mesmo impossibilidades destas utopias, o autor celebra sua existência como contraponto ao niilismo e pragmatismo.

Todavia, pelo menos tão suspeita quanto a imaturidade [ o entusiasmo] da função utópica embrionária é a trivialidade do filisteu apegado ao existente, do empirista obtuso, que não explica o mundo, em suma, é a aliança nacional em que tanto o burguês gordo quanto o pragmático superficial não só rejeitaram mas também desprezaram de vez tudo o que é antecipatório. E essa aliança nacional – por aversão a todas as formas de manifestação dos desejos, sobretudo contra os que impulsionam para a frente – cresceu muito ultimamente, fazendo sua a bandeira do niilismo, o que era de esperar. (BLOCH, 2005, p. 144).

Todavia isto não deve conduzir a uma supervalorização das análises de tendência, que podem ser mais prejudiciais que sua ausência:

É claro que também o fato de que a maior observação dessas tendências pode, quando é aumentada mecanicamente e transita para a ciência

econômica, enfraquecer decididamente a vontade para a prática. Pode debilitá-la com muito maior rigor que a utopia abstrata. É capaz de fazer com que o socialista [ou em termos mais precisos: o social-democrata] se torne, como um tipo totalmente sem utopia, escravo das tendências objetivas. Então a idolatria objetivista do que é objetivamente possível aguardará calmamente até que as condições econômicas para o socialismo, por assim dizer, amadureçam totalmente. **No entanto, jamais estarão completamente maduras ou tão perfeitas que não precisem de uma vontade para agir nem de um sonho antecipatório no fator subjetivo dessa determinação.** (BLOCH, 2006, p.135, grifo nosso)

Mais uma vez Bloch (2006, p.136) acentua o papel do fator subjetivo, sem desprezar as análises objetivas, e cita Lenin como exemplo:

Como se sabe, Lenin não esperou que as condições na Rússia lhe dessem permissão em todos os lugares para o socialismo, em uma confortável época distante dos netos: Lenin ultrapassou as circunstâncias, ou melhor, reforçou seu amadurecimento colocando alvos que as ultrapassassem, de cunho concreto antecipatório e igualmente pertinentes à maturidade.

Da compreensão de que “O marxismo é instrução para o agir ” Bloch salienta a importância do fator subjetivo e da clareza e antecipação quanto ao alvo, sob o risco de tornar-se um “antimarxismo fatalista”:

Porém, quando se distancia do subjetivo e do alvo, forma-se um antimarxismo fatalista, degenerado em justificativa para o fato de que não se agiu porque o processo já estaria tomando seu rumo sozinho. Um automatismo desses transforma-se, por isso, em livro de culinária sobre oportunidades perdidas, um comentário sobre chances não aproveitadas, posições evacuadas. Mas o marxismo não poderá ser uma instrução para o agir a menos que sua investida seja simultaneamente um avanço: **o alvo concreto antecipado rege o caminho concreto.** (BLOCH, 2006, p. 136, grifo nosso).

Nestes termos, é lícito perguntarmos: economia solidária é alvo ou caminho?

O alvo se impõe, não a ponto de desconsiderar o caminho, mas como antecipação de um futuro autêntico e “historicamente novo”. Um futuro inautêntico é traçado por aqueles que Bloch identifica como “maus utopistas” que, a exemplo de Proudhon, “... sobrecarregam sua construção com ideais falsos, a saber: com os que no conteúdo [na essência] eram exatamente conhecidos e prontos, mas apenas ainda não realizados, por assim dizer.” (BLOCH, 2006, 136).

A positividade das utopias, que no limite revelam o entusiasmo pela mudança, ganha novo estatuto com Marx: “A partir de Marx superou-se o caráter abstrato das utopias: a melhora do mundo acontece com trabalho e com a correlação dialética das leis do mundo objetivo, com a dialética material de uma história compreendida e conscientemente produzida. (BLOCH, 2006, p. 138).

E nos chama a atenção:

Desde Marx – desconsiderando-se o trabalho parcial ainda ativo em alguns movimentos de emancipação -, a mera utopização se restringiu a variações reacionárias ou supérfluas. Na verdade, estas não estão destituídas de poder sedutor, sendo no mínimo úteis para desviar a atenção, porém justamente por isso se tornaram meras ideologias do vigente, sob uma máscara utópico-crítica. (BLOCH, 2006, p. 138).

Isto nos coloca frente a uma das mais pesadas e constantes críticas da qual a economia solidária é destinatária: seria ela uma “máscara utópico - crítica” ? Ainda não é tempo de refutar esta acusação, que deverá ser respondida no decorrer do texto.

Interessa-nos agora outro prisma de análise que diz respeito à influência de Marx na formulação da teoria blochiana de defesa da utopia. Isto pode (e vai) gerar um mal-estar entre os marxistas (ou marxianos) ou socialistas, especialmente entre aqueles que desqualificam a utopia desde a fase do socialismo científico. Esta polêmica não é objeto da nossa investigação, mas permeia seu desenvolvimento, o que nos leva a enfrentar algumas questões, sem a pretensão de esgotar ou apaziguar o debate.

Por ora, voltamos a Marx, a partir de Bloch. Na citação abaixo, testemunhamos o conteúdo do fator subjetivo e do fator objetivo que conformam a utopia marxista.

Marx jamais permitiu à sua indignação subjetiva que posasse como um fator objetivo e, assim, se iludisse acerca dos fatores revolucionários realmente existentes. Jamais ensinou, como Owen e Proudhon, ou ainda como Rodbertus e mesmo Lassalle, que: pelo fato de trabalhadores receberem salário injusto na sociedade capitalista seria preciso criar uma nova sociedade, por exemplo, com salário justo. Pelo contrário, a obrigatoriedade descoberta por Marx é totalmente distinta da exigência moral aduzida. Reside no âmbito das manifestações econômicas imanentes da própria sociedade capitalista e faz com que ela entre em colapso unicamente de forma dialético-imanente. O fator subjetivo de seu ocaso reside no proletariado, que foi produzido pela sociedade capitalista como sua contradição e que toma consciência de ser contradição. O fator objetivo de seu ocaso reside na acumulação e concentração do capital, na monopolização, na crise de afluência decorrente da contradição entre a forma alcançada de produção coletiva e a forma preservada de apropriação privada. Esses são os novos rudimentos de uma crítica econômica imanente. Inexistem quase por completo na utopia mais antiga, mas caracterizam a obra de Marx. (BLOCH, 2006, p. 174).

As utopias – antes abstratas – priorizam a descrição do futuro em detrimento da crítica do presente, relação invertida em Marx. A primeira opção tende a valorizar o alvo, e pela falta de análises sobre as condições presentes, obscurece o caminho que advém delas. Ao contrário, Marx intitula sua principal obra de “O Capital”, pois

nela percorre o caminho para compreender e descobrir o funcionamento deste sistema, suas leis, e então detectar a abertura para o projeto socialista, sobre o qual pouco escreveu. Assim combate, de acordo com Bloch (2006, p. 175), tanto “o empirismo apegado quanto o utopismo sobrevoante”.

Ao invés de detalhar o futuro, tal como fizeram os utopistas iconoclastas, Marx nos ensinou a pensá-lo como algo “[...] que é iluminado de forma materialista-histórica sob e a partir do passado e da atualidade, portanto, das **tendências atuantes e persistentes**, a fim de ser dessa maneira um futuro conscientemente moldável.” (BLOCH, 2006, p. 175, grifo nosso.)

Marx vê o futuro “com mapa e bússola” e diferencia-se tanto daqueles que fantasiam sobre o futuro (utopistas abstratos) quanto daqueles que desistem de imaginá-lo (reformistas). Estes, guiados pelo empirismo, enfatizam o movimento e não o alvo, deixando “minguar” o alvo numa “subnutrição da fantasia revolucionária”. Os utopistas abstratos, por seu turno, substituem as análises sobre as tendências pelas ilusões. (BLOCH, 2006, p. 176).

Bloch avalia que “... faz parte do marxismo que o entusiasmo e a sobriedade, consciência do alvo e análise dos dados reais andem de mãos dadas.” (BLOCH, 2006, p. 176). Na sua defesa de Marx, conclui:

A partir de Marx explicitam-se a inserção da mais audaz intenção no mundo que acontece, a unidade da esperança e da noção do processo, enfim, o realismo. Exclui-se, pois, tudo o que é inflamado no sonho para frente, assim como tudo o que é bolorento de sobriedade. (BLOCH, 2006, p. 176).

O possível real ilumina o alvo e o caminho, impedindo que sejam desviados pelo otimismo exacerbado ou pelo determinismo das análises objetivas. Ao aglutinar elementos analíticos e prospectivos, o possível real legitima o otimismo militante da antecipação, relacionando dialeticamente as duas dimensões que se caracterizam como a corrente quente e a corrente fria do marxismo.

Nelas, articulam-se a análise sobre as condições pautadas no limite da “medida do possível” que correspondente à corrente fria, com o “sendo-empossibilidade” da expectativa de um “ainda-não-realizado” que caracteriza a corrente quente. Dessa relação busca-se esfriar a corrente quente e aquecer a corrente fria, escapando ao mesmo tempo do entusiasmo ilusório e do determinismo economicista. De acordo com o autor: “Eles se relacionam um com o outro como o

que não pode ser enganado [análise fria] e o que não pode ser decepcionado [análise quente]”. (BLOCH, 2005, p.206).

Nas palavras de Bloch (2005, p. 207):

A análise das condições na totalidade do trecho situacional-histórico atua tanto no desmascaramento das ideologias quanto no desencantamento da aura metafísica. Exatamente isso é próprio da utilíssima *corrente fria* do marxismo. Ela faz do materialismo marxista não só uma ciência das condições mas também, no mesmo fôlego, uma ciência de luta e oposição a todos os entraves e dissimulações ideológicos das condições de última instância, que são sempre de ordem econômica. Por seu turno, da *corrente quente* do marxismo fazem parte a intenção libertadora e a tendência real humano-materialista, materialista-humana, e é em função de seu alvo que todos esses desencantamentos são empreendidos. Daí provém o forte recurso ao ser humano humilhado, escravizado, abandonado, *feito desprezível*, daí provém o recurso ao proletariado como ponto de transbordo para a emancipação.

O cuidado em desvincular-se da ideologia e da metafísica é essencial para a compreensão da utopia concreta. A primeira associação será mais detalhada no capítulo posterior, e sobre a última, Bloch (2005, p. 459) não deixa dúvidas:

É verdade que tudo e sobretudo a vida humana constitui um tipo de *transcendere*, uma ultrapassagem da realidade dada, mas é igualmente verdade que esse *transcendere*, sendo utópico-concreto, não implica nenhuma transcendência. Ela própria seria, de novo, uma realidade-fantasma; está muito claro que a consciência da utopia concreta não se prende de modo positivista ao fato da visibilidade imediata; mais claro ainda está que ela tampouco se volatiliza em meras hipóstases fáticas de pura invisibilidade mitológica.

Esta noção de “*transcendere* sem transcendência” é primordial na compreensão do que seja utopia concreta, sob pena de ver retornado seu sentido abstrato. A realidade que sinaliza para a possibilidade de sua concretização não se reduz ao que está evidente, tampouco deve ser confundida com uma realidade imaginária. Bloch, assim, ressignifica o próprio conceito de realidade e, por via de consequência, a visão sobre ciência, conforme discussão apresentada posteriormente.

No contexto da nossa pesquisa, na qual investigamos em que medida a economia solidária pode encarnar uma utopia concreta, é importante nos determos em outro aspecto visitado por Bloch. O autor considera que os períodos de mudança são épocas propícias aos sonhos diurnos e férteis de ainda-não-consciente, em que

o novo é estimulado e as esperanças acentuadas. Tendo como referência o renascimento, Bloch (2005, p. 119) analisa:

No ar dessas primaveras históricas vibram planos em busca de execução, idéias em incubação. Jamais os atos prospectivos foram mais numerosos e mais comuns do que então, jamais o antecipatório nelas foi mais pleno de conteúdo, jamais a sintonia com o que vem chegando foi mais irresistível. Todas as épocas de mudança estão assim repletas, até sobrecarregadas com o ainda-não-consciente. [...] essas épocas laboram em problemas que, na realidade dada, praticamente ainda não se apresentaram nem mesmo de modo embrionário.

Holz concebe a filosofia de Bloch como própria de um período de transição, e as categorias “Entremundos” e “Umbral de época” seriam representativas desta condição. Sobre a primeira, explica: “[...] Bloch introdujo, para caracterizar la estructura peculiar de las épocas de transición en las cuales se entrecuzan el desmoronamiento de una formación social y la formación de una nueva, sin que la fisionomía de lo nuevo sea reconocible ya de un modo claro.” (HOLZ, 2007, p.24).

A respeito do “umbral de época”, Holz (2007, p. 25) admite:

[...] considera el movimiento que conduce de un período al próximo en el *continuum* de la historia.[...] son las topologías de las formas de desarrollo de los entremundos; estos existen sobre umbrales y como umbrales. Cuando la herencia del pasado persiste ‘superada’ en el presente y en el futuro, los entremundos son una cámara del tesoro de una riqueza presente de recuerdo y anticipación.

Sendo assim, a transição é composta pela mescla de elementos que aliam a herança do antigo com as fundações do novo, deixando expostas as contradições inerentes à passagem entre “dois mundos”.

Quien vive en uno de tales umbrales de época, en un período de decadencia de un orden social y, al mismo tiempo, en la gestación y ascenso de un nuevo orden social, posee una cabeza de Jano: un rostro vuelto hacia el pasado, del que extrae las formas y contenidos de su pensamiento; un rostro que mira al futuro, cuyas formas están moldeándose, cuyos contenidos están determinándose en su universalidad genérica, no aún en su nueva especificidad que surge de las formas de movimiento del nuevo tipo de sociedad. (HOLZ, 2007, p. 30).

A oscilação de intensidade e quantidade de manifestações e projetos utópicos ao longo da história já foi relatada anteriormente, mas Holz observa uma espécie de cumplicidade entre os períodos de transição e o surgimento de utopias. Isso posto, é legítimo aventarmos a hipótese de que estamos vivenciando um processo de transição, favorável, portanto, a “fermentação” de utopias - abstratas e concretas.

Tanto o conteúdo das expectativas em relação ao novo quanto o da herança cultural do passado devem ser objeto de análise. Quanto ao conteúdo da herança, a intenção é avaliar aquilo que pode ser assimilado ou rechaçado, aquilo que é continuidade e o que é novidade. A análise sobre as expectativas se debruça em identificar o nível de possibilidade, determinando a separação entre ilusões e projetos viáveis, ou em termos blochianos, as utopias abstratas e as utopias concretas.

Utopia concreta sugere um oxímoro aos olhos daqueles que não conseguem pensar a utopia descolada da ilha de More. Mais uma vez a história da palavra<sup>39</sup> quer se impor, a despeito dos argumentos que versam sobre a amplitude que o termo adquiriu desde então. Por isso, vale o alerta de Riot-Sarcey de que não devemos nos satisfazer com a palavra, mas esforçar-nos para reencontrar seu sentido como construção imaginária. (RIOT-SARCEY; BOUCHET; PICON, 2009).

Na concepção de Bloch, utopia concreta é práxis emancipadora e revolucionária, em que não há lugar para niilismo, ceticismo tampouco determinismo. A esperança autêntica não redundava em contemplação nem se contenta em tornar-se sonho; ela gera utopias que podem e pedem para serem concretizadas mediante a ação humana. A reunião das condições objetivas e subjetivas, sob orquestração desta última, pode viabilizar cenários antecipados de uma sociedade melhor.

Esta perspectiva nos encoraja e nos equipa teoricamente para a investigação de outra categoria polêmica e igualmente denunciada por formar um oxímoro, qual seja a economia solidária. Com este intuito procedemos a outras investigações, a fim de robustecer nosso aporte teórico. Parte desta tarefa visa à validação de um estudo sociológico sobre utopia, tema que nos ocupará no capítulo vindouro.

---

<sup>39</sup> O capítulo anterior dedica-se à desconstrução deste sentido unívoco.

### 3 UTOPIA E SOCIOLOGIA: PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

Ao analisar os desafios da sociologia na virada do século XX para o XXI, diante das transformações e crises da sociedade, Ianni (1997) prevê mudanças substanciais no que diz respeito ao seu objeto e seu método. Tais implicações decorrem da própria natureza da sociologia, de acordo com o autor.

[...] a sociologia é uma forma de autoconsciência científica da realidade social. Expressa o entendimento que a sociedade, no seu todo ou em seus segmentos mais importantes, desenvolve a propósito de sua organização e seu funcionamento, refletindo o modo pelo qual ela se produz e reproduz, forma e transforma. Mas a sociedade não é única, idêntica, mesma. Desdobra-se em grupos, classes e movimentos sociais, bem como relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, envolvendo mentalidades, ideologias e utopias e lançando-se todo o tempo em nível local, nacional, regional e mundial. (IANNI, 1997, p. 15).

A globalização impôs à sociologia mudanças também em suas categorias de pensamento, entre elas, o contraponto entre ideologia e utopia. No entanto, Ianni observa que estas mudanças não são automáticas, embora necessárias, pois faz muita diferença pensá-las inscritas numa sociedade global.

Interessa-nos pensar sobre como a sociologia pode ajudar a refletir sobre a utopia em tempos de globalização. Quais as utopias possíveis sob o século XXI, e como ela se ressentir das transformações pelas quais passaram e passam o mundo e, por consequência, a sociologia? Em que medida a filosofia da esperança de Bloch pode se constituir em um aporte teórico válido para a própria sociologia?

Para avançarmos em tais questões é imprescindível perguntarmos sobre qual o lugar da utopia na sociologia, pois, nisto reside a preocupação central deste capítulo, que contempla as perspectivas de autores clássicos e contemporâneos - sociólogos ou que dialogam com essa ciência.

### 3.1 ABORDAGENS CLÁSSICAS

A utopia de More inspirou inúmeras outras, mas foi no século XIX que elas alcançaram outro patamar. Konder avalia que : “Nas condições do início do século XIX, as novas utopias, mais do que apontar para uma nova possibilidade no espaço [um ‘não-lugar’], apontavam para uma nova possibilidade no tempo: uma sociedade ideal futura.” (KONDER, 1997, p. 137).

No contexto da Revolução Industrial, as utopias de Owen, Fourier e Saint-Simon propugnavam a favor da classe proletária, naquilo que se constituiu o socialismo utópico.<sup>40</sup> O desejo de transformar, entretanto, não veio acompanhado das necessárias análises científicas, e por isso Bloch os caracterizou como utopias abstratas. Marx e Engels reconheceram as mesmas virtudes e os mesmos problemas destas utopias, e por isso inauguram a passagem do socialismo utópico ao científico, em que a ingenuidade cederia lugar a lutas mais efetivas. Deste cenário, Konder (1997, p. 138) analisa:

Cometeríamos uma rematada insensatez se ignorássemos as vantagens conquistadas pelo ponto de vista de Marx e Engels em relação aos pontos de vista de Saint-Simon ou de Fourier. Devemos, contudo, tomar cuidado para não acreditar que, em decorrência dessas vantagens, a posição ‘científica’ de Marx e Engels eliminou como supérflua ou totalmente contraproducente a utopia do socialismo.

A postura de muitos marxistas foi a de refutar a utopia, negando seu papel na transformação da realidade. Ernst Bloch destoa desta corrente, ao revitalizar a utopia e dar-lhe sentido de ação. Além das utopias abstratas características dos socialistas utópicos<sup>41</sup>, Bloch chancela a existência das utopias concretas, que se filiam ao marxismo tanto pela corrente quente (utopia) quanto pela corrente fria (ciência).

O enunciado socialismo utópico versus socialismo científico, de acordo com Abensour (1990), ainda é eficiente para abalar a credibilidade da utopia, juntando-se a outros equívocos, quase mitos, que afetam sua relação com o marxismo. Com o intuito de avaliar as especificidades desta relação, o autor apresenta três

---

<sup>40</sup> O socialismo utópico será objeto do capítulo 4.

<sup>41</sup> Analisadas pelo autor no segundo volume de “O Princípio Esperança”.

questionamentos acerca de pretextos clássicos da crítica marxista contrários à utopia.

O primeiro ponto versa sobre o desconhecimento em relação à crítica que Marx e Engels destinaram à utopia; o segundo corresponde ao reconhecimento de que há outros discursos críticos além do mencionado acima; e por último, a referência de uma concepção equivocada sobre a história da utopia.

Sobre o primeiro aspecto, Abensour (1990) denuncia que a avaliação negativa da utopia baseia-se em apenas dois textos dos autores, retirando-lhes o contexto e a articulação com outros, ou seja, deslocando-os do conjunto de sua obra. Abensour conclama a uma compreensão da crítica à utopia a partir da interpretação da totalidade de suas obras, sob pena de reproduzir generalizações ou ficar preso ao rótulo do falso antagonismo utopia e ciência. Para o autor, a própria dicotomia foi deslocada, uma vez que não reside naquelas duas categorias, senão no par revolução parcial e revolução total: “A utopia está do lado da utopia parcial, a emancipação humana, do lado da revolução radical. [...] Por aí passa um eixo fundamental da crítica das utopias. [...] Esta aí o lugar do corte original e não no par utopia/ciência.” (ABENSOUR, 1990, p. 20-21). E ainda afirma:

A teoria de Marx não é o lugar onde vem extinguir-se a energia utópica para ceder lugar a ciência, mas o lugar onde se opera um transcrescimento da utopia socialista-comunista no sentido do conhecimento crítico. Marx não é o coveiro da utopia: ele retomou e colocou sua energia em outro nível, projetando-a no movimento real do comunismo [...] (ABENSOUR, 1990,p.10).

O segundo enfoque se ampara na existência de diversas posições críticas em relação à utopia e de como elas são informadas por diferentes visões de mundo. São discursos que comportam desde visões de uma perspectiva conservadora até aquelas advindas do campo da esquerda, que em grande parte derivam da imprecisão conceitual sobre a utopia. Compreender estas distinções é fundamental para não creditar a Marx e Engels um conteúdo crítico que é na verdade do campo conservador.

Abensour considera que esta postura em Marx é motivada pelo horizonte revolucionário de construção do comunismo, uma vez que “[...] a seus olhos, a qualificação de utopia cabe a todo projeto parcial que ataca apenas as determinações secundárias de um fenômeno e deixa subsistir a essência. **Aquilo**

**que distingue para Marx a utopia não é o ‘demais’, o excesso, o extremismo, mas antes, o ‘insuficiente.’ ” (ABENSOUR, 1990, p. 32)**

O autor prossegue:

Marx designa como utópico todo projeto político-social que peque por defeito de radicalidade, e permaneça volens nolens no interior dos limites da própria ordem que pretende transformar. O projeto utópico não visa a uma transformação radical da sociedade, ele ‘deixa em pé os pilares da casa’: ele só efetua uma revolução parcial e não ataca os fundamentos da sociedade burguesa. (ABENSOUR, 1990, p.32)

Detectamos uma diferença substancial entre Marx e Bloch: enquanto o primeiro alerta que o comunismo não deve ser confundido com utopia, Bloch tem nele a sua própria utopia. Fundamental para Bloch é distinguir utopias abstratas e concretas, assim como reconhecer as utopias de brincadeira ou burguesas, pois são elas que justamente mantém intacta a essência do capital.

Por fim, Abensour (1990; 2005) evoca a necessidade de rever a própria história da utopia que para muitos deixaria de ter sentido após a Revolução de 1848. Ao contrário, o autor reivindica que este seja o marco não de um final, mas de uma mutação, com o surgimento do que ele chama de “novo espírito utópico” que sucede dois momentos anteriores: o socialismo utópico e o neossocialismo.

O socialismo utópico, muito embora contemplasse uma motivação reativa a proletarização, visava primordialmente às transformações nas relações humanas. Nas palavras de Abensour: “A utopia socialista do século XIX coloca as questões em termos de civilização, ou melhor, coloca a questão de uma mutação unitária da civilização; em resumo, ela é a afirmação ofensiva de uma nova filosofia da vida.” (ABENSOUR, 1990, p. 41) Da mesma forma: “A utopia social do início do século XX é inicialmente vontade de felicidade.” (ABENSOUR, 1990, p. 40)

É possível avaliarmos, considerando as funções da utopia<sup>42</sup>, que o socialismo utópico valoriza o aspecto propositivo em detrimento da análise crítica, e este descompasso faz dele um conjunto de utopias irrealizáveis. Esta é uma lição preciosa se quisermos analisar o potencial de outros projetos utópicos, como no caso da economia solidária.

Por “neoutopismo”, entende-se um movimento posterior ao socialismo utópico em que a energia utópica foi “domesticada.” (Abensour, 1990) O “novo espírito utópico” distingue-se por duas tendências: uma, fruto da autocrítica potencializada

---

<sup>42</sup> Conforme apresentado no primeiro capítulo.

pelos acontecimentos de 1848, e a segunda, como reflexão gerada por autores marxistas, entre eles, Ernst Bloch. Sobre esta última, Abensour define: “Os partidários do novo espírito utópico não querem permanecer aquém da teoria de Marx nem ir além dela, mas tomar posição no centro mesmo da teoria.” (ABENSOUR, 1990 , p.60)

Esta é a grande contribuição de Abensour para o pensamento utópico, pois ao colocar em outras bases a discussão sobre utopia, problematizando-a dentro do próprio marxismo, desvencilha-se dos clichês antiutópicos e reconduz a discussão a partir dos três momentos que marcam sua história.

Porém a relação entre utopia e marxismo, e mesmo entre utopia e Marx, é envolta em controvérsias. Trazemos esta versão porque nela situamos a posição de Ernst Bloch como representante de um “novo espírito utópico” que, reivindicando sua raiz marxista, acolhe a utopia no centro de sua filosofia.

Chama nossa atenção o fato de que o “novo espírito utópico” surge no rastro do fracasso da revolução de 1848, quando o fim da utopia foi aclamado. Quase 150 anos depois, o fracasso das experiências socialistas, simbolizado pela queda do muro de Berlim, sugere mais uma vez a morte da utopia, mas o que se vê foi novamente sua perenidade. Não temos condições de avaliar a hipótese do nascimento de um novo (ou novíssimo) espírito utópico, mas podemos analisar, mediante um caso concreto, as especificidades de uma experiência que se coloca como uma utopia social do século XXI.

Como nos fez lembrar Ianni (1997), a sociedade global implicou transformações na sociedade, e por via de consequência, na sociologia. Ao mesmo tempo, Abensour (1990) nos apresenta um novo espírito utópico, correspondente a correções e transformações históricas. Este contexto nos impele a um novo olhar sobre a utopia, em que nos desafiamos a construir um aporte teórico condizente com seu acolhimento como objeto de estudo sociológico.

Segundo Neusüss (1971), o marxismo, referência seminal para a sociologia, avaliou os projetos utópicos de Owen e Fourier como formas legítimas de protestos sociais característicos de um período em que o capitalismo não estava plenamente desenvolvido. Depois disso, as utopias foram equiparadas às ideologias como manifestações da falsa consciência. Esta foi a resolução quanto à aceção do conceito no interior do marxismo, restando à utopia a identificação com a ideia de um futuro melhor mais próximo de um olhar da literatura do que de uma teoria social.

A associação da utopia com uma fase pré-científica acabou privilegiando a ideologia como categoria analítica, portanto, na passagem do socialismo utópico ao socialismo científico viu-se a ideologia incorporar os conteúdos utópicos. Enquanto a ideologia foi tomada como um conceito analítico, a utopia foi identificada como conceito de classificação e caracterização, segundo a tradição marxista. A ideologia se tornou uma categoria explicativa da teoria crítica:

Conceptos tales como objetivación, fetichismo, alienación, pertenecen todos ellos a una teoría de las ideologías que culmina en la afirmación de que la sociedad capitalista burguesa no puede comprender sus propias leyes evolutivas, y, por lo tanto, produce necesariamente un ‘falso conocimiento’ de sí misma, conocimiento que se manifiesta de formas muy distintas en las diferentes esferas de la sociedad, pero que siempre representa la apariencia falsa de las relaciones reales. (NEUSÜSS, 1971, p. 12).

A relação entre utopia e ideologia é de fato complexa, sugerindo mais que um antagonismo. De acordo com Neusüss: “...lo utópico está vigente en la ideología [...] la utopía no es simplemente una alternativa a la ideología, sino al mismo tiempo su fermento, incluso quizá su causa.” (NEUSÜSS, 1971, p. 11).

Podemos sugerir que não há uma sociologia da utopia porque o tema foi incorporado ao da ideologia. No campo da sociologia a referência, quase que exclusiva, sobre a relação entre utopia e ideologia é a obra de Karl Mannheim. Depois do livro “Ideologia e utopia”, a sociologia parece ter refreado as discussões a respeito, e as análises sociológicas sobre ideologia superam e obscurecem as análises sobre utopia.

Karl Mannheim (1893-1947) publicou “Ideologia e Utopia” em 1929, livro marcado pela condição de um húngaro judeu analisando os acontecimentos de uma época emblemática. Na obra, debruçou-se sobre o funcionamento do pensamento e sua vinculação com as origens sociais e a ação coletiva. O autor da sociologia do conhecimento “desmascara” ou pretende “desmascarar” os interesses contidos nos modos de pensamentos de grupos dominantes que são generalizados na sociedade em diferentes épocas.

É neste contexto que Mannheim opera uma distinção entre utopia e ideologia, que tem como elemento comum a capacidade de representar um conjunto de ideias que expressam o inconsciente coletivo a partir de uma percepção alterada da realidade. O que as diferencia é a orientação desta distorção: “Iremos referir como utópicas somente aquelas orientações que, transcendendo a realidade, tendem, a se

transformarem em conduta, a abalar, seja parcial ou totalmente, a ordem de coisas que prevaleça no momento.” (MANNHEIM, 1968, p.216).

Desta concepção extraímos que somente podem ser designadas de utópicas aquelas ideias que vislumbram outra sociedade, e não as que se referem ao melhoramento da atual. Assim, apenas seriam utopias, atualmente, as projeções anti-capitalistas, incluindo o socialismo.

A ideologia, conceito que Mannheim faz questão de retirar do monopólio teórico do marxismo, possui dois significados. O particular, que diz respeito ao nível individual e psicológico, e o total, representante de uma época ou grupo social, e que assim é explicado pelo autor:

os grupos dominantes podem, em seu pensar, tornar-se tão intensamente ligados por interesse a uma situação que simplesmente não são mais capazes de ver certos fatos que iriam solapar seu senso de dominação. Está implícita na palavra ‘ideologia’ a noção de que, em certas situações, o inconsciente coletivo de certos grupos obscurece a condição real da sociedade, tanto para si como para os demais, estabilizando-a portanto. (MANNHEIM, 1968 , p.66)

O pensamento utópico, por sua vez, é assim caracterizado:

Seu pensamento é incapaz de diagnosticar corretamente uma situação existente da sociedade. Eles não estão absolutamente preocupados com o que realmente existe; antes, em seu pensamento, buscam logo mudar a situação existente. Seu pensamento nunca é um diagnóstico da situação; somente pode ser usado como uma orientação para a ação. Na mentalidade utópica, o inconsciente coletivo, guiado pela representação tendencial e pelo desejo de ação, oculta determinados aspectos da realidade. Volta as costas a tudo o que pudesse abalar sua crença ou paralisar seu desejo de mudar as coisas. (MANNHEIM, 1968, p.67)

Fica evidente a diferença de abordagem sobre utopia e realidade em Mannheim e Bloch, este último como leitor do primeiro. Preferimos conservar de Mannheim a ênfase sobre a validade das ideias, sobre o conteúdo “perigoso e subversivo” do pensamento, uma vez que “ o pensamento é um agente catalisador capaz de perturbar rotinas, desorganizar hábitos, romper costumes, solapar crenças e gerar ceticismo.” (MANNHEIM, 1968, p.14)

Para prosseguir com uma abordagem sobre utopia e seus pensadores, destinamos a próxima sessão para averiguar a postura de autores contemporâneos.

### 3.2. AUTORES CONTEMPORÂNEOS

Elegemos autores para quem a utopia se relaciona com a proposta de transformação, nos moldes do que julgamos ser uma apreciação condizente com o pensamento de Bloch e o contexto do século XXI.

É o caso de David Harvey, geógrafo que vem analisando as transformações do capitalismo e que também advoga a favor de um novo pensamento utópico, por ele denominado de “utopismo dialético” ou “utopismo espaço-temporal”, em que destaca a figura do “arquiteto rebelde” e explora a necessidade de sua encenação em diferentes teatros, construção metafórica explicada no transcorrer do texto.

Para a elaboração da defesa de um pensamento utópico, o autor levanta uma série de considerações em que traz à tona categorias como sonho, otimismo, imaginação e socialismo.

Na introdução do livro “Espaços de esperança”, o autor faz menção a Gramsci e a sua declaração sobre o “pessimismo do intelecto e o otimismo da vontade” e, mesmo ciente das condições em que se deu esta afirmação, conclui: “A incapacidade de descobrir um ‘otimismo do intelecto’ com que trabalhar em busca de alternativas tornou-se hoje um dos mais sérios obstáculos à política progressista.” (HARVEY, 2004, p. 32).

E continua:

Não será também verdade que devemos a ele, a partir do respeito pelo tipo de resistência e de paixão política que ele exibiu, transformar essa frase de modo a buscar um otimismo do intelecto que, adequadamente associado com um otimismo da vontade, possa engendrar um futuro melhor? (HARVEY, 2004, p.32).

Não é difícil associar este apelo ao otimismo militante de Bloch, formado a partir da utopia concreta, quer dizer, da união entre ciência (intelecto) e utopia (vontade).

Questionando a pretensão de que a ciência marxista tenha o monopólio de respostas acertadas e inequívocas para a ação política, Harvey pondera: “Há ainda o problema de saber de quem vai ser a imaginação a prevalecer na construção de qualquer alternativa.” (HARVEY, 2004, p. 72). Para refletir sobre este tema, Harvey faz um apanhado histórico que retorna o socialismo utópico e suas imagens fantasiosas, passando pela crítica de Marx e Engels, que resulta na seguinte indagação:

Mas numa época em que a luta de classes sofreu um refluxo como força unificada no mundo capitalista avançado [embora ainda presente em mil e uma formas fragmentadas], não seria também este o momento em que pintar quadros fantásticos de que uma sociedade futura tem algum papel a desempenhar? (HARVEY, 2004, p. 72).

O próprio autor responde:

Precisamos desesperadamente de uma vanguarda socialista revitalizada [...] Não se trata do partido de vanguarda ao estilo antigo que impõe uma meta singular e se arroga a posse de tamanha clareza de visão que exclui todas as outras. Mas trata-se da criação de organizações, instituições, doutrinas, programas, estruturas formalizadas etc. que operem em favor de algum propósito comum. Essas atividades políticas têm de estar firmemente assentadas nas condições históricas e geográficas concretas no âmbito das quais se desenvolve a ação humana. (HARVEY, 2004, p.73).

Segundo o autor, há várias lutas anticapitalistas no mundo, mas nem todas são pró-socialistas. Encontrar pontos em comum entre estas lutas a fim de integrá-las num movimento universal, preservando as especificidades, é um dos desafios para fazer frente a uma política que se favorece com a fragmentação daqueles que poderiam oferecer-lhe oposição. (HARVEY, 2004).

Esta política, acentuada com a globalização e o neoliberalismo, é fortemente alavancada pela ideia de um futuro inercial à prova de mudanças: é o fim da história e das utopias. A fim de ilustrar a extensão e a vivacidade com que esta teorização se manifesta na prática, amparou-se em uma comparação sobre a situação daquela que considera sua cidade natal, Baltimore, entre os anos 1966 e 1988. Harvey conclui sobre as mudanças no período, acentuando, além do aumento das desigualdades, uma mudança fundamental sintetizada na crença difundida por Margaret Thatcher e que resume o sentimento de uma época: “Não há alternativas.”

Ele se pergunta sobre os motivos que levaram a admissão desta sensação de impotência, da força desta ideia em propagar-se e introjetar-se com tamanha eficiência: “É simplesmente porque nos faltam a vontade, a coragem e a perspicácia para propor alternativas e buscar ativamente pô-las em prática? Ou há aí algo mais em ação? Não há dúvida de que o motivo não pode ser falta de imaginação”. (HARVEY, 2004, p. 206).

O autor, inspirado em Bloch, ensaia uma resposta:

‘A possibilidade não tem tido uma boa imagem’, observa Ernst Bloch, acrescentando que ‘há um interesse bem claro que tem evitado que o mundo seja transformado no possível’. É digno de nota que Bloch tenha associado essa condição com a derrota, a difamação e a condenação de todas as formas de pensamento utópico. Isso tem se traduzido, de acordo

com ele, na perda da esperança – e sem esperança torna-se impossível uma política alternativa. Será então possível que uma revitalização da tradição utópica venha a nos trazer formas de refletir sobre a possibilidade de reais alternativas? Bloch julgava claramente que sim. (HARVEY, 2004, p.206)

Frisamos que, se faz sentido indagar sobre a forma com que parte da mídia e da academia legitimou e submeteu-se a uma espécie de condenação diante do futuro, esta não foi uma reação homogênea. Mesmo sob o mantra da falta de alternativas, vimos possibilidades nascerem, outras se consolidarem, e talvez este seja o aspecto que mereça nossa atenção, pois reafirma a vitalidade das utopias.

Ao mesmo tempo em que a frase de Thatcher era reproduzida e assimilada (acriticamente), o movimento da realidade desdizia seu conteúdo, talvez como resistência, quem sabe como prática concreta que não se deixa abater por teorias descoladas do real.

Mas é provável que o discurso hegemônico tenha feito estragos, um deles efetivou-se com a descrença do conceito de utopia, inclusive entre aqueles que são movidos – na teoria e ou na prática – por ela. O caminho de Abensour e Harvey, e de certa forma também o de Bloch, apesar de ele ter realizado esta tarefa anos antes, foi valorizar a utopia atribuindo-lhe distinções que a apartassem do conceito depreciativo.

O autor avalia as utopias da forma espacial (realizadas) e as utopias do processo temporal (“abertas ao infinito”) para defender o utopismo dialético ou espaço-temporal. A projeção dos espaços urbanos e das cidades é tarefa na qual a imaginação dá forma a projetos de um mundo diferente.

Ao concluir sobre o fracasso da materialização de utopias da forma espacial, devido “aos processos sociais mobilizados em sua construção” (HARVEY, 2004, p. 228), o autor foca sua análise para a utopia do processo social (ou utopia do processo temporal). Sobre a noção espacial e temporal das utopias, compara: “Enquanto More nos fornece a forma espacial, mas não o processo, Hegel e Marx oferecem suas versões distintas do processo temporal, porém não a forma espacial última.” (HARVEY, 2004, p. 229)

A crítica de Harvey concentra-se no seguinte aspecto: “... as utopias do processo social têm o hábito de se perder no romantismo dos projetos interminavelmente abertos que nunca têm de chegar a um ponto conclusivo [ no espaço e no lugar].” (HARVEY, 2004,p.229)

Para sustentar este argumento, diferencia dois tipos de dialética: “tanto-isso-como-aquilo” como a ideia de um “final aberto”, e “ou-isso-ou-aquilo” que alude a necessidade de um fechamento. A recusa pelo fechamento, que se dá em nome de um antiautoritarismo ou a favor de certa flexibilidade, revela-se um equívoco.

Em razão das deficiências das duas formas de utopismo, Harvey propõe o utopismo ou utopia espaço-temporal (ou dialética), que se caracteriza por operar nestas duas dimensões, bem como enfrentar a questão do fechamento, entendida como “a realização concreta de alguma coisa”. (HARVEY, 2004, p. 257) A ênfase no fechamento é traduzida pela dialética do “ou-isso-ou-aquilo”, quando a escolha de realização de algo impede a concretização das demais possibilidades. Sobre a utopia dialética Harvey (2004, p. 262) explica:

Implica a disposição, mesmo que seja no mundo do pensamento, de transcender ou reverter as formas sociológicas impostas pela acumulação descontrolada do capital, pelos privilégios de classe e pelas amplas desigualdades de poder político-econômico. Esse proceder permite criar um espaço para experimentos mentais sobre possíveis mundos alternativos. Embora esteja presente o risco de isso degenerar em produção de sonhos irrealizáveis, o ajuste do materialismo histórico e geográfico deveria ajudar a transformar esses sonhos em perspectivas efetivamente relevantes.

O uso da imaginação que propicia os “experimentos mentais” e que devem se submeter ao crivo do reconhecimento de sonhos irrealizáveis e das alternativas reais, é semelhante à utopia concreta de Bloch. A utopia persiste nas práticas dos movimentos sociais e nas teorizações de intelectuais que concebem um pensamento comprometido com transformações da sociedade, onde Harvey (2004, p. 256) justifica sua opção:

A ampla rejeição ao utopismo no curso das duas últimas décadas deveria ser entendida como o colapso de formas utópicas específicas, tanto orientais como ocidentais. [...] Assim sendo, deveríamos simplesmente deixar que toda a ideia de utopismo, do tipo que for, passe por uma morte não lamentada? Ou deveríamos tentar mais uma vez reacender e reavivar as paixões utópicas como recurso de galvanização da mudança socioecológica?

Em defesa da utopia, Harvey (2004, p. 257) o autor assevera:

Há um momento e um lugar no incessante labor humano de mudança do mundo em que as visões alternativas, por mais fantásticas que sejam, oferecem a base para moldar poderosas forças políticas de mudança. Creio que nos encontramos precisamente num desses momentos. De todo modo, os sonhos utópicos nunca desaparecem por inteiro, estando em vez disso onipresentes como os significantes ocultos de nossos desejos, Trazê-los à luz a partir dos recessos ocultos de nossa mente e fazer deles uma força

política de mudança pode envolver o risco da frustração última desses desejos. Não obstante, isso é sem dúvida melhor do que se render ao utopismo degenerado do neoliberalismo [e a todos os interesses que criam uma imagem tão negativa da possibilidade] e viver no temor abjeto e letárgico de exprimir e tentar pôr em prática quaisquer desejos alternativos.

Inspirado na passagem de Marx sobre a comparação entre o pior arquiteto e a melhor abelha, Harvey toma a figura do arquiteto como metáfora para expressar a crença na possibilidade humana em projetar e construir nossas vidas. O arquiteto está às voltas tanto com as projeções de espaços como de seus detalhes, promovendo um encontro entre imaginação e as condições concretas. Articulando a figura do arquiteto com o utopismo dialético, Harvey (2004, p. 302) explica:

A arquitetura do utopismo dialético tem de se fundamentar em matrizes contingentes de relações sociais existentes e já formadas. Estas compreendem processos econômico-políticos, junções de capacidades tecnológicas e as características superestruturais do direito, do conhecimento, das crenças políticas e assim por diante. Tem além disso de reconhecer que está imersa num mundo físico e ecológico em constante mudança. Parafrazeando Marx, todos nós, em nossa condição de arquitetos, concretizamos a vontade de criar; fazemos isso, não obstante, em condições que não criamos nem escolhemos.

O chamado para agirmos como arquitetos rebeldes comprometidos com um utopismo dialético é assim enunciado:

Imaginemos que somos arquitetos, todos dotados de uma ampla gama de potencialidades e capacidades, inseridos num mundo físico e social pleno de restrições e limitações manifestas. Imaginemos ainda que estamos nos empenhando em transformar o mundo. Na qualidade de habilidosos arquitetos inclinados à rebeldia, temos de pensar estratégica e taticamente acerca do mudar e de onde mudar, sobre como mudar o que e com que ferramentas. Porém também temos de continuar de alguma maneira a viver neste mundo. Temos aqui o dilema fundamental que se acha diante de todo aquele que se interessa por uma mudança progressista. ( HARVEY, 2004, p. 305).

Movidos pelo desejo de transformar, nos deparamos com uma multiplicidade de escolhas e restrições, e com o desafio de incorporar todos os “diferentes teatros” numa arquitetura rebelde. O autor usa esta metáfora para explicar a necessidade de atuarmos – por meio da ação e do pensamento – nos diferentes “teatros [de operação]”, alertando que nenhum deles deve ser privilegiado ou negligenciado. De acordo com o autor: “As práticas políticas rebeldes têm de ocorrer em todos os teatros dessa longa fronteira. Para haver uma insurgência generalizada que altere a forma e a direção da vida social são necessárias ações colaborativas e coordenativas em todos os teatros.” (HARVEY, 2004, p. 307).

O autor apresenta sete teatros abertos ao pensamento e à ação de arquitetos rebeldes interessados em tramar um destino diferente, dentre os quais elegemos alguns pela proximidade com a temática pesquisada. O primeiro corresponde à afirmação de que “o pessoal é político”, uma vez que as decisões no estilo “ou-isso-ou-aquilo” implicam escolhas (em nível individual e coletivo) que automaticamente eliminam outras. Estas decisões dizem respeito a mudanças que incluem a própria subjetividade daqueles que desejam mudar o mundo. Tais mudanças ficam à mercê da nossa capacidade de nos desvencilharmos da lógica hegemônica, e por isso a “pessoa política é uma construção social”. Segundo Harvey (2004, p. 311):

A luta para pensar alternativas – pensar e agir de outra maneira – entra em choque com as circunstâncias de uma vida cotidiana localizada, e com a consciência dela derivada. O aspecto mais insidioso é o modo como a rotina, em virtude do bem-estar e da segurança que oferece, é capaz de mascarar as formas de acordo com as quais se tem de enfrentar a longo prazo as incômodas perspectivas da mudança transformadora. De onde, em consequência, haverá de vir a coragem de nossa mente?

A figura do “arquiteto rebelde<sup>43</sup>” possui as condições de ser influenciado e também influenciar o sistema capitalista, e neste teatro entra em cena a utopia.

Não obstante, o arquiteto pode [e na verdade deve] desejar, pensar e sonhar a diferença. E, além da imaginação especulativa que necessariamente emprega, ela ou ele tem à disposição alguns recursos especiais de crítica, recursos a partir dos quais gerar visões alternativas a respeito do que poderia ser possível [sic]. Um desses recursos é parte da tradição do pensamento utópico. ‘A partir de onde aprendemos’ pode então assumir a mesma importância, se não maior, que o ‘que podemos ver da posição a partir da qual vemos’. (HARVEY, 2004, p.311).

Harvey acentua a necessidade de uma forma de conhecimento que ultrapasse o que ele chama de “fascínio pós-moderno contemporâneo pelo ‘ponto a partir do qual vemos’” (op. cit., p. 294) e para isso coloca em seu lugar o “a partir de onde aprendemos” traduzido também como “onde e com quem aprendemos e de que modo aprendemos.” Nas suas palavras: “Os conhecimentos são e podem ser construídos numa variedade de formas, e o modo como são construídos desempenha um papel crucial em nossa capacidade de interpretar e de compreender nossa forma de ser no mundo.” (HARVEY, 2004, p. 294)

---

<sup>43</sup> O arquiteto rebelde nos remete à ação rebelde preconizada por Boaventura Sousa Santos, apresentado ainda nesta sessão.

O pensamento utópico, comprometido com valores morais e com um futuro melhor, não deve ser rejeitado nem mesmo quando dele brotam ilusões. Tal qual nos disse Bloch, as utopias abstratas têm seu valor quando comparadas com as posições céticas e niilistas, e Harvey caminha nesta mesma lógica ao creditar a importância da utopia como uma “experiência do pensamento” em que “... imaginamos como é ser [e pensar] numa situação diferente.” (HARVEY, 2004, p. 312). Lembramos também de Singer<sup>44</sup>, para quem a autogestão é uma experiência rumo ao socialismo, para então reiterarmos a experiência – prática ou mental – como elemento essencial para transformações.

Segundo Harvey, a experiência do pensamento exige uma transformação de nós mesmos e do mundo e, para não cair na armadilha de que uma só é possível com a outra, tornando o problema insolúvel, o autor nos pede tempo, ou usando expressão mais conhecida, doses de “paciência histórica”.

Além disso, e por aqui interrompemos as apresentações dos teatros de Harvey (2004, p. 312), ele declara:

Contudo, a construção dessa revolução requer algum tipo de coletivização do impulso e do desejo de mudança. Ninguém pode avançar muito nisso sozinho. Mas, posicionado como arquiteto rebelde, equipado de uma variedade de recursos e desejos, alguns derivados diretamente da tradição utópica, posso aspirar a ser um agente subversivo, uma quinta coluna no interior do sistema, com um pé firmemente plantado em algum campo alternativo.”.

A possibilidade de mudanças legitima a credibilidade da utopia, ao contrário do “Não há alternativa,” e Harvey (2004, p. 244) é contundente na defesa da primeira opção.

Toda luta contemporânea para conceber uma reconstrução do processo social tem de enfrentar o problema de como derrubar as estruturas [tanto físicas como institucionais] que o próprio livre mercado produziu como características relativamente permanentes do mundo. Ainda que titânica, não se trata de tarefa impossível. O programa revolucionário do neoliberalismo tem realizado muito em termos de mudança física e institucional nos últimos vinte anos [pensemos, por exemplo, no impacto dual da desindustrialização e da redução do poder dos sindicatos na Inglaterra e nos Estados Unidos]. Logo, por que então não podemos conceber mudanças igualmente dramáticas [ainda que apontando noutra direção] em nossa busca de alternativas?

---

<sup>44</sup> Este debate será tematizado no capítulo 4.

Podemos discordar do uso do termo “revolucionário” para qualificar as mudanças operadas pelo neoliberalismo, mas no restante, suas conclusões são acertadas.

Harvey participou do Fórum Social Mundial de 2010, onde declarou sua utopia:

Desde o fim dos anos 1990, o Fórum Social Mundial tornou-se o centro de articulação do tema ‘um outro mundo é possível’. E agora deve assumir a tarefa de definir como um socialismo ou comunismo são possíveis e como a transição para essas alternativas deve ser realizada. A atual crise oferece uma oportunidade de reflexão a respeito do que pode estar envolvido. ( HARVEY, 2010, p. 57).

O Fórum Social Mundial se consolidou como palco das principais manifestações de crítica e resistência ao capitalismo. É apropriado retomarmos que esta é uma face da utopia, mas que a ela deve se somar outra como forma de atender às duas vertentes que a compõem.

Quando analisa a relação de Cuba e a esquerda, Sousa Santos reforça que os processos revolucionários, que nós chamamos de utópicos, deve conter e harmonizar aspectos de resistência e alternativa: “O equilíbrio entre eles é fundamental para eliminar o velho até onde é necessário e fazer florescer o novo até onde é possível.” (SOUSA SANTOS, 2009, p.2)

O domínio de uma delas desestabiliza o equilíbrio requerido para a sustentação do projeto, e no caso analisado pelo autor, a resistência abafou as possibilidades da alternativa, com as seguintes consequências:

A alternativa não se pôde expressar segundo a sua lógica própria [afirmação do novo] e, pelo contrário, submeteu-se à lógica da resistência [a negação do velho]. Deste facto resultou que a alternativa ficou sempre refém de uma norma que lhe era estranha. Isto é, nunca se transformou numa verdadeira solução nova, consolidada, criadora de uma nova hegemonia e, por isso, capaz de desenvolvimento endógeno segundo uma lógica interna de renovação [novas alternativas dentro da alternativa]. Devido a este relativo desequilíbrio entre resistência e alternativa, a alternativa esteve sempre a beira de estagnar e a sua estagnação pôde ser sempre disfarçada pela continuada e nobre vitalidade da resistência. Esta dominância da resistência acabou por lhe conferir um ‘excesso de diagnóstico’: as necessidades da resistência puderam ser invocadas para diagnosticar a impossibilidade da alternativa. Mesmo que factualmente errada, tal invocação foi sempre credível. (SOUSA SANTOS, 2009, p.3).

A análise das falas dos trabalhadores da economia solidária mostrou-se frustrante quando notamos a ausência especialmente do primeiro aspecto aludido: falta-lhes, na grande maioria, uma visão crítica elaborada sobre a sociedade

capitalista. Por vezes a palavra capitalismo foi mencionada, mas pouco revelou sobre uma tomada de consciência da qual derivaria uma crítica consistente, produtora de um diagnóstico mais denso.

Neste quesito a percepção dos entrevistados se aproxima mais daquilo que o sociólogo Zygmunt Bauman (2010, p.1, grifo nosso) afirma, a saber:

**Para que uma utopia nasça é preciso duas condições. A primeira é a forte sensação [ainda que difusa e inarticulada] de que o mundo não está funcionando adequadamente e deve ter seus fundamentos revistos para que se reajuste. A segunda condição é a existência de uma confiança no potencial humano à altura da tarefa de reformar o mundo, a crença de que ‘nós, seres humanos, podemos fazê-lo’, crença esta articulada com a racionalidade capaz de perceber o que está errado com o mundo, saber o que precisa ser modificado, quais são os pontos problemáticos, e ter força e coragem para extirpá-los. Em suma, potencializar a força do mundo para o atendimento das necessidades humanas existentes ou que possam vir a existir.**

Aparentemente se trataria de uma mudança sutil, mas no contato com os depoimentos pensamos que está longe de ser um detalhe insignificante. No lugar da crítica, encontramos escassas menções de descontentamento direcionadas a questões pontuais e feitas sem muita ênfase. Em uma delas ficou patente a preocupação com o desemprego, causa primeira da constituição dos empreendimentos econômicos solidários.

*"esse desemprego, essa falta de humanidade que tem, porque tem pessoas que tem muito e tem pessoas que não tem nada então eu acho assim que deveria ser totalmente pareio." (Entrevista n.2)*

Sentimos que a manifestação de descontentamento não chega a gerar uma crítica mais densa, o que pode ter reflexos no tocante à segunda condição para a origem de uma utopia. Também neste aspecto Bauman inova ao ceder lugar, como condição para o nascimento de uma utopia, para um aspecto mais subjetivo e, neste sentido, nos lembra de Bloch. Para Bauman, a “confiança no potencial humano” é esta condição, o que se assemelha à força que Bloch atribui à condição subjetiva para a concretização das utopias.

Sobre ela, notamos um otimismo ora derivado da aposta no ser humano “[...] a gente sabe que o futuro é a gente que vai fazer ninguém vai fazer pela gente, o futuro nós vamos ter que trabalhar para melhorar.” (Entrevista n.1), ora balizado pela fé “Eu tenho fé em Deus [...] Eu confio primeiramente em Deus, né? E espero que

Deus envia uma pessoa que tenha bom coração que possa ajudar a gente, né.[...] (Entrevista n.5).

Na mescla entre a crença na capacidade humana e no poder divino, o depoimento abaixo é exemplar.

*“ah eu tenho uma esperança muito grande, primeiro porque eu sou uma pessoa que, eu acredito em Deus né, um Deus verdadeiro e as promessas dele são muito boas pra nós apesar de tantas coisas que a gente vê acontecendo de ruim por aí, depois que nós somos representantes desse Deus, nós somos essa força que tá pra melhorar o futuro, agora depende de nós, se nós cruzar os braços e deixar que os gestores públicos, que os governos, prefeitos vai fazer por nós, os deputados e tudo mais, aí a coisa não acontece não, porque a gente tem que tá cobrando né, tem que tá indo atrás, uma prova disso é o nosso governo federal hoje é uma conquista dos movimentos populares, da nossa organização, e muitas vezes as pessoas ficam assim elogiando e tudo mais, mas a gente tem que ver também que a gente também é responsável por ele estar lá[...].” (Entrevista n.17)*

Ao fim e ao cabo, ilustramos com o próximo depoimento como se conjugam as duas condições postas por Bauman, salientando que este não é um comportamento generalizado, ao contrário, é uma de suas exceções. Nele, o interesse pela preservação ambiental se une a sensação de confiança na habilidade humana.

*“[...]Jeu acredito muito no ser humano e nessa mudança que tá tendo de comportamento, de pensamento a respeito, porque a gente tá sabendo que o meio ambiente tá “indo pro espaço”, e se a gente não cuidar dele, então isso já é uma forma da gente começar a pensar no lado humano, no lado de preservação, então quer dizer, se a gente não começar a mudar a linha de raciocínio realmente vai ser o fim né.” (Entrevista n.21)*

Lembra-nos a figura do jardineiro, aproveitando a metáfora do autor, que vê nele um promotor e incentivador para o plantio e crescimento de determinadas plantas – antevistas em sua imaginação – e que segundo ele representa o homem utópico. “É do jardineiro que tendem a sair os mais fervorosos produtores de utopias. Se ouvimos discursos que pregam o fim das utopias, é porque o jardineiro está sendo trocado, novamente, pela idéia do caçador.” (BAUMAN, 2010, p. 3).

O caçador é aquele cuja tarefa é “defender e preservar, por assim dizer, o ‘equilíbrio natural’. A ação do caçador repousa sobre a crença de que as coisas estão no seu melhor estágio quando não estão com reparos [...]” (BAUMAN, 2010, p. 2).

Tendemos a acreditar que nos movimentos sociais, entre eles a economia solidária, o número de jardineiros seja maior que o de caçadores, senão como uma

condição de partida, como resultado do processo de lutas e enfrentamentos coletivos.

Dentre os autores que vem trabalhando na perspectiva dos movimentos sociais nos países periféricos, e que também evoca a utopia, destacamos o aporte teórico de Boaventura de Sousa Santos.

O grande projeto de Boaventura de Sousa Santos, sociólogo português, é a (re)invenção da emancipação social, garantida por um novo contrato social, por uma globalização contra-hegemônica, e a construção de uma nova ciência.

Sousa Santos aponta a incapacidade da teoria moderna em cumprir com os objetivos de igualdade, liberdade e paz. Se por um lado revela as insuficiências da teoria crítica marxista, por outro não se filia ao que denomina de teoria pós-moderna reconfortante ou celebratória. Enquanto esta desacredita a possibilidade de mudança e, por isso, decreta o fim de categorias fundamentais na modernidade, Sousa Santos aposta numa pós-modernidade crítica, inquietante ou de oposição, com a renovação ou reencantamento da transformação social, ainda em busca de uma "sociedade melhor". (SOUSA SANTOS, 2000).

Discute e desafia a ciência e a sociologia, desde "Um discurso sobre as ciências" em que vislumbra a crise do que chama "paradigma dominante" e anuncia um "paradigma emergente" que, segundo o autor "[...] não pode ser apenas um paradigma científico [o paradigma de um conhecimento prudente], tem de ser também um paradigma social [o paradigma de uma vida decente]. (SOUSA SANTOS, 2006, p.60).

Deste novo paradigma, uma ciência pós-moderna (crítica, inquietante ou de oposição), o autor destaca a indistinção entre as ciências com a superação de dualismos (ciências naturais e ciências sociais, homem e natureza, sujeito e objeto); a concepção de "conhecimento local e total", incorporando a noção de possibilidade ao invés do determinismo e o pluralismo metodológico; conhecimento como autoconhecimento e como forma de valorização do senso comum. (SOUSA SANTOS, 2006).

Esta ciência dá voz a experiências e teorias vindas de centros periféricos e semiperiféricos que, na contracorrente de uma globalização hegemônica, valorizam a emancipação, a democracia, as alternativas e movimentos sociais. Desta forma, propõe uma racionalidade cosmopolita em contraposição a uma racionalidade indolente. Para confrontar esta racionalidade indolente, manifesta por uma razão

metonímica e uma razão proléptica, sugere a transição para a razão cosmopolita a partir da sociologia das ausências e das emergências, e da teoria da tradução.

Assim, ao invés da razão metonímica que vê a parte pelo todo, propõe a sociologia das ausências, visando a "fazer que o que está ausente esteja presente, que as experiências que já existem mas são invisíveis e não-críveis estejam disponíveis; ou seja, transformar os objetos ausentes em objetos presentes". (SOUSA SANTOS, 2007, p.32).

Se a ausência é resultante de cinco monoculturas (do saber e do rigor, do tempo linear, na naturalização das diferenças, da escala dominante e do produtivismo capitalista) o autor as substitui por cinco ecologias: ecologia dos saberes, das temporalidades, do reconhecimento, da transescala e das produtividades.

Da mesma forma, a razão proléptica (o futuro contido no presente) dá lugar à sociologia das emergências, no reconhecimento das experiências e da crença no "ainda não" (a là Ernst Bloch). Desta forma, Sousa Santos sugere dar visibilidade às experiências existentes e acreditar naquelas possíveis ou "ainda não existentes", destacando as experiências de conhecimento, de reconhecimento, de democracia, de comunicação e de informação e de desenvolvimento, trabalho e produção.

Para dar sentido a tantas experiências, o autor complementa a sociologia das ausências e das emergências com o trabalho de tradução: "A tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e as sociologias das emergências". (SOUSA SANTOS, 2004, p.802)

Sobre o mesmo assunto: "O trabalho da tradução visa esclarecer o que une e o que separa os diferentes movimentos e as diferentes práticas, de modo a determinar as possibilidades e os limites da articulação ou agregação entre eles". (SOUSA SANTOS, 2004, p.806)

Este esforço pretende uma união entre os movimentos na perspectiva de construir uma globalização contra-hegêmonica, e para isso o conceito de Zona de contato é esclarecedor: "zonas de contacto são campos sociais onde diferentes mundos-da-vida normativos, práticas e conhecimentos se encontram, chocam e interagem" (SOUSA SANTOS, 2004, p.808).

A emancipação social, que virá a partir desta transição paradigmática, é reflexo também do contrato social, e por isso Sousa Santos defende sua

substituição. Para ele o contrato social é "a expressão de uma tensão dialéctica entre regulação social e emancipação social que se reproduz pela polarização constante entre vontade individual e vontade geral, entre o interesse particular e o bem comum." (SOUSA SANTOS, 1998, p.5)

A proposta do autor é a eleição de "sociabilidades alternativas" como primeiro princípio de uma reinvenção necessária para o novo contrato social. Para tanto, vislumbra a substituição de um "conhecimento-come-regulação" por um "conhecimento-come-emancipação" com os desdobramentos no campo epistemológico e no campo da ação. Com relação a este último, diferencia a ação conformista de ação rebelde ou "acção-com-clinamen": "A acção conformista é a acção que reduz o realismo ao que existe. (...) A acção-com-clinamen é a acção turbulenta de um pensamento em turbulência" (SOUSA SANTOS, 1998, p.45).

A ação conformista, combatida pelo autor, detém uma visão de realidade que coincide com a criticada por Ernst Bloch: prender a realidade ao que existe.

A nova racionalidade defendida pelo autor enfrenta vários desafios: um conhecimento emancipatório carregado de utopia crítica, ao invés da utopia conservadora; a questão da diferença e da teoria da tradução; a distinção da objetividade e neutralidade; a substituição da ação conformista pela ação rebelde e a predominância da "corrente quente" em relação à "corrente fria"; e a criação de uma "epistemologia do Sul" (2007).

Sousa Santos empresta o termo utopia conservadora de Franz Hinkelammert, que assim denomina a utopia neoliberal, caracterizada pela opção pelo presente e disseminação da falta de alternativas. A utopia crítica, cujo símbolo máximo de acordo com Boaventura é o Fórum Social Mundial, é plural e realista. Geralmente combatido por sua natureza aberta, ou seja, pelas suas propostas vagas, é celebrada justamente porque privilegia a vertente de crítica das utopias. Ademais, enquanto as utopias conservadoras são guiadas pelo critério da eficiência, as utopias críticas pautam-se pelo discurso ético.

Dentre os aspectos e desafios mencionados, observa-se a influência de Ernst Bloch, especialmente no que diz respeito à defesa de uma utopia crítica e de uma ação rebelde ou da supremacia da "corrente quente", e na defesa do "ainda não". Para justificar sua "sociologia das emergências" em contraposição ao que chama de "sociologia das urgências", o autor recorre a Bloch.

o conceito que preside à sociologia das emergências é o conceito de Ainda-Não [Noch Nicht] proposto por Ernst Bloch [...] O Ainda-Não é o modo como o futuro se inscreve no presente e o dilata. Não é um futuro indeterminado nem infinito. É uma possibilidade e uma capacidade concretas que nem existem no vácuo, nem estão completamente determinadas. (SOUSA SANTOS, 2004, p.794-795).

Apesar de adotar este conceito, Sousa Santos alerta sobre o autor:

Fiel ao marxismo que, aliás, interpretou de modo muito criativo, Bloch entende que a sucessão dos horizontes conduz ou tende a conduzir para um estado final. Penso, contudo, que não concordar com Bloch a este respeito não é coisa de monta. A ênfase de Bloch está na crítica da concepção mecânica da matéria, por um lado, e na afirmação de nossa capacidade para pensar e agir produtivamente sobre o mundo, por outro. (SOUSA SANTOS, 2004, p.795).

Entre a inspiração e o posicionamento crítico em relação a Bloch, em “A crítica da razão indolente” afirma a necessidade da utopia para pensar o futuro, enfatizando sua importância para a construção do novo paradigma:

[...]os grupos sociais interessados na emancipação não podem, hoje, começar por defender a coerência e a eficácia das alternativas emancipatórias, sob pena de confirmarem e aprofundarem a sua inverosimilhança. Nestas condições, não resta outra saída senão a utopia. No trilho aberto por ela o conhecimento emancipatório irá consolidando a sua trajetória epistemológica, do colonialismo para a solidariedade. Assim, se irá criando uma nova bitola de coerência e eficácia que torne a emancipação menos óbvia e mais verossímil. (SOUSA SANTOS, 2000, p.305).

O autor confessa avanços em suas “propostas utópicas” desde “Pela Mão de Alice” que fundamentalmente estão baseadas na incapacidade de respostas do paradigma moderno aos problemas atuais e na ênfase dos processos de regulação em detrimento da emancipação social, com todas as suas consequências. O paradigma emergente assenta-se sobre a utopia, única forma de pensar o futuro de acordo com o autor. (SOUSA SANTOS, 2000). Assim, descreve a utopia conforme segue:

E por utopia entendo a exploração, através da imaginação, de novas possibilidades humanas e novas formas de vontade, e a oposição da imaginação à necessidade do que existe, só porque existe, em nome de algo radicalmente melhor por que vale a pena lutar e a que a humanidade tem direito. A minha versão de utopia é, portanto, duplamente relativa. Por um lado, chama a atenção para o que não existe, ou seja, aquilo que pertence a uma determinada época pelo modo como está excluída dela. Por outro lado, a utopia é sempre desigualmente utópica, dado que a sua forma de imaginar o novo é parcialmente constituída por novas combinações e escalas daquilo que existe, e que são, na verdade, quase sempre meros pormenores, pequenos e obscuros, do que realmente existe. A utopia

requer, portanto, um conhecimento da realidade profundo e abrangente como meio de evitar que o radicalismo da imaginação colida com o seu realismo. (SOUSA SANTOS, 2000, p.307).

Em outros de seus escritos, mantém a relação da utopia com a imaginação e a crítica, mas adiciona o caráter de perenidade.

Enquanto imaginação activa de uma sociedade melhor, a utopia implica a crítica radical da sociedade existente e a vontade veemente de a transformar no sentido imaginado. Como sem imaginação, crítica e vontade não há vida social, podemos dizer que a utopia nunca morre. O que morre são os projectos utópicos em que ela se concretiza. Quando tal acontece, a utopia fica de luto e só o alivia à medida que novos projectos utópicos vão emergindo no horizonte. (SOUSA SANTOS, 2005b).

Sousa Santos defende não uma única utopia, mas várias delas que deem voz a diferentes reivindicações, embora todas estejam na esteira de uma (re)invenção da emancipação social e de uma globalização contra-hegemônica.

O compromisso com mudanças na sociedade, identificada nos autores acima, está na base de uma ciência crítica, e nela encontramos respaldo para a discussão acerca da utopia.

### 3.3 REFLEXÕES PARA UMA SOCIOLOGIA DAS UTOPIAS

Pensar na relação entre sociologia e utopia supõe realçar a importância das ideias. Como vimos anteriormente, Mannheim escreveu “Ideologia e Utopia” com o intuito de envidar-se a analisar o papel das ideias diante de um contexto de pós-Primeira Guerra Mundial e início da depressão econômica. A reflexão sobre a formação do pensamento e seu acolhimento pela sociedade é um de seus contributos.

Perry Anderson analisa o impacto do papel das ideias nos processos de mudanças históricas – de 1.790, 1.910 e 1.980 – para chegar à seguinte conclusão:

as idéias contam no balanço da ação política e dos resultados da mudança histórica. Nos três grandes casos de impacto ideológico moderno: Ilustração, marxismo, neoliberalismo, o padrão foi o mesmo. Em cada caso desenvolveu-se um sistema de idéias, com alto grau de sofisticação, em condições de isolamento inicial do – e tensão com – entorno político circundante e com pouca ou sem nenhuma esperança de influência imediata. Foi somente ao produzir-se o estalido de uma crise objetiva muito

importante, da qual nenhum destes sistemas foi responsável, que recursos intelectuais subjetivos acumulados gradualmente nas margens de calmas condições adquiriram subitamente uma força intensa como ideologias capazes de ingerir diretamente sobre o curso dos acontecimentos. (ANDERSON, 2007, p.13).

Os processos históricos subsidiam o autor a construir e justificar sua tese sobre a importância de um sistema de ideias e de como ela se expande à medida que se defronta com uma crise objetiva. Desta união forja-se uma ideologia, segundo Anderson, “capaz de ingerir diretamente sobre o curso dos acontecimentos”. (ANDERSON, 2007, p.13)

O neoliberalismo é antes de mais nada uma ideologia, (Anderson, Bourdieu) e a malfadada tese do fim das utopias serviu ao propósito de anunciá-lo como sistema de idéias hegemônico e sem concorrentes. Se isto não convenceu no plano teórico, maior ainda foi o descaso no que concerne às práticas dos movimentos sociais.

Importa reter que um sistema de ideias pode ser substituído por outro, mesmo que subsista marginalmente durante um tempo para despontar em determinadas condições e contexto. Foi assim com o neoliberalismo do século XIX, cujas ideias retomam aquelas do liberalismo de Adam Smith do século XVIII.

Este retorno do ideário liberal nos anos 1980 é resultado de um conjunto de fatores que se sucederam ao longo de aproximados cem anos. A resistência de intelectuais que mantiveram suas convicções mesmo durante o auge do keynesianismo, o avanço destas ideias no espaço acadêmico, a chegada ao poder de políticos que encarnavam tais ideias e o fracasso da experiência do socialismo real fundamentam a volta exitosa desta visão de mundo. (FIORI, 1997).

Não como inexorabilidade, podemos aprender lições desta experiência histórica. Há constantemente um embate de ideias e forças, em que o domínio de uma coincide com a hibernação de outras, e o relato acima nos dá pistas de como se forja uma hegemonia.

A economia solidária renasceu, no século XIX, do movimento cooperativista do século XVIII. A reedição deste pensamento também é fruto da resistência de intelectuais que igualmente têm conquistado avanços na academia, embora ainda com muitas barreiras. No entanto, não foi a política que incentivou a prática, mas esta se antecipou àquela, inclusive avançando sobre as próprias ideias. Sem contar com a força política, as experiências de economia solidária buscam se

consolidar e fortalecer em meio às crises do capitalismo, muito embora tenha a sua frente um imponente rival.

O canto da sereia do neoliberalismo é a promoção de um estilo de vida – consumo desenfreado, ascensão social – inacessível ao conjunto da população, mas que tem seu poder de sedução estendido independentemente da classe social. O que a economia solidária propõe em seu lugar? Com o que ela conta para mostrar-se como uma opção melhor, o que ela apresenta para concorrer – com possibilidades de ganhar – esta disputa? Qual o poder de persuasão das ideias da economia solidária? Parece-nos que ela é ainda reservada a uma parcela pequena da sociedade, e mesmo entre os participantes da economia solidária é possível que haja desconhecimento e importantes discordâncias sobre o que ela representa. Além do mais, para muitas perguntas ainda não há respostas.

Sem incorrer em nenhum exercício de especulação, nos imbuímos de uma visão de economia solidária como um conjunto de práticas e um conjunto de ideias, ou melhor, um conjunto de práticas movido e voltado para a concretização de uma ideia utópica.

E se discordamos da maneira como Mannheim caracterizou o pensamento utópico, tendemos a concordar com ele sobre a restrição do uso do conceito para intitular ideias e projetos que estabeleçam o rompimento com o sistema vigente.

Compreendemos a utopia como a capacidade de imaginar e empreender esforços para concretizar a esperança - vincada no desejo e na ação – de transformar uma sociedade desigual e exploradora em outra regida por práticas e princípios pautados por valores há tempos definidores de uma sociedade superior.

Tencionamos rejeitar as tentativas de identificação da utopia com projetos de qualquer outra natureza. Ainda hoje o estigma da utopia assombra, e por isso há muitas utopias sociais que não se intitulam como tais. Adotam-se outras denominações para nomear a existência de projetos de sociedades com as características acima, e neste ponto é mister aprofundar um tema gerador de parte destes assombros. Afinal, nem todos os projetos de futuro são utópicos, nem todos os sonhos diurnos – concretos ou não – convergem para um futuro melhor.

Esta questão ganha em importância quando nos lembramos das associações que se faz, inadvertidamente, entre utopia e nazismo, por exemplo. Há que se qualificar os sonhos que podem ser legitimados como utópicos e, para tal empreitada, é conveniente retomarmos uma das características dos sonhos diurnos

para Bloch. Referimos-nos àquela em que ele afirma se tratar de sonhos para uma vida melhor, que, em suas próprias palavras “[...] visa assim, de maneira especialmente significativa, a melhoria do mundo; é esta a aspiração saudável e realista que constitui seu cerne.” (BLOCH, 2005, p. 96).

É antes de tudo o interesse revolucionário, com seu conhecimento de como está ruim o mundo e seu reconhecimento do quanto ele poderia ser bom como um outro mundo, que necessita do sonho desperto da melhoria do mundo; ele fixa na sua teoria e sua práxis de modo totalmente a-heurístico, totalmente apropriado ao tema. (BLOCH, 2005, p. 97).

Esperamos assim dissipar qualquer tentativa de ligar utopia com conteúdos estranhos ao que ela se propõe, ou seja, a melhoria do mundo. Sem cair na armadilha de relativizar tal proposição, é imperioso constatar que ela é uma impossibilidade no contexto de hegemonia neoliberal.

Em 22 de novembro de 1997, Pierre Bourdieu recebeu o prêmio Ernst Bloch, em Ludwigshafen. Nesta ocasião proferiu um discurso em que denunciou as peculiaridades de uma reconstrução neoconservadora.

Esta revolución convierte en normas generales, definitorias de todas las prácticas, y, por tanto, en reglas ideales, las regularidades del mundo económico abandonado a su propia lógica: la ley del mercado, la ley del más fuerte. Ratifica y glorifica el orden de lo que llamamos los mercados financieros, la vuelta a una especie de capitalismo radicalizado que no responde a ninguna ley, excepto a la del máximo beneficio; un capitalismo sin disfraz, ni restricción, un capitalismo que ha sido racionalizado, ajustado al límite de su eficacia económica gracias a la introducción de formas modernas de dominación [‘gestión’] y de técnicas manipulativas tales como la investigación de mercado, el marketing y la publicidad comercial. (BOURDIEU, 2000, p.156).

O autor critica a postura de intelectuais que colaboraram ou se omitiram diante do fatalismo economicista e convoca-os para a construção de uma utopia europeia:

los intelectuales, y el resto de las personas que se preocupan realmente por el bien de la humanidad, deberían reestablecer un pensamiento utópico con el respaldo científico, tanto en sus objetivos, que deberían ser compatibles con las tendencias objetivas, como en sus propios medios que, además, han de ser científicamente validados. Necesitan trabajar colectivamente en análisis que sean capaces de lanzar proyectos y acciones realistas, estrechamente vinculadas a los procesos objetivos del orden que pueden transformar. (BOURDIEU, 2000, p.160).

Pensando na realidade brasileira, talvez o desafio seja o de atentarmos para as utopias produzidas e vivenciadas pelos trabalhadores, fazendo delas o objeto de estudo da sociologia. Assim, em nosso trabalho há duas relações que devemos construir, desenvolver ou solidificar. Uma primeira consiste na articulação entre economia solidária e utopia; a segunda, entre utopia e sociologia. A relação entre economia solidária e utopia é a própria essência deste trabalho, e nosso comprometimento com a última é bem menor. Não por entendê-la desimportante, ao contrário, porque o esforço requerido para desenvolvê-la mereceria bem mais que algumas linhas de reflexão.

Uma sociologização da utopia requer um enfrentamento ainda mais intenso com o senso comum, e sobre isto enfocamos dois aspectos apontados por Bauman (2010). O primeiro, sobre a ênfase do “discurso responsável”, em que se espera um reconhecimento e afastamento de afirmações sem base científica.

Esta tarefa ganha ares de desafio uma vez que este “discurso responsável” é chancelado pela possibilidade de averiguação empírica – condição desejável para a sociologia – , o que no caso de projetos utópicos torna-se impraticável. Mas se considerarmos que todo projeto advém de ações e intenções que lhe precedem, e que estas podem ser alvo de análise, podemos defender que a viabilidade do projeto seja parcialmente captada e, assim, introduzida no campo dos estudos sociológicos.

Um segundo ponto que reforça a necessidade de cisão entre o senso comum e a utopia, a fim de torná-la passível de ser tomada como objeto da sociologia, é o fato de que a primeira enxerga as ações como inexoráveis e o destino do futuro como irrefutável. O senso comum se baliza pela familiaridade, se detém nas rotinas, convertendo-as em elementos que tornam inevitáveis e inquestionáveis quaisquer desfecho. Ora, a utopia é o oposto de qualquer fatalismo e da falta de disposição para transformar.

Reforçamos esses aspectos porque, na ausência de um tratamento acadêmico, a utopia social se restringe ao olhar que lhe é oferecido pelo senso comum. Mas não termina aqui a missão para promover a importância de uma sociologia das utopias, e o que segue são apenas outros pontos para reflexão.

Para provocarmos uma sociologia das utopias, não basta acirrarmos o enfrentamento com o senso comum, mas também com a ciência tradicional. Bloch já denunciava a cumplicidade entre o capitalismo e a ciência, que por isso despreza a

possibilidade em detrimento de um conceito restrito de realidade e desqualifica a subjetividade a favor da objetividade.

O pensamento burguês como um todo se afastou das substâncias de que trata. Tem por base uma economia que não se interessa, como diz Brecht, em momento algum pelo arroz, mas somente pelo preço dele. É antiga a transição do uso para a troca, mas somente com o capitalismo aconteceu a transformação de todos os bens de troca em mercadorias abstratas e da mercadoria em capital. A isso corresponde um cálculo não apenas alienado dos seres humanos, mas também das coisas, indiferentemente em relação a seu conteúdo. (BLOCH, 2006, p. 220).

Uma sociologia das utopias é condizente com um pensamento crítico e com a postura do intelectual, para quem as fronteiras entre as disciplinas, tal como estão dispostas atualmente, é contraproducente. Segundo Boron (2009) o intelectual, ao contrário do acadêmico, rechaça inclusive a multidisciplinaridade a favor de uma “unidisciplinaridade”, uma vez que só ela permite um saber integral capaz de apreender a totalidade da vida social. Ainda sobre o intelectual, Boron (2009, p. 131) detalha:

Si bien se interesa por las ideas, su interés está puesto en la relación entre estas y el orden social vigente, y entre las ideas y los proyectos que dialécticamente lo cuestionan y pretenden superarlo. El intelectual sabe que su misión más importante es la de ser conciencia crítica de su tiempo.

Embora falando de contextos diferentes – Boron sobre a Latinoamerica, e Bourdieu sobre a Europa – seus chamados convergem para um conagraamento entre o intelectual e uma pauta de mudanças, buscando: “vincular estrechamente nuestra agenda de trabajo intelectual con las prácticas emancipatorias de las fuerzas sociales que luchan por construir un orden social más justo en nuestros países. Se trata de un compromiso ineludible e impostergable.” (BORON, 2009, p.134).

O autor repele a neutralidade científica diante da missão de transformar o mundo. Perguntado sobre a relação entre utopia e academia, convoca as ciências sociais para refutar o discurso da ausência de alternativas e para demonstrar a inviabilidade da sociedade atual, assim afirmando:

Entonces, a quienes nos acusan de cultivar un pensamiento utópico porque queremos un mundo distinto, habría que decirles que ‘sí, claro que lo tenemos, porque la sociedad siempre se ha movido en función de utopías. Utopía es lo que hoy parece imposible pero tal vez resulte posible mañana. (BORON, 2009, p.141).

Me parece que es importante recuperar la legitimidad de la discusión de la utopía en el momento actual, a pesar de la repugnancia que esto le cause a los herederos del positivismo y a los cultores del posmodernismo. Son las utopías las que han movido la historia. Cuando nuestros países se plantearon su proyecto independentista también fueron considerados como utópicos e irreales, y sin embargo se logró; mal o bien, pero se logró. (BORON, 2009, p.142).

O fato de que muitos projetos utópicos se realizam, nem sempre de forma total, reforça a hipótese de que a utopia é mais real do que pode parecer. No entanto, defender a legitimidade da utopia não equivale a elevá-la a uma sociologia própria. Muitos autores das ciências sociais resguardam e promovem a utopia, mas de forma tímida e eventual. Encontramos em Ernst Bloch uma exceção, motivo pelo qual sua obra é referência para nós, empenhados em contribuir para uma sociologia das utopias.

Enquanto a “unidisciplinaridade” é apenas projeto, uma sociologia das utopias poderia contribuir para a investigação, análise, descrição, compreensão e interpretação dos conteúdos utópicos de uma época, as relações com seus porta-vozes (intelectuais e trabalhadores), com a sociedade em que vivem e a sociedade em que querem viver.

Ruth Levitas<sup>45</sup>, socióloga inglesa que se dedica ao estudo da utopia, cita uma passagem em que o escritor inglês H.G. Wells (1866-1946), citado por Levitas, 2005, p. 14, tradução nossa) compatibiliza sociologia e utopia:

Não há na sociologia tal coisa como considerar desapaixonadamente o que é, sem considerar o que deveria ser. [...] Os sociólogos não conseguem evitar de produzir utopias: embora eles evitem a palavra, embora eles neguem a idéia com paixão, seu próprio silêncio molda uma utopia”.

Ao traçar paralelos entre utopia e sociologia, conclui que a sociologia ressalta aspectos que a utopia relega a um segundo plano, enquanto esta destaca o que a sociologia reprime. A descrição de cada um dos modelos nos ajuda em tal comparação:

Os modelos sociológicos de como o mundo funciona são explicitamente holísticos, descritivos, explanatórios e orientados pelo presente [ou passado]. Eles são necessariamente imaginários. A construção de um modelo ou teoria sobre como a sociedade funciona é uma reconstituição imaginária da sociedade. Tais modelos são às vezes explicitamente críticos, normativos e prescritivos, embora na maioria das vezes o sejam implicitamente. Aqueles de nós que trabalham com desigualdades de saúde, de classe, de gênero ou no campo das relações étnicas

---

<sup>45</sup> Doutora pela Universidade de Sheffield, professora de Sociologia na Universidade de Bristol, na Grã-Bretanha. Membro fundadora da “Utopian Studies Society” da Europa.

frequentemente – eu diria geralmente – trabalham com o pressuposto incorporado de que tais desigualdades são erradas deveriam, tanto quanto possível, ser eliminadas. E na medida em que quaisquer implicações políticas podem fluir a partir do trabalho sociológico, este é, implicitamente, orientado ao futuro e a respeito da educação da esperança. (LEVITAS, 2005, p.14, tradução nossa).

Os modelos utópicos, por outro lado, são explicitamente holísticos, imaginários, críticos, normativos e (frequentemente) orientados ao futuro. Por outro lado, a maioria deles contém descrições das condições presentes, não apenas como um contraste em relação ao cenário melhor que a utopia representa, mas como uma explicação genérica de como os processos sociais funcionam e, portanto, o que precisa mudar. Nesse sentido, os modelos são orientados ao presente – tanto assim que alguns comentadores diriam que as utopias são *sempre* precipuamente sobre o presente, sua função *sempre* precipuamente crítica. Mas utopia envolve a reconstituição imaginária da sociedade em um sentido um pouco diferente: é, precisamente, o imaginar de uma sociedade reconstituída, sociedade imaginada de maneira diferente, ao invés de meramente uma sociedade imaginada. (LEVITAS, 2005, p. 14, tradução nossa).

Para Levitas, pensar a utopia como método da sociologia implica uma “Reconstituição Imaginária da Sociedade”, realizada a partir de três modos: arqueológico, arquitetônico e ontológico. A arqueologia significa uma escavação que revela a percepção de boa sociedade; a arquitetura revela os sistemas sociais alternativos; a ontologia refere-se às consequências existenciais das transformações imaginadas. (LEVITAS, 2005).

A utopia como método não deve se dar às custas de um enclausuramento do tema ao âmbito científico, como adverte a autora:

a utopia como método para além da sociologia requer a participação responsável dos cidadãos, não os ditames de especialistas. Mas se sociólogos e cidadãos não tratarem dessas questões, nossos próprios silêncios moldarão não futuros utópicos, mas distópicos. (LEVITAS, 2005, p. 21, tradução nossa).

Neste sentido, propomos libertar a utopia para que ela possa estar presente na ciência e integrada como exercício fundamental para os sujeitos que querem transformar a história. Em nossa visão, os trabalhadores da economia solidária se enquadram neste requisito, e a partir do próximo capítulo este tema ganha destaque.

## 4 ECONOMIA SOLIDÁRIA: REPOSITÓRIO DE UTOPIAS

O conceito de economia solidária, a exemplo do conceito de utopia, é cercado por controvérsias. Embora bem mais recente, é imiscuído por ideias e ideais que bebem em raízes mais antigas, como a do socialismo utópico. Tem em sua denominação a conjugação de dois termos que soam como uma antítese; é herdeira do socialismo utópico e candidata a sucessora do socialismo real; mantém relações que pendem entre a funcionalidade e a transformação do capitalismo, ou seja, entre a ilusão e a utopia. Incontestavelmente, as polêmicas estão dadas.

Algumas delas serão exploradas neste capítulo, que se debruça em questões de ordem mais teórica e que geram maiores contestações. A omissão de um histórico mais detalhado sobre a economia solidária no Brasil será redimida no capítulo 6, onde será possível fazer esta narrativa considerando a visão dos trabalhadores que dela participam.

### 4.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA: O NOVO DENTRO DO VELHO

Entre os primeiros (e recorrentes) questionamentos a respeito do projeto de economia solidária no Brasil<sup>46</sup>, trataremos nesta seção daquele que sugere mais abertamente suas contradições, ou seja, da sua relação com o sistema capitalista.

A economia solidária não é um fenômeno surgido com vistas a minimizar a crise de emprego, mas antes, trata-se do reavivamento de uma estratégia que se faz presente, mesmo que de forma oscilante, desde os primeiros enfrentamentos com o capital. (GAIGER, SINGER)

Ela não foi e não é a única alternativa ao desemprego, mas é composta por uma associação de elementos que a distingue das demais. Economia solidária não é um subproduto do setor informal, pois ambos se orientam por dinâmicas e princípios diferentes, ou até mesmo antagônicos.

---

<sup>46</sup> Se aqui fazemos referência aos questionamentos a respeito do projeto, há também que chamar a atenção para os recorrentes questionamentos sobre a prática da economia solidária, especialmente sobre seus entraves econômicos e jurídicos. Referimo-nos a necessidade de financiamento, marco jurídico, direitos trabalhistas, enfim, um conjunto de questões ainda pendentes e que serão analisadas nos capítulos vindouros.

O setor informal<sup>47</sup>, ao contrário da economia solidária, não é portador de um novo modelo de organização da sociedade, não se pauta por princípios anticapitalistas e por vezes restringe-se a uma alternativa transitória enquanto se espera o aquecimento do setor formal de trabalho. Não é difícil supor que a utopia de grande parte destes trabalhadores permanece sendo a carteira assinada, que lhes garante alguns direitos mesmo que colados à exploração.

O adjetivo de “abstrata” nos parece adequado para qualificarmos esta utopia, uma vez que se sabe impossível, sob o capitalismo, a garantia de emprego para todos aqueles que o desejam. A esperança (fraudulenta, para utilizarmos a ideia de Bloch) dos trabalhadores em busca de um emprego é (falsamente) alimentada por clichês que prometem uma oportunidade àqueles que estiverem à altura de merecê-la. Proliferam ingressos em cursos profissionalizantes, aprendizado de outra habilidade ou outra língua, a conclusão de uma etapa escolar, o curso técnico, graduação ou pós, serviços de profissionais de recolocação, de agências públicas ou privadas de emprego. Se no nível individual a qualificação é uma estratégia defensável, numa macrovisão trata-se de uma impossibilidade explicada pela lógica imanente do capitalismo.

Nesta toada, a economia solidária se afasta tanto do discurso de empregabilidade quanto do empreendedorismo, pois não pretende inserir-se ou adaptar-se ao sistema produtor de exploração. Schütz (2008) nos lembra de que a esperança de inclusão no sistema – e acrescentamos a crença em sua legitimidade e superioridade – impede a concretização de outras utopias sociais.

Fazemos esta ressalva para justificar nossa hipótese de que, se a economia solidária não estiver fundada na utopia de construção de uma sociedade diferente, ela também poderá se resumir a uma opção transitória de espera pela recuperação ou crescimento do mercado de trabalho formal. E, se assim fosse, referendaria o argumento de funcionalidade ao sistema, rejeitado por nós.

Este receio ganha eco na fala de um dos trabalhadores que participa da economia solidária:

*“Eu sonho isso, que as pessoas não entrem na Economia Solidária pra se capacitar e conseguir o mercado formal, o mercado de trabalho formal do capitalismo, eu acho que a gente tá num movimento muito no início que ainda é um movimento de base,*

---

<sup>47</sup> Sobre este assunto, ver cap.6.

*mas eu acredito sim que vai crescer, tá crescendo e que as pessoas tão se conscientizando.”(Entrevista n.16)*

Sublinhamos que esta preocupação não pode ser generalizada à totalidade dos envolvidos na economia solidária, formada por uma heterogeneidade de trabalhadores, empreendimentos, motivações, anseios e expectativas. O que desejamos enfatizar é que as experiências contam – em graus variados – com uma força utópica capaz de alimentar, em medidas distintas, o surgimento, a manutenção e o crescimento dessas mesmas experiências. A energia utópica é imprescindível, porém insuficiente, para gestar e nutrir este processo.

Para ser capaz de reverter a subjetividade imposta pelo capital e, tão importante quanto isso, para ser capaz de garantir uma vida digna aos seus trabalhadores, é necessário que se faça uma investigação sobre a natureza desta utopia. A economia solidária não está blindada e nem é uma experiência vivenciada numa ilha ou num local isolado e imune aos movimentos da economia capitalista. Além de seus próprios movimentos serem restritos e tímidos, há o risco de ser cooptada por aquela, ou então, de sucumbir à sedução dos frutos advindos de uma conjuntura favorável de crescimento econômico.

Diante destes desafios, é importante não perder de vista a dupla dimensão de uma utopia: a de crítica e de proposição. Construir o novo a partir do velho é um caminho marcado por contradições e desafios e, entre a negação do presente e a projeção de um futuro, localizamos a economia solidária num período de transição, como o umbral de uma época.

Consideramos assim este período pela ocorrência de graves e recorrentes episódios de crises do capital, com questionamentos mais contundentes a respeito dos seus impactos e da necessidade de dar-lhe novos rumos. Antes chamado a dar respostas por sua responsabilidade diante das crises sociais, agora é pressionado também pelas questões ambientais e, mais ainda, pelo próprio campo das finanças. Sua amplitude multidimensional e global lhe confere um estatuto de crise civilizatória.

Não chegamos ao ponto de comemorar a morte do capitalismo, nem ao menos nos arvoramos a fazer previsões sobre seu fim<sup>48</sup>. No entanto, o mesmo cuidado para não criarmos teses ingênuas deve ser tomado para não

---

<sup>48</sup>Goldmann reconhece uma “indiferença axiológica’ do capitalismo: quando ameaçado, este se adapta tão bem ao fascismo e à barbárie como as formas mais civilizadas do sistema democrático.” (LÖWY; NAÏR, 2008, p.171).

negligenciarmos ou banalizarmos o que as crises desvelaram. O capitalismo não é natural, nem justo, tampouco infinito, e nada disso é novidade. Nosso olhar deve estar atento aos sinais de degenerescência de um modo de produção e da emergência de outro. É um período para observarmos, sem otimismo fraudulento ou niilismo, as tendências e latências dos projetos utópicos que se colocam como contrários ou mesmo substitutos do modo de produção hegemônico.<sup>49</sup>

Há que se estar atento para os indícios da gestação do “novo” e dos sinais de que este novo possa ser a economia solidária. Seguindo os ensinamentos de Fernand Braudel, Altvater avalia sobre os dois fatores que sinalizariam para o fim do capitalismo. Um deles, sob a forma de “golpes muito violentos de fora”, teria seu correspondente atual no limite da matriz energética fóssil, e junto a ele se somariam os golpes violentos vindos de dentro do sistema, como é o caso das crises financeiras. O segundo fator alude à existência de alternativas consistentes, engendradas e fortalecidas dentro do sistema, produzidas pelos movimentos sociais, a exemplo da economia solidária. (ALTVATER, 2010).

A presença desses dois fatores não garante que o capitalismo se finde e, no caso disto ocorrer, não será um final abrupto, tendo em vista a mediação necessária da política e do poder. A aposta na economia solidária e sustentável como alternativa consistente, em meio aos golpes violentos sofridos pelo atual sistema, não se faz acriticamente. Como outros autores, ele se pergunta sobre a potencialidade destas experiências provocarem mudanças mais profundas, ultrapassando a microesfera e alcançando o patamar de transformações revolucionárias. Sobre elas, Altvater (2010, p. 275) aconselha:

Só por meio de um processo revolucionário uma sociedade pode superar as formas sociais definidoras do capitalismo, o qual também surgiu historicamente, uma vez que brotou das formas feudais [ao menos na Europa]. Em regra, as muitas ações humanas que ocorrem no processo histórico só se revelam revoluções *ex post facto*. Ao agirem em nexos sociais, as pessoas transformam suas relações sociais, às vezes em pequena escala e no plano local, às vezes com grandes efeitos em termos de história universal, às vezes em silêncio, e às vezes em lutas sociais violentas. Muitas vezes os contemporâneos nem sabem que com sua vida cotidiana e seus experimentos sociais preparam o caminho para uma transformação revolucionária das formas sociais da produção e do consumo. Por conseguinte, uma revolução social não ocorre por ordem de uma elite partidária informada ou da elite de um movimento social. Muitas pessoas precisam chegar – tanto na análise quanto nas suas esperanças e utopias e nos objetivos políticos delas resultantes – ao que se denominou

---

<sup>49</sup> Temas explorados nos capítulos seguintes.

[com Marx] *general intellect*, ao conhecimento comum dos movimentos sociais e políticos. Precisa-se de muito tempo para debates, para definir a direção das ações. Uma revolução social não é um golpe, mas um processo interativo de muitos experimentos sociais, a estender-se por longos períodos.

A dimensão processual não pode ser obscurecida, muito menos minimizada. Ter consciência de sua inevitabilidade é essencial para perseverar nos sonhos, até mesmo de ajustá-los conforme o movimento da história. Uma das maiores cobranças que se faz à economia solidária é sobre sua capacidade de consolidar um contra-ataque eficiente ao capitalismo, produzindo uma revolução civilizatória.

Essa expectativa não pode ser respondida no tempo presente, mas nele é preparada a terra e plantadas as sementes do que pode vir a florescer no futuro. O conceito trazido por Singer precipitou o debate sobre a natureza da economia solidária, dando o tom de uma polêmica sobre sua relação com o sistema capitalista. De acordo com ele: “a economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram [ou temem ficar] marginalizados do mercado de trabalho”. (SINGER, 2000b, p. 13).

Para Singer (2002, p. 116), economia solidária e capitalismo são modos de produção que coexistem sob a hegemonia deste último, posição esta que gerou acalorados debates.<sup>50</sup> Desta afirmação, o autor questiona:

---

<sup>50</sup> De acordo com Singer, vivemos numa formação social capitalista. Uma formação social indica a hegemonia, mas não a exclusividade de um modo de produção, o que legitima a sentença de que a formação social capitalista abriga o modo de produção da economia solidária. Em outra perspectiva, Germer (2005, p.2) acusa: “Uma comparação com elementos do conceito de modo de produção de Marx evidencia as gritantes deficiências de Singer. Enquanto na teoria de Marx, em cada momento histórico, a sociedade baseada na propriedade privada é uma totalidade como expressão de um modo de produção caracterizado pela existência de duas classes nucleares antagônicas em luta, na tosca representação de Singer a sociedade é uma mistura anódina de ‘modos de produção’”. Dada esta polêmica, torna-se imprescindível analisarmos o conceito de modo de produção e de transição em Marx, para qualificar o debate. Destaca-se que os conceitos e as obras de Marx dão origem a diferentes interpretações, e aqui não se pretende fazer esta discussão. É importante diferenciar o conceito de modo de produção como categoria abstrata, analítica, e modo de produção de bens materiais como as formas concretas e históricas que, segundo Harnecker (1978, p.12) “é empregada por Marx e Engels para descrever uma forma de produção de bens materiais: é uma expressão descritiva”. De igual importância é a distinção entre modo de produção e formação social: “A formação social é, portanto, uma estrutura complexa, composta de estruturas regionais complexas articuladas a partir da estrutura de relações de produção. [...] O conceito de modo de produção refere-se a uma totalidade social abstrata [capitalista, servil, escravagista, etc.]. O conceito de formação social refere-se a uma totalidade social concreta. Esta não é uma combinação de totalidades abstratas ou idéias – é uma realidade concreta, historicamente determinada, estruturada a partir da forma em que se combinam as diferentes relações de produção que coexistem ao nível da estrutura econômica.” (HARNECKER, 1978, p.19). Depreende-se que, de fato em uma formação social há convivência entre diferentes modos de produção de bens materiais (relação de produção) com a determinação e dominação de uma delas.

A questão que se coloca naturalmente é como a economia solidária pode se transformar de um modo de produção intersticial, inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma geral de organizar a economia e a sociedade, que supere sua divisão em classes antagônicas e o jogo de gato e rato da competição universal.

Em outra direção, Gaiger apresenta-a como uma "*forma social de produção específica*, contraposta à forma típica do capitalismo e, no entanto, com ela devendo conviver, para subsistir em formações históricas ditadas pelo modo de produção capitalista". (GAIGER, 2002, p.8-9)

Sem estimular esta polêmica, optamos por redimensionar a questão, no seguinte sentido: se a economia solidária ainda não é um modo de produção, é possível que ela assim seja definida no futuro? É legítimo esperar e cobrar-lhe tal responsabilidade? De outra forma, a pergunta pode ser assim reformulada: a economia solidária acaso perde sua validade se não alcançar o patamar de modo de produção apto a disputar e conquistar a hegemonia do capitalismo?

Considerando-se dois extremos, tem-se de um lado a crença na potencialidade da economia solidária como modo de produção capaz de rivalizar com o modo de produção capitalista. Desta premissa advêm posições com diversas matizes de otimismo, num campo que se abre para utopias concretas e abstratas.

---

Godelier utiliza o termo "formação econômica e social" em que : " revela explicitamente a idéia presente no conceito marxista de sociedade de que os elementos econômicos e sociais estão interligados e articulados numa estrutura; mas não faz referência aos elementos ideológicos e, em suma, como todos os conceitos, não proporciona uma definição abrangente." (BOTTOMORE, 1988, p.159).

Vale lembrar que Marx não centrou sua análise num modelo de transição ou na sociedade "pós-transição". Segundo Benoit, são possíveis várias interpretações sobre o tema: "Quando se menciona a noção de 'transição' em teoria marxista, três sentidos fundamentais se confundem, às vezes sem maiores explicitações. 1) Um primeiro sentido é aquele de que 'transição' significa o modo pelo qual se caminha do interior do modo de produção capitalista ao momento revolucionário da tomada do poder de Estado pelo proletariado. 2) O segundo sentido corrente é aquele de que 'transição' designa o período que se desenvolveria por um longo período, em diversas fases, do socialismo ao comunismo. 3) Um terceiro sentido é aquele de que 'transição' designa o período de passagem de qualquer modo de produção para outro". (BENOIT, 2005, p.2).

Benoit vê no primeiro sentido aquele que é fundamental na obra de Marx e afirma: "Marx procurou encontrar, assim, o caminho negativo do presente capitalista posto" (BENOIT, 2005, p.3) para então concluir "os pressupostos da nova sociedade – como demonstra *O capital* – estão nas próprias forças produtivas e relações de produção presente". (BENOIT, 2005, p.13).

Oliveira reflete sobre uma "sociabilidade política da transição" como contraponto ao capital e que deve estar baseada, entre outras questões, na "emancipação do trabalho". Segundo ele " O contraponto materializa-se, portanto, com a construção de espaços de 'trabalho' e vida, fora da lógica do modo de produção e apropriação capitalistas, cujas formas de sociabilidade situam-se para além do capital[...]" (OLIVEIRA, 2004, p. 327)

As relações de convivência e disputa entre os modos de produção conduzem a formações sociais distintas, cujos resultados são incontestavelmente frutos de um processo, bem como de uma utopia. Novamente deve-se alertar tanto contra o pessimismo de um futuro inercial quando de um otimismo ingênuo que enxerga grandes mudanças onde apenas se mostram passos lentos e titubeantes.

Do outro limite, suspeita-se que a economia solidária se resume a uma forma de renovar a precarização do trabalho, assumindo uma condição de funcionalidade ao sistema, minimizando conflitos e impedindo a verdadeira e necessária transição ou transformação<sup>51</sup>. Neste caso, reina o ceticismo e a descrença do potencial deste projeto.

O problema de fundo recai sobre o futuro da economia solidária, as expectativas que podemos nela depositar, em última análise, as utopias concretas e abstratas que ela contempla. Não é o caso de recorrer a um exercício de futurologia, mas de detectar e apostar em um projeto factível de futuro, de ter fé num futuro melhor. Referimo-nos ao sentido de aposta e “fé revolucionária” tal qual os utilizou Lucien Goldman, que citado por Löwy e Nair (2008, p. 176), afirma:

‘a fé marxista é uma fé no porvir histórico, feito pelos próprios homens ou, mais exatamente, que cabe a nós fazer por nossa atividade, é uma aposta no sucesso de nossas ações; a transcendência que é o objeto dessa forma de fé já não é nem sobrenatural nem trans-histórica, mas supra-individual, nada mais, mas também, nada menos.’

<sup>51</sup> De forma contundente, ANTUNES (1999, p. 113, 114) declara: “[...]parece-me, entretanto, um equívoco grande concebê-la [a economia solidária] como uma *real alternativa transformadora da lógica do capital e de seu mercado*, como capaz de minar os mecanismos da unidade produtiva capitalista[...] é bom não esquecer, também, que essas atividades cumprem um papel de *funcionalidade* em relação ao sistema, que hoje não quer ter nenhuma preocupação pública e social com os desempregados[...]. Como mecanismo minimizador da barbárie do desemprego estrutural, elas cumprem uma efetiva [ainda que limitadíssima] parcela de ação. Porém, quando concebidas como um momento efetivo de *transformação social em profundidade*, elas acabam por converter-se em uma nova forma de mistificação que pretende, na hipótese mais generosa, ‘substituir’ as formas de transformação radical, profunda e totalizante da lógica societal por mecanismos mais palatáveis e parciais, de algum modo assimiláveis pelo capital.”

Na mesma visão crítica, tem-se: “[...]a economia solidária não oferece elementos significativos para uma melhor compreensão dos passos para a transição para além do capital, ou seja, para o que costumamos chamar de socialismo mesmo que não queiramos estabelecer laços com o 'socialismo real'. Além disto, tal como se faz a prática da política pública, no Brasil, a economia solidária se aproxima mais de uma política de controle social que mantém os mais pobres envolvidos na busca de sua precária sobrevivência material por meio de cooperativas e/ou associações, ensaiando práticas de cooperação e sinergias, porém afastados do que interessa sob o capital, o conflito” . (CARLEIAL; PAULISTA, 2007. p.3).

Ribas e Debiasi (2007, p.9-10-11) argumentam: “Estariamos, portanto, frente a uma nova e idílica agenda para a luta política contra a ordem capitalista, segundo o qual o crescimento quantitativo de grupos produtores autônomos poderia gerar uma espécie de nova síntese prática que, num certo momento histórico operaria uma mudança qualitativa, de tal sorte que pudesse constituir-se como uma alternativa destinada a suplantiar o próprio capitalismo [...] Propugna-se a economia solidária como modalidade de organização da produção, que poderia, caso bem sucedida, converter-se em até uma estratégia de transição ao socialismo. Objetivamente não há possibilidade de mudança estrutural, por tímida que seja, a partir de ação econômica desta natureza: como imaginar uma esfera econômica autônoma, quando há total dependência de insumos materiais e técnicos gerados pelo monopólio, pelo latifúndio?[...] Essas ações econômicas de pequena escala, por mais respeitáveis que possam ser, do ponto de vista humanitário, destinam-se a operar exclusiva e irreversivelmente nos estreitos limites dados pelas 'franjas' do processo produtivo hegemônico. [...] atribuir à economia solidária o potencial histórico emancipatório corresponderia a obscurecer a ideologia, inibir, desconhecer e negar a superação da ordem capitalista.”

O sentido de transcendência nos remete a Bloch (2006, p. 459), quando avalia:

É verdade que tudo e sobretudo a vida humana constitui um tipo de *transcendere*, uma ultrapassagem da realidade dada, mas é igualmente verdade que este *transcendere*, sendo utópico-concreto, não implica nenhuma transcendência. Ela própria seria, de novo, uma realidade-fantasma; está muito claro que a consciência da utopia concreta não se prende de modo positivista ao fato da visibilidade imediata; mais claro ainda está que ela tampouco se volatiliza em meras hipóteses fáticas de pura invisibilidade mitológica.

Também a aposta de Goldmann nos lembra a utopia de Bloch<sup>52</sup>, assim como sua fé revolucionária poderia corresponder à esperança e otimismo militante daquele. Sobre a primeira, tem-se:

As visões individualistas do mundo – racionalistas ou empiristas – ignoram a aposta. Esta não acha lugar senão no cerne das formas de pensamento inspiradas por *uma fé em valores transindividuais*: aquilo que a aposta pascalina e a aposta dialética têm em comum é *o risco, o perigo de fracasso e a esperança de sucesso*. O que as distingue é a natureza transcendental da primeira [aposta na existência de Deus] e puramente imanente e histórica da segunda [aposta no triunfo do socialismo na alternativa, oferecida à humanidade, da escolha entre o socialismo e a barbárie]. (LÖWY; NAÏR, 2008, p. 177)

Nas palavras de Goldmann (citado por Löwy e Nair, 2008, p. 178), vemos um chamado para a aposta, facilmente convertida em utopia.

A idéia de que o homem está ‘embarcado’, de que ele tem de apostar, constitui desde Pascal a idéia central de todo pensamento filosófico consciente de que o homem não é uma mônada isolada que basta a si mesma, mas um elemento parcial no interior de uma totalidade que o ultrapassa e à qual está ligado por suas aspirações, sua ação e sua fé; a idéia central de todo pensamento que sabe que o indivíduo não tem condições de realizar sozinho, pelas próprias forças, nenhum valor autêntico e que precisa sempre de um auxílio transindividual, na existência do qual ele deve apostar, pois não poderia viver, nem agir, senão na perspectiva de um *sucesso* no qual tem de *acreditar*.

---

<sup>52</sup> Sobre o encontro de Bloch com Goldmann em 1959, por ocasião de um Congresso em Paris: “Goldmann fue para mi una interesante figura. Fue el último bohémien de formato, y a decir verdad un buen bohemio ateniense. Transformaba los cafés de París, los cafés literarios que aún quedaban, en un ágora, y reunía en torno suyo a la juventud. Era justamente un nuevo Sócrates, rodeado de figuras, que por cierto también eran muy Alcibíades.[...]En profundas e y fructíferas conversaciones discutimos los ardientes problemas filosóficos que trataba en el libro sobre Pascal y en artículos como ‘L’ordre de la raison, l’ordre du coeur’, tratados en parte aparentemente como artículos y libros históricos. Vi a Lucien Goldmann por última vez en un congreso en Korcula [Yugoslavia].” (ANTHROPOS, 1993, p. 38, n. 146/147)

Deve-se estar atento às apostas e expectativas criadas a respeito da economia solidária. É pouco provável que haja uma unanimidade em torno de tais pretensões, assim como é possível que elas requeiram graus variados de fé. A economia solidária pode engendrar utopias possíveis e impossíveis, cabendo inclusive a própria ausência de utopias, conforme o conceito adotado.

Com isto sublinhamos que há utopias e não uma única utopia no horizonte da economia solidária: o campo heterogêneo da economia solidária rebate na heterogeneidade também das utopias. Há, entre elas, uma corrente que cola a economia solidária ao socialismo, seja para rivalizá-las ou para demonstrar semelhanças.

Ambas são propostas do setor progressista da sociedade, e de certa forma a economia solidária transparece como uma sucessora do socialismo do século XX. A natureza da recente crise do capitalismo, bem como as estratégias para sair dela, conduz à exigência, segundo Harvey, de se pensar a respeito do futuro deste sistema.

Pode não haver soluções capitalistas eficazes em longo prazo [além da volta às manipulações fictícias de capital] para a crise do capitalismo. Em algum ponto, as mudanças quantitativas levarão a mudanças qualitativas e precisamos levar a sério a idéia de que estejamos exatamente nesse ponto de inflexão na história do capitalismo. **O questionamento a respeito do futuro do próprio capitalismo como um sistema social adequado deve, portanto, estar na vanguarda do debate atual. No entanto, parece haver pouco apetite para tal discussão, mesmo entre a esquerda.** (HARVEY, 2010, p.61, grifo nosso.).

Ao finalizar com o chamado político da esquerda, incluímos dentro dela a economia solidária, embora as interseções entre comunismo, socialismo, novo socialismo, marxismo, esquerda e economia solidária estejam impressas de forma pouco nítida. Sem entrar na celeuma que tais discussões provocam, julgamos que todas elas compartilham de uma vocação anticapitalista, resguardando suas especificidades – que não são poucas.

Afirmamos inicialmente que a economia solidária não é apenas uma alternativa ao desemprego e que não pode ser confundida com a economia informal. Onde residem então as distinções da economia solidária? O que nos faria crer – pesquisadores, militantes e trabalhadores – que ela é uma aposta que vale a pena?

Voltamos a Singer, para quem a economia solidária não é apenas um modo de produção alternativo, mas também superior ao capitalismo.

[...] se a economia solidária for apenas uma resposta às contradições do capitalismo no campo econômico seu crescimento poderá se desacelerar no futuro e, pior, ela não passará de uma forma complementar da economia capitalista, cuja existência será funcional para preservar fatores de produção - trabalho, terra, equipamentos e instalações - que, se ficassem sem utilização, estariam sujeitos a se deteriorar [...] Há, no entanto, uma outra alternativa. A economia solidária é ou poderá ser *mais do que mera resposta* à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: *uma alternativa superior ao capitalismo*. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor. (SINGER, 2002, p.114).

Esta afirmação suscita várias questões, a começar pela necessidade de acompanharmos a evolução da economia solidária a fim de permitir avaliar se há indícios de que ela seja apenas uma resposta ao capitalismo ou se avança como alternativa a este sistema. Ademais, cumpre-nos avaliar qual a percepção dos trabalhadores sobre o tema. Este esforço será realizado nos capítulos subsequentes, quando da análise das condições objetivas da economia solidária. Esta questão é ainda mais eloquente uma vez que atravessamos um período de crescimento econômico e aumento de emprego formal no país, contexto diferente daquele que forjou o nascimento da economia solidária.

A mesma citação nos mobiliza para uma segunda empreitada, inscrita com a aposta de Singer na superioridade da economia solidária como provedora de uma vida melhor. Em que consiste uma vida melhor? Como caracterizá-la? No capítulo 8 analisaremos como este anseio aparece com força nos depoimentos colhidos e qual o significado que lhe é atribuído.

Outra questão ressoa: até que ponto o desejo de uma vida melhor é informado por uma utopia social? A utopia social deve necessariamente estar vinculada no socialismo? A resposta para esta última indagação será selada com a percepção dos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária, embora a onipresença das utopias na história nos adiante algumas pistas. O exercício de imaginar outros mundos é imanente ao ser humano, e seus conteúdos, quando não realizados, mantêm-se ao longo do tempo, mesmo que sujeitos a algumas atualizações. Ademais, o item seguinte tratará, teoricamente, do vínculo entre estes dois conceitos.

## 4.2. ORIGEM E ORIGINALIDADE: DO SOCIALISMO UTÓPICO AO SOCIALISMO DO SÉC.XXI

A economia solidária carrega em sua carga genética o socialismo utópico, o que nos impõe ao menos, duas tarefas. Uma delas é compreender a passagem do socialismo utópico ao científico, e a outra, indagar sobre o peso desta herança para o atual movimento da economia solidária

A economia solidária revive e atualiza o movimento cooperativista, reconhecido com uma das formas de resistência dos trabalhadores frente ao capitalismo do século XIX. Este movimento foi protagonizado pelos socialistas utópicos, que alimentaram com suas ideias e intervenções práticas um rol de experiências que foram exitosas por um considerável período.

Em sua configuração recente, que data de meados da década de 1980, mantém os princípios cooperativistas originais, embora tente escapar das denúncias de perseguir um ideal desprovido de realização e de cientificidade, supostamente herdada do socialismo utópico.

Não é oportuno retomar as críticas destinadas ao que se convencionou chamar de socialismo utópico: no entanto, o espírito desta crítica não deixa de atingir a economia solidária, numa espécie de confirmação de sua herança genética, repondo assim o significado negativo sobre a utopia.

Além dessa discussão, buscamos compreender de que forma a economia solidária se coloca no debate sobre o socialismo do século XXI, tendo em vista a vinculação entre os temas.

### 4.2.1 Socialismo utópico

Fundamentada em valores e princípios anticapitalistas, a economia solidária remonta às experiências<sup>53</sup> do cooperativismo do século XIX, caracterizadas pelas reações à Revolução Industrial e capitaneadas por autores e ideias do que se convencionou chamar de “socialismo utópico”.

---

<sup>53</sup> Consultar, entre outros: Singer, Paul. Introdução à Economia Solidária; Russ, Jacqueline. O socialismo utópico.

O socialismo utópico está na base do movimento cooperativista, que por sua vez foi revivificado através da economia solidária. Não se pode forçar uma relação linear entre esses fenômenos distintos no tempo e no espaço, a ponto de sugerir que a economia solidária mantenha o mesmo grau de identificação com o socialismo utópico da mesma forma com que este manteve com o cooperativismo do século XIX. Mas é aceitável supor que a economia solidária carregue vestígios deste que representa um capítulo controverso do próprio socialismo.

Os autores referência do socialismo utópico são os franceses Conde de Saint-Simon (1760-1825) e François-Charles Fourier (1772-1837), e o inglês Robert Owen (1771-1858), os dois últimos com maior ênfase e influência nas experiências atuais de economia solidária.

Robert Owen, industrial inglês do ramo têxtil, protagonizou as mais consistentes experiências que hoje são referenciais para a economia solidária. No começo do século XIX, em New Lanark, Inglaterra, adotou medidas que contrariavam as regras de exploração dos trabalhadores – redução da jornada e proibição do trabalho infantil –, o que lhe rendeu aumento de produtividade e reconhecimento pela sua iniciativa. (SINGER, 2002).

Nos Estados Unidos, em Indiana, estabeleceu em New Harmony uma Aldeia Cooperativa, experiência na qual permaneceu entre 1825 até 1829, e que deu origem a várias iniciativas da mesma natureza. Para Owen, as aldeias cooperativas – comunidades projetadas para cerca de 1.200 pessoas que trabalhariam coletivamente – seriam replicadas até atingir a “Comunidade de Igualdade Perfeita”:

O sucesso de New Harmony produzirá um efeito cumulativo, e os governos, pouco a pouco, abandonarão a propriedade privada, para adotar o sistema social racional. A generalização das colônias comunistas dissolverá assim, pela evidência da verdade, a estrutura burguesa. Desde o início, portanto, o pioneiro do socialismo considera que essa sociedade representa apenas um passo, uma etapa na realização da verdade e do bem. A ‘Comunidade de Igualdade Perfeita’ é o objetivo último de Owen. (RUSS, 1991, p. 35).

Russ (1991) enumera os motivos que, segundo ele, resultaram no fracasso de New Harmony. O primeiro deles é a inexistência, no grupo de oitocentas pessoas, de um vínculo real ou um objetivo comum, e sobre os demais motivos, o autor resume:

Infelizmente, os membros da Comunidade de Igualdade Perfeita vão ignorar, cada vez mais, o real e o trabalho, e perder-se num ‘palácio de

idéias'. Proliferação de discursos inúteis, 'arenas de oradores combativos' constituem a prática habitual de New Harmony, segundo os vestígios que a Gazeta nos deixou. Tendo a comunidade, muito rapidamente, centrado tudo em torno da satisfação das necessidades, cada um se furta ao esforço. [...] Cúmulo da ironia: a regra da igualdade total funciona muito pouco. Estratos sociais começam a se formar. Os refinados se isolam, desdenhosos das teses comunitárias, e os trabalhadores manuais parecem objeto de um otimismo. (RUSS, 1991, p. 37).

De volta à Inglaterra, Owen continua a se dedicar a seus ideais, sobretudo ao cooperativismo e sindicalismo<sup>54</sup>. A mescla entre as duas modalidades revelou o cooperativismo como uma opção aos trabalhadores, originando as “cooperativas operárias.” Também foram criados os bazares de troca, em que se praticava o escambo ou a intermediação com o uso de moedas próprias. A ofensiva patronal foi implacável com a demissão de todos os sindicalizados os trabalhadores refluíram, assim como o movimento.

De todas essas experiências, a cooperativa de consumo dos “Pioneiros Equitativos de Rochdale” (1844) é emblemática, e dela derivam os princípios adotados pela economia solidária. Constituída a partir de uma greve e da união entre o movimento cooperativo e sindical, o propósito dos 28 trabalhadores era torná-la semente de uma aldeia cooperativa.

O aumento do número de trabalhadores e a diversificação das atividades (cooperativas de produção e atacadista) abalaram o objetivo inicial de formação de uma comunidade cooperativa e deixou em segundo plano o cumprimento dos princípios cooperativos, quando a autogestão foi trocada pela cogestão, por exemplo. O crescimento das atividades, que avançaram ao ponto de permitir a abertura de filiais cooperativas, significou concretamente o desrespeito aos princípios originais, o que, somado à conjuntura adversa do pós-Segunda Guerra, culminou com a decadência do movimento. Ainda hoje se questiona até que ponto é possível um empreendimento crescer sem colocar em risco a adesão aos seus valores, e o atual exemplo de Mondragón<sup>55</sup> parece reviver esta polêmica. (SINGER, 2002).

É importante lembrar que, assim como os socialistas utópicos defendiam as experiências cooperativas, os capitalistas também o fizeram, obviamente sob outras perspectivas. Enquanto os primeiros acreditavam no cooperativismo como

---

<sup>54</sup> Consultar Singer (2002).

<sup>55</sup> Complexo Cooperativo de Mondragón, na Espanha, é o atual exemplo emblemático de cooperativismo de grandes proporções, e que já enfrenta críticas sobre a adequação entre princípios e crescimento.

superação do capitalismo, estes últimos defendiam a proposta como ação corretiva para os males do mesmo sistema. (RECH, 2000).

Não é por outro motivo que até hoje existem as cooperativas legítimas, aquelas que professam os valores e princípios do cooperativismo de Rochdale, convivendo com empresas que se apropriaram do termo e de seu simbolismo para abrigarem experiências capitalistas. Esta dubiedade, presente já nas primeiras concepções do cooperativismo – seja na visão "progressista" ou "reformista" – manifesta-se e acentua-se atualmente, obrigando a diferenciação entre estas. É o caso da lei do cooperativismo, que em sua versão atual<sup>56</sup> atende aos interesses das cooperativas tradicionais, e não daquelas inscritas na lógica da economia solidária.

A figura de Owen está inscrita na história do cooperativismo, do socialismo utópico e da economia solidária. Segundo Russ, Owen se caracterizou por um “otimismo racionalista que se desdobrou em messianismo”: “O owenismo é, assim, religião, discurso sobre o homem novo que nascerá regenerado, fruto da ‘nova terra’ e da nova ‘esfera celeste’.” (RUSS, 1991, p.40).

Na visão de Clayes (2009, p. 190):

A componente ‘utópica’ das suas idéias não reside apenas em alguns planos comunitários, ligados aos projectos de propriedade comum discutidos desde Platão; ela deve-se ao seu optimismo igualitário, à sua firme crença segundo a qual o sucesso de uma comunidade provaria a insuficiência fundamental da velha sociedade. (CLAEYS, 2009, p.190)

Outra referência chave do socialismo utópico é Charles Fourier, mentor dos falanstérios, grupos formados por 1.800 pessoas que abrigariam os homens e suas “paixões”. As diferenças entre estes e as aldeias cooperativas de Owen são notadas por Singer (2002, p. 36):

O falanstério não é coletivista como a Aldeia Cooperativa de Owen. Nele se preservam a propriedade privada e a liberdade individual de mudar de trabalho. Os meios de produção seriam de todos os membros, mas sob a forma de propriedade acionária. O resultado do trabalho seria repartido de acordo com proporções fixas: 5/12 pelo trabalho, 4/12 pelo capital investido e 3/12 pelo talento.

O próprio Fourier discordava da comparação com Owen e Saint-Simon, chegando a escrever o panfleto "Armadilhas e charlatanismo das seitas de Saint-

---

<sup>56</sup> Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971. Um dos aspectos mais perversos para sua aplicação aos empreendimentos econômicos solidários é a exigência de um mínimo de 20 trabalhadores para a formação de uma cooperativa, o que não contempla a realidade dos grupos da economia solidária. Os dados trazidos pelo mapeamento comprovam esta dificuldade, conforme item 6.1.2.

Simon e Owen". Sua teoria da atração passional advoga uma relação entre o mundo social e o planeta, numa interdependência garantidora da sincronicidade e harmonia entre os seres, desde que observado o princípio da atração, da paixão, do impulso amoroso.

De acordo com Fourier a história é dividida em períodos: éden (primitivo), selvageria (inércia), patriarcado (pequena indústria), barbárie (média indústria), civilização (grande indústria). Após o período da civilização haveria outros dois, o garantismo (falanstério) e o sociantismo (associação simples) para então se alcançar a Harmonia<sup>57</sup> (associação composta), utopia de Fourier.

O autor descreve minuciosamente as características do falanstério<sup>58</sup>, e sua importância dá-se em servir de modelo que pudesse inspirar experiências práticas menos audaciosas e que funcionariam como um passaporte para atingir o período final da Harmonia. Apesar das diferenças em relação às Aldeias Cooperativas de Owen, também o falanstério é visto como etapa necessária para se alcançar um projeto final, determinado de antemão – Comunidade da Igualdade Perfeita e Harmonia, respectivamente. Esta crença numa escalada etapista para se chegar a uma utopia última – porque perfeita – é o ponto em comum dos utopistas projetistas e abstratos.

Fourier teve discípulos que implantaram experiências práticas adaptadas de suas teorias, especialmente nos Estados Unidos em Nova Jersey, Wisconsin e Boston. Mas também no Brasil ecoaram tais ideais. Os exemplos mais citados são da Península do Saí<sup>59</sup> (SC) onde o médico Benoit Jules Mure e aproximadamente 217 imigrantes franceses fundam sua colônia, que se estende de 1842 a 1845. Outro caso importante é da Colônia Cecília<sup>60</sup> (PR), num ensaio de comunidade anarquista onde Giovanni Rossi, influenciado pelas ideais de Fourier, fundou a Colônia em 1890, a qual durou cinco anos.

---

<sup>57</sup> A Harmonia é o período em que a paixão substitui a moral, o trabalho e o estudo são fontes de prazer. É também a fase da sociedade em que o trabalho não excederia duas horas; os homens viveriam até 140 anos, teriam mais de dois metros de altura, seriam dotados de um arqueado e desenvolveriam habilidades com os dedos do pé; animais selvagens e peçonhentos seriam substituídos por uma forma que auxiliassem os homens (antileões, antibaleias); as refeições são fonte de prazer assim como a sexualidade; as expressões de artes têm destaque, todas as formas e manifestações de amor seriam legítimas. Estas características contribuíram para o descrédito do autor e suas idéias, desqualificando muitas vezes outras idéias originais e propostas mais concretas.

<sup>58</sup> Ressaltamos a permanência da propriedade privada e do dinheiro; a ênfase no trabalho agrícola; o respeito a diversidade e não na igualdade, com a admissão de pequenas diferenças entre os trabalhadores.

<sup>59</sup> Em frente à Ilha de São Francisco, SC.

<sup>60</sup> Município de Palmeira-PR

Também no Paraná a Colônia Teresa Cristina é reconhecida pela inspiração em Fourier e no cooperativismo, embora a literatura a respeito seja escassa.

[...] é em 1847 que situamos o início do movimento cooperativista no Brasil. Foi quando o médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das idéias reformadoras de Charles (sic) Fourier, fundou, com um grupo de europeus, nos sertões do Paraná, a colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas. Experiências similares, que vingaram por algum tempo, também surgiram na mesma época em Santa Catarina. Essas organizações, apesar de sua breve existência, contribuíram para a memória coletiva como elemento formador do florescente cooperativismo brasileiro. Tais experiências eram inspiradas no modelo 'falanstério' do socialista utópico Charles Fourier. (SCHMIDT; PERIUS, 2003, p.64).

Na sequência do texto, os autores alertam: "mas, o cooperativismo, com sua fisionomia de organização cooperativa, apareceu no Brasil a partir de 1891". (SCHMIDT; PERIUS, 2003, p.64) Também os vínculos entre Fourier e o cooperativismo são polêmicos, como atesta Petitfils:

Na segunda metade do século, os laços entre o fourierismo e o movimento cooperativista eram tão estreitos que Charles Gide acreditou ver em Fourier o profeta e o precursor genial desse sistema econômico. Essa opinião foi unanimemente rejeitada por especialistas em Fourier, como Hubert Bourgin, Jean Gaumont e Emile Poulat. Se existe uma ligação entre o fourierismo e o cooperativismo, ela só pode ser indireta, passando pelas realizações heterodoxas da 'dissidência'. (PETITFILS, 1978, p.108).

A Colônia Teresa Cristina (Vila Agrícola Thereza ou Thérèzeville) é fundada pelo médico Jean Maurice Faivre em maio de 1847. Faivre, nascido em 1795 na França, morreu em 1858 na Colônia que fundou e onde está enterrado. Fernandes aponta a tragédia pessoal de Faivre como um dos fatores que aceleram ou sancionam seu projeto de uma comunidade construída em outros moldes. Aos trinta anos chegou ao Rio de Janeiro, onde serviu à Imperatriz Thereza Cristina Maria e a quem homenageou com o nome de sua colônia. (FERNANDES, 1995).

Depois de uma vida dedicada aos estudos, casa-se aos 45 anos com Anne Zoe Bricquelet Taulois, que no ano seguinte morre quarenta e quatro dias depois do parto da filha, que também falece. Em maio de 1846 vai até a França em busca de colonos e equipamentos para retornar ao Brasil e fundar a Colônia Teresa Cristina, "Resolvido a levar avante o plano de fundar uma comunidade agrícola no interior do País, onde tentaria viver idéias simples, mas ao mesmo tempo revolucionárias". (FERNANDES, 1995, p.104). Seu projeto consistia em:

'Thereza será, portanto, uma vila-modelo: suas casas serão construídas dentro de princípios higiênicos e seguros; o trabalho será regado e feito em

harmonia com as necessidades e as forças do homem; e a agricultura será honrada e praticada como o elemento principal da prosperidade geral e da felicidade individual, produzindo a abundância que implanta a paz e abre os corações à generosidade, o que fará de Thereza um verdadeiro modelo a ser seguido e encorajado' (Fernandes, 1995, p.198).

Enquanto está na França, toma contato com as obras dos socialistas utópicos, impressionando-se com Fourier: "Cita, como exemplo, os falanstérios, sugeridos por Fourier, dizendo que já têm apresentado alguns resultados encorajadores, que se não foram completos é porque a experiência ainda é nova e há falta de habitantes". (FERNANDES, 1995, p.194).

De fato, seu projeto contém certos elementos adaptados do modelo de Fourier: a noção do trabalho enquanto prazer, a busca pela felicidade, a ênfase na atividade agrícola e uma experiência que poderia servir de modelo para outras. Em 25 de dezembro de 1846 o barco "Fides" sai da França levando Faivre e sessenta e três pessoas dispostas a compartilhar do mesmo projeto. A chegada ao Porto de Paranaguá<sup>61</sup> se dá em 17 de fevereiro de 1847 e em maio instalam-se no local onde a Colônia se estabelecerá<sup>62</sup>. (FERNANDES, 1995).

Sobre os imigrantes que lhe acompanharam, Fernandes indica:

Tivera o cuidado de fazer uma breve seleção daqueles que o procuravam, de modo a escolher quem possuía habilitações úteis na implantação e no desenvolvimento da Vila Agrícola Thereza. Na capital da França, p.ex., não recrutara nenhum agricultor, mas pessoas que tinham outros dotes- médicos, professor, diaristas, carroceiros e até alguém como Jacques Blanc [...] o qual sabia lidar com construções de casas, aquedutos, pontilhões e outros. (FERNANDES, 1995, p.115)

Para Faivre o local escolhido (hoje o município de Cândido de Abreu) era ideal para iniciar uma colonização sem as práticas mercantilistas que combatia<sup>63</sup>, e por isso a distância das cidades maiores se justificava<sup>64</sup>: "é conveniente que se afaste bastante dos grandes centros da população, a fim de que o espírito mercantilista e a apologia da escravatura não reflitam nocivamente sobre a única

<sup>61</sup> Nesta data, a região pertencia à província de São Paulo, dado que a emancipação do Paraná ocorreu em 1853 com a nomeação do Presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos.

<sup>62</sup> De acordo com Leônidas Boutin, a chegada no Porto de Paranaguá se dá no dia 9 de abril de 1847, com oitenta e sete pessoas. Com relação ao número de imigrantes, em algumas passagens do livro de Fernandes o número mencionado é de sessenta e quatro (p. 300)

<sup>63</sup> Além disso, fatores como o clima, o solo e a proximidade com o rio Ivaí auxiliaram na escolha do local, bem como a experiência anterior dos jesuítas do século XVII que exaltavam igualmente estas condições. A escolha de pessoas de acordo com diferentes habilidades remete ao que Fourier recomendava, assim como a localização proposta por ele é semelhante à opção feita por Faivre.

<sup>64</sup> Entretanto, esta mesma distância comemorada por Faivre, foi um de seus maiores desafios, devido à falta de estradas que levassem às duas maiores cidades vizinhas, Guarapuava e Ponta Grossa.

destinação lógica de Vilas Agrícolas como Thereza do Ivaí, que é a de fazer o homem bom e feliz". (FERNANDES, 1995, p.303).

Seu projeto para a Vila Agrícola Thereza faz lembrar a preocupação com a distribuição do espaço físico dos falanstérios<sup>65</sup>. O espaço foi dividido em três áreas: uma para as residências, outra para as pastagens (comunitária) e um terceiro para a lavoura. As obrigações coletivas eram as da limpeza, manutenção e construção de áreas comuns sendo estipulado que "ao término do segundo ano de estada e residência, o colono deve entregar meio alqueire de pasto formado, no rocio, integrado a área comunitária destinada a essa finalidade, assim como apresentar plantadas árvores frutíferas na testada do lote onde mora". (FERNANDES, p.271-2)

Faivre, como diretor da Colônia, tinha as atribuições de determinar o local das residências e das plantações, fiscalizar o trabalho, solucionar conflitos e manter a ordem e a disciplina, fazendo cumprir o "Código de Posturas"<sup>66</sup> por ele elaborado. As máquinas são de uso comum, e a contrapartida se daria através do trabalho para melhorias da coletividade.

No ano que chegam à Colônia, casas provisórias são construídas: a produção é de fumo, cachaça, açúcar mascavo, rapaduras, pastagens e fabricação de pequenos instrumentos de trabalho e construção de moinhos de água. A educação das crianças e a questão religiosa também eram preocupações de Faivre, e por ele encaminhadas.

Apesar do trabalho realizado, houve desistências de muitos franceses que acabaram abandonando a Colônia, ao passo que o número de adesões de brasileiros não compensou esta redução. A falta de empréstimos impediu uma nova leva de imigrantes, pretendida por Faivre, o que, somada à desistência mencionada

---

<sup>65</sup> Ainda sobre as condições de instalação na Colônia: "nos regulamentos, vinha estabelecido que se forneceria, gratuitamente, a cada colono, para moradia e quintal, um lote de dez braças de frente por cinquenta de fundos, o que equivale a 2.420 m<sup>2</sup>; mais trinta mil braças quadradas ou seis alqueires paulistas aproximadamente, de 'terras lavradiças', em um só bloco ou em glebas de cinco a dez mil braças quadradas, 'conforme a conveniência'. O uso dos pastos do rocio, é, também, direito dos colonos que, ao chegarem à Vila Agrícola, receberão alimentos para o primeiro ano e um lugar onde morar, concedido o prazo de três meses para que construam um rancho provisório no lugar destinado à futura residência. Do terceiro para o quarto ano, apenas, é que haveria o reembolso das despesas adiantadas no primeiro ano". (FERNANDES, 1995, p.271).

<sup>66</sup> "Faivre prevê a criação de um Conselho Municipal composto em consonância com as leis pátrias, o qual decidiria sobre os trabalhos e sobre os melhoramentos de utilização comum, assim como sobre a distribuição de terras aos indivíduos e as reservas comuns a serem criadas e conservadas." (FERNANDES, 2005, p.247-8) Aqui se pode fazer menção ao Conselho Superior pensado por Fourier, que no entanto dispensava as normas para estabelecer a ordem e disciplina. Dentre as normas, concebidas por Faivre, está a proibição de escravos e a inclusão de novos colonos a partir da disposição para o trabalho independentemente de capital.

acima, além dos escassos recursos existentes, a deficiência de transporte, e a ocorrência de enchentes acabaram inevitavelmente por fragilizar a colônia. A morte de seu idealizador acaba por determinar o fim da experiência. É comum verificar que o vigor e o tempo de existência de um experimento social é fortemente dependente da figura do seu idealizador ou líder.

Como se viu, há diferenças consideráveis entre os autores identificados como parte desta mesma escola que, de acordo com Maler abriga “doutrinas sociais preguiçosamente arrumadas sob uma mesma rubrica.” (MALER, 2009, p.225).

Maler (2009, p. 226) desafia:

A qual denominador comum podemos reduzir a aliança dos eruditos e dos industriais, colocada sob a autoridade de um novo cristianismo [Saint-Simon], a teoria da atracção apaixonada, guia para um novo mundo societário adjacente aos falanstérios [Fourier], as cooperativas de produção e de consumo experimentadas em New Lanark depois em New Harmony [Owen]? Ou ainda as oficinas sociais, apoiadas pelo Estado e preconizadas por Louis Blanc, a União operária reivindicada por Flora Tristan, o mutualismo de Proudhon? E por fim a comunidade dos bens visada tanto por Cabet como pelos Icarianos e os neo-babouvistas e Auguste Blanqui?

São, de acordo com Maler (2009, p. 226), doutrinas que no pós Revolução Francesa ansiavam por transformações sociais, razão pela qual foram criticadas pelos liberais, a exemplo de Louis Reybaud:

Louis Reybaud inscreve de imediato os socialismos no gênero das ‘utopias sociais’ que ele define ‘sistemas quiméricos de maledicência absoluta e de regeneração’. Mas ele não se limita a apontar nos socialismos um uso pejorativo do termo utopia que acarreta a condenação das soluções imaginárias e quiméricas. Aos seus olhos, se os socialismos são utopias é porque o socialismo é a própria essência da utopia: a eterna utopia. Nesta óptica, os socialismos modernos não passam de variedades recentes do gênero utópico e a verdade última desse gênero.

Explica-se a origem da relação feita entre estes dois conceitos, que até hoje oscila ora como sinônimos, ora como opostos. A conclusão de Maler (2009, p. 226) nos ajuda a compreender e derrubar certas crenças sobre a gênese do socialismo utópico.

Contrariamente ao que uma pesada tradição deixa perceber, esses socialismos não se reuniram espontaneamente a um gênero predeterminado. A sua integração no gênero utópico e a redefinição do gênero a partir desta inscrição são, pelo contrário, o produto de uma construção historicamente situada: solidária da crítica liberal, ela pertence estritamente ao seu horizonte teórico e político. Perante esta ofensiva, cada autor defende-se de ser utopista e procura afastar a acusação geral para concepções particulares.

Forjou-se uma referência conceitual em que os socialismos e as utopias foram diluídos em num único modelo representante, em última análise, de um projeto de reforma social irrealizável. O socialismo utópico nomeia um conjunto de ideias e experimentos inexequíveis, que faria sentido denominar de utopias abstratas.

É lícito recordar que Bloch (2006) pondera sobre como a falta de análises do processo histórico retira dessas utopias sua capacidade de realização, muito embora seja louvável o exercício de imaginação que elas provocam.

No entanto, são recorrentes as menções sobre as críticas de Marx endereçadas à utopia, propulsão, segundo Maler (2009), por uma resposta a obra “Filosofia da Miséria” (1846) de Proudhon.

O adjetivo “utópico” distingue a fase do socialismo anterior a 1848, que é assim qualificado por ser pré-marxista, não ser científico e por idealizar a transformação social. Ao escrever “Do socialismo utópico ao socialismo científico”, Engels reforça esta cisma:

O que era ‘utópico’, segundo esse enfoque, era a crença na possibilidade de uma transformação social total, que compreendesse a eliminação do individualismo, da competição e da influência na propriedade privada, sem o reconhecimento da necessidade da luta de classes e do papel revolucionário do proletariado na realização dessa transição. (JONES, 1988, p.341).

Esta permanece como a base das críticas endereçadas à economia solidária, o que indica pouco ou nenhum avanço por parte daqueles que desqualificam a utopia ou as soluções que passem por outros caminhos que não o da luta de classes. Na condição de herdeira do socialismo utópico, é provável que a economia solidária tenha contraído, ao menos em parte, características que a tornem alvo das mesmas desconfianças que parecem ter se cristalizado em torno dos projetos que representam esta escola de pensamento.

Sendo assim, não nos parece de somenos importância enfrentar o referido debate, que pode contribuir para esclarecer e revitalizar a acepção da utopia, seu sentido e sua importância, bem como destravar possíveis obstáculos para compreensão do significado da economia solidária.

Uma das decorrências é a reflexão sobre até que ponto o socialismo é a única denominação passível de vincular-se – positiva ou negativamente – à utopia. Ao

mesmo tempo em que parte do socialismo a rejeita, é legítimo perguntarmos se é possível ser utópico sem estar engajado ao socialismo. Se há teorias que apresentam respostas prontas a essa questão, é passada a hora de analisarmos como isso se dá na realidade dos trabalhadores, artífices das utopias concretas. Em que medida eles são mobilizados por utopias, e de que forma estas utopias podem ser incluídas nos registros socialistas?

Com a pretensão de seguir nesta linha de raciocínio, buscamos atualizar a discussão sobre utopia e socialismo, com destaque para o cenário do século XXI.

#### **4.2.2 Socialismo e século XXI**

Paul Singer simboliza a economia solidária no Brasil. Teórico e prático, militante e intelectual, é o primeiro Secretário Nacional de Economia Solidária, instituída em 2003. Um dos pioneiros na apresentação e aprofundamento do tema, introduzindo-o nos ambientes acadêmicos, nos sindicatos, nos movimentos sociais e na agenda pública, compartilhando assim suas teses e sua utopia. São motivos que nos parecem suficientes para desenvolver em torno de sua obra as reflexões propostas.

Singer, fiel ao socialismo - assim como o foi Bloch - ancora sua utopia e seu otimismo militante na economia solidária, mas sem perder de vista um horizonte socialista. A economia solidária, como utopia iconoclasta, não se mostra através de modelos pré-determinados, mas sim, através de lições aprendidas com o socialismo real e de um balanço sobre o legado do pensamento socialista.

Ciente desta herança da economia solidária, bem como das desconfianças que ela mesma gera, Singer recupera elementos chave para travar esta discussão. Diante disso, destacamos a seguinte reflexão do autor:

O socialismo, que antes dos clássicos era uma proposta de sociedade melhor, mais livre e mais justa, passou a ser o modo de produção que superaria o capitalismo, herdando deste todo o progresso econômico que ele teria suscitado e que seria a causa eficiente de sua queda inevitável. Os valores socialistas de liberdade, democracia e igualdade acabaram por ser considerados 'utópicos' enquanto o capitalismo não tivesse desenvolvido todas as forças produtivas que os tornariam realizáveis. Uma vez atingido esse ponto histórico, a tarefa do proletariado revolucionário seria apropriar-se, por intermédio do Estado, dos meios de produção e passar a administrá-los centralizadamente, fundindo todas as empresas concorrentes em uma

única superempresa. Isso bastaria para que liberdade, democracia e justiça passassem a reinar, por razões que deveriam ser tão óbvias que dispensavam explicitação. (SINGER; MACHADO, 2000a, p. 18).

Na sua avaliação, enquanto o socialismo científico exaltava a abolição da propriedade privada, sem considerar a necessidade de um sistema de planejamento e organização da produção de forma coletiva, a experiência do socialismo real deixou-se enredar pela centralização dos meios de produção e do planejamento em poder do Estado.

Durante a Revolução de Outubro na Rússia (1917), foram confrontadas duas vias para o socialismo. De um lado, a tese vencedora da centralização do Estado, num estágio que deveria ser transitório entre o capitalismo e o socialismo; de outro, a autogestão, com o controle exercido pelos operários. Em síntese, a primeira tentava colocar em prática os preceitos do socialismo científico, que julgava necessário um período de transição coordenado pelo Estado: a segunda, herdeira do socialismo utópico de Owen, sustenta as bases do que chamamos hoje de economia solidária.

Portanto, não só a economia solidária mostra-se superior ao “socialismo real”, como também configura um novo socialismo.

[...] a economia solidária é realmente um novo socialismo, que nada tem em comum com o velho ‘socialismo realmente existente’ que se baseava no planejamento centralizado da produção, distribuição e consumo do Estado, ao qual estavam subordinados todos os empreendimentos, que, por não terem autonomia alguma, jamais puderam ser autogestionários. ( SINGER, 2009, p. 11).

Tal associação está longe de ser consensual, e o conteúdo das críticas recebidas pela economia solidária, citadas na seção anterior, demonstra a dimensão da polêmica. Nomear a economia solidária como um novo socialismo é travar embates em diversas frentes, o que não é nosso objetivo. Restringimo-nos a acompanhar a visão de Singer a este respeito, assinalando que não se trata de uma voz única.

Gadotti (2009, p.26), convencido da amplitude da economia solidária e de como “ela representa uma grande esperança de transformação do modo como produzimos e reproduzimos nossa existência no planeta” (2009, p. 25), assente: “Trata-se, na verdade, de uma desmercantilização do processo econômico, programa básico de construção de um novo socialismo hoje.”

Não é frequente, na literatura e nas discussões sobre economia solidária, o enfrentamento a este tema, assim como estão quase ausentes as menções à utopia. Não por coincidência, são vácuos que podem estar relacionados.

Singer (1998b, p.9) não se furta ao debate e não trai o socialismo, o que não o impede de reinterpretar alguns conceitos à luz do processo histórico. É o que faz em seu livro “Uma utopia militante”, justificando a necessidade de: “[...] reconceituar a revolução social socialista e de reavaliar suas perspectivas e possibilidades, face às vicissitudes do capitalismo e do movimento operário nos anos finais do século e do milênio”.

O autor reelabora os conceitos de revolução social e revolução política, a fim de sustentar a hipótese de uma revolução social socialista em andamento e, dentro dela, ressaltar a importância do cooperativismo enquanto um “implante socialista”. Desta forma, legitima a esperança no socialismo, um socialismo que aprendeu com as experiências históricas - tanto das tentativas fracassadas do “socialismo real” quanto das lições sobre a revolução social capitalista. Singer, a nosso juízo, tece os fundamentos para afastar a utopia socialista do campo da impossibilidade, ou seja, negando-lhe o título de utopia abstrata.

Compreendendo a revolução social como “o processo de passagem de um sistema socioeconômico [ ou formação social] a outro”, Singer (1998b, p.10, grifo nosso) levanta uma importante questão:

Continua sendo verdadeiro que o socialismo pressupõe a transferência do controle efetivo dos meios de produção dos capitalistas aos trabalhadores. Mas, esta transferência requer muito mais do que um ato jurídico-político de transferência formal de propriedade ou posse. **Ela requer, antes de mais nada, que os trabalhadores estejam desejosos de assumir coletivamente tal controle e que se possam habilitar para exercê-lo em nível aceitável de eficiência.**

Fazemos referência à imprescindibilidade da reunião entre as condições objetivas e subjetivas, requeridas para que uma utopia seja concreta. O desejo e a aptidão dos trabalhadores não são fatores que devam ser desconsiderados ou julgados de menor importância em relação às condições objetivas, pois a falta de uma delas compromete, com a mesma intensidade, a realização de um projeto utópico. Não por acaso este é um vetor de análise nesta pesquisa: estão os trabalhadores desejosos e preparados para a prática da economia solidária? Há entre eles a percepção de que a economia solidária é um exercício para o

socialismo, no que retomamos a discussão de Bloch (2005, 2006) sobre alvo ou caminho?

A revolução social socialista para Singer é determinada também pelas contradições do sistema dominante e pela forma como elas são resolvidas. Fundamentadas por estas condições, Singer conclui que “Trata-se, portanto, de uma revolução social em potencial, cuja culminação ou ‘vitória’ é uma possibilidade futura.” (SINGER, 1998b, p. 12).

Esta possibilidade da revolução social socialista se dá no plano teórico, contraditoriamente, pelas observações e generalizações a respeito da revolução social capitalista, que ensina sobre processos de mudança e suas reações.

Ao lado das particularidades no desenvolvimento do capitalismo, que não se repetirão num eventual desenvolvimento do socialismo, há aspectos que podem servir de ensinamento para se pensar numa eventual transição.

Destacamos a confirmação de que um modo de produção é gestado dentro do outro, e que por um tempo – geralmente longo – a convivência entre ambos torna o novo marginal ou ilegal. Este processo não ocorre de forma homogênea nas diferentes localidades, tampouco vem desacompanhado de conflitos e reações.

Para Singer, a reação operária ao avanço do capitalismo, alavancado pela revolução industrial, pode ser agrupada em três formas distintas. A primeira é de oposição, seja pelo uso das máquinas – do qual o movimento dos ludditas é emblemático – seja ao capitalismo – representado pelas iniciativas de Robert Owen<sup>67</sup>, consideradas por Singer como o desejo de retorno ao passado, de um lado, e como a esperança em construir um futuro diferente, de outro.

A segunda forma é o apoio da classe operária às lutas pela democracia, e a terceira nos interessa mais de perto, pois se constitui “[...] de certa forma, como implantes socialistas nos interstícios do capitalismo.” (SINGER, 1998b, p.112). Vale sublinhar que a presença dos implantes socialistas não age como uma determinação sobre a inexorabilidade do socialismo, mas sim como uma possibilidade.

Da análise de cada um desses implantes socialistas – sufrágio universal, sindicatos, legislação trabalhista, seguridade social –, o autor conclui sobre a superioridade do cooperativismo, sem deixar também de considerar seus limites. A

---

<sup>67</sup> Consultar sessão anterior.

Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, fundada em 1844, simboliza um marco na luta anticapitalista e desenha com novos contornos o movimento cooperativo.

O fato de tentar transformar o sistema a partir de dentro distingue-o das “Aldeias cooperativas” experimentadas por Owen, que apostava na construção de uma economia socialista isolada do capitalismo. O detalhe do afastamento geográfico dessa experiência nos remete à ilha de More, onde a distância impede a “contaminação” pelo sistema oposto, permitindo assim o sucesso e a “pureza” da empreitada.

No Brasil, as cooperativas atuais, assim como o conjunto de empreendimentos da economia solidária, enfrentam cotidianamente os desafios decorrentes da convivência entre conjuntos de valores e práticas antagônicos. Este antagonismo pode obscurecer as vantagens de certas práticas, como acontece com as tarefas impostas pela autogestão, que enfrenta barreiras e mesmo o desinteresse pela participação nas discussões e diretrizes do empreendimento. Depreende-se que a revolução social socialista deve vir acompanhada ou precedida por uma revolução cultural, até porque “o espírito cooperativo ou a consciência socialista não surge espontaneamente”. (SINGER, 1998b, p.131).

Tal argumento permite-nos enveredar para a pesquisa empírica, suscitando alguns questionamentos: os trabalhadores da economia solidária têm ou estão desenvolvendo este espírito crítico ou uma consciência cooperativa? A economia solidária tem sido ou é capaz de operar uma revolução cultural? E, ainda: qual o rebatimento destas questões para a análise da utopia na visão dos trabalhadores entrevistados?

A avaliação de Singer nos leva a um segundo aspecto, segundo o qual a maior contribuição da economia solidária para o socialismo, ou para o novo socialismo, é o exercício da prática generalizada da autogestão, uma vez que:

A autogestão generalizada da economia e da sociedade – que constitui a essência do programa econômico e político do socialismo – só conquistará credibilidade quando houver a prova palpável de que ela não é inferior à gestão capitalista no desenvolvimento das forças produtivas. A construção de empreendimentos solidários é o método mais racional de obter tal prova. A alternativa seria apostar na crise geral do capitalismo, que forçaria a maioria a aceitar o socialismo, mesmo que seja como mal menor. (SINGER, 2000b, p. 28).

A autogestão desafia a descrença na habilidade ou competência do trabalhador não especializado ou não escolarizado em gerenciar um

empreendimento. É fato que a gestão de um empreendimento, mesmo coletivo, exige conhecimento técnico. Mas é certo também que este conhecimento não é aquele difundido nas universidades, cujo foco é a gestão de uma empresa capitalista. Não se trata de dispensar, mas sim de reelaborar e democratizar um conhecimento que tem suas especificidades – e que não são pequenas nem poucas.

Gerenciar um empreendimento solidário não é reproduzir a lógica, as técnicas e os conceitos utilizados nas empresas capitalistas. É antes uma vivência orientada por uma nova racionalidade, que inclui a participação dos trabalhadores na gestão, com disposição para investir tempo e paciência em reuniões nem sempre breves e objetivas. Certamente é um aprendizado de democracia impossível sob a heterogestão, uma vez que se fundamenta no conhecimento e nas decisões compartilhados pelos trabalhadores, quiçá, em uma utopia.

Na esteira das críticas à autogestão como opção de luta em nome do socialismo, lembramos que Goldmann batizou-a como “reformismo revolucionário”, tendo em vista que “[...] mais do que uma revolução política *anterior* às transformações econômicas, trata-se de realizar gradualmente um conjunto de transformações econômicas que devem redundar *posteriormente* em uma transformação política, violenta ou não.” (LÖWY; NAÏR, 2008, p.98).

Se num primeiro momento o autor mostrou-se reticente a esta estratégia socialista, advertindo sobre os perigos de integração inerente a todas as práticas de reformismo, após maio de 68 reexamina sua posição. Enaltece a autogestão como forma democrática de transformação, depois de compará-la com os resultados de mudanças autoritárias e conservadoras em que o poder concentrou-se nas mãos de uma pequena elite.

Löwy e Naïr (2008, p. 100) explicam:

Daí a importância, para Goldmann, das correntes esquerdistas que se manifestaram em Maio de 1968, apesar do caráter, segundo ele, ‘utópico, ao mesmo tempo ingênuo e generoso’ de sua ideologia: enquanto forças históricas que começam a se manifestar, elas poderão ter uma influência decisiva sobre a maneira como se darão as transformações socioeconômicas necessárias.

Goldmann reavaliou sua interpretação sobre autogestão, antecipando de certa forma a aposta de Singer na economia solidária. No entanto, a visão de Singer não é unânime, como, aliás, nem deveria ser. Enxergar na economia solidária uma nova forma de socialismo depende tanto da concepção de socialismo quanto de

economia solidária, e nestes dois localizam-se dissensos. Cunha (2003, p. 63), numa breve análise a respeito das correntes de pensamento sobre economia solidária, encontra afinidade entre Singer e Nuñez, uma vez que este

[...] entende que a revolução socialista deve percorrer o mesmo caminho que a revolução capitalista, ao questionar a velha ordem ainda dentro dela. Trata-se de revolução social [Nuñez fala em 'revolução do modo de vida'] empreendida de baixo, mediante novas formas de propriedade e de produção, encarnadas no seio da sociedade civil.

A mesma autora complementa:

Diante da crise da esquerda, Nuñez chama a atenção para as novas organizações e movimentos sociais em todo o mundo, cujo denominador comum é o discurso em torno da progressiva tomada de poder da sociedade civil e do controle social do Estado, do mercado e da vida cotidiana. (CUNHA, 2003, p.63).

Este último argumento reforça nossa hipótese de que a crise de esquerda é a crise de uma certa utopia, sancionada pelo fracasso do socialismo real, ou, em outros termos, de uma utopia pretensamente colocada em prática. Nesta direção, faz sentido perguntar-se de que forma esta utopia é recolocada através do projeto da economia solidária. É a economia solidária capaz de protagonizar a utopia de um novo projeto socialista? Eis uma preocupação que circunscreve o ambiente acadêmico, mas que não necessariamente está posto para os trabalhadores da economia solidária – e talvez não precise estar.

Afirmamos anteriormente que a economia solidária não foi a única alternativa ao desemprego anunciada no bojo da crise econômica e social que o Brasil enfrentou nas duas últimas décadas do século XX. É admissível que ela tenha ressurgido apoiada num lastro de experiências e expectativas daqueles que antes lutavam pelo socialismo por outras vias.

Para revestir-se de um potencial socialismo, a economia solidária precisaria incorporar demandas que extrapolassem aquelas restritas aos empreendimentos, as quais, embora não sejam poucas ou desimportantes, são insuficientes para ganhar um estatuto de projeto de sociedade<sup>68</sup>.

À guisa de exemplo, Singer (1998b, p.31) alega que a insatisfação pré-revolução social capitalista foi capitaneada pela burguesia capitalista, pois “ela

---

<sup>68</sup> Temática explorada no capítulo 6.

possuía uma proposta que, em princípio, atendia os interesses de todos os contrariados.”.

Concluimos que, ao reunir em uma proposta mais ampla os interesses de parte do conjunto da sociedade – os excluídos e os descontentes com o capitalismo – reúne-se ao mesmo tempo diferentes utopias, não exclusivamente socialistas –, e neste ponto voltamos a Bloch.

Bloch analisa a substituição das grandes utopias sociais, portadoras de aspirações do conjunto da sociedade, pelas utopias parciais ou especializadas, restritas a demandas de grupos específicos. Cita os movimentos dos jovens, das mulheres e o sionismo como exemplos destas utopias de “emancipação grupal”, reconhecendo nesses grupos uma carência “da vontade para reestruturar a sociedade toda, como era usual nas grandes utopias sociais.” (BLOCH, 2006, p.139). Mas admite: “Apesar disso, é digno de nota que os programas limitados a grupos gozam de determinada condição especializada: transitam bem em seus grupos, realizando ali uma colheita de espigas utópicas.” (BLOCH, 2006, p. 139).

Esta condição garante legitimidade às utopias parciais, que, mesmo com suas limitações, distinguem-se das utopias burguesas, conforme Bloch (2006, p.139):

Vários elementos dessas utopias especializadas foram incorporados mesmo ao marxismo, o que não ocorreu com nenhuma utopia global burguesa depois de Marx. Os planos de emancipação certamente têm um campo visual muito reduzido, o que em última análise caracteriza todo movimento meramente reformista; porém são ou eram desprovidos de qualquer impostura. [...] Por isso, são tão diferentes das utopias globais burguesas da atualidade quanto o remendo em roupa nova difere do traje festivo feito de trapos rematados. [...] Basta comparar a estreiteza do campo visual da especialização nas referidas utopias de grupo com a total inautenticidade que caracteriza as utopias globais burguesas que continuam a nascer.

No mesmo raciocínio, conclui:

as utopias menores, as utopias de grupo, ainda se destacam honestamente diante disso, visam de fato chegar à luz. Mais uma vez desencadeou-se um sonho de vida melhor, ainda que por meios impróprios, sobre um solo que se tornara completamente imprestável. Pelo menos havia um motivo para esse sonho, bem como um alvo de liberdade. Também há ou havia ali, ou por trás dele, um movimento real, de que carecem todas as utopias globais burguesas depois de Marx. Nesses movimentos, ansiava-se sair na imaturidade, da casa de bonecas, da condição de povo pária. É a isso que aspira a utopia específica de seus programas. [...] No entanto, o movimento esbarra nas barreiras burguesas que lhe são contrapostas e que somente toleram corrupção ou abstração. (BLOCH, 2006, p.140).

A ideia de utopias parciais parece apropriada para caracterizar os movimentos sociais, manifestações que se proliferam neste século XXI, e que nos fazem voltar ao ponto em que iniciamos esta discussão. É possível aglutinar utopias ou unificá-las, quando se apresenta um projeto de sociedade?

Sugerimos que os movimentos sociais caracterizam diferentes utopias especializadas, embora comunguem em sua maioria de uma raiz anticapitalista. Indagamos então: é possível identificar na utopia da economia solidária um conjunto de utopias especializadas? A economia solidária é capaz de reunir outras utopias e por isso se traduzir em uma grande utopia socialista? Ou, a utopia da economia solidária pode ser agregada a tantas outras de forma a constituírem juntas uma utopia global socialista? É sensato admitirmos, contudo, que nem todas as utopias versam sobre um projeto socialista.

Atrelar as utopias da economia solidária a um novo socialismo é uma das vertentes possíveis, mas não a única. Esta é uma aposta teórica, a exemplo de Singer, sobre o qual Oliveira (2003, p.22) pondera:

Se conseguem contribuir para a promoção de um socialismo multifacetado, democraticamente construído e exercitado, 'sem guerra fria e sem ameaça atômica'[Singer, 1998:126-139], convivendo contraditoriamente com o capitalismo, mas não o excluindo do horizonte de escolha das pessoas, ninguém poderia categoricamente afirmar. Por ora, esta é a utopia, o lugar feliz, que Paul nos convida a imaginar. Não sabemos se sua construção será possível em escala social ampliada, por isso hoje ela ainda é lugar nenhum. De qualquer forma, inaugura um projeto digno pelo qual vale a pena viver.

Dispostos a dar espaço para novas (ou não tão novas assim) indagações, insistimos no que nos parece essencial: é possível construir, defender e lutar por uma utopia anticapitalista global ou nos contentaremos a conviver com mais este nível de especialização, que agora atinge as utopias?

Concordamos com Harvey (2010, p.67) sobre o teor da crítica que faz a pluralidade de movimentos anticapitalistas, a saber:

O problema central é que, no total, não há movimento anticapitalista suficientemente unificado e decidido capaz de desafiar adequadamente a reprodução da classe capitalista e a perpetuação do seu poder no cenário mundial. [...] Apesar de haver aberturas para uma possível ordem social alternativa, ninguém realmente sabe onde ela está ou o que ela é. Mas só porque não há nenhuma força política capaz de articular e muito menos montar um programa, não há motivos para se deter o esboço de alternativas.

E prossegue Harvey (2010, p. 67):

A famosa pergunta de Lênin, 'O que fazer?', não pode ser respondida, certamente, sem alguma noção de quem pode fazê-lo e onde. Mas é pouco provável que um movimento global anticapitalista surja sem uma visão inspiradora sobre o que está por ser feito e por quê.

Harvey assinala que o foco do problema reside no desafio de construir uma pauta que concilie minimamente os objetivos dos diversos movimentos anticapitalistas, e a este inserimos outra questão: nossa hipótese é que falta uma utopia capaz de amalgamar este movimento, permitindo que se vislumbre com menos imprecisão a resposta sobre "O que fazer?"

Em relação à primeira questão, Harvey (2010) previne sobre a necessidade da formação de um movimento revolucionário capitalista capaz de compreender a forma com que ocorre a mudança social e, neste sentido defende uma "teoria revolucionária explícita adequada aos nossos tempos." Na mesma direção, elenca sete momentos que, por dentro do capitalismo, se relacionam favoravelmente e dialeticamente rumo à transição, e assim assevera: "Teóricos sociais têm o hábito de tomar apenas um destes momentos e enxergá-lo como o causador de todas as mudanças." (HARVEY, 2010, p. 68).

Ao citar os referidos movimentos, o autor sublinha:

Um movimento político anticapitalista pode começar em qualquer lugar [ processos de trabalho, em torno de concepções mentais, na relação com a natureza, nas relações sociais, na concepção de tecnologias revolucionárias e formas organizacionais, na vida diária ou pelas tentativas de se reformar estruturas institucionais e administrativas, incluindo a reconfiguração dos poderes do Estado.] O truque é manter o movimento político seguindo em frente de um momento para outro, de maneira que se reforcem mutuamente. Foi assim que o capitalismo surgiu do feudalismo e é assim que algo radicalmente diferente chamado comunismo, socialismo ou outra coisa deve surgir do capitalismo. As tentativas anteriores de se criar uma alternativa comunista ou socialista não foram capazes de manter a dialética entre os diferentes momentos em movimento e não conseguiram abraçar as imprevisibilidades e incertezas no movimento dialético entre eles. (HARVEY, 2010, p.69).

Reforçamos nossa defesa de que, se a economia solidária quer ser protagonista de um movimento deste porte, deve, inapelavelmente, mobilizar-se em torno de outras frentes - ou de outros momentos, como usou Harvey – para ter chances de êxito. Mesmo que capitaneada por um deles no início, não pode furtar-se a engendrar mudanças que acompanhem e reforcem um movimento com a envergadura capaz de enfrentar o sistema hegemônico.

Voltamos agora a nossa hipótese, que versa sobre o papel da utopia nestes movimentos. Argumentamos que tais movimentos convergem no aspecto de mostrar – cada um da sua forma – resistência ao sistema atual, e não à toa são cunhados como anticapitalistas. Neste sentido, cumprem a condição de crítica ao sistema, apoiados em diagnósticos sobre suas deficiências. Destacamos que, dada a variedade de reivindicações destes diferentes movimentos, o diagnóstico ganha em qualidade e abrangência, caso seja de fato consolidada a união entre eles.

Falta-lhes a outra condição que caracteriza uma utopia, ou seja, a convergência em torno de uma proposição. Se reunir os diferentes diagnósticos produzidos sobre o capitalismo não é uma tarefa tão difícil, produzir uma síntese sobre o que se ensaia para “um outro mundo possível” é mais complexo. Mas é um passo imprescindível para transformar o movimento global “anticapitalista” também em um movimento global “pró ou a favor de um projeto em comum”.

Para responder a pergunta posta por Lênin e repostada por Harvey, insinuamos que a utopia não seja projetista, rica em pormenores, mas que também não seja iconoclasta, negando-se captar por qualquer imagem. Talvez uma forma híbrida entre elas que contemple alguns desenhos mais nítidos, embora sem resvalar em riqueza de detalhes, possa facilitar a tarefa – ainda hercúlea – do protagonismo de um movimento efetivo de resistência e proposição.

#### 4.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E UTOPIA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Inquieta-nos a carência de vinculações entre economia solidária e utopia, o que pode ser explicado em parte pela sobreposição da utopia e socialismo. Ao mesmo tempo, esse vácuo pode ter na própria história do conceito sua explicação, e ao longo do texto esperamos ter evidenciado esta possibilidade. Dito isso, queremos enfatizar as poucas exceções em que economia solidária e utopia aparecem vinculadas – mesmo que sem uma elaboração teórica própria – e de forma positiva.

Na introdução do livro “Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária”, lê-se:

Este é um livro sobre experiências de produção, consumo e crédito alicerçadas nos princípios de igualdade e democracia. Essas organizações têm **caráter utópico, mas não inviável**; afinal recuos, concessões e adaptações não significam abandono de princípios norteadores, nem tampouco fracasso econômico. (SOUZA; CUNHA; DAKAZAKU, 2003, p.7 grifo nosso).

Destacamos aqui dois aspectos: primeiramente, a igualdade e a democracia como princípios assumidos pelas experiências citadas, e que estão no limite entre o ideal e o utópico; o segundo ponto diz respeito ao uso da palavra utópico, numa de suas poucas aparições quando se trata de definir a economia solidária.

Nota-se, entretanto, que sua utilização vem seguida pelo esclarecimento sobre o sentido que lhe foi conferido, qual seja de utopia viável. A necessidade de explicação de que não há antagonismo entre os dois termos, somado à escassez com que ambos aparecem relacionados, deixam entrever o sentido que o termo evoca e, por consequência, é evitado. Qualificar a economia solidária como utópica seria, neste sentido, contraproducente, parecendo demover dela qualquer atributo positivo, prático e viável.

Na contramão dessa assertiva, os depoimentos dos trabalhadores revelaram o contrário. Apesar de não mencionarmos a palavra nenhuma vez durante a entrevista, alguns deles utilizaram-na em suas declarações e, quando isto acontecia, eram solicitados a explicar o sentido pretendido.

Ressaltamos a utilização e a explicação dada para seu uso. Em uma delas perguntamos se a trabalhadora acreditava poder viver exclusivamente da Economia Solidária, e a resposta foi a seguinte.

*“utopia é você querer muito uma coisa, mas no mesmo tempo em que você quer muito essa coisa, que essa coisa aconteça, você tem o lado seu que sabe que isso é impossível, então utopia é você esquecer essa palavra quando as pessoas dizem que não é possível e você acreditar que é possível.” (Entrevista n.3)*

Em outro caso, já ao final da entrevista, ouvimos a declaração abaixo:

*“a Economia Solidária dá certo, que ela é a solução pra que acabe com a miséria, não tó dizendo que vai acabar 100%, porque daí é utopia, mas que as pessoas possam sentir que elas podem fazer a mudança.” (Entrevista n.9)*

Na explicação sobre o que é utopia, ouvimos:

*“pra mim utopia é um sonho, e às vezes tu não consegue um sonho 100%, só que se tu conseguir só 50% do sonho, tu já tá na vantagem porque ele era só um sonho, agora a partir do momento que tu consegue, que tu tem*

*uma conquista, ele deixa de ser uma utopia, e acabar com a miséria 100% é uma utopia.”( Entrevista n.9)*

Desta última colocação ressaltamos a noção essencial de que projetos utópicos não são projetos monolíticos. Ao invocar a possibilidade de realização parcial de tais projeções, sem por isso dar-lhe descrédito, acessamos um registro que celebra uma de suas qualidades quase sempre escamoteadas. Jameson põe acento na possibilidade de utopias realizadas parcialmente, vendo nelas uma virtude<sup>69</sup>.

Nos depoimentos seguintes a utopia foi utilizada para qualificar o sentido da própria economia solidária e foi assim explicada:

*“[...] pra mim utopia significa uma coisa muito difícil mas que vai acontecer, mas uma coisa muito difícil, mas no meu entendimento vai acontecer a utopia, acontece.” (Entrevista n.16)*

*“a utopia na verdade é um sonho a ser alcançado, e um sonho a ser concretizado [...] se eu não acreditasse que fosse possível eu não estaria aqui. (Entrevista n.18)*

*“a utopia é a meta que a gente coloca lá na frente pra gente poder seguir, se a gente não tiver uma meta, uma utopia, a gente não caminha, fica parado, é importante ter utopia, porque muitas vezes a pessoa diz: Ah mas você é utópico, tem que arranjar uma maneira explicativa, ah, você não é realista, mas o realismo ele precisa de uma utopia pra caminhar, se não vai ficar parado, se acha que o realismo é desse jeito, realista sim, caminhar com o “pé no chão”, mas tem que ter uma utopia pra perseguir se não não adianta.” Entrevista n. (22)*

Em nenhuma das vezes a palavra utopia foi utilizada com caráter negativo ou depreciativo pelos trabalhadores: ao contrário, revelou-se nela um conteúdo de esperança e de estímulo à ação. Utopia como ideia força, semelhante à energia impulsionadora que ilumina, e move – sem descuidar do “pé no chão” – para algo que se pode realizar. Avançando um pouco mais, podemos dizer que a utopia é entendida como parte da própria realidade.

É possível reconhecer utopias já concretizadas, sobre as quais Cattani (2009, p.332) nos faz lembrar: “Entre as mais importantes realizações hoje incorporadas à vida social, mas que, no seu início, eram consideradas utópicas, destaca-se a luta contra o trabalho escravo e o emprego legal da tortura”. A própria economia solidária pode ser acrescida nesta lista.

---

<sup>69</sup> Palestra proferida pelo autor na ocasião do “34th annual meeting of the Society for Utopian Studies” realizado em Wrightsville Beach, Carolina do Norte no dia 30 de outubro de 2009.

Um exercício em que fosse possível retroceder no tempo poderia ser válido para verificar de que forma as reivindicações, ainda na forma de propostas, eram aceitas ou consideradas como possíveis. Da mesma forma, quais os caminhos que as fizeram ultrapassar o estágio de projetos para se tornarem conquistas. Outra reflexão importante é percebermos que, apesar de importantes, nenhuma delas pode ser entendida como um salto para o socialismo.

A utopia é uma chave de análise importante para se compreender o movimento da economia solidária. Ao analisar os resultados de diversas experiências, Gaiger (2004a) identificou dois fatores necessários para a constituição e manutenção de empreendimentos econômicos solidários. De um lado os “fatores de pressão negativos”, representados pelas dificuldades advindas do mercado de trabalho e da própria economia, que costumam funcionar como mecanismo impulsionador para que os trabalhadores busquem outras opções de trabalho e renda, entre elas, a economia solidária. Apesar disso, um empreendimento econômico solidário não se sustenta se baseado somente nesta condição, sendo necessária a presença de “fatores de pressão positiva” que transcendam as questões econômicas e emergenciais e que incentivem a escolha por respostas coletivas e solidárias.

Portanto, é do encontro entre a inconformidade com determinada situação e a elaboração de propostas para alternativas de mudança que germinam movimentos capazes de instaurar ou renovar as energias utópicas. Sobre a questão, Gaiger (2004a, p.379, grifo nosso) destaca:

Quando [...] se trata [...] de produzir e viabilizar soluções próprias, adotando formatos altamente inovadores, quando não inéditos, todos os recursos tornam-se pequenos e todo o lastro social, **principalmente a energia contida nas idealizações e nas relações de confiança, assume um papel determinante.**

Tais fatores guardam relação de correspondência com as condições que formatam uma utopia, sendo a pressão negativa motivada pela função de crítica e a pressão positiva como a visão prospectiva.

Parte do esforço em identificar conteúdos utópicos em textos de autores referência beneficiou-se da pesquisa realizada por Vieira, que orienta grande parte desta nossa trajetória. Em sua tese, Vieira advoga a favor de uma tripla natureza da economia solidária: como teoria ou modelo, como objeto ou experiência concreta e

como movimento social. A teoria, fundamentada na mudança social, é composta pelas seguintes partes: crítica ao capitalismo, teoria da transição e utopia.

Vieira faz um comparativo destas três partes através da visão de autores que julga ser referência sobre o tema: Paul Singer; Marcos Arruda; Euclides Mance; José Luis Coraggio e Luiz Inácio Gaiger. Da mesma forma, analisa a obra dos “precursores da economia solidária”: Robert Owen, Karl Marx e Muhammad Yunus. Na síntese que elabora sobre a visão de utopia destes três últimos autores, revela: para Owen a utopia é representada pela “harmonia e racionalidade”, para Marx é a “evolução dialética” e Yunus a compreende como “mundo sem pobreza”. (VIEIRA, 2005, p.80-81)

Quanto às teorias utópicas presentes nestes três autores, Vieira assevera:

A economia solidária, pelo seu duplo foco em experiências endógenas e exógenas, concilia as visões utópicas apresentadas, tornando-se uma utopia das utopias, construída ao postular a convergência de diferentes movimentos de melhoria sócio-econômica de natureza estrutural ou provenientes da agência humana. Principalmente nos movimentos sociais e nos agentes externos que a difundem, a economia solidária é uma utopia por postular uma utopia maior construída por meio da bricolagem de um grande conjunto de utopias diversificadas provenientes de fontes variadas. (VIEIRA, 2005, p.92)

A perspectiva dos autores contemporâneos sobre utopia e economia solidária, é assim identificada por Vieira (2005, p. 162-3)

- 1- Singer: Fim da exclusão, renda cidadã, homem racionalmente cooperativo e solidário, socialismo;
- 2- Arruda: Retomada do caminho evolutivo, ter o suficiente, desenvolvimento de dimensões superiores, reconceituação do trabalho, economia amorosa;
- 3- Mance: Colaboração solidária, geração de empregos, sustentabilidade ecológica, redução da jornada, aumento da poupança interna, distribuição da riqueza, desconcentração geográfica, melhor enfrentamento das incertezas e riscos;
- 4- Coraggio/Gaiger: Reprodução ampliada da vida, viabilidade de manutenção de empregos, emancipação do trabalho, nova racionalidade.

O autor salienta a singularidade sobre a teoria da economia solidária que segundo ele:

[...] Não ocorre de modo semelhante às ciências ditas duras, em que questões específicas são debatidas e falseadas, estabelecendo fronteiras de avanço científico. A economia solidária, em sua caracterização teórica, desenvolve-se em interação com os movimentos sociais e agentes externos, pelo interesse em difusão da economia solidária. Por esta razão, a teoria é influenciada pela bricolagem presente nos agentes responsáveis pelas aplicações. Não há avanço linear, tampouco fronteiras. **Os autores analisados são fornecedores de idéias, ferramentas e ‘matéria primas’ para as práticas sociais e para novos ensaios em economia solidária.**

Forma-se um universo variado de componentes, combinados com relativa liberdade e aleatoriedade com vistas à adequação aos momentos iniciais históricos e aos campos de debate. (VIEIRA, 2005, p. 163, grifo nosso.)

Ainda de acordo com Vieira, a economia solidária surge no Brasil como projeto utópico – utópico no sentido de viável - e com a realização do Fórum Social Mundial em 2001 adquire materialidade e torna-se prática. Essa reviravolta, entretanto, ganha novo revés quando se foca a dimensão propositiva, concomitantemente às experiências práticas. O vai e vem teórico teve custos para a compreensão da natureza da economia solidária, uma vez que a dimensão de projeto e a dimensão prática foram avaliadas como se fossem uma só. (VIEIRA, 2005).

Outra diferenciação considerada pelo autor diz respeito à natureza das experiências concretas, classificadas, segundo ele, em endógenas ou exógenas. Nas primeiras ele identifica o MST e as empresas recuperadas, e as últimas são aquelas experiências impulsionadas por instituições como igrejas, ongs e universidades. Há também experiências híbridas, conjugando elementos das duas variáveis. Tal distinção adiciona elementos importantes para o entendimento acerca da multiplicidade e heterogeneidade dos casos concretos, nem sempre levados em conta.

Trouxemos esse referencial por reconhecermos nele um tratamento da economia solidária em sua dimensão utópica, explorada pelo autor ao longo de sua pesquisa. No entanto, fazemos algumas observações no intuito de melhor apreender nosso objeto.

Nossa intervenção pondera a respeito do tripé em que se baseia a teoria da economia solidária conforme o autor a desenhou: como crítica ao sistema, como teoria de transição e como utopia. Parece-nos que o sentido que o autor dá a utopia, neste caso, é a de proposição.

Vimos nos capítulos precedentes que a utopia é apresentada como portadora de uma dimensão crítica e outra propositiva, ou seja, coincide com duas das dimensões pelas quais Vieira define a teoria da economia solidária. Desse encontro entre uma teoria da utopia e uma teoria da economia solidária é possível concluir que a economia solidária é baseada em uma utopia, uma vez que contempla um diagnóstico crítico do presente e um projeto de futuro, ou em outros termos, é normativa e propositiva.

Resta-nos a tarefa de investigar se realmente a teoria da economia solidária tem dado conta dessas duas dimensões, e de que forma incorpora uma teoria da transição, subentendida quando se apresenta a teoria da própria utopia. Para além da teoria, é forçoso estabelecer qual o rebatimento destas indagações no nível da prática concreta.

Em síntese, os defensores da economia solidária – oriundos da tradição socialista<sup>70</sup> – a consideram como transformadora, operando pequenas ou microrrevoluções, corroborando a tese da revolução social de Paul Singer.

Na perspectiva de que o trabalho na economia solidária seja constitutivo de uma utopia social, revolucionária ou transformadora, nos valem de relatos sobre a “VI Feira Nacional de Economia Solidária”. Realizada em 2007 no Uruguai, Reintjes a define como algo “Microrrevolucionário, mas megatransformador”, e conclui: “Há quem prefira as grandes revoluções. Sabem o que eu digo? Já me cansei das megarrevoluções e dos super heróis. Prefiro os heróis invisíveis, ao mesmo tempo tão visíveis, milhões de camponesas e artesãos. Empreendimentos comprometidos”. (REINTJES, 2008, p. 92).

Conspirando a favor dessas experiências, afirma: “A Economia Alternativa e Solidária é rebelde. Tem potencial subversivo de empoderamento das comunidades e transformação social. Está ao alcance de nosso cotidiano, mas tem enorme potencial”. (REINTJES, 2008, p. 93). E para reforçar sua crença no potencial destas experiências, retoma o slogan da referida feira: “Ela é muito mais do que você vê”. (REINTJES, 2008, p. 94)

A noção de utopia especializada nos parece adequada para entender este processo, refém do momento histórico pelo qual passamos. Quem sabe, como ironia, a globalização financeira permita apenas o florescimento de utopias especializadas – ao menos por enquanto.

No caminho para consolidar o sentido positivo da utopia, Bloch diferencia as utopias concretas - realizáveis-, das abstratas - inexecutáveis -, e mesmo nestas últimas reconhece o mérito pelo desejo de transformar. Também nas utopias específicas, circunscritas a reivindicações de determinados grupos, Bloch enxerga

---

<sup>70</sup> Tanto seus maiores defensores quanto seus mais ferozes críticos se filiam ao socialismo. Nota-se uma maior aceitação, por exemplo, por parte de alguns sindicatos, que passaram da desconfiança para a incorporação da economia solidária em suas estratégias. No entanto, há ainda muitas resistências, e os maiores argumentos dizem respeito ao caráter de funcionalidade ao capital e da constituição de uma “economia de pobres”.

virtuosidade. É ainda condescendente com certas utopias conciliadoras, nascidas de sentimentos tão honestos quanto inocentes, mas que tem um alcance limitado; ao mesmo tempo critica aquelas que contribuem para a decadência tanto das próprias utopias quanto do socialismo.

O reformismo está na base de muitas utopias, que tanto podem ser alimentadas por diferentes graus de ingenuidade, pela incapacidade de uma análise histórica ou ainda pela crença de que o capitalismo pode tornar-se mais justo à medida que torna menos perversos alguns de seus mecanismos. Sua fragilidade reside na crença de que verdadeiras mudanças podem ser operadas a partir de remendos no capitalismo, o que remove o socialismo do debate. Residem aí tanto as utopias de brincadeira, que se esquivam do debate porque não o compreendem, como as utopias de substituição, em que a esquivada ocorre pelo contrário. (BLOCH, 2006).

O socialismo é a utopia de Bloch (2006, p. 174), que ressalta:

A utopia social sem brincadeira e descaminho opera somente como utopia concreta e progride rumo a ciência, tendo atrás de si o insofismável mandato do proletariado revolucionário. Esse é o resultado obtido da história das utopias antes de Marx, mesmo da história de decadência e ópio depois dele. *Progress* só contrariará *Poverty* quando o progresso reformista não gerar a pobreza, mas a pobreza ativa gerar o progresso.

Ao mencionar os “[...] recuos, concessões e adaptações [...]” que são inevitáveis, na mesma medida em que preservam os princípios assumidos, lembramo-nos da imprevisibilidade da ação, descrita por Arendt. (1999).

Temas com esta envergadura não podem ser lidos sob a chave do reducionismo. Dinerstein observa que, ao colocarmos as questões sob a forma de dilemas, reduzimo-las a duas possibilidades, o que implica a desconsideração sobre a complexidade dos fenômenos. É com este espírito que examina e rejeita o dilema posto ao tema da autonomia, em que se supõe uma escolha entre a celebração como forma de mudança social ou a desqualificação por supor a integração ao sistema. Há, segundo a autora, uma tensão fundamental no interior destas experiências, e para demonstrá-la utiliza o caso das fábricas recuperadas na Argentina.

Em 2004 o governo argentino lança o “Programa de Trabajo Autogestionário” em que estabeleceu apoio técnico e financeiro para as fábricas que, com base numa

nova lei<sup>71</sup>, tornam-se cooperativas de trabalho. O suporte governamental não significou a solução dos problemas das cooperativas criadas, já que, submetidas à lógica do mercado, vivem o conflito entre duas racionalidades antagônicas.

[...] las fábricas recuperadas atraviesan diversas dificultades para reinsertarse en el mercado capitalista y mantener altos niveles de competitividad, entre ellas, la de retomar y reorganizar la producción con una administración horizontal y democrática, capaz de crear nuevas ligazones entre trabajo, justicia y democracia. (DINERSTEIN, 2010, p. 3).

A autora conclui sobre este processo:

Pero la integración de un acto tal de rebeldía, como la toma y recuperación de fábricas, en el estado y la lógica del poder, será siempre incompleta y conflictiva, así, como es inmensurable la cadena de cambios desatados a partir de dichas tomas, particularmente las relacionadas a la identidad y al imaginario social del poder del trabajo. Esta tensión irresoluble entre rebelión e integración, hace de la autonomía lo que en otro trabajo denominamos una aspiración (im)posible: dentro de la imposibilidad de la autonomía, existe la posibilidad de que las prácticas autónomas desafíen la misma hegemonía a la que pertenecen. (DINERSTEIN, 2010, p. 3).

Extraímos daí algumas convergências com a perspectiva da nossa pesquisa. Começamos com a recusa em pensar a economia solidária no esquema de dilemas, segundo o qual ela deve se enquadrar em uma das duas opções - como concorrente à hegemonia do capital ou como funcional a ele. Deixando de lado este registro dualista, revela-se a complexidade desta relação que deixa à mostra tantos outros caminhos, todos eles marcados por tensões.

O amparo legal das cooperativas de trabalho na Argentina pode ser tomada como lição, uma vez que ele é tanto necessário quanto insuficiente para resolver os conflitos que permeiam a “integração de um ato de rebeldia”, e nisso chegamos ao terceiro ponto. Antes dele, é importante voltarmos ao aspecto anterior em que se constata, por analogia, que a aprovação da nova lei do cooperativismo proposta pelo movimento da economia solidária no Brasil não deve ser tratada como panaceia. Sua aprovação é incontestavelmente positiva, mas não se pode perder de vista que

---

<sup>71</sup> “Esta forma legal es alentada por una nueva legislación [Art. No. 190, Ley de Concursos y Quiebras No. 24522], la cual permite que los jueces aprueben la continuidad de la producción de bienes y servicios de las empresas en cuestión por parte de los trabajadores, hasta que se declare la quiebra legal, bajo la condición de que los trabajadores presenten un proyecto planificado como cooperativa de trabajadores”. (DINERSTEIN, 2010, p. 3)

muitos obstáculos permanecem como fruto das tensões imanentes às inter-relações entre duas lógicas contrárias.

Passando finalmente ao terceiro destaque, encontramos-nos com as “aspirações (im) possíveis”, nas quais a autora encontra-se com Ernst Bloch para ampará-la em suas ilações: “Que la autonomía sea una aspiración (im)posible, significa que es capaz de desenvolver em su seno lo que Bloch denomina la función utópica de la esperanza.” ( DINERSTEIN, 2010, p. 3).

Considerando a realidade como espaço preñado de possibilidades, muitas delas ainda pouco visíveis, a autora, fazendo uso dos níveis de possibilidade de Bloch, afirma que a autonomia é “realmente possível”, uma vez que “Recupera la realidad como contenedora de posibilidades todavía no existentes y constituye espacios donde poder ‘soñar despiertas’ y organizar, cuando no realizar, la esperanza.” (DINERSTEIN, 2010, p.4)

Claro está que, de forma análoga, identificamos a economia solidária também como “realmente possível”, hipótese que será investigada nos capítulos subsequentes. Fazemos uma ressalva quanto à natureza deste “possível” que, de acordo com grande parte dos pesquisadores, vai ao encontro de um horizonte socialista. Há que se investigar se esta avaliação é compartilhada pelos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária.

## **PARTE II: SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E UTOPIA**

Consideramos vencidas, ao menos parcialmente, as barreiras que poderiam interditar um estudo sobre utopias sociais. Nosso objetivo nesta segunda parte da pesquisa é investigar se há utopia na economia solidária e, se assim o for, compreender como ela reverbera em sua prática e no seu projeto.

Iniciamos com a apresentação metodológica que guiou a pesquisa e que viabilizou nossa incursão a fim de analisarmos, tomando como primordial a intenção dos trabalhadores, em que medida a economia solidária é informada por uma utopia. O conteúdo e a natureza desta(s) utopia(s) serão igualmente analisados, se porventura identificados.

## 5 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Neste capítulo descrevemos o caminho teórico metodológico pelo qual foi possível investigar em que medida a economia solidária é um espaço de construção ou vivência de uma utopia e, sendo assim, se ela se configura como uma utopia abstrata ou concreta. O aporte teórico de Ernst Bloch nos concedeu um percurso, e o desafio está em colocá-lo à prova, conforme problematizado no item 5.1. Em seguida detalharemos os procedimentos metodológicos, concluindo com a apresentação dos trabalhadores sujeitos desta pesquisa.

### 5.1 PERSPECTIVA METODOLÓGICA

Esta pesquisa esbarrou na falta de investigações sociológicas sobre a utopia<sup>72</sup>, tema geralmente analisado sob a ótica da filosofia, literatura e da história. Coube-nos a tarefa de buscar dentre essas áreas do conhecimento, um aporte teórico capaz de explicar e compreender a utopia desde a sociologia, o que impôs dois desafios. Fundamentalmente tratou-se de justificar a pertinência da utopia enquanto objeto de estudo sociológico, para então, proceder à escolha do arsenal teórico, no que reside o segundo aspecto.

Fica evidente que Bloch subverte aspectos e conceitos da ciência, uma ciência, aliás, que não é imune à lógica do capital. Suas elaborações sobre latência, tendência, possibilidade, por exemplo, permitem enxergar o futuro como um campo aberto para projetos em disputa, num horizonte em que é possível de fato o sujeito fazer sua história. Assim, a utopia concreta articula ciência, sonhos e ação, sem prescindir de nenhum destes elementos. E neste fluxo, percebe as relações estabelecidas na sociedade, visualizando seu funcionamento e movimento.

Como pano de fundo há um novo olhar sobre o significado da realidade, com repercussão direta na sua elaboração teórica: “[...] grudar nas coisas, sobrevoá-las: as duas atitudes erradas. [...] O empirista superficial e o entusiasta exaltado são

---

<sup>72</sup> Conforme capítulo 3.

sempre surpreendidos pelo fluxo do real que não conseguem captar[...]” (BLOCH, 2005, p.220) .

Por esta perspectiva a realidade não deve ser reduzida aos fatos nem deve ser abreviada pelo que está aparente, de outro modo, não pode deixar-se levar pelo ardor e pelo impulso voluntarioso.

Para deixar clara a posição do autor no que tange ao seu entendimento sobre realidade, fazemos uso das reflexões de Vicen que sintetiza de forma exemplar esta concepção, articulando-a com outros conceitos cardeais da filosofia da utopia de Bloch.

¿Qué es la realidad para Bloch y en el pensamiento de Bloch? Para responder a esta pregunta quizá el camino más corto es el de ver lo que *no es*, la realidad para Bloch. Frente a la concepción eleática de la realidad – o a lo que tradicionalmente se ha tenido por tal – que entiende lo real como algo dado, concluso, de perfiles claros y distintos, entiende lo real como algo que sólo es real en sus posibilidades, en lo que todavía-no-es, pero a lo que está apuntando por la propia constitución de su ser. Lo real no es, como una terminología equívoca parece sugerir, lo ‘dado’, algo con contextura y límites definitivos y perceptibles. A lo real no le son de esencia ni límites ni contextura definitivos, sino, al contrario, ‘frontera’, que como su nombre indica, es un ‘hasta aquí se ha llegado’, y ‘horizonte’, que es el ‘*novum*’ hacia el que tiende. ‘No hay realismo – dice Bloch – si no se entiende la realidad como algo inacabado y en trance de realización’. De esta suerte, puede Bloch tachar de tautología el principio de identidad de la lógica tradicional: no  $A = A$  es la proposición, sino  $A = \text{todavía no } A$ . Suspendido entre el pasado y el futuro, lo ‘dado’, el presente, adquiere una significación nueva. La relación entre pasado y presente no es la relación clásica de un proceso que camina hacia un ‘resultado’ en el sentido hegeliano, sino un paradigma de cómo las posibilidades de un presente se van necesariamente haciendo futuro; así como la relación del presente con el futuro no es el mero vislumbre subjetivo de algo ignoto, sino la reflexión sobre la propia estructura de su ser. Quien ignora este movimiento se cierra toda posibilidad de conocimiento de lo real. (VICEN, 1979, p. 51).

Captar o que “ainda não é” ao invés de contentar-se com o que está aparente é tão importante quanto captar o que “ainda não é” ao invés daquilo que “deveria ser”. Utopia está assentada na imaginação, no sonho e na esperança, tanto quanto na história e em seu movimento. Desta forma nega tanto os relativismos absolutos quanto os fatalismos. Entrever as possibilidades em curso já é, a nosso ver, um poderoso recurso teórico e prático.

Bloch se insurge contra o objetivismo, e se para ele realidade não é algo dado, tampouco se deve confundir possibilidade com realidade. Cabado (2007, p. 131, grifo nosso) explica a respeito da primeira proposição:

[...] idolatría objetivista anula la libertad y los sueños de acción del individuo. Por eso Bloch acuña un término central en su filosofía, el de

sobrecompensación: **las condiciones nunca estarán totalmente maduras para no necesitar un sueño o una praxis revolucionaria.**

Se de um lado a análise sobre o possível (corrente fria) tem o “horizonte como limitador”, nas análises sobre o sendo-em-possibilidade (corrente quente), o horizonte é aquele “ainda não esgotado e ainda não realizado”. Ligam-se assim medidas para “esfriar” o entusiasmo ilusório e outras para “aquecer” e iluminar a realidade para além do tempo presente.

O novo olhar sobre a realidade exige ou é exigência de outras interpretações ao qual submete as categorias, a exemplo do que ocorre com a possibilidade, e que demarca uma forma diferente de compreender a ciência.

La ciencia actual trabaja con lo posible como una dimensión de su análisis deductivo e inductivo, pero esa dimensión de posibilidad debe advenir por la consecución de causas y efectos de la realidad de curso inmodificable desde el punto de vista de las condiciones socioeconómicas que favorecen a la clase dominante. (CABADO, 2007, p. 123).

Disso decorre que “La deducción y la inducción evidencian una apertura hacia lo posible pero no hacia la transformación de lo posible. Ante el ente cerrado, Bloch contrapone un ente abierto a las tendencias-latencias que hacen posible su transformación.” (CABADO, 2007, p.123).

A imaginação e os sonhos diurnos que redundam no “ainda não” e na utopia são parte deste portfólio de inovações teóricas blochianas. É fácil supor que uma ciência que tem nestas categorias seus pilares não pode ser bem recebida num ambiente que prima pelo economicismo e pela excessiva matematização da realidade. Ainda mais quando esta mesma teoria tem raízes marxistas.

Por vezes, no interior do próprio marxismo, ela é estigmatizada por sua heterodoxia, em que pese o autor defender Marx e a utopia socialista. Há, no entanto, autores que acolhem o aporte teórico blochiano e nele se inspiram para dar fôlego à utopia, especialmente a partir da diferenciação entre utopia abstrata e concreta. Esta é provavelmente a colaboração mais preciosa de seu arcabouço teórico, uma vez que permite compreender a utopia sob novas bases: admite a utopia enquanto impossibilidade, mas a diferencia daquela que tem potencialidade para concretizar-se.

Uma das principais fontes de crítica pode ser sintetizada no questionamento de Holz (2007) que atinge em cheio o coração da teoria do autor ao pôr em dúvida a

eficácia do núcleo racional da utopia, ao qual atribui maximamente uma função reguladora.

Eis um dos desafios aos quais nos propomos com esta pesquisa: colocar à prova a teoria de Bloch, tendo no horizonte a economia solidária. Bloch não elaborou nenhum projeto utópico, mas dedicou-se a exaltar a utopia como categoria positiva. Convictos de que a utopia concreta é uma categoria científica, sem deixar de expressar uma dimensão moral e mobilizadora, trilharemos o caminho em que utopia e sociologia se encontram – ou podem se encontrar.

Reconhecemos na filosofia da utopia de Ernst Bloch a possibilidade de um encontro com a sociologia, a medida que filosofia e sociologia são convertidas em instrumentos de compreensão para um experimento real: a economia solidária.

A prática desta outra economia suscita dúvidas, desconfianças e também expectativas, sobretudo quanto ao seu papel na construção de uma sociedade melhor. Neste aspecto é imperativo o exame sobre as condições objetivas e subjetivas, conforme orientado por Bloch, para diferenciar o que é ilusão e o que de fato **pode** ser concretizado. Ou seja, reconhecer as utopias abstratas e concretas que conformam o imaginário sobre a economia solidária, do qual derivamos a seguinte indagação: como operacionalizar estes conceitos, a fim de torná-los explicativos de uma realidade concreta?

Beneficiamo-nos, para isso, da análise de Albornoz sobre as críticas que Damus endereçou a Bloch, segundo as quais, em um nível mais geral, acusam-no de não ter submetido sua teoria aos “testes” que ele próprio prescreveu.

O desafio está posto: como colocar à prova, “testar a teoria” de Bloch tendo a economia solidária como presente e como horizonte? Como identificar, na realidade (tal qual ela é entendida por Bloch) as condições objetivas e subjetivas que compõem um “possível objetivo-real” e uma utopia concreta?

Na crítica de Damus, este nível de possível é “[...] inteiramente abstrato, a-histórico e subjetivista”. (ALBORNOZ, 2006, p. 47). Uma das dificuldades é a ênfase do autor sobre o tempo futuro em detrimento ao presente, o que inviabiliza a aplicação do método de perscrutar o presente buscando pistas ou indícios das condições objetivas e subjetivas. Daí a conclusão de Damus, nas palavras de Albornoz (2006, p.55):

[...] o conjunto da teoria blochiana não teria consistência porque o próprio procedimento de Bloch – pensador do ser, do que existe, do que pode ser; da natureza, do homem, do mundo – não segue a recomendação de fazer a análise concreta das possibilidades. Bloch se contrapõe a Bloch.

A este respeito “[...] para RD [Renate Damus], por falta da análise das condições concretas, as concepções de Bloch têm pouco a ver com o marxismo” (ALBORNOZ, 2006, p. 53). A autora reforça:

Assim se sintetiza a crítica de RD [Renate Damus] à obra de Bloch: uma utopia que só quer a verdade das coisas, sem partir do estado das coisas tal como se encontram hoje, não pode de modo algum ter a pretensão de ser concreta. [...] Não se trata de uma utopia concreta, mas de pensamento utópico. Bloch incorre no erro do utopismo contra o qual ele mesmo alertou quando distinguiu utopismo com base concreto-real. (ALBORNOZ, 2006, p. 56-7).

Retomando as correntes do marxismo propostas por Bloch, Albornoz concorda com Damus quando afirma que o autor, apesar de argumentar a favor da importância de ambas as correntes, acaba ele próprio privilegiando apenas uma delas: a corrente quente. A autora justifica e, desta forma, se aproxima de nossa questão:

Em sua obra não vamos encontrar as análises frias das condições reais atualmente existentes por onde passam as possibilidades, e onde se devem tomar as possibilidades do seu ser em aberto. O marxismo de Bloch é completamente exemplar da corrente quente por ele apontada. **Isto não invalida nem a sua adesão ao marxismo nem a força de seu pensamento, mas pode invalidar sua afirmação de fazer parte de uma utopia concreta.** (ALBORNOZ, 2006, p. 81).

Albornoz (2006, p. 82) sentencia:

Bloch parece ter razão quando reconhece no marxismo tanto a força utópica, o elemento quente daquela teoria-práxis transformadora do real segundo as suas possibilidades, como a disposição para mediar a utopia na análise fria das condições socioeconômicas, técnicas, materiais do presente, momento iniludível da utopia concreta. A crítica de Damus não se engana em que Bloch não fez esta mediação e, neste sentido, seu pensamento não é inteiramente marxista.

Na sequência, a autora adverte:

Mas sua filosofia deve, sim, ser levada em consideração para fazer uma outra espécie de análise que o estudo marxista nem sempre soube incluir: a análise dos sonhos humanos. Com isso, se faz a síntese que não foi anunciada: em vez de, de um lado, observar e fabricar o sonho, por onde passa a possibilidade e, de outro, proceder à análise do presente que constata a realidade como ser em aberto e possibilidade ainda não-realizada, Bloch dedica sua maior energia e sua obra principal para a análise enciclopédica, a história e a exploração das bases teóricas para uma nova interpretação dos sonhos humanos em todas as suas formas,

como se quisesse encontrar ali o conteúdo de maior realidade que ainda não se vê no pouco iluminado momento em que vivemos. (ALBORNOZ, 2006, p. 82)

Albornoz (2006, p. 106-7) então comenta a crítica de Damus:

Embora do ponto de vista de uma teoria do conhecimento marxista devamos concordar com Renate Damus em que a performance de Ernst Bloch não parece corresponder exatamente à recomendada por Marx, pois Bloch não se dá à análise metódica das condições materiais econômico-sócio-políticas do seu momento histórico presente que é a matéria em transformação; também se torna claro, para quem adquire alguma familiaridade com os textos blochianos, de que a teoria e a práxis e sua relação têm um sentido muito fiel à concepção de Marx: uma transforma a outra; uma desencadeia a outra e a faz nova, como nunca antes na filosofia e na política, enquanto ambas, teoria e práxis, como teoria-práxis estão sujeitas e buscam seu ponto de apoio e de partida no imperativo ético da transformação.

E para concluir:

[...] e se Bloch não trabalhou do melhor modo científico, como se esperaria de um marxista convicto do poder elucidativo a práxis que têm economia política ou a sociologia, melhor dito: se Bloch não entra na corrente fria do marxismo, para empregar a sua terminologia, nenhum desses limites da obra blochiana atingem-lhe o coração, porque este coração não é 'S ainda não é P', como uma equação lógico-ontológica, e sim como um imperativo ético: É preciso transformar. (ALBORNOZ, 2006, p. 108).

Se é verdade que Bloch ressaltou a positividade da utopia, enaltecendo seu papel na transformação para o próprio socialismo – e neste sentido corresponde à corrente quente do marxismo – é também correto afirmar que ele nos adverte sobre a necessidade de que as utopias deveriam passar pelo exame das condições objetivas. A predileção pelo desenvolvimento teórico em defesa da utopia não desqualifica a viabilidade de submetê-la ao teste do real.

Nesta seara propomos identificar e analisar as condições objetivas e subjetivas que possam permitir a confirmação de que a economia solidária é um espaço de vivência ou de produção de utopia abstrata ou concreta. Para sustentar a proposição de que seja uma utopia concreta, é imprescindível distinguir as condições objetivas e subjetivas da realidade, articulando teoria e prática e fazendo a mediação entre elas. Tendência objetiva aliada a vontade: eis a dupla condição que será investigada, segundo um caminho assentado na crítica, na antecipação e no movimento da história.

Entendemos por fator subjetivo a percepção dos trabalhadores e trabalhadoras a respeito da sua vivência e dos seus desejos para a economia

solidária, extraindo elementos que possam corresponder às dimensões crítica e propositiva que conformam uma utopia. A realização de entrevistas semiestruturadas é o principal instrumento pelo qual este fator será analisado<sup>73</sup>.

Quanto ao fator objetivo, no lugar de superinvestir em análises sobre o sistema em crise, buscando sinais de seu esgotamento, propomos um exercício de enxergar e compreender a economia solidária como uma novidade que nasceu e se desenvolve no bojo desta crise. Admitindo-se que as leis do capitalismo já estão suficientemente conhecidas, o desafio que se coloca é compreender as “leis da economia solidária”, os mecanismos que a põe em movimento, além daqueles que colocam em xeque seus objetivos. Nesta toada, investigaremos os limites e as possibilidades da economia solidária, tendo como referência a análise dos documentos referentes à II Conferência Nacional de Economia Solidária.

Sem perder de vista o exercício de operacionalizar a teoria de Bloch, esta investigação está informada por algumas de suas categorias – utopia concreta, possível real – e pela maneira com que o autor compreende as noções de realidade, de totalidade e do próprio marxismo<sup>74</sup>.

Reiteramos que nossa investigação não é sobre o futuro da economia solidária, mas sobre seu sentido enquanto projeto (utópico?) de um futuro melhor. Um futuro que já pode ser vislumbrado por entre as pequenas aberturas do presente, mas que requer uma investigação acerca de suas potencialidades e possibilidades.

Neste sentido, cumpre-nos avaliar: economia solidária é alvo ou caminho? Através das falas dos trabalhadores e da análise dos documentos produzidos pela SENAES, buscaremos identificar esta resposta. Sobre este aspecto, Bloch admite: “o marxismo não poderá ser uma instrução para o agir a menos que sua investida seja simultaneamente um avanço: **o alvo concreto antecipado rege o caminho concreto**. Mais decisivamente ainda que a vontade de mudança, fala o *páthos do alvo fundamental*[...]” (BLOCH, 2006, p.136).

Esta pesquisa, em síntese, faz uso de uma abordagem qualitativa para analisar sociologicamente o que Bloch anunciou como utopia concreta, considerando para tanto a economia solidária.

---

<sup>73</sup> Nas duas seções seguintes será pormenorizado o uso deste instrumento.

<sup>74</sup> Tematizados nos capítulos anteriores.

## 5.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A construção do referencial teórico sobre as categorias utopia e economia solidária foi fundamental para consolidar a viabilidade da pesquisa, orientando o caminho para o trabalho empírico e análise dos resultados da pesquisa. Frente à natureza da investigação proposta, o passo inicial deu-se na direção de traçar um panorama sobre a literatura concernente à utopia. Considerando-se a complexidade do tema, que se espraia por diversas áreas do conhecimento, bem como as escassas pesquisas na sociologia, o passo seguinte foi dado na busca de restringir o foco em uma teoria capaz de dialogar com a sociologia, que é quando nos encontramos com Ernst Bloch.

O primeiro desafio foi realizar uma tradução da filosofia da utopia para uma espécie de sociologia da utopia, utilizando como referência a utopia concreta de Bloch. Nela, a utopia é assumida como política, práxis, transformação, como categoria que ao mesmo tempo imagina e impulsiona para uma sociedade melhor. Com vistas a diferenciá-la da utopia abstrata, Bloch constrói uma argumentação que, nesta tese, passará por um teste quanto à sua aplicabilidade, o que sinaliza o segundo desafio.

Neste ponto inserimos um terceiro desafio, que diz respeito a reconhecer, na literatura produzida sobre economia solidária, elementos em que a dimensão utópica se insinua, e a referência principal é a obra de Paul Singer.

No que tange à operacionalização da teoria de Ernst Bloch, conduzimos a investigação em duas vias analíticas. Para a análise das condições subjetivas optamos por uma pesquisa empírica, de natureza qualitativa, através de entrevistas semiestruturadas e observação direta realizada em dois eventos de economia solidária, no ano de 2010, onde se reuniram representantes de diferentes empreendimentos e regiões do país<sup>75</sup>.

O primeiro ocorreu no Rio Grande do Sul, em atividades de economia solidária programadas para a comemoração dos 10 anos do Fórum Social Mundial. O Fórum Social Mundial é um espaço privilegiado de discussões sobre o tema, abrigando decisões que culminaram com grandes avanços na área. Neste ano o

---

<sup>75</sup> Os sujeitos da pesquisa estão relacionados no final desta seção.

Fórum Social Mundial foi descentralizado, com atividades em diversas regiões do mundo e em diferentes datas. Também o Rio Grande do Sul aderiu ao formato da descentralização, expandindo as ações para outras cidades além da capital. Assim, nossa pesquisa foi realizada no “I Fórum Social de Economia Solidária” e na “I Feira Mundial de Economia Solidária”, realizados respectivamente entre 22 a 24 de janeiro, na cidade de Santa Maria, e, em Canoas, entre 25 e 29 de janeiro de 2010.

O segundo evento foi a realização da “II Conferência Nacional de Economia Solidária”, em Brasília nos dias 16 a 18 de junho de 2010. Dele participaram delegados de todos os estados, eleitos pelas conferências municipais, regionais e estaduais.

A natureza do objeto exigiu uma forma de captar a relação entre utopia (como crítica e como proposição) e economia solidária, em que a palavra utopia foi evitada, tendo em vista suas diferentes acepções. Com o intuito de apreender estes conteúdos nos envidamos a compreender os sentidos desta vivência e de que forma eles colaboram para as expectativas quanto ao futuro da economia solidária. Identificar esta relação, portanto, foi uma das dificuldades encontradas tanto na formulação das questões<sup>76</sup> como na posterior análise das respostas dos vinte e dois entrevistados, nas quais foi possível analisar as condições subjetiva conforme entendemos da teoria de Bloch.

Para a segunda empreitada – que diz respeito às condições objetivas – elaboramos uma análise que exigiu abordar uma visão conjuntural da sociedade a fim de interpretarmos a dinâmica da economia solidária. Com maior afinco, nos debruçamos sobre os avanços, os limites e as possibilidades da economia solidária e, para tal nos valem os dados do “Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária<sup>77</sup>” e do balanço realizado na II Conferência Nacional de Economia Solidária. Sendo assim, buscamos apreender não somente os resultados já alcançados, mas também aqueles que de forma latente anunciam uma tendência, ou seja, que guardam em si um potencial utópico.

Com isto tentamos fazer jus à noção de um conceito alargado de realidade, uma realidade que não se encerra no presente imediato, como nos diz Bloch “[...] tudo o que é real, sendo vida, processo [...] possui um horizonte.” (BLOCH, 2005, p. 220).

---

<sup>76</sup> Roteiro da entrevista nos anexos.

<sup>77</sup> Sistematização dos dados dos mapeamentos de economia solidária.

Este horizonte capta não apenas o existente ou aparente, mas também a antecipação orientada pela tendência e a latência. O *novum* liberta o real da onipotência dos fatos, engendrando uma percepção de realidade como processo que não se satisfaz com as definições usuais:

Portanto, chegou a hora de um novo conceito de realidade, diferente do conceito tacanho e enrijecido da segunda metade do século XIX, diferente do conceito do positivismo avesso ao processo e também do seu correspondente: o mundo ideal descompromissado da pura aparência. Um enrijecido conceito de realidade por vezes penetrou até no marxismo, fazendo com que ele se tornasse esquemático. Não é suficiente falar de um processo dialético, e depois tratar a história como uma série de fatos fixos que sucedem um ao outro ou ainda como 'totalidades' fechadas. Aqui há o perigo de um estreitamento e de uma redução da realidade, um abandono da 'força atuante e da semente' contidas nela – e isto não é mais marxismo. Ao contrário: a fantasia concreta e o imaginário de suas antecipações mediadas estão, eles mesmos, fermentando no processo do real e se refletem no sonho para a frente concreto. Elementos antecipatórios são um componente da própria realidade. (BLOCH, 2005, p. 196).

Fiel ao marxismo, não deixa de observar os desvios cometidos por alguns de seus autores, mas o faz não com o intuito de abandoná-lo ou denegri-lo. Ao denunciar o uso equivocado na noção de realidade, alcança a discussão acerca da essência e da totalidade. Sobre a primeira, declara:

O propriamente-dito ou a essência não é algo já existente em sua forma acabada, como água, ar, fogo ou até mesmo como a idéia universal invisível ou como quer que se chamavam esses elementos fixos e reais absolutizados ou hipostasiados. O propriamente-dito ou a essência é aquilo que ainda não existe, que anda em busca de si mesmo no cerne das coisas, que espera a sua gênese na tendência-latência do processo; ele próprio nada mais é que[...] esperança fundada, real-objetiva. (BLOCH, 2005,2006, p. 460).

Com tais concepções, Bloch fundamenta a preservação e legitimidade da utopia, calcada incontestavelmente numa visão ampliada de realidade:

E enquanto a realidade não for completamente determinada, enquanto ela contiver possibilidades inconclusas em novas germinações e novos espaços de conformação, enquanto for assim, não poderá proceder da realidade meramente fática qualquer objeção absoluta contra a utopia. Poderá haver objeção contra utopias malfeitas, isto é, contra aquelas que divagam abstratamente, incorretamente mediadas. (BLOCH, 2005, p. 195).

No que diz respeito à totalidade, Holz (2007, p.34) comenta:

Es decir que todo lo que deviene forma en el mundo no es todavía la totalidad, aquella totalidad que sería lo verdadero [según el axioma fundamental de Hegel en la Fenomenología del espíritu], sino una

representación incompleta y reducida que anticipa el todo. Y por esto precisamente toda historia está cargada de herencia.

Com a perspectiva de acompanhar Bloch, nossa análise tomou o fator subjetivo com certo protagonismo. Entendemos que não somente as falas dos trabalhadores entrevistados compõem este campo, mas também as falas dos demais sujeitos que participam do processo. E neste último aspecto nos referimos às impressões de intelectuais e militantes manifestadas através de livros e publicações sobre economia solidária, desde que revelem um conteúdo do qual possamos extrair seu posicionamento sobre um projeto utópico.

No sentido de confirmar o lugar das análises objetivas e subjetivas na teoria de Bloch, bem como a ênfase desta última, trazemos o seguinte:

los factores objetivos de la potencialidad real no aportan ninguna garantía de éxito; son tributarios del poder volver otro, del *poder del sujeto* que realiza. Realizar significa, entonces, la ejecución de un *poder subjetivo* para realizar un posible objetivo y real e, incluso, también revelar nuevas posibilidades; realizar designa la intervención, la irrupción del *factor subjetivo* en el orden aún indeciso, en suspenso, de las condiciones de ahora en más existentes, a fin de que estas liberen su potencialidad bajo forma de factor objetivo en la actualidad de la efectuación. (BLOCH citado por Münster, 2007, p. 164).

Sem se deixar confundir com um subjetivismo, o autor dedica ao ser humano, capaz de imaginar e colocar em marcha projetos utópicos, o protagonismo das transformações sociais.

É com a apresentação do perfil de nossos protagonistas que finalizamos este capítulo.

1-Mulher, idade entre 26 e 45 anos, ensino fundamental completo, reside na cidade de Ijuí, Rio Grande do Sul. Trabalha desde 2003 em uma associação formada no mesmo ano, cujas atividades são: artesanato, confecção e bolsas ecológicas. Esta é sua ocupação principal, na qual recebe aproximadamente 1 salário mínimo e meio. É vice-presidente e participa de fóruns da economia solidária. Entrevista realizada em Santa Maria no dia 22 de janeiro de 2010.

2-Mulher, idade entre 26 e 45 anos, ensino fundamental incompleto, reside na cidade de Rio Grande, Rio Grande do Sul. Trabalha em um grupo (informal), formado em 2001, de artesanato, crochê, artesanato com reciclagem, unhas decoradas, flores de couro, gastronomia. Entrevista realizada em Santa Maria no dia 22 de janeiro de 2010.

3-Mulher, mais de 46 anos, terceiro grau incompleto, reside na cidade de São Gonçalo, Rio de Janeiro. Trabalha desde 1996 em uma associação formada no mesmo ano, cujas atividades são: artesanato em geral, reaproveitamento

de jornal, filtro de café usado, uso de sementes. Representa a associação em fóruns de economia solidária. Além deste, exerce outro trabalho, este com carteira assinada. Entrevista realizada em Santa Maria no dia 22 de janeiro de 2010.

4- Mulher, mais de 46 anos (73), ensino fundamental incompleto, reside em Brasília, Distrito Federal. Trabalha desde 2007 na associação formada neste mesmo ano, cujas atividades são: artesanato com materiais reciclados, bordado, tricô, bonés. É diretora da associação, participa de fóruns da economia solidária. É pensionista. Entrevista realizada em Santa Maria no dia 23 de janeiro de 2010. Esteve também na II CONAES.

5- Mulher, mais de 46 anos, ensino fundamental incompleto, reside em Betim, Minas Gerais. Trabalha desde 2009 na associação fundada neste mesmo ano, cujas atividades são: artesanato, bordado, pintura. Participa de fóruns da economia solidária. É aposentada. Entrevista realizada em Santa Maria no dia 23 de janeiro de 2010.

6- Homem, mais de 46 anos, ensino médio incompleto, reside em Rio Branco, Acre. Trabalha desde 2003 na associação de artesanato. Entrevista realizada em Santa Maria no dia 24 de janeiro de 2010.

7- Mulher, entre 26 e 45 anos, ensino médio completo, reside em Gravataí, Rio Grande do Sul. Trabalha desde 2007 no grupo de artesanato, que a partir de 2009 inseriu-se numa associação. Entrevista realizada em Santa Maria no dia 24 de janeiro de 2010.

8- Mulher, mais de 46 anos, pós-graduada, reside em Alegrete, Rio Grande do Sul. Trabalha no grupo (informal) desde 2007, com a pretensão atual de agregar-se a uma cooperativa já constituída. Entrevista realizada em Santa Maria no dia 24 de janeiro de 2010.

9- Mulher, entre 26 e 45 anos, cursando terceiro grau, reside em Santa Maria, Rio Grande do Sul. Participa da associação de materiais reciclados desde 1992, ano de sua fundação. Renda média mensal de R\$ 380,00. Entrevista realizada em Santa Maria no dia 24 de janeiro de 2010.

10- Mulher, entre 26 e 45 anos, ensino fundamental incompleto, reside em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Participa desde 2009 da associação de confecção fundada em 1996. Tem nesta sua ocupação principal. A associação não tem diretoria. Entrevista realizada em Canoas no dia 26 de janeiro de 2010.

11- Mulher, mais de 46 anos, ensino médio completo, reside em Canoas, Rio Grande do Sul. Participa de dois grupos informais de artesanato. Entrevista realizada em Canoas no dia 26 de janeiro de 2010.

12- Mulher, mais de 46 anos, ensino médio completo, reside em Cuiabá, Mato Grosso. Participa da associação de produção de artesanato e realização de

oficinas para menores desde 2005. Entrevista realizada em Canoas no dia 27 de janeiro de 2010.

13- Mulher, entre 26 e 45 anos, terceiro grau incompleto, reside em Natal, Rio Grande do Norte. Trabalho no grupo (informal) desde sua fundação em 1995, cujas atividades são: artesanato, cultura popular, folclore. Entrevista realizada em Brasília no dia 16 de junho de 2010.

14- Mulher, entre 26 e 45 anos, cursando terceiro grau, reside em Iranduba, Amazonas. Participa de um grupo de costuras aos finais de semana desde 2005 e de um grupo de formação para economia solidária. Entrevista realizada em Brasília no dia 17 de junho de 2010.

15- Mulher, entre 26 e 45 anos, ensino médio incompleto, reside em Ceilândia, Brasília, Distrito Federal. Trabalha desde 2007 em uma cooperativa que integra uma central de cooperativas de materiais recicláveis. Faz parte da diretoria e participa de fóruns da economia solidária. Entrevista realizada em Brasília no dia 18 de junho de 2010.

16- Homem, entre 26 e 45 anos, terceiro grau completo, reside em São Carlos, São Paulo. Trabalha desde 2008, mas não como sua atividade principal, na associação de formação e capacitação fundada em 2007. A associação não possui diretoria. Entrevista realizada em Brasília no dia 18 de junho de 2010.

17- Homem, mais de 46 anos, cursando ensino técnico, reside em Guaraí, Tocantins. Trabalha na associação de produtos agroecológicos, fundada em 1992. É o presidente da associação e participa de fóruns de economia solidária. Entrevista realizada em Brasília no dia 18 de junho de 2010.

18- Homem, entre 26 e 45 anos, terceiro grau completo, reside em Salvador, Bahia. Trabalha em uma cooperativa (em vias de formalização) de comércio justo, formada em 2008. Entrevista realizada em Brasília no dia 18 de junho de 2010.

19- Mulher, mais de 46 anos, reside em Laguna, Santa Catarina. Trabalha desde a fundação, em 2000, na associação de resgate da cultura açoriana e artesanato com reciclagem de escamas de peixe. É presidente da associação e participa de fóruns de economia solidária. Entrevista realizada em Brasília no dia 18 de junho de 2010.

20- Mulher, entre 26 e 45 anos, ensino médio completo, reside em Manaus, Amazonas. Trabalha desde a fundação, em 2004, do grupo (informal), de produção de bijoias, confecções, artesanatos, comidas típicas. Participa de fóruns da economia solidária. Entrevista realizada em Brasília no dia 18 de junho de 2010.

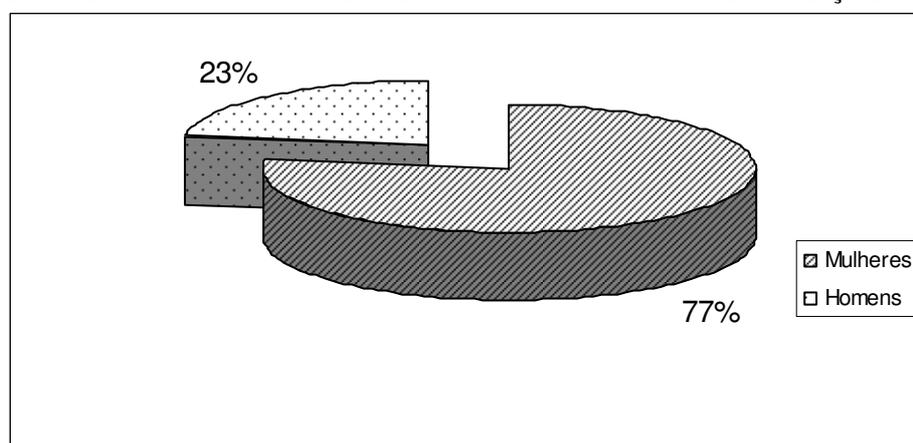
21- Mulher, entre 26 e 45 anos, terceiro grau incompleto, reside em Curitiba, Paraná. Trabalha desde a fundação da associação de artesanato, da qual é

presidente. Participa de fóruns de economia solidária. Entrevista realizada em Brasília no dia 18 de junho de 2010.

22- Homem, mais de 46 anos, terceiro grau incompleto, reside em Gravatá, Pernambuco. Trabalha em associação de produtos agrícolas e com o programa de aquisição de produtos (PAA). Faz parte da diretoria da associação. Entrevista realizada em Brasília no dia 18 de junho de 2010.

Reunimos as características quanto ao sexo, faixa etária, grau de escolaridade e estado da federação para representá-las de forma sistematizada. A respeito da distribuição entre homens e mulheres, de acordo com o gráfico 1, tem-se uma maioria destas últimas.

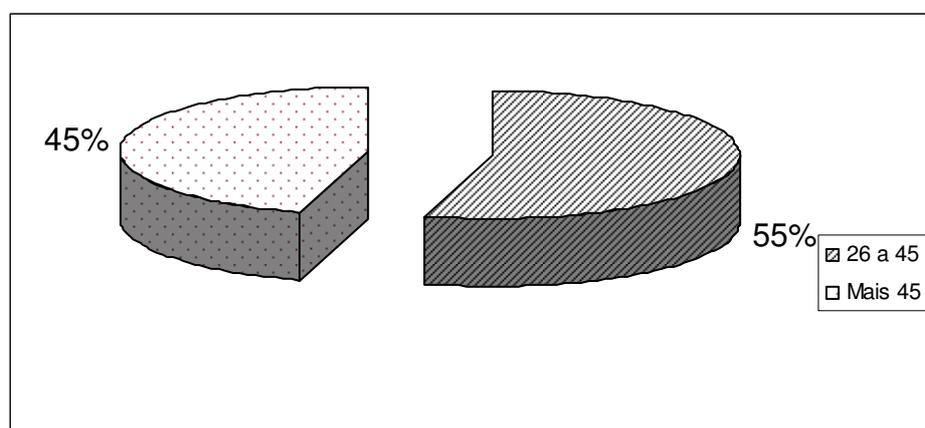
GRÁFICO 1 – TRABALHADORES E TRABALHADORAS: DISTRIBUIÇÃO POR SEXO



FONTE: Manuela Salau Brasil (2010)

Sobre a faixa etária, a maior frequência é entre aqueles com 26 a 45 anos, conforme revela o gráfico 2.

GRÁFICO 2 – TRABALHADORES E TRABALHADORAS: DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA



FONTE: Manuela Salau Brasil (2010)

Na distribuição por grau escolaridade verificou-se que 23% possuem ensino fundamental (completo ou incompleto) 32% tem ensino médio (completo ou incompleto) e 41% tem ensino superior completo ou não.

TABELA 1- TRABALHADORES E TRABALHADORAS: DISTRIBUIÇÃO POR ESCOLARIDADE

	N.Absoluto	%
<b>Analfabeto</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Ens. fundamental</b>	<b>5</b>	<b>23</b>
Ens.fund completo	1	5
Ens.fund incompleto	4	18
<b>Ens. médio</b>	<b>7</b>	<b>32</b>
Ens.médio completo	4	18
Ens. médio incompleto	3	14
<b>Ens. superior</b>	<b>9</b>	<b>41</b>
Ens. sup.completo	2	9
Ens. sup. Incompleto	6	27
Pós-grad.	1	5
<b>Não Informado</b>	<b>1</b>	<b>5</b>
Total	22	100

FONTE: Manuela Salau Brasil

A respeito dos estados de origem, a maior concentração foi registrada no Rio Grande do Sul, o que pode ser explicado pelo fato de que o estado sediou um dos eventos em que as entrevistas foram realizadas.

TABELA 2- TRABALHADORES E TRABALHADORAS: DISTRIBUIÇÃO POR ESTADO

	N.Absoluto	%
<b>NORTE</b>	<b>4</b>	<b>18</b>
AC	1	5
AM	2	9
TO	1	5
<b>NORDESTE</b>	<b>3</b>	<b>14</b>
RN	1	5
PE	1	5
BA	1	5
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>3</b>	<b>14</b>
MT	1	5
DF	2	9
<b>SUDESTE</b>	<b>3</b>	<b>14</b>
MG	1	5
RJ	1	5
SP	1	5
<b>SUL</b>	<b>9</b>	<b>41</b>
PR	1	5
SC	1	5

RS	7	32
TOTAL	22	100

FONTE: Manuela Salau Brasil

Os discursos foram agrupados por temas e, secundariamente, pelo perfil dos trabalhadores. As características dos trabalhadores foram acionadas apenas nos casos em que uma delas mostrou-se relevante para explicar uma determinada configuração discursiva. É o caso do grau de escolaridade, em que se verificou uma visão mais utópica entre aqueles com mais anos de estudo.

Quanto aos temas orientadores da análise, elegemos:

- a) experiência da economia solidária: motivos para a entrada e para a permanência no empreendimento; avaliação desta experiência;
- b) trabalho na economia solidária: suas especificidades e seu significado;
- c) sonhos e expectativas quanto ao empreendimento e ao movimento da economia solidária;
- d) potencialidades e ameaças: apostas e medos quanto ao futuro da economia solidária: o papel do governo, da formação, dos apoiadores e da política;
- e) economia solidária e sociedade: o capitalismo;
- f) virtuosidades da economia solidária: qual seu significado para os trabalhadores;
- g) economia solidária: utopia?

## 6. A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

O propósito deste capítulo é oferecer uma visão da economia solidária no Brasil, ressaltando aspectos que subjazem primordialmente as experiências concretas, desveladas em seu histórico até as condições atuais. Este é o percurso proposto, que se compromete menos com uma descrição exaustiva para concentrar-se em questões consideradas mais relevantes para nossa análise.

### 6.1 HISTÓRICO E CONTEXTO

A hipótese mais difundida é que a economia solidária é uma resposta ao agravamento do desemprego que campeou o Brasil nas décadas de 1980 e 1990, e sua virtude seria a de acomodar o crescente número de excluídos. Historicamente, o setor informal é o maior destinatário daqueles que não conseguem emprego no mercado formal, por isso é importante refletirmos sobre as condições que permitiram que a economia solidária despontasse, a despeito da existência do setor que tradicionalmente absorvia a demanda de desempregados.

Assim sendo, obrigamo-nos a pensar sobre os motivos para o surgimento ou reaparecimento da economia solidária, e as vantagens que ela teria em relação àquela alternativa. Compreender este fenômeno em sua multicausalidade nos afasta de equívocos e simplificações, na vertente do que observa Gaiger (2004a, p. 376):

[...] embora o desemprego ou a perspectiva do desemprego apareçam como forças impulsionadoras do cooperativismo de trabalho na última década, dificilmente podem ser a única variável. Em outras épocas, o desemprego não engendrou cooperativas, ao menos na quantidade agora observada.

Na visão do autor, não apenas as mudanças mais gerais da sociedade impactaram no aumento do número de empreendimentos econômicos solidários, mas os resultados de diversas pesquisas empíricas forneceram elementos para compreender os aspectos mais próximos das experiências que contribuíram para a aludida expansão. (GAIGER, 2004a)

Neste sentido, enumera os seguintes fatores, que juntos conformam o referido crescimento: a) existência de grupos com experiência anterior em práticas que evocam o associativismo; b) presença de organizações e lideranças que representam de forma autêntica os interesses dos grupos e que fazem a articulação com outros agentes; c) a gênese dos empreendimentos econômicos solidários, em sua maioria, está na economia popular, embora aquela "... representa outra economia, antagônica ao caráter e ao lugar histórico subalternos que ambas [economia capitalista e economia popular], por razões diversas, reservem a quem vive do trabalho." ( GAIGER, 2004a, p.375).

O autor elenca ainda outros fatores: d) atuação de instituições para sensibilização e apoio ao trabalho associado; e) o aumento do desemprego que, conjugado com os demais aspectos, vitalizou a economia solidária a despeito das alternativas habituais de trabalho precário e clandestino, geralmente acionadas nestas conjunturas; g) reconhecimento da economia solidária no plano político e ideológico. (GAIGER, 2004).

Conclui-se que a história de cada grupo e de seus trabalhadores não deve ser negligenciada ou desprezada, pois é dela que advém os fatores propulsores para o futuro envolvimento com a economia solidária, e o faz com um peso maior se comparado com o impacto da crise do trabalho ou outros aspectos estruturais.

Interpretamos que a economia solidária é a parte tornada visível de um processo latente, fruto do movimento da história e de seus sujeitos. Não ocorreu abruptamente, mas foi resultado da maturação de vivências e desejos que, manifestados no presente, tem vínculos com um passado de acúmulos de lutas e anseios, bem como na esperança de um futuro melhor.

O estágio em que se encontra atualmente a economia solidária, com todos seus avanços, revezes e desafios, provém de realizações e esforços de um processo histórico que aglutinou vários sujeitos, anônimos em sua imensa maioria, e que possivelmente não tinham certezas quanto ao resultado de suas empreitadas. O que vivenciamos agora não é o resultado unívoco de um planejamento anterior, tecido na trama de metas e caminhos racionalmente antecipados, mas, sim, de um movimento que conjuga fatores materiais e subjetivos, submetidos sempre às condições conjunturais e à própria imprevisibilidade.

Neste registro podemos aferir que a economia solidária é a concretização de um processo latente que se manteve assim desde o declínio da experiência

cooperativista do socialismo utópico<sup>78</sup>, para irromper novamente, após tanto tempo incubado, nas últimas décadas do século XX no Brasil. Nada garante, por seu turno, que este é seu desfecho.

Portanto, a economia solidária, tal qual a conhecemos hoje, já pode ser compreendida como uma utopia concreta, em razão de que foi gestada ao longo de um processo que só tornou-se visível quando encontrou as condições propícias. Esta visibilidade, no entanto, não encerra suas virtualidades: a economia solidária ainda não é tudo aquilo que ela pode ser. Sua existência não é a finalização de um processo: o futuro continua em aberto, e nele refletem as projeções autorizadas pela economia solidária como ela ainda não é.

Assim, somos levados a redimensionar o papel do desemprego como desencadeador da economia solidária, nos seguintes termos: ao mesmo tempo em que rejeitamos a hipótese de que a economia solidária é uma decorrência única e natural da crise de emprego que assolou o Brasil, podemos defini-la com um fator acelerador de um processo latente, conforme exposto acima.

A referida crise, portanto, teria o efeito de galvanizar as forças de resistência e ação em prol de um cenário distinto. Nesta linha de argumentação podemos identificar as crises, ao contrário do que se poderia supor, como momentos de expansão das energias utópicas, propícios para a elaboração e realização de projetos utópicos.

Sendo assim, devemos reforçar certas diferenças entre aquela conjuntura e a atual, para delas extrairmos elementos para nossa análise. A mencionada crise é caracterizada pelo aumento do desemprego, de ocupações precárias e adoção de um conjunto de políticas neoliberais, fatores que se autoalimentavam numa espécie de ciclo vicioso que agudizava o quadro social e econômico da época. Diante deste cenário, grande parte da esquerda enredava-se em sua própria crise, enfatizando um discurso crítico descolado de uma proposta de alternativa ao que estava posto.

Por outro lado, os movimentos sociais colocavam em marcha suas energias utópicas, e aqui nos referimos especificamente à economia solidária. Na contramão do que alguns poderiam crer, foram os trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária que empenharam e emprestaram sua disposição utópica aos intelectuais,

---

<sup>78</sup> Consultar cap. 4

aos quais cabia acompanhar e compreender o fenômeno que avançava em meio ao que se convencionou denominar de décadas perdidas.

Na avaliação de Schiochet (2009) o protagonismo da sociedade civil é incontestado, mas é preciso destacar o papel de governos locais<sup>79</sup> representantes de “forças democrático-populares”, que implementaram ações de economia solidária. Somaram-se a estas experiências municipais, outras de nível estadual (São Paulo e Rio Grande do Sul) e, em 2003, com a chegada de um representante daquelas mesmas forças políticas ao governo federal, instituiu-se a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES. Podemos insinuar que as energias utópicas do movimento social foram efetivas, uma vez que ascenderam a um nível de realização possível através da política.

O engajamento ao projeto da economia solidária deu-se paulatinamente na medida em que as experiências concretas foram sendo analisadas e, por suposto, legitimadas, a despeito de seus desafios e dificuldades. Muitas dessas, já detectadas desde este momento inicial, persistem até hoje e constituem barreiras ao desenvolvimento quantitativo e qualitativo dos empreendimentos e do movimento da economia solidária. Dentre estas questões até agora irresolutas, citamos as reivindicações a respeito do marco legal, do financiamento e da comercialização próprios para a economia solidária.

A não resolução desses problemas não deve ser creditada a entraves técnicos ou operacionais, mas a falta de apoio e comprometimento político, o que por sua vez, demonstra a fragilidade da economia solidária em conseguir mostrar-se como uma alternativa viável ao conjunto da sociedade, tanto quanto dentro do próprio governo federal.

Embora tenha abrigo na SENAES, subordinada atualmente ao Ministério do Trabalho e Emprego, não foi uma política central para o governo Lula, e até o momento não há sinais de que o atual governo altere radicalmente o quadro. Portanto, a economia solidária, em que pese seus avanços, não ocupa uma posição central na agenda política e, sendo assim, está afastada, senão ausente, do núcleo duro das decisões mais estratégicas do país.

Se a economia solidária ressurgir na década de 1980 e ganhar maior visibilidade na década seguinte, como resultante de processos históricos maturados

---

<sup>79</sup> O autor cita os casos de Porto Alegre, São Paulo, Recife, Belém e Blumenau.

e, em certa medida precipitado pelo aumento do desemprego, hoje o cenário é outro. A economia brasileira se recuperou, e a geração de emprego formal é um dos símbolos do crescimento econômico. O impacto para o número de empreendimentos e de trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária ainda não é conhecido e, quando for apurado, servirá para realçar com maior nitidez o peso dos fatores de adesão e fidelidade ao trabalho associado.

O que está em jogo é a capacidade da economia solidária confirmar-se como um projeto que suplanta o objetivo de gerar trabalho e renda, e cuja evolução é resultado das práticas exitosas e das conquistas em um plano maior. Há várias lutas sendo travadas neste sentido, e em meio das quais os empreendimentos, também representados naquelas instâncias, resistem mesmo que em condições adversas. O desfecho desses embates pode fomentar ciclos de expansão ou retração da economia solidária, contribuindo para colocar em marcha ou desacelerar as energias utópicas.

### **6.1.1 Princípios e conceitos**

O movimento concreto da realidade instigou a academia a enxergar e compreender este fenômeno que trazia elementos distintos daqueles constitutivos do setor informal, tanto quanto do terceiro setor. Ao fim e ao cabo, as crises dos anos 1980 e 1990 desencadeiam a retomada da antiga prática cooperativista, mantendo sua posição de antagonismo ao sistema da qual ela surgiu e à qual se insurgiu. Desde então, a economia solidária vem conquistando visibilidade e credibilidade, e já acumula inúmeras pesquisas em diferentes áreas do conhecimento.

Os empreendimentos de economia solidária tomam a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, feiras solidárias, grupos informais, bancos comunitários, empresas recuperadas. Independentemente do formato jurídico – considerando a inadequação da atual lei do cooperativismo –, o que os identifica é a preservação de seus valores: a autogestão ao invés de heterogestão, a cooperação no lugar da competição, a substituição do individualismo pela solidariedade, e a centralidade do trabalho e não do capital – aspectos que correspondem a uma

vertente solidária aos quais devem conjugar-se outros, como a eficiência e viabilidade<sup>80</sup> que caracterizam a vertente econômica.

As características e os princípios dos empreendimentos, que descendem do movimento cooperativista, em especial de Rochdale, foram reiterados pela II Conferência Nacional de Economia Solidária. São considerados como empreendimentos econômicos solidários aqueles que apresentam as seguintes características:

- i. ser uma organização coletiva, singular ou complexa, cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) do meio urbano e rural;
- ii. realizar atividades de natureza econômica, socioambiental e cultural que devem ser as razões primordiais da existência da organização;
- iii. ser uma organização de autogestão cujos participantes ou sócios exerçam coletivamente a gestão das atividades econômicas e a decisão sobre a partilha dos seus resultados, através da administração transparente e democrática, soberania da assembléia e singularidade de voto dos sócios, cumprindo o seu estatuto ou regimento interno;
- iv. ser uma organização permanente, considerando tanto os empreendimentos que estão em funcionamento quanto aqueles que estão em processo de implantação, desde que o grupo esteja constituído e as atividades econômicas definidas. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2, 2010, p. 23).

Os seguintes princípios devem ser observados:

- i. administração democrática e participativa, soberania da assembléia e singularidade de voto dos sócios;
- ii. garantia da adesão livre e voluntária dos seus membros;
- iii. estabelecimento de condições de trabalho decente ou digno, desenvolvido por mulheres e homens;
- iv. inserção da temática ambiental nas atividades de economia solidária;
- v. desenvolvimento das atividades em cooperação com outros grupos e empreendimentos da mesma natureza;
- vi. busca da inserção comunitária, com a adoção de práticas democráticas e de cidadania;
- vii. prática de preços justos, de acordo com os princípios do Comércio Justo e Solidário;
- viii. respeito à equidade de gênero, raça, etnia e geração;
- ix. prática de produção, do beneficiamento, do armazenamento, da comercialização ou da prestação de serviço de forma coletiva;
- x. exercício e demonstração da transparência na gestão dos recursos e na justa distribuição dos resultados;
- xi. estímulo à participação dos integrantes na formação do capital social do empreendimento econômico solidário;
- xii. ética na sustentabilidade, solidariedade e valorização da pessoa humana na sua relação com o meio-ambiente. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2, 2010, p.23-4).

---

<sup>80</sup> Há um debate sobre a necessidade de resignificação dos conceitos de eficiência e sustentabilidade na economia solidária.

Devemos ter em conta que as características e princípios observados são construções teórico-ideais e, como tais, não são assim encontradas na realidade, pois nela há formas híbridas que sugerem gradações ou níveis do que acima foi descrito, sem que isso ponha por terra a prática ou a teoria.

A expressão “economia solidária” causou algum desconforto inicial, pois de acordo com alguns críticos é formada pela união de dois conceitos que se repelem ou, no mínimo, são inconciliáveis. Tal qual a utopia concreta, o termo economia solidária sintetizaria, neste sentido, um oxímoro.

Em ambos os casos rejeitamos o que seria esta pseudocontradição e, em se tratando da economia solidária, tendemos a abonar a hipótese de união entre estas duas dimensões, conciliando-as de tal forma a fazer emergir um *quantum* maior de solidariedade nas relações pessoais e nas atividades econômicas. Com isso queremos frisar que a solidariedade é um elemento pré-existente, mesmo que em diferentes graus, e que deve ser incentivado, vivenciado. A solidariedade é um valor que sobrevive, e isto não é de hoje, até mesmo em conjunturas desfavoráveis, portanto não se trata de conceber algo a ser inventado, mas sim, potencializado. (RAZETO, 2009).

A aliança dos dois conceitos é assim justificada por Razeto (2009, p.1):

... unidas numa mesma expressão economia e solidariedade aparece, então, como um chamado a um processo intelectual complexo que deveria desenvolver-se paralela e convergentemente em duas direções: de um lado, trata-se de desenvolver um processo interno ao discurso ético e axiológico, pelo qual recuperar-se-á a economia com espaço de realização e atuação dos valores e forças da solidariedade; do outro, de desenvolver um processo interno à ciência da economia que possa abrir espaços de reconhecimento e atuação à idéia e ao valor da solidariedade.

Se a economia não deve ser sinônimo de lucro, a solidariedade não pode ser confundida com filantropia. Arruda nos convence de que a economia deve recuperar seu sentido original de “gestão da casa”, que ficou esquecido em tempos de “gestão do capital”. Ele a reconhece como uma ciência relacional, sendo que a relação não é necessariamente com o capital nem marcada pelo egoísmo, mas que pode ser uma relação de cuidado com o outro, entendendo o outro num conceito amplo: o outro como o conjunto da sociedade e, nesta perspectiva, orientado pela solidariedade ao invés do egoísmo. (ARRUDA, 2006).

Quanto à solidariedade, Santana Júnior (2006) observa que a palavra é usada para qualificar projetos e iniciativas diferentes, o que nos lembra a vulgarização,

embora em menor grau, a que está submetida o uso do termo utopia. Por isso, o autor é instigado a compreender o sentido que o conceito adquire na expressão economia solidária e, para tanto, se apoia nas contribuições de Hugo Assmann e Jung Mo Sung, Pedro Demo, Genauto França Filho e Jean Louis Laville.

Das leituras dos autores elencados, destaca-se a distinção entre solidariedade emergencial e solidariedade estrutural, de Assmann e Sung, e entre a solidariedade de cima e a solidariedade de baixo, proposta por Demo. Nelas encontramos um registro comum que distingue de um lado a solidariedade como discurso moral e, de outro, como base provocadora de mudanças mais radicais na sociedade. (SANTANA JÚNIOR, 2006).

Na concepção de Laville e França Filho, a solidariedade na qual se assenta a economia solidária é aquela que impulsiona a ação, como uma “solidariedade muito mais escolhida como referência coletiva a um bem comum do que imposta pelo costume”. (SANTANA JÚNIOR, 2006, p.9).

Sem prolongar este debate, extenso pela sua natureza, cabe-nos admitir que a conjunção entre economia e solidariedade seja uma estratégia possível e, sendo assim, passa ao largo da filantropia para se colocar como um projeto de mudança social. A aliança entre economia e solidariedade é a própria essência de uma utopia.

Ao explicar o campo do que chama “Economia popular de solidariedade<sup>81</sup>”, Luiz Razeto partiu de dois outros, ou melhor, do resultado da interseção entre a economia popular e a economia de solidariedade. Razeto elenca dez elementos que caracterizam a economia popular e solidária, o que está longe de indicar que se trata de uma realidade homogênea e ideal.

Esses elementos revelam características tais como iniciativas coletivas originadas no setor popular, valorização e prática da autogestão e da solidariedade e a busca de satisfação de necessidades que extrapolam a sobrevivência ou a subsistência, contemplando um leque de anseios humanos. Um dos elementos merece destaque, pois diz respeito a como o autor concebe as possibilidades em relação ao futuro:

---

<sup>81</sup> Há várias expressões para denominar este fenômeno. De acordo com Arruda: “Por trás da diversidade de conceitos que visam a instituir novos modos de organização do trabalho e da produção – economia social, economia de proximidade, economia solidária ou de solidariedade, socioeconomia solidária, economia social, humanoeconomia, economia popular, economia do trabalho, economia do trabalho emancipado, colaboração solidária – existe uma busca comum de se recuperar o sentido original do vocábulo economia, que em grego significa a gestão, o cuidado da casa.” (ARRUDA, 2003, p.234).

São iniciativas nas quais se pretende ser diferente e alternativo com respeito ao sistema imperante [definido como capitalista, individualista, consumista, autoritário, etc.] e chegar assim, ainda que seja em pequeníssima escala, a uma mudança social, na esperança de uma sociedade melhor e mais justa. (RAZETO, 2005, p. 48).

As organizações de economia popular (OEP) são as unidades representativas da economia popular de solidariedade e conjugam elementos de duas ordens distintas:

...essas organizações são expressão de um processo que parte da economia popular, cujos integrantes tendem a se organizar para ser mais eficientes na conquista de seus próprios objetivos. Tal processo se encontra com outro, que tem sua origem em uma cultura transformadora, que busca construir uma economia alternativa e solidária e que se constitui como uma energia dinamizadora e organizadora da economia popular. (RAZETO, 2005, p.55).

Delas, Razeto espera que mantidas as duas vertentes, formem

[...] um setor de economia solidária, um setor talvez pequeno, mas dinâmico e expansivo, que se insira ativamente na economia nacional, trazendo a ela não só resultados concretos de seu trabalho, mas, além disso, o estímulo renovador de seus valores próprios, a força inovadora da criatividade popular, energias gestonárias e empresariais de novos tipos. (RAZETO, 2005, p. 57).

Suas ambições se elevam na hipótese de articulação com outras organizações populares, quando então será possível esperar "... uma contribuição significativa na direção de avançados processos de transformação e democratização das estruturas econômicas, políticas e culturais." ( RAZETO, 2005, p.58).

Há um aspecto importante a se destacar quanto à solidariedade. De acordo com Razeto (1990, p.184) ela se converte em força produtiva e fator econômico, denominado de "Fator C" e assim explicado pelo autor:

En síntesis, el 'Factor C' significa que la formación de un grupo, asociación o comunidad, que opera cooperativa y coordinadamente, proporciona un conjunto de beneficios a cada integrante, y un mejor rendimiento y eficiencia a la unidad económica como un todo, debido a una serie de economías de escala, economías e asociación y externalidades, implicadas en la acción común y comunitaria.

La letra 'C', con la que identificamos esta energía económica, alude a que con ella comienzan, en nuestro y en varios idiomas, numerosas palabras que significan: colaboración, cooperación, comunidad, compañerismo, comunión, compartir, confianza, y muchas otras que comienzan con el prefijo 'co', que expresa el hacer y el estar 'juntos', el hacer algo solidariamente. (RAZETO, 1997a, p.2)

O “Fator C” comporta uma lógica e uma prática que caracterizam as organizações de economia popular, ou os empreendimentos econômicos solidários, mesmo que de forma incompleta e imperfeita. Razeto adverte que nem sempre a solidariedade é a motivação inicial de alguns trabalhadores, mas que através de uma prática solidária ela acaba sendo incorporada por eles.

A solidariedade elevada à condição de uma nova racionalidade agrega benefícios ao empreendimento e aos seus trabalhadores, tornando-se um fator distintivo positivo desta experiência. Por este mesmo motivo, ao negligenciá-lo ou torná-lo secundário, corre-se o risco de comprometer, senão o resultado econômico, com certeza a identificação com a economia solidária.

A combinação entre economia e solidariedade não apenas é possível como pode ser a base que sustenta esta multiplicidade de sentidos que ela evoca, reconhecida na fala abaixo:

*“é um ato sentimental de amorosidade e cuidado ao próximo, mas não somente isso, também a solidariedade como estratégia econômica, como razão [...] esta lógica da solidariedade como razão, então é nisso que a Economia Solidária se baseia.”(18)*

Com estas reflexões, é possível corroborar o conceito de economia solidária conforme enunciado pela Carta de Princípios do Fórum Brasileiro:

A Economia Solidária ressurge hoje como resgate da luta histórica dos (as) trabalhadores (as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza. (CARTA DE PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010. p.1).

O fato de ser veiculada como ressurgimento de uma experiência anterior não permite enquadrá-la como um desejo de retorno a um passado idealizado, nos moldes do romantismo, por exemplo. Löwy e Sayre (1995) conceituam o romantismo essencialmente como crítica ao capitalismo<sup>82</sup> mas também como valorização de ideais pré-capitalistas. Essa crítica é identificada com um sentimento de perda, de algo a ser recuperado: um passado pré-capitalista e idealizado. Portanto, é a visão

---

<sup>82</sup> De acordo com os autores: “Seu anticapitalismo pode ser mais ou menos inconsciente, implícito ou mediatizado” (LÖWY; SAYRE, 1995, p.35). Também segundo eles, a crítica pode incidir sobre diferentes características e faces do capitalismo. No entanto, tomar o romantismo como visão de mundo é estender estas críticas ao conjunto de características e faces do sistema.

do passado que ilumina esta perspectiva, em que Löwy e Sayre (1995, p. 41) encontram paralelos com a utopia:

A visão romântica apodera-se de um momento do passado real – no qual as características nefastas da modernidade ainda não existiam e os valores humanos, sufocados por esta, continuavam a prevalecer – transforma-o em utopia e vai modelá-los como encarnação das aspirações românticas. É neste aspecto que se explica o paradoxo aparente: o ‘passadismo’ romântico pode ser também um olhar voltado para o futuro; a imagem de um futuro sonhado para além do mundo em que o sonhador inscreve-se, então, na evocação de uma era pré-capitalista.

Os autores defendem que, embora com algumas especificidades, o romantismo está presente no século XX, mantendo suas principais características: “[...] desencantamento do mundo, crítica da quantificação, da mecanização, da abstração racionalista, do Estado e política modernos, da dissolução dos vínculos sociais” (LÖWY; SAYRE, 1995, p.228).

Pautados em tais características, identificam o romantismo do século XX nos movimentos culturais de vanguarda, especialmente o surrealismo; também no maio de 68, nas expressões da cultura de massa, nos novos movimentos sociais com ênfase na ecologia e nos novos movimentos religiosos, com destaque para a teologia da libertação.

Visto deste ângulo, é inegável certa proximidade entre romantismo e utopia, e a elaboração de tipos ideais torna mais evidente esta tese. Löwy e Sayre (1995) elaboraram os seguintes tipos de romantismo: restitucionista, conservador, fascista, resignado, reformador e revolucionário/utópico. O último contempla cinco vertentes: jacobino-democrática, populista, socialista utópico-humanista, libertária, e marxista.

Sobre as características do que consideram o romantismo utópico-revolucionário atual, avaliam que

[...] não se trata de encontrar ‘soluções’ para determinados ‘problemas’, mas visar uma alternativa global para o estado de coisas existente, uma civilização nova, um modo de vida *diferente* que não seria a negação abstrata da modernidade, mas sua ‘superassunção’ [Aufhebung], ou seja, a conservação de suas melhores conquistas e sua superação em vista de uma forma superior de cultura – tal forma restituiria à sociedade determinadas qualidades humanas destruídas pela civilização burguesa industrial. Essa postura não significa um *retorno* ao passado, mas um *desvio* pelo passado, em direção a um futuro novo: esse desvio permite ao espírito humano tomar consciência de toda a riqueza cultural, de toda a vitalidade social que foram sacrificadas pelo processo histórico desencadeado pela revolução industrial e, além disso, procurar os meios de fazê-los reviver”. (LÖWI; SAYRE, 1995, p. 325).

Ainda sobre a relação entre romantismo e utopia, são categóricos: “Sem nostalgia do passado, não pode existir sonho autêntico do futuro. Neste sentido, a utopia será romântica ou não será”. (LÖWY; SAYRE, 1995, p.326)

Quanto à economia solidária, embora fortemente inspirada em uma experiência passada, não chega a se afirmar como um culto à nostalgia, o que nos faz percebê-la como uma força utópica. Não é um retorno ao passado que move a energia utópica, não se trata de voltar ao que já foi, mas, sim, buscar o que ainda não é, ou aquilo que poderia ter sido.

Sobre este debate, a transcrição abaixo traz a percepção de uma trabalhadora da economia solidária que, ao responder sobre o que entende por este conceito, avalia:

*“economia Solidária é uma maneira diferente de fazer economia né, onde nós não temos patrão nem empregado, eu não sou tua patroa, e você não é minha empregada, a gente trabalha igualmente, dividimos tudo o que nós temos, entendeu, então eu acho que é um resgate de tudo que a gente já vivia anteriormente, mas de maneira diferente, mais igualitária, com direitos de todos e tudo”.( Entrevista n. 14.)*

Na Carta de Princípios da Economia Solidária está claro seu papel de proporcionar, no curtíssimo prazo, uma alternativa de sobrevivência aos trabalhadores e trabalhadoras, mas também de propor-se, num horizonte maior de tempo, a uma mudança mais profunda: “São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.” (CARTA DE PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010, p.1).

Em sintonia com este princípio, a carta salienta que “a economia solidária não está orientada para mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal” (CARTA DE PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010, p. 3), opondo-se, portanto, ao discurso de funcionalidade ao sistema excludente.

Na sequência introduzimos um depoimento que reitera o que até então poderia ser confundido com uma peça retórica. Nele conclui-se que na economia solidária “existe algo a mais”:

*“uma forma consciente de você comercializar, uma forma solidária de comercializar, é o caminho, é a ajuda sabe, eu vi que existia um SOL, como se diz, existe mais coisas além disso, o meio ambiente sabe, você trabalhar*

*com consciência, agora esse ano eu tô trabalhando com o estado, então assim tem toda uma gama de conhecimento, tem que te conscientizar, eu entrei na Economia Solidária de cabeça, sabe, aí tu começa a vivenciar uma situação e ver que realmente existe uma coisa diferente, e não chegar lá e vender, o lucro não existe, o lucro é do capitalismo, **existe algo a mais.**" (Entrevista n. 7, grifo nosso)*

Este “algo a mais” diz respeito a um excedente não comportado pelo capitalismo e que forja o caminho de “Outra economia”, tal qual o slogan da economia solidária e em consonância com “Outro mundo é possível” preconizado pelo Fórum Social Mundial. Ambos os movimentos articulam-se desde as primeiras edições. O primeiro Fórum Social Mundial, realizado em 2001, abrigou uma oficina de “Economia Popular Solidária e Autogestão” e deu origem ao GT Brasileiro, grupo instituído para discutir as crescentes práticas de economia solidária.

Em 2003, durante o terceiro Fórum Social Mundial, foi anunciada a criação da SENAES<sup>83</sup> (Secretaria Nacional de Economia Solidária) e, no mesmo ano, constituiu-se o FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), como duas instâncias de luta em prol do avanço da economia solidária no Brasil. O FBES ramifica-se em fóruns estaduais, regionais e municipais, congregando trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos de economia solidária, as assessorias de apoio (incubadoras universitárias, entre outros) e os gestores públicos.

A relação entre SENAES e FBES é assim descrita por Singer: “A Senaes entende que sua missão é difundir e fomentar a economia solidária em todo o Brasil, dando apoio político e material às iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.” (SINGER, 2004, p.4).

O “Programa Economia Solidária em Desenvolvimento”, implementado em 2004 pela SENAES, condensa as políticas públicas do setor. Neste programa estão contemplados os principais pontos estratégicos para o desenvolvimento da economia solidária e que coincidem com as demandas do FBES e se repetem na I e na II Conferência Nacional.

As linhas de ação abrangem a formação (de formadores, educadores, gestores públicos); fomento de cadeias produtivas e redes; incentivos a bancos comunitários e fundos rotativos; apoio à comercialização (feiras, centros públicos de referência, comércio justo e solidário); divulgação da economia solidária e cadastro

---

<sup>83</sup> A SENAES, presidida pelo professor Paul Singer, integra a estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego.

dos empreendimentos e órgão de apoio; elaboração do marco jurídico; apoio às incubadoras e empresas recuperadas; construção e divulgação de conhecimento.

Nas sucessivas edições do Fórum Social Mundial a pauta da economia solidária expandiu-se, a ponto de ser realizada, em sua décima edição, a I Feira Mundial de Economia Solidária<sup>84</sup> e o I Fórum Social de Economia Solidária<sup>85</sup>.

Com efeito, a economia solidária é signatária de várias reivindicações levadas ao Fórum Social Mundial, representando aspectos sobre “outra relação com o trabalho”, “outra forma de gestão dos empreendimentos”, “outro modelo de desenvolvimento”, “outra forma de convivência com a natureza”, “outro modo de relação com o dinheiro”, “outra forma de viver”.

Além do exercício de imaginação em descrever este “outro mundo é possível”, há simultaneamente uma questão que nos desafia: quão possível é este mundo? É notório que o Fórum Social Mundial desponta mais como espaço de crítica e resistência em detrimento de seu papel propositivo. Sob a perspectiva blochiana, podemos abonar a hipótese de que ele seja um amparo para múltiplas utopias especializadas, ao invés de uma única utopia geral. E assim sendo, há múltiplos sonhos a nutrir múltiplas utopias, que não necessariamente partilham das mesmas motivações – práticas e teóricas. A economia solidária é uma delas.

No plano das experiências analisadas, encontramos um bloco comum de motivações para a entrada e permanência nos empreendimentos econômicos solidários. No que se refere ao primeiro item, a grande maioria dos trabalhadores entrevistados (13) foi convidada a conhecer ou participar da economia solidária por algum conhecido ou amigo que dela já fazia parte, 2 (dois) conheceram-na por intermédio da Igreja e 1 (um) através da Universidade. Somente um deles afirmou que partiu dele (ou do grupo) a iniciativa de buscar informações a respeito. As falas que seguem ilustram o que foi retratado na maioria:

*“como é que eu ouvi falar ...eu ouvi falar porque a Maristela, a Dona Dazi faz parte e ela nos convidou há muitos anos atrás e daí a gente não largou mais a Economia Solidária porque faz muito bem pra nós, pra nossa renda né, e a oportunidade que eles nos dão de nessas feiras, esse encontro trocar experiência, nesses encontros a gente fica sabendo como é que uma faz o artesanato, a outra faz e a gente começa a produzir mais e trocar idéias e assim pra nós é muito bom.” (Entrevista n. 19).*

<sup>84</sup> Atividades realizadas em Santa Maria, Porto Alegre e Canoas (RS).

<sup>85</sup> Atividades executadas em Santa Maria (RS).

*“porque o presidente da SETICOOP, ele não tinha ninguém pra ir com ele aí ele me chamou um dia de sábado: vamos Ivanilde pra Economia Solidária lá em Águas Lindas, eu digo que é isso Economia Solidária homem, aí ele disse: tu nunca foi não?, digo: não. Vamos lá pra reunião da Economia Solidária que tu vai ver o que é, eu fui, gostei e fiquei sendo delegada de Ceilândia.” (Entrevista n.15).*

A maior parte destes trabalhadores (7) já trabalhava como autônomo quando passou a integrar-se em um empreendimento econômico solidário; 4 (quatro) deles são aposentados ou pensionistas que viram na economia solidária uma forma de terapia, uma alternativa à solidão. Outros 4 (quatro) viram na economia solidária uma alternativa à recente situação de desemprego e o mesmo número aderiu a ela como uma opção de vida.

Do total, 3 (três) ingressaram após um período afastado do mercado de trabalho, geralmente dedicado ao cuidado dos filhos, e depois sentiram dificuldades em encontrar uma ocupação. No depoimento abaixo podemos conferir a situação em que a mãe e filha encontram dificuldades para se inserir no mercado de trabalho: a primeira, pretensamente pela idade; a segunda, pela falta de experiência.

*“na realidade porque já estou com mais de quarenta anos, trabalhei, porque a minha formação é magistério sabe, mais aí eu fiquei muito tempo fora do meu quadro, queria retomar mas, aí pediu o que eu vou fazer, pouca experiência, mais de quarenta anos, o mercado é complicado né, eu digo, não tinha a intenção no momento de voltar a estudar, tenho que fazer alguma coisa que concilie tudo isso né, daí eu comecei a fazer o artesanato né, assim eu me envolvi, e aí a minha filha tava entre quinze e dezesseis anos, também tava estudando, não tinha formação, tentou estágios, aí nós iniciamos juntos em função disso né, eu tava com uma idade e ela não tinha idade pra conseguir emprego ainda, então foi basicamente isso, agora ela voltou a estudar e tá trabalhando no grupo e tá trabalhando fora também”. (Entrevista n.7).*

Tais informações não devem ser generalizadas para a totalidade dos trabalhadores da economia solidária, mas são úteis para caracterizar este conjunto específico dentro de um campo heterogêneo.

Sobre os motivos que explicam a permanência dos trabalhadores, há um consenso sobre a expansão da economia solidária e de seus efeitos – quantitativos e qualitativos – na prática dos empreendimentos e na vivência fora dele. Citou-se o aumento do número de eventos, em especial das feiras, e de participantes envolvidos, a exemplo das duas falas que seguem.

*“quando nós começamos não tínhamos tantas feiras , nós não tínhamos tanta participação assim, de pessoas do governo, e hoje nós temos, então tá melhorando né, quando nós fazemos o Fórum lá em Brasília, que tem algum movimento, vem pessoas do governo participar, então, antes não tínhamos, e hoje já temos.” (Entrevista n. 4)*

*“a evolução em Gravataí, é muito grande, pelo o que as pessoas, como era e como tá sendo agora, um exemplo é as reuniões do Fórum, quando eu comecei, tinha sete, oito pessoas, não passava disso, hoje nossas reuniões são cinquenta, sessenta pessoas, sabe, a gente tá conseguindo plantar uma sementinha e ver que realmente o que nós temos aqui, nós estamos comercializando bem, uma boa feira, mas hoje de manhã uma das pessoas me disse assim: Tá maravilhoso, eu tô feliz, eu tô alegre, eu tô convivendo.” (Entrevista n. 7)*

Ao final deste último depoimento observamos que os benefícios podem estar relacionados à dimensão subjetiva, e que é ainda mais visível quando se lê:

*“antes a gente não entrava em algo desse pra pegar material que a gente era chutado, achando que a gente ia roubar, hoje a gente entra lá, marca reunião com ministro, com todo mundo, eles marcam, nós vamos, não precisa a gente tá indo atrás deles, agora é eles que vem atrás da gente.” (Entrevista n.15)*

A percepção sobre a expansão da economia solidária de um ponto de vista daqueles que a experimentam nem sempre coincide com os resultados esperados por aqueles que teorizam sobre ela. É preciso ter cautela para evitar tanto o otimismo exagerado quanto o pessimismo, ambos fruto do confronto entre as expectativas e a realidade.

A noção de que a economia solidária “já deu certo” é justificada por um olhar retrospectivo de quem vive e comemora pequenas conquistas que se convertem em estímulo para perseverar no mesmo caminho.

*“porque que ela deu certo? Porque as pessoas olham os empreendimentos de uma forma diferente agora, tu olha o tamanho desse evento que tá acontecendo aqui, quantos países estão aqui participando, quantas pessoas estão aqui participando, as pessoas fazem questão de vir aqui hoje pra ver se aparecem em alguma coisa daqui, tem pessoas da política que não olham pra gente, mas como tão vendo que é um evento de renome, é de Santa Maria para o mundo e do mundo para Santa Maria daí as pessoas: pô como eu não vou fazer parte disso aí? Eu quero fazer parte disso. Isso é uma mudança, nós hoje estamos escrevendo a história de amanhã.(Entrevista n.9).*

A satisfação pelo que “deu certo” não encerra as expectativas quanto ao que ainda pode ser feito.

*“eu trabalho no ramo da reciclagem há uns bons anos, e a gente vê que antigamente as pessoas não viam os empreendimentos como uma solução, agora já estão cedendo um pouco mais, então prova que a gente tá no caminho certo.” (Entrevista n.9).*

*“Eu vejo progresso, avanços em termos assim, de caminhada, de tu ir buscar, de tu ter, tu criar uma identidade, entendeu, e pelo nosso benefício, o nosso grupo em termos de capital, de material, a gente tá buscando recursos, prova que agora a gente ganhou esse centro, vai ter um local fixo pra comercializar, melhora...” (Entrevista n. 8).*

*“a nível de Brasil, que é o que a gente conhece, em todos os lugares tem um foco né, a pessoa mais longínqua lá do sertão, como é meu caso, já tá por dentro disso aí, através dessas reuniões, dessas conferências, através das reuniões lá na base e assim por diante, eu **acho que nós temos muita coisa a fazer ainda, mas já tem muita coisa que já foi feita.**” (Entrevista n. 17, grifo nosso).*

Este sentimento não encoberta as dificuldades enfrentadas, tampouco deve ser confundido com uma militância acrítica, posto que se refere às modificações concretamente percebidas ao longo de uma jornada vivida por dentro do movimento. A observação destacada acima de que “[...] *nós temos muita coisa a fazer ainda, mas já tem muita coisa que já foi feita.*” é reveladora neste sentido.

Os avanços são reconhecidos, mas a apreciação que impera é de que a economia solidária ainda não completou seu processo, de que ela está se mostrando aos poucos e que ainda não cumpriu seu projeto. Eis a importância em saber qual ou quais os anseios e esperanças depositados na economia solidária.

Além do mais, se reconhece que os avanços atingem de forma diferente os grupos, repercutindo em resultados díspares e que não podem ser unificados.

*“a gente não pode dizer que todo mundo teve uma mudança significativa, alguns tem experiência positiva outros negativos, trabalhar em grupo na auto-gestão é uma quebra de paradigma como eu lhe falei, então é assim, tem grupos que tem uma experiência fantástica de desenvolvimento local sustentável, de retorno digno as pessoas, de emancipação política das pessoas, então tem avanços, lógico que a maioria dos grupos tão caminhando bem devagarzinho, os avanços são bem pequenos, mas uma outra parte já tiveram avanços bem significativos, e que são experiências aí pelo Brasil a fora,[...] inclusive já exportam, dá uma condição financeira digna a quem tá lá.” (Entrevista n. 18)*

Na síntese abaixo extraímos o que nos parece essencial e que permeia a grande maioria dos discursos:

*“Quando a gente pensa que tem um longo caminho já percorrido, mas é o contrário, a gente tem ainda que percorrer um longo caminho.” (Entrevista n. 8)*

Nas considerações abaixo fica patente as motivações e o avanço da economia solidária, assim como sua relação com o lema do Fórum Social Mundial, resumindo exemplarmente a tônica do que foi levantado.

*“os avanços [da economia solidária] eles estão disseminados de uma forma capilar, em vários municípios, em vários estados, acho que em todos os estados do Brasil existe isso, e a resposta do povo e as dificuldades que eles se encontra, as vezes as pessoas fazem coisas e eles não sabem que são Economia Solidária, mas é a necessidade que faz com que ele encontre essas saídas, tanto que é verdade que a Economia Solidária ela encontrou uma ação mais, ou uma manifestação mais explicita, nos momentos em que aconteceram as crises de desemprego em massa, isso nos anos 80, 90, que o desemprego ficou mais evidente, grande demissões em fábricas, automação que teve, então essa massa de desempregados teve que encontrar soluções, e viu que a solução muitas vezes, que o problema dele era o problema do vizinho, era o problema do companheiro, então a solução veio até quase assim a se manifestar de uma forma coletiva daí surgiu o conceito da Economia Solidária, de uma, é um tempo que se formou os Fóruns Mundiais em Porto Alegre né, vários Fóruns Mundiais, e que se gritava e afirmava que “Outro mundo era possível né”, esse outro mundo possível acho que é exatamente a Economia Solidária.” (Entrevista n. 22)*

Os sucessos da economia solidária alavancam incursões mais audaciosas, o que inclui uma plataforma de mudanças de maior alcance, que visam ao conjunto da sociedade e não se restringem aos empreendimentos ou mesmo o interior do movimento da economia solidária. Não que este impacto macroestrutural derive naturalmente ou inercialmente das transformações de nível micro, mas que elas mobilizam as energias utópicas com base nos resultados concretos positivos e nos sonhos de que ainda é possível avançar.

Se anteriormente aludimos ao fato de que as crises são momentos propícios para fazer emergir os projetos utópicos, também advogamos que as boas experiências alimentam o vigor das utopias. Os resultados exitosos fortalecem as esperanças e reabastecem a práxis, num ciclo que pode ser virtuoso.

A economia solidária representa uma trama em que práticas e projetos estão imiscuídos, ou seja, ela conjuga o que a economia solidária é (prática) e o que a economia solidária ainda não é (projeto). Esta dupla dimensão pode ocasionar dificuldades analíticas, e mesmo conceituais, ao mesmo tempo em que simboliza a riqueza desta experiência-projeto.

O inconveniente em desconsiderar esta dupla abordagem é tomar uma pela outra; a vantagem é evidenciar tantos os efeitos imediatos quanto a natureza utópica da economia solidária. Na sequência do capítulo faremos uma incursão em ambas

as dimensões, considerando as principais evidências empíricas e as perspectivas para o futuro da economia solidária.

### **6.1.2 Mapeamento das experiências no Brasil**

A prática da economia solidária revela aquilo que ela tem sido capaz de realizar no presente, para além das projeções e anseios depositados. São dados e informações provenientes de pesquisas acadêmicas e de um mapeamento realizado pela SENAES. Nesta seção, ressaltaremos alguns dados divulgados pelo mapeamento, a fim de traçar um panorama das principais características de nosso objeto de estudo.

A necessidade de uma base de dados sobre os empreendimentos econômicos solidários no Brasil gerou o mapeamento<sup>86</sup> da economia solidária, realizado pela SENAES em 2005 com dados complementares em 2007. Um segundo mapeamento está sendo elaborado, e seus resultados permitirão uma análise sobre a evolução da economia solidária no país.

O primeiro mapeamento enfatiza informações sobre os empreendimentos, com poucas referências aos trabalhadores. Nosso propósito não é de apresentar na íntegra os resultados, mas apenas retratar algumas características gerais, como o número de empreendimentos, seus formatos jurídicos e sua distribuição regional, além do número de trabalhadores, a divisão por gênero e por região do país e os motivos pelos quais eles se inseriram na economia solidária.

Foram relacionados 21.859 empreendimentos no Brasil<sup>87</sup>: 2.656 na região norte; 9.498 no Nordeste; 3.912 no Sudeste; 3.583 no Sul; 2.210 no Centro-Oeste. A maioria desses empreendimentos está organizada na forma de associação (51,8%), seguida por grupos informais (36,5%), cooperativas (9,7%) e por outros formatos (2%).

---

<sup>86</sup> O mapeamento alimenta o SIES (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária), que é assim definido: "O SIES é um sistema de identificação e registro de informações dos empreendimentos econômicos e solidários e das entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária no Brasil que se orienta pelos conceitos constantes na Portaria do MTE, No. 30, de 20 de março de 2006." (Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2005,p.10)

<sup>87</sup> Com base em 2.934 municípios, ou seja, 52% do total.

Na distribuição por regiões observamos como esta ordem se altera. Nas regiões Sudeste e Sul, por exemplo, a maior parte dos empreendimentos é informal: 57,9% no sudeste e 46% no sul. Também nelas é maior a proporção de cooperativas: 18,7% no sul e 11% no sudeste. No nordeste (64,8%), norte (60,8%) e centro-oeste (56,8%) predominam as associações. Na tabela abaixo é possível verificar estas e outras informações.

TABELA 3 – EES E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO, POR REGIÃO, 2007

Forma de Organização	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Total	
	N.A	%	N.A	%	N.A	%	N.A	%	N.A	%	N.A.	%
Associação	1.616	60,8	6.153	64,8	1.144	29,2	1.158	32,3	1.255	56,8	11.326	51,8
Cooperativa	253	9,5	586	6,2	429	11,0	669	18,7	178	8,1	2.115	9,7
Grupo Informal	681	25,6	2.640	27,8	2.265	57,9	1.649	46,0	743	33,6	7.978	36,5
Outros*	106	4,0	119	1,3	74	1,9	107	3,0	34	1,5	440	2,0
Total	2.656	100,0	9.498	100,0	3.912	100,0	3.583	100,0	2.210	100,0	21.859	100,0

FONTE:<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html>

\*Sociedade mercantil de capital e indústria, sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada, sociedade mercantil em nome coletivo, outra.

Os dados confirmam que a lei de cooperativismo vigente é inadequada para os empreendimentos da economia solidária, e as opções mais acessadas impedem uma organização apropriada para a produção e venda dos produtos e serviços<sup>88</sup>.

Participam dos 21.859 empreendimentos um total de 1.687.496 trabalhadores e trabalhadoras, concentrados na região nordeste (38,3%) e sul (32,1%).

TABELA 4 – TOTAL DE PARTICIPANTES POR REGIÃO, 2007

Região	Total participantes	
	N.A	%T
Norte	195.721	11,6
Nordeste	645.504	38,3
Sudeste	177.137	10,50
Sul	542.300	32,1
Centro-Oeste	126.834	7,5
Total	1.687.496	100,0

FONTE:<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html>

Os homens somam 62,6%, enquanto a representação das mulheres é de 37,4%. Novamente as diferenças regionais se deixam ver: a maior proporção de mulheres é verificada nas regiões centro-oeste (43%), nordeste (40,9%) e norte (39,5%), embora em nenhuma delas chegue a se constituir como maioria.

<sup>88</sup> De acordo com o Código Civil, as associações não tem finalidade econômica (Art.53) Os grupos informais, por sua vez, carecem de qualquer legislação.

TABELA 5 – EES POR N. DE PARTICIPANTES, SEXO E REGIÃO, 2007

	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Total	
	N.A	%	N.A	%	N.A	%	N.A	%	N.A	%	N.A	%
Homens	118.414	60,5	381.493	59,1	109.539	61,8	375.325	69,2	72.343	57,0	1.057.114	62,6
Mulheres	77.307	39,5	264.011	40,9	67.598	38,2	166.975	30,8	54.491	43,0	630.382	37,4
Total	195.721	100,0	645.504	100,0	177.137	100,0	542.300	100,0	126.834	100,0	1.687.496	100,0

FONTE: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html>

Na tabela abaixo estão relacionados os principais motivos que ensejaram a criação dos empreendimentos, observando que cada trabalhador pode listar três deles. Em primeiro lugar aparece a economia solidária como alternativa ao desemprego, com 9.945 indicações ao total (6.746 citaram-na como primeira resposta, 2.069 como segunda e 1.130 como terceira). No cômputo geral, a complementação de renda figura em segundo lugar (9.635 respostas, distribuídas conforme a tabela), seguida da aspiração de maior ganho através do empreendimento (7.974). Em quarto lugar, com 6.090 menções, está o trabalho associado convertido em motivação para os empreendimentos.

TABELA 6 – MOTIVOS PARA A CRIAÇÃO DO EES\*, 2007

Motivos	Ordem 1	Ordem 2	Ordem 3	Total
Alternativa ao desemprego	6.746	2.069	1.130	9.945
Obtenção de maior ganho em um ees	3.339	3.125	1.510	7.974
Complementação de renda	3.060	4.473	2.102	9.635
Desenvolvimento de uma atividade de trab. Associado	1.571	2.489	2.030	6.090
Condição exigida para acesso a financiamento	2.870	1.501	1.131	5.502
Recup. empresas por trabalhadores	89	37	36	162
Motiv. social/filantrop./religiosa	864	441	272	1.577
Desenvolvimento comunit. de capacidades e potencialidades	1.128	1.084	768	2.980
Alternativa organizativa e qualificação	961	616	586	2.163
Outra	772	347	316	1.435

FONTE: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html>

\* Relacionados 3 motivos, em ordem de importância.

Juntos, a necessidade de trabalho e renda responde pela maior parte das motivações, o que não causa surpresa tendo em vista o contexto em que a economia solidária ressurge. Mas também não devemos ignorar que há outros fatores que justificam a opção, mesmo considerando o aludido cenário. O setor informal não deixava de ser também uma alternativa, e o fato de ter sido preterido não é irrelevante.

Em uma das discussões iniciais sobre economia solidária, Kraychete se debruçou em traçar as fronteiras entre ela e a economia informal, aliando referentes teóricos com dados estatísticos sobre a última. Apesar da defasagem dos dados, servimo-nos deles e das conclusões de Kraychete como uma advertência que deve ser observada pelo movimento da economia solidária, a fim de evitar os mesmos problemas e equívocos. Isto cresce em importância uma vez que há um esforço para distinguir as duas manifestações, em que a economia solidária se coloca com uma racionalidade própria.

Utilizando o IBGE de 1997, o autor descobre um setor informal que agrega 13 milhões de pessoas, 67% delas como trabalhadores por conta própria e 42% com remuneração de no máximo 1 salário mínimo; e 9,5 milhões de empresas, sendo que 86% é formada pelo trabalho de conta própria. As iniciativas carecem de assistência técnica e têm pouco acesso a financiamento. As principais motivações para o trabalho informal provem do desemprego (25%), da complementação de renda (18%) e do desejo de não possuir patrão (20%). (KRAYCHETE; LARA; COSTA, 2000).

Entre estes e outros dados analisados, o autor conclui:

Em seu conjunto, estes dados evidenciam as carências e dificuldades dos trabalhadores por conta própria, contrastando com o discurso fantasioso do empreendedorismo. Ao contrário de ser o espaço que viabilize e estimule o desenvolvimento de prósperos empreendedores como alternativa ao emprego regular, a economia informal, tal como existe hoje, é o lugar onde, mal e precariamente, vai ocorrendo a reprodução da vida de parcelas crescentes da população, num quadro marcado pela destruição e escassez dos postos formais de trabalho. (KRAYCHETE; LARA; COSTA, 2000, p. 29).

O retrato delineado da economia informal, mesmo que desatualizado, é rico em lições que servem para a economia solidária, mostrando-lhe as armadilhas a serem evitadas. Ao apreciarmos a situação real da economia solidária, podemos antever e evitar os equívocos constitutivos da economia informal, que se pretende, ao menos em certos discursos, fazer emergir fatores virtuosos.

Tal risco é minimizado uma vez que nos referimos a duas lógicas distintas. O grande número de empreendimentos econômicos solidários não formalizados, conforme dados do mapeamento nacional, nos impele à seguinte consideração: na falta de um formato jurídico adequado para legalizar tais empreendimentos, um

número expressivo mantém-se como grupo informal, embora na prática siga regido pelos princípios e valores da economia solidária. E isto não é pouca diferença.

Não deixamos de reafirmar que a economia solidária se distingue deste outro campo de experiências e que a clareza de sua amplitude deve permanentemente ser reavivada. Considerando a economia informal como uma “estratégia do neoliberalismo de baixo<sup>89</sup>”, Altvater aprecia a economia solidária como resposta a este mesmo tipo de neoliberalismo. (ALTVATER, 2010).

A necessidade de diferenciar a economia solidária tanto do “neoliberalismo de baixo” como do neoliberalismo dos de cima é um dos temas presentes nos coletivos que se dedicam a debater sobre experiências e projetos da economia solidária, tal qual o que se apresenta no próximo item.

## 6.2 LATÊNCIAS E TENDÊNCIAS: A PERSPECTIVA DA II CONAES

São vários os momentos reservados ao debate da economia solidária, a exemplo dos fóruns municipais, regionais, estaduais e nacional, além dos próprios empreendimentos e de outros eventos em que invariavelmente o foco recai no levantamento de demandas e nas alternativas para seu atendimento.

O debate sobre a dimensão propositiva é menos intenso nesses espaços, sendo marginalizado frente a premência de questões não menos importantes, mas com implicações de curto prazo. Entretanto, as conferências nacionais, precedidas pelas regionais, estaduais, municipais e temáticas, se mobilizam para enfrentar ambas as dimensões, e nelas a discussão sobre a economia solidária como projeto tem um espaço privilegiado.

Foram realizadas duas conferências nacionais de economia solidária, a primeira em 2006<sup>90</sup> e a segunda em 2010<sup>91</sup>. O tema do evento de 2006 foi “Economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento”, e o de 2010, “Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável”. Centraremos nossa análise nesta segunda edição, uma vez que ela nos mostra um

---

<sup>89</sup> Conforme Wilpert, formados por aqueles que não se beneficiaram do capitalismo globalizado.

<sup>90</sup> Entre os dias 26 a 29 de junho, em Brasília.

<sup>91</sup> No período de 16 a 18 de junho, em Brasília.

diagnóstico da economia solidária no Brasil, o que contempla uma avaliação da efetividade do que foi convencionado na primeira edição. É preciso salientar que as prioridades da primeira permanecem na segunda edição.

A II Conferência de Economia Solidária reitera a economia solidária como política de desenvolvimento, afirmando-a como um direito dos trabalhadores e trabalhadoras e como um dever do Estado. Este modelo de política tem como objetivo a redução das desigualdades, e é adjetivado como um desenvolvimento “sustentável<sup>92</sup> e solidário”.

Do balanço realizado sobre a realidade da economia solidária, fruto da elaboração coletiva que envolveu 1613 participantes, travaram-se debates acerca de seus avanços, limites e desafios. Entre os avanços, o documento final enumera

[...] diversas ações de formação, de qualificação social e profissional, de incubação, de assessoramento técnico a redes de cooperação e de promoção do desenvolvimento local em comunidades rurais e urbanas. Ressalta avanços no fomento à produção e comercialização solidárias, da criação e fortalecimento de Redes de Cooperação de produção, comercialização e consumo. Em relação ao desenvolvimento das Finanças Solidárias destacam-se as iniciativas de apoio aos Bancos Comunitários e Fundos Solidários que foram disseminados e multiplicados em todo o país para viabilizar ações produtivas associativas e sustentáveis. Mostra também a importância da expansão de políticas públicas de economia solidária em governos estaduais e municipais, inclusive com a criação de legislações e a implantação de conselhos de gestão. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2, 2010, p.7).

Os limites versam sobre a insuficiência das políticas públicas, caracterizadas como “limitadas, fragmentadas e com pouca abrangência” (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2, p. 7), vítimas da escassez de recursos (o que afeta o financiamento ao programa e o crédito aos empreendimentos) e da cultura institucional. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2, 2010).

A fim de superar tais limites e fazer evoluir ainda mais a economia solidária, o Estado deve assumir a responsabilidade em garantir as condições para que ela efetivamente seja um direito, o que redundará em ações como: maior injeção de recursos, revisão da lei de licitações, intensificação da correta divulgação sobre o que é e o que não é economia solidária, expansão das políticas transversais e dos avanços legais. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2, 2010).

---

<sup>92</sup> Adotamos uma postura crítica em relação ao conceito “desenvolvimento sustentável”, conforme apresentado no item 7.1

A base para a efetivação de tais medidas é o engajamento do governo (e o Estado) e seu convencimento sobre a natureza e potencialidades da economia solidária, aliado ao constante protagonismo do movimento da economia solidária. Desta articulação dependerá o atendimento às condições necessárias para dotar a economia solidária de atributos que a qualifiquem como um modelo de desenvolvimento, hoje identificados como a aprovação do marco legal, da criação de um fundo e de um sistema nacional de economia solidária e da criação de um ministério próprio.

Compreender a economia solidária como direito, portanto, é reivindicar que o Estado assegure plenamente o exercício da prática do trabalho associado e autogestionário, possível apenas se forem atendidas as medidas acima. Mesmo sem estas condições, a economia solidária tem produzido efeitos positivos principalmente no que concerne ao trabalho associado e à redução das desigualdades (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2, 2010).

O respaldo para que a economia solidária se constitua como política de desenvolvimento depende de mudanças em duas frentes. Uma delas de caráter interno ao movimento, com o fortalecimento dos empreendimentos e fóruns representativos; e a outra, de caráter externo, deriva de uma luta ideológica. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2, 2010). Como o neoliberalismo é mais que uma condição econômica, para colocar-se num esquema de contraposição a ele, exige-se de seu oponente o mesmo alcance.

Sobre o que a economia solidária “ainda não é”, o documento estabelece que ela “se propõe a tornar-se um novo sistema sócio-econômico, uma economia social pós-capitalista cujas atividades tenham como fim a satisfação sustentável das necessidades e o desenvolvimento humano e social.” (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2, 2010, p. 10).

Os textos das duas conferências seguem o mesmo tom de reconhecer avanços, diagnosticar barreiras e prioridades e comungam até da maior parte das reivindicações (muitas delas não atendidas na I edição, por isso, repetidas na versão posterior). Na comparação entre os dois eventos, ressaltamos a mudança sobre o que consideramos a declaração do projeto utópico. Nos anais da primeira edição do evento, encontramos uma vinculação explícita sobre economia solidária e projeto socialista:

À medida em que se organiza e se integra, a Economia Solidária contribui para construir uma sociedade sem classes, cujo desenvolvimento é, necessariamente, incluyente, pois os empreendimentos solidários se beneficiam com a inclusão de novos participantes ou com a criação de novos empreendimentos, respeitando-se suas margens de sustentabilidade. Entende-se como uma sociedade sem classes a sociedade socialista. ( CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1, 2006, p.59).

Na segunda conferência não há associação direta entre economia solidária e socialismo, e o horizonte de “ainda não” é revelado como “pós-capitalista”. Podemos refletir até que ponto esses dois projetos utópicos são diferentes, e qual o motivo para a supressão do socialismo nas resoluções do segundo documento. Trata-se de uma redução ou adequação de expectativas ou de uma mudança de outra natureza? Ela é reflexo da percepção dos trabalhadores?

Durante a realização da II CONAES não nos pareceu que a retirada do termo tenha sido percebida ou reclamada entre os atores da economia solidária. É possível que ele seja mais simbólico ou estratégico e que a ausência do termo socialismo signifique a negação da pecha de utopia em seu sentido mais perverso. Por outra, pode ser uma medida de cautela, a fim de não elevar as expectativas. Pode ainda revelar que o conceito não se ajusta aos anseios da economia solidária.

Nas falas, assim como no relatório da II CONAES, a ausência da palavra não encobre a permanência do desejo de uma sociedade diferente, e que nas descrições de ambas, poderia ser identificada com a sociedade socialista ou, quem sabe, “pós-capitalista”.

Esta projeção quanto ao futuro, construída coletivamente com base nos avanços, limites e desafios e referendada pelo diálogo entre teoria e prática, é a própria utopia da economia solidária. Dela emana o desejo dos sujeitos que participam e fazem a economia solidária, conformando um cenário que serve para guiar e corrigir as ações do presente bem como sinalizar o caminho do horizonte pretendido. As definições da conferência nos ajudam não só a localizar a utopia da economia solidária, mas avaliar em que medida ela se assemelha à utopia concreta ou abstrata, conforme Bloch.

É neste sentido que o “ainda não” da economia solidária depende de seu reconhecimento como alternativa viável, impondo demandas ao governo para eliminar entraves e garantir políticas de sustentabilidade aos empreendimentos e expansão de suas conquistas. De acordo com o documento produzido pela II CONAES:

Sem as condições fundamentais de acesso diferenciado ao financiamento, infra-estrutura, incentivos tributários e fiscais, assessoria técnica adaptada às suas especificidades e ao conhecimento e tecnologia, os empreendimentos de economia solidária estão fragilizados e impossibilitados de manifestar plenamente estas vantagens comparativas que implicam em perspectivas diferenciadas de desenvolvimento. ( CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1, 2010).

As chances de a economia solidária protagonizar um modelo pós-capitalista aumentam à medida que se fortalecem os empreendimentos e o movimento de economia solidária, o que exige comprometimento do Estado em garantir-lhe as condições adequadas, que coincidem com a premissa da presença das condições objetivas traçadas por Bloch. Junto a elas soma-se a imprescindibilidade de que os sujeitos da economia solidária tenham consciência e esperança sobre uma projeção compartilhada, que pode não ser uniforme em seus detalhes, mas que reflete um futuro diferente e melhor. Esta última premissa é o correlato das condições subjetivas e da postura de otimismo militante previstas na citada teoria.

Há que se observarem ainda os movimentos de latência e tendência da realidade, para então confirmar a natureza de uma utopia. Considerando o processo histórico como latência e a práxis como tendência, examinaremos em que medida é possível retratá-las na atualidade da economia solidária.

As práticas do trabalho assalariado e da autogestão, mesmo que imperfeitas, figuram como elementos de um movimento de tendência, uma vez que eles já fazem parte da realidade, e o fazem através da práxis e com vistas a mudanças. Não são idealizações de algo que não existe, mas experiências que integram um portfólio de outras iniciativas que já são passíveis de avaliação e que mantêm uma reserva de potencial ainda não explorado. Pôr reparo nestas tendências é fundamental, assim como ter a consciência de que elas podem ser maximizadas ou abafadas, e de quais condições concorrem para que uma ou outra opção se realize.

A consciência antecipatória vislumbra a economia solidária como projeto pós-capitalista, e dele faz parte um conjunto de ações testadas na prática concreta, bem como as ações planejadas para dar robustez e consistência ao que a realidade tem validado. No presente colhemos pistas de quanto a antecipação pode ser possível, cômicos de que nela não há nada de absoluto ou pré-determinado. O balanço realizado na conferência é um instrumento potencialmente capaz de orientar este quadro, em especial porque deriva de um trabalho coletivo de avaliação e prospecção.

O retorno e a propagação da economia solidária desde final do século XX é parcialmente atribuída às severas e sucessivas crises do capitalismo, ou seja, da natureza deste sistema. A história é feita de incontáveis brechas de onde surgiram mudanças com variados graus de efetividade e radicalidade, cumprindo a tensão latente em distintos períodos e sociedades.

É certo que momentos de irrupção de processos de tendência e latência não ocorrem apenas sob o capitalismo, mas permeiam a história da humanidade e da renovação de seus impulsos utópicos. Mas é também pertinente salientarmos que as épocas de crise são mais propensas a tais manifestações, como “umbrais de época”<sup>93</sup> em que passado e futuro estão imiscuídos no presente.

Reiteramos que a economia solidária de hoje ainda não é a economia solidária que ela pode ser no futuro; seu potencial ainda não está totalmente explorado, o resultado das decisões e ações (ou da falta delas) ainda não é conhecido, seu destino não está assegurado. Resgatando-se o conceito de realidade de Bloch, entendemos que a realidade da economia solidária contempla aquilo que ela ainda não é, deixando abertas as portas para a concretização de utopias.

Esta compreensão é compartilhada por demais autores que, falando especificamente sobre a economia solidária, corroboram tal hipótese. Evocando Morin, Gaiger vaticina: “ser realista não se contrapõe a ser utópico: porque significa visualizar a realidade que não é, mas pode ser”. (GAIGER, 2000, p. 192).

Nesta mesma linha de argumentação, Arruda (2000, p.204) propõe:

Realidade não é só o que nós vemos e vivemos hoje. Essa é a realidade atual. Mas ela também carrega, dentro de si, uma outra realidade: que eu chamo de potencial; que é tudo o que ela está nutrindo, alimentando, potenciando e que pode se transformar em realidade, dadas as condições adequadas. E quem dá essas condições, em grande parte, somos nós.

Com este conceito expandido de realidade, ampliam-se também os limites do possível, que em grande medida é resultado do otimismo militante e da disposição para a ação. Ainda neste sentido, Souza (2000, p. 240) reflete:

Se nós abrirmos o parâmetro do possível mais para frente, o que parecia impossível pode ser possível, talvez até necessário, e certamente até o será. Portanto, ao se dizer para não se confundir desejo com realidade

---

<sup>93</sup> Ver cap. 2

deve-se entender a realidade dentro desse dinamismo aberto a novas perspectivas.

Também imbuído deste espírito, Altvater recolhe pistas de Robert Musil e Ernst Bloch para concluir: “Seria imperfeita a análise científica do mundo tornado real se também não explorássemos e efetivássemos, por meio da práxis, as potencialidades nele contidas.” (ALTVATER, 2010, p.332).

Não se pode perder de vista que as dificuldades e desafios não estão dados apenas no campo das condições objetivas. Além delas, é vital a força dos sonhos e desejos, o otimismo militante que, sem incorrer em ingenuidade, pode superar as fragilidades objetivas, subverter a própria realidade, alargar as possibilidades.

Alargar o conceito de possível, expandir o conceito de realidade: como tornar efetivas estas noções, sem recair na fantasia ou em abstrações teóricas? A chave está em exercitar nossa capacidade utópica, elaborando projetos que fundem esperança e razão, nublando certezas e provocando transformações. Investir na economia solidária, apesar das dificuldades muitas vezes travestidas de impossibilidade.

Tomando distância do otimismo ingênuo, tanto quanto do pessimismo e ceticismo paralisantes, devemos estar atentos para as mudanças operadas e de como elas se realizam num processo que exige permanentemente paciência e zelo. O caráter processual impingido pelas novidades promovidas através da economia solidária deve atentar para aquilo que Bloch adverte: “Nem tudo é possível e executável a qualquer hora”.

No caminho para o novo, geralmente – ainda que não sempre – deve-se proceder passo a passo. Nem tudo é possível e executável a qualquer hora: condições ausentes não só atrapalham como também chegam a impedir. Um passo mais rápido é permitido, até requerido no trecho que não revela outros perigos além dos causados por excesso de temor ou por pedantismo. [...] Possível é tudo o que encontra as condições dadas em proporção suficiente. Todavia, justamente por isso, tudo que não encontra as condições necessárias ainda é faticamente impossível. Então a imagem-alvo se mostra subjetiva e objetivamente como uma ilusão, Nesse caso, o movimento para ela naufraga. ( BLOCH, 2005, p. 203).

O futuro da economia solidária, portanto, não está afiançado nem mesmo se todas as reivindicações forem atendidas; o exercício utópico, mesmo quando se trata de uma utopia concreta, nada lhe garante em termos de resultados previstos, a

não ser a disposição de agir movido pela imaginação e pela busca de novos “possíveis”.

O investimento utópico, por assim dizer, é requerido em todas as épocas, e mais fortemente naquelas em que o futuro deva se diferenciar radicalmente do presente. Ao pretender-se um modelo de desenvolvimento pós-capitalista, a economia solidária afiança uma ruptura com o modelo atual e, sem recorrer a descrições pormenorizadas do futuro, se alinha às utopias iconoclastas.

Para apresentar-se desta maneira, é mister que incorpore outras demandas que não apenas as referentes ao trabalho e renda. Podemos destacar esforços para agregar certos temas como o ambiental, as tecnologias sociais e a questão de gênero, embora o faça de uma forma ainda restrita. Não basta que estes assuntos sejam conectados a uma pauta a favor do desenvolvimento pós-capitalista, sem um esforço prévio e constante que lhes permita outras elaborações teóricas e conduza a outras experiências práticas.

A simples reunião de conceitos e reivindicações em torno da economia solidária, como apêndices a um tema geral, não é suficiente para produzir um modelo de desenvolvimento complexo e coerente. Firmar-se como uma proposta de desenvolvimento viável requer adesão e cumplicidade de grande parte da sociedade, o que significa, em outras palavras, convergir sobre as críticas e propostas.

Sobre esta perspectiva, Bertucci reclama a falta de inserção da economia solidária no debate sobre as questões gerais da sociedade, argumentando que “cada vez mais sua concepção se restringe a uma visão setorializada, não se tratando da luta por direitos de todos os cidadãos, mas apenas daqueles ligados a empreendimentos autogestionários.” (BERTUCCI, 2010, p. 54).

Sendo assim, corre o risco de fechar-se em seus problemas, que são muitos e urgentes, e limitando-se a eles não conseguirá oferecer uma proposta para o conjunto da sociedade, pondo em risco a perspectiva de um modelo de desenvolvimento. Com esta advertência, sentencia:

A afirmação de que a economia solidária pode não ser um projeto de desenvolvimento pode parecer frustrante. Porém, é preciso compreender seu real potencial para que não se criem falsas ilusões. Ela pode sim orientar um processo de desenvolvimento; no entanto, para que isso ocorra, é preciso haver programas e instituições que ultrapassem os limites de uma

concepção restrita de sua política e dialoguem efetivamente com outras áreas. (BERTUCCI, 2010, p. 56)

Adicionamos outro ingrediente na intenção de problematizar sobre as condições de possibilidade de efetivação da utopia da economia solidária. Para não correr o risco de ser abstrata ela precisa abranger políticas que ultrapassem os limites dos empreendimentos e que dialoguem com os demais setores da sociedade, a exemplo do questionamento do autor: “Por que não colocar na pauta questões como a redução da jornada de trabalho, a implantação da renda mínima ou a melhoria na oferta de bens públicos básicos de qualidade?” (BERTUCCI, 2010, p. 56)

Sem esta interlocução fica prejudicada qualquer tentativa de sensibilizar e envolver a sociedade, e também o governo, a favor da economia solidária. Se a sociedade ainda desconhece a economia solidária, o mesmo acontece com grande parte do governo que parece menosprezar seu significado, ignorando ou desdenhando o fato de que é impossível investir em dois modelos antagônicos de desenvolvimento.

A realização de um projeto utópico, a partir de certo nível, não prescinde da política e do poder. Em dado momento a correlação de forças penderá para um lado ou outro, e o projeto utópico deve estar em condições de disputar a preferência dentre as possibilidades dadas. A atual política de desenvolvimento não é fruto do acaso, também não o é o capitalismo globalizado. Historicamente foram engendrados e referendados, previamente imaginados ou desejados, mesmo que não exatamente como se apresenta concretamente. O fato é que os processos históricos não são movidos pela inércia, mas por interesses que nem sempre se manifestam como tais.

É sempre prudente lembrar que o novo nasce do velho, como também é importante ter em mente que as condições para que um deles se robusteça implica certa dose de recrudescimento do outro. O atendimento às reivindicações do movimento da economia solidária será um pequeno passo em direção ao seu fortalecimento, preparando-a para um embate futuro em sintonia com as latências e tendências do processo histórico.

Por fim, é importante ressaltarmos alguns aspectos abordados acima: a) o poder da utopia não está em saber identificar o que é possível e o que é impossível, mas sim em alargar as fronteiras do primeiro; b) a economia solidária, tal qual a

temos hoje, já é a concretização de uma utopia, no entanto, ela pode ser ainda mais do que é; c) o atendimento das reivindicações do movimento da economia solidária não induz necessariamente a um final previsto ou desejável, ou seja, não está garantido que ela se realize como política de desenvolvimento; d) a utopia é capaz de colocar em marcha uma práxis que revoluciona ao mesmo tempo as condições materiais e as condições subjetivas, revolucionando assim a própria utopia. Neste sentido é legítimo supor que a utopia que inicialmente fomentou determinado grupo já não é a mesma a partir de certo ponto da caminhada, posto que já se alteraram as condições iniciais.

## 7. ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA CONCRETA

Longe de idealizações, buscamos evidenciar o (re)conhecimento das transformações introduzidas pelas experiências de economia solidária. Em que pese a importância dos resultados econômicos, focamos em mudanças operadas em outras dimensões, com base naquilo que Sousa Santos (2002, p.65-66) esclarece:

As alternativas de produção não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e as suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos[...] As atividades econômicas fornecem o sustento e o incentivo material, enquanto o sentimento de vínculo e os processos de educação e integração social gerados em torno delas fornecem a energia e o entusiasmo necessários para que os participantes persistam e a alternativa não desmorone ou se desvirtue.

Deve-se ter em mente que o conjunto de experiências é heterogêneo, logo, são variadas suas características, suas pretensões e suas ações. Com este alerta, o presente capítulo se dedica à apresentação das dimensões e contradições inspiradas pela prática da economia solidária. Qual o potencial que os princípios, valores e as práticas destas organizações de trabalhadores tem de fazer nascer e sustentar novas formas de trabalho, novas formas históricas capazes de inspirar e instaurar as bases para uma nova sociedade?

### 7.1 DIMENSÕES DA EXPERIÊNCIA

Os dados do mapeamento de economia solidária exibem que as motivações preponderantes para a criação de um empreendimento econômico solidário são de ordem econômica. Contraditoriamente a remuneração média mensal percebida pelos trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários é baixa, conforme mostram os resultados abaixo.

TABELA 7 – EES no Brasil, remuneração média mensal, 2007

Faixas de renda	N. ees	%	MÉDIA R\$
Até 1/2 s. m*.	4.117	18,83%	74,52
1/2 a 1 s. m.	2.657	12,16%	217,44
1 a 2 s. m.	2.812	12,86%	398,40
2 a 5 s. m.	1.043	4,77%	895,89
Maiores que 5 s. m.	243	1,11%	2.837,00
TOTAL	10.872	49,74%	R\$ 333,76

Fonte: MTE/SENAES

\* Salário mínimo R\$380,00

Esta constatação não deixa de revelar um paradoxo, pois coloca em xeque a principal motivação para a emergência da economia solidária. No entanto, o mesmo mapeamento revela que estas experiências estão vinculadas a uma série de significados que ultrapassam esta dimensão, sintetizados no depoimento que segue.

*"você não vem com a idéia do capital, não vem com aquela idéia de só vender, de ter o lucro, é claro que você vem, você quer vender, quer trocar, mas [...] na Economia Solidária você cresce em muitas coisas, você cresce no financeiro, mas cresce em sabedoria, amizade[...]."* (Entrevista n. 2)

Com isso não queremos sugerir um falso dilema, colocando em lados opostos a questão econômica e as questões atinentes à qualidade de vida. Um dos desafios dos empreendimentos é justamente manter sua sustentabilidade concomitantemente aos ganhos de natureza extraeconômica, preservando os princípios da economia solidária.

Sob a denominação "qualidade de vida", emprestada dos próprios trabalhadores, estão aglutinados os principais ganhos citados entre os trabalhadores no que se refere a sua experiência na economia solidária. Tal expressão abarca três dimensões ou aspectos: a) dimensão subjetiva e de saúde; b) dimensão de crescimento pessoal; c) dimensão societal. A propósito da classificação, as dimensões não são excludentes e não estão ordenadas por critério de importância ou frequência.

Sobre a primeira, tem-se a economia solidária vinculada a um espaço privilegiado de convivência, responsável por um sentimento de bem-estar que conduz a benefícios extraeconômicos com rebatimentos para a melhoria na saúde. O depoimento abaixo mostra estes elementos, comumente encontrados nas falas de outros trabalhadores quando sondados sobre o mesmo aspecto.

*"pra mim assim, é como eu disse, melhorou a minha qualidade de vida, porque eu vivia depressiva, eu vivia tomando remédio, eu vivia cheia de*

*dores, hoje eu ainda sinto dores, mas eu trabalho, faço o meu trabalho, não vivo mais chorando, não vivo triste, eu não sou dependente do remédio mais, graças a Deus e a Economia Solidária, porque depois que eu me envolvi com esse trabalho, é que eu é, como é que eu digo, me desvincilhei dessas coisas, dos remédios, do tratamento, eu quase não vou mais em médico, e quando eu vou, eles dizem que tô melhor do que tava antes, então pra mim, e tem outras na minha associação também que se sentem assim como eu, se sentem melhor agora, assim de um certo modo eu acho que a gente produzir ajuda a gente a viver, e viver ociosa não é bom.” (Entrevista n.4)*

Podemos considerar que não é possível desvincular as vantagens advindas da economia solidária - a propósito dos benefícios subjetivos e na saúde - da oportunidade de trabalho que ela significa, o que redundará na melhora da qualidade de vida.

Na próxima sessão o tema do trabalho solidário será aprofundado. Adiantamos que, se a motivação for unicamente uma possibilidade de exercer um trabalho, negado pela conjuntura do desemprego, a economia solidária corre sérios riscos de minguar quando se defrontar com períodos de crescimento e expansão econômica, como o que se apresenta na atualidade, e cujos dados serão captados no segundo mapeamento da economia solidária.

Ainda sobre os benefícios quanto à saúde do trabalhador, avaliamos a importância da interação entre a economia solidária e a política de saúde mental, ambas comprometidas com a inclusão através do trabalho autônomo para uma sociedade em que a exclusão ceda lugar à solidariedade. Esta parceria fundamenta-se no bojo da reforma psiquiátrica, entendida num sentido amplo, conforme nos apresenta Delgado (2005, p.16):

A reforma psiquiátrica, a luta por uma sociedade sem manicômios, é um movimento de ampla base social, mas não é apenas um movimento que se dá no plano da reforma da assistência em saúde mental. É, principalmente, um grande movimento social de inclusão, de reintegração social e de construção, o que exige de nós uma grande inventividade, ousadia e criatividade, de modo a fazer surgir um lugar social novo para essas pessoas para as quais só existia um tipo de institucionalização, ou existia, como forma dominante, uma institucionalização que produzia a redução da autonomia, que via nos institucionalizados apenas aquilo que eles tinham perdido de produtividade e de potência criativa.

Durante a reunião de grupo temático<sup>94</sup> na II Conferência de Economia Solidária ouvimos depoimentos de três usuários destes programas que atestam sua

<sup>94</sup> Grupo temático “Avanços, limites e desafios da economia solidária no atual contexto socioeconômico, político, cultural e ambiental nacional e internacional”, dividido em cinco tópicos: 1.1.

importância. Um deles assim justificou a relevância da economia solidária: “... porque o cidadão é excluído da sociedade e não tem meio de sobrevivência” (D.)

Para outro “ A economia solidária tem trazido grande resolutividade, não financeira, mas na saúde. Estão pegando mais coragem, até diminui a dosagem dos remédios.” (J.)

Extraí-se dessas experiências, além dos ganhos já mencionados, uma mostra de que a política pública da economia solidária vem avançando na interação com outras demandas da sociedade, o que lhe é favorável.

Por fim, salientamos que, embora esta dimensão não contemple todos os objetivos da economia solidária, nem por isso podemos desconsiderá-la ou minimizá-la, pois cumpre um importante papel atentando a favor de valores caros a ela.

Souza concorda que a economia solidária cumpre o objetivo de apresentar-se como uma alternativa de trabalho para os excluídos e marginalizados pela sociedade, incluindo neste rol: “ex-detentos, portadores de deficiências físicas e mentais, coletores de lixo reciclável, pessoas consideradas idosos para o mercado de trabalho, com baixa escolaridade e limitada qualificação profissional.” (SOUZA, 2010).

Foi o que verificamos ao entrevistar uma trabalhadora de coleta de lixo reciclável, que assim descreveu sua trajetória desde que está inserida na economia solidária:

*“eu deixei de ser considerada marginal da sociedade, hoje eu sou estudante, eu deixei de ser, eu e os meus colegas da associação, nós deixamos de ser pessoas que pensam é, que o governo tem que nos dar bolsa disso, bolsa daquilo, não que o pessoal não receba, só que hoje eu sei que eu posso conquistar o meu espaço, que eu posso conquistar a minha sobrevivência através de um empreendimento, que eu não preciso ficar esperando que alguém faça por mim, porque ninguém vai fazer por mim, se eu não conquistar alguma coisa pra mim, pra minha família e pra minha comunidade, não vai ser uma pessoa de outro lugar que vai fazer isso pra mim, porque ela não conhece a minha realidade, então esses são os benefícios da Economia Solidária[...].” (Entrevista n.9)*

Ao relatar sua experiência, acentua-se a percepção de quanto a obtenção de trabalho e renda podem ser transformadores:

*“quando eu comecei a trabalhar com a reciclagem eu comecei a me sentir útil, porque eu estava auxiliando outras pessoas e ao mesmo tempo eu estava podendo levar alguma coisa de alimentação pra minha casa, podendo auxiliar o meu marido, porque a gente passava muitas necessidades, e eu não via uma forma de eu auxiliar ele, e a reciclagem me deu essa oportunidade, eu consegui me sentir útil, ai eu consegui me sentir gente, que fazia parte de alguma coisa, eu faço parte da sociedade, eu não sou o lixo da sociedade, eu sou, eu pago água, eu pago luz, eu pago imposto, eu vou ao mercado, eu vou às lojas, eu ocupo os médicos, tudo, como qualquer pessoa, então eu sou útil também e ai eu comecei a ver que esse trabalho era útil pra sociedade, mesmo a sociedade não reconhecendo isso como um benefício pra ela, e ai que foi o processo de crescimento, eu cresci como pessoa e consegui que outras pessoas vissem isso, que esse trabalho dignifica, que eu posso falar de igual pra igual com qualquer pessoa, eu detesto título, porque as pessoas que tem título, não todas, mas a grande maioria, é, já passei pelo absurdo: ‘Tu sabes com quem estas falando?’ Essa é a frase mais ridícula que o português inventou, porque não interessa o título que a pessoa tem, mas sim a forma como ela trata o seu semelhante, né, então são coisas que tu começa a ver de uma forma diferente também né, pô, tu sabes com quem tu tas conversando? Tu tá conversando com a pessoa de mais fibra, de mais garra, a pessoa que já passou por um monte de dificuldade, já dormiu na rua e nem por isso errou, que já teve desempregada e nem por isso roubou, que já passou fome e nem por isso morreu, a pessoa que teve que dividir miséria, sabe o que é dividir miséria?” (Entrevista n.9)*

Esta constatação alia-se ao segundo aspecto daquilo que entendemos por qualidade de vida, ou seja, a dimensão de crescimento pessoal, expresso igualmente nas falas abaixo:

*“esse modelo é aquele que a gente valoriza em primeiro lugar a pessoa humana, a gente não visa, não pensa somente no econômico como a chave da solução, mas a gente vê a realização integral da pessoa humana, que é realização pessoal, econômica, social, e de uma forma geral aquela pessoa que sente que tem sentido a vida.” (Entrevista n.17)*

*“olha, eu me tornei mais humana, como eu vou dizer assim, porque tu aprende muita coisa da solidariedade, tu aprende a ser menos capitalista, tu aprende a ver o outro lado das coisas, tu aprende a ver o outro lado da vida, é diferente [...]” (Entrevista n.2)*

A valorização do ser humano, ao invés do capital, é um dos princípios da economia solidária, e pelos relatos acima deixa de ser apenas uma peça retórica. A princípio poderia ser avaliado como um ganho secundário ou inerente a projetos de qualquer natureza, mas advogamos que se trata de um ganho substancial e que pode resultar em mudanças mais profundas. Este processo de crescimento pessoal e de aprendizagem é propício para pavimentar vias de transformações que extrapolam os anseios individuais e alcançam aspirações coletivas. A qualidade das experiências é fundamental para possibilitar este desafio, e os processos de formação têm uma grande contribuição, conforme discutido anteriormente.

Quanto à última dimensão, reportando-se ao elenco das três listadas, refere-se ao que dizíamos acima, ou seja, alude ao significado de sentir-se parte de um processo de mudança que transcende o nível pessoal e que diz respeito à participação na construção de um projeto de sociedade.

*“nossa eu me sinto realizada, entendeu, uma pessoa que tá contribuindo pra uma nova nação, entendeu, caminhando, mostrando que outra economia é possível, entendeu, é tudo de bom.” (Entrevista n.14)*

No entanto, o desenho desta “outra economia possível” não parece ser claro aos olhos mesmos daqueles que a propugnam. No âmbito das mudanças em nível macro, a defesa da causa ambiental ganha notoriedade, formando uma espécie de consenso na visão dos trabalhadores alvo da pesquisa. Tal adesão se enraíza no cotidiano do trabalho, uma vez que é expressivo o número de artesãos que se utilizam de materiais reciclados, incluindo também aqueles que criam alternativas de embalagens que descartem as sacolas plásticas.

*“[...] melhorou muito a qualidade de vida, porque nós fazemos cursos, eles dão palestras, tem muitos grupos, e também tem a preocupação com o meio ambiente, tanto que eu trabalho com reciclável, então é diferente [...] Então é diferente daquela que faz só pra ganhar, visando só o dinheiro, e no nosso meio não é assim.” (Entrevista n.4)*

Todavia, a preocupação extrapola a necessidade de transformar reciclados em materiais vendáveis, pois permeia o discurso de vários trabalhadores que professam o respeito e o cuidado com a natureza aliado a uma consciência sobre a qualidade de vida.

*“eu tomei uma consciência diferente de qualidade de vida, e tomei uma consciência diferente pelo respeito as pessoas e ao ambiente, eu sou mais paciente hoje, porque eu respeito o tempo das pessoas, o tempo da minha família, de me entender ou de não me entender, eu passo a respeitar mais isso também, eu passei a respeitar mais o ser humano e o meio ambiente, antes eu não tinha muita consciência disso, passava muita coisa batida, sem perceber.” (Entrevista n.16)*

A pauta da preservação ambiental vem se adensando nas discussões sobre economia solidária que, a nosso juízo, integrou-se inadvertidamente na defesa do desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável surge em 1980 e difunde-se em 1987, a partir do ‘Relatório Brundtland’ (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento). Sua disseminação deve-se, em grande medida, à adoção de um

discurso que dispensa a crítica ao sistema capitalista, contemplando a possibilidade de um desenvolvimento com harmonia ambiental. (BRASIL, 2009).

Numa veia mais crítica, Brasil (2009, p.101) observa:

Apesar desta popularização do termo desenvolvimento sustentável ter contribuído para a ampliação do debate sobre o meio ambiente e, em menor parte, sobre o modo de desenvolvimento, sua definição acabou por possibilitar a incorporação [mesmo que seja de uma forma aparente] do discurso ambiental por parte do capitalismo. Isto ocorreu porque a própria expressão trata-se de um oxímoro, pois as palavras desenvolvimento e sustentável são contraditórias.

A ambiguidade do termo, segundo o autor, propicia que ele seja utilizado por diferentes sujeitos, disfarçando reivindicações antagônicas, em que encaixamos o caso da economia solidária. Em seu lugar, o autor nos apresenta<sup>95</sup> o termo ecodesenvolvimento, cunhado em 1972 durante a Conferência de Estocolmo, assim caracterizado:

Sachs (1986) destaca algumas características do ecodesenvolvimento, tais como a valorização dos recursos para que se atendam as necessidades fundamentais da população, em que estas sejam definidas de maneira realista e autônoma, evitando assim um consumo excessivo. A realização do homem, bem como a exploração de recursos em solidariedade com as gerações futuras, produção de energia renovável e local, utilização de tecnologias apropriadas, participação efetiva da população nas estratégias de desenvolvimento sem uma autoridade vertical e uma educação preparatória são outras características apontadas. (BRASIL, 2009, p.23)

A lógica do desenvolvimento sustentável não dá conta do que preconiza a economia solidária. Poderíamos perfilá-la naquilo que Bloch nomina de “utopia de brincadeira” cujo alcance não passa de um polimento sobre o existente, deixando intactas suas reais determinações e a elas não oferecendo resistência.

Por outro lado, na superposição da crise ambiental junto à social, Harvey observa como o discurso sobre o primeiro acaba se convertendo em uma forma de ganho para o segundo. Há, segundo o autor, um grande número de metas sociais atendidas que se beneficiou do apelo em nome da questão ambiental, o que ele vê com preocupação. “Uma retórica da catástrofe ambiental iminente não vai, por outro lado, orientar necessariamente nossa consciência na direção de respostas cooperativas, coletivas e democráticas.” (HARVEY, 2004, p. 285).

---

<sup>95</sup> Além deste, cita a contribuição de outros autores que pensam um desenvolvimento contrastante com o capitalismo e com o desenvolvimento sustentável, entre eles, Max-Neef e Latouche. Neste mesmo sentido, aludimos à proposta de ecossocialismo, prescrita por Lowy.

De fato, esperar que a sensibilização frente às questões ambientais conduza automaticamente à adoção de práticas anticapitalistas é um equívoco, assim como o é a crença de que a catástrofe é inevitável. Recorrendo novamente a Harvey, temos que:

A maneira como produzimos a natureza no aqui e agora é por conseguinte um fundamento essencial para todo o utopismo dialético. E a maneira como elaboramos discursivamente o problema também tem seu momento crucial ao sol como constituinte do momento imaginativo mediante o qual se pode criar visões alternativas. (HARVEY, 2004, p. 286).

Os depoimentos mostram que a preocupação ambiental, na grande maioria das citações, está deslocada de uma discussão acerca do sistema capitalista, da mesma forma que acontece sobre a própria economia solidária. Por outro lado, a literatura produzida pela e sobre a economia solidária insiste em defender o “desenvolvimento sustentável”, não problematizando as contradições e a impossibilidade de defender objetivos excludentes.

É necessário, utilizando as palavras de Harvey, “[...] a construção de algum movimento político amplo em torno de toda a questão da ‘responsabilidade perante a natureza e perante a natureza humana.’” (HARVEY, 2004, p. 292).

A problemática ambiental deve ser contemplada, segundo Harvey, em todas as escalas, abrangendo desde as ações numa dimensão micro até aquelas de repercussão regional e global. (HARVEY, 2004). Pensamos que o mesmo raciocínio é válido para a economia solidária, que exige ações e projetos que devem percorrer as dimensões subjetivas, bem como aquelas atinentes ao empreendimento, ao movimento da economia solidária e a uma concepção de sociedade.

Nos debates da II Conferência de Economia Solidária a preocupação com o meio ambiente ficou evidenciada em vários momentos, e na fala de uma mulher revelou-se uma contradição. De acordo com seu relato, o grupo, do estado do Maranhão, utiliza a fibra de buriti para a produção e por isso tem seu trabalho ameaçado diante da extinção do buriti. Ela argumenta que seu trabalho é também uma forma de expressão cultural, e que o replantio é uma maneira de cuidar do meio-ambiente e de manutenção do trabalho. O grupo reclama a falta de pesquisas sobre as formas corretas de preservação da árvore e convoca o papel das universidades, ao exemplificar: “Nós perguntamos: quanto tempo demora para o buriti crescer? e até hoje ninguém sabe responder ao certo”. (M.)

Os desafios colocados para a preservação da natureza, do trabalho e da sustentabilidade dos empreendimentos são inúmeros e têm sido orientados de uma forma deslocada da questão central, qual seja, da construção de outra sociedade.

Da economia solidária temos a promessa não apenas de um futuro melhor, mas também a constatação de mudanças que já se fazem sentir no presente. Nesta toada, vai ao encontro do modelo prescrito por Singer e que em grande medida tem seu mérito aportado nas especificidades do trabalho exercido nos empreendimentos de economia solidária, assunto da sessão que se avizinha.

## 7.2 O TRABALHO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária emerge num contexto de grave desemprego nos anos finais do século passado e, apesar de estender-se para além deste objetivo, tal dimensão não pode ser negligenciada. O trabalho na economia solidária adquire uma nova e superior configuração, sintetizada na afirmação repetida por diversos trabalhadores entrevistados: “é diferente.”

Confrontados com esta espécie de “mantra” procuramos sintonizar a aludida diferença, através da explicitação de suas particularidades e quando possível, na comparação com outras experiências de trabalho ou emprego.

Naquilo que nos parece óbvio reside uma diferença qualitativa exaltada e repetida pela maioria dos trabalhadores: o trabalho sem patrão.

*“[...] a Economia Solidária não tem patrão e nem empregado, nós somos patrões, empregados, donos, somos tudo...” (Entrevista n.6)*

Essa condição permite estabelecer uma correspondência entre o trabalho associado e prazer, mas temos ciência que o emprego assalariado e subordinado também é frequentemente valorizado pelo mesmo motivo. Por esta razão visamos reunir elementos que comprovem uma relação mais genuína entre o trabalho associado e prazer e, para tanto, buscamos qualificar a “diferença” desta forma de trabalho.

*“é diferente porque o trabalho é pra você [...] é com mais carinho...”  
Entrevista n. (1)*

*"Você trabalha pra ti, tu tem mais prazer em fazer um produto pra ti, tu não vai fazer pro patrão [...]" (Entrevista n.2)*

Na comparação entre a vivência do trabalho na economia solidária em relação a outras formas, seja como empregado ou autônomo, a vantagem é explicitada:

*"lá tu que decide o que tu vai fazer né, eu vou de manhã na cooperativa, pego o meu serviço e vou pra casa, trabalho a hora que eu quero, se eu tenho que sair durante o dia eu saio, e vou trabalhar a noite, os que eu faço, aquele tanto de peças por dia, não importa a hora que eu vou fazer né, então é uma coisa que eu acho que foi bom pra mim." (Entrevista n.10)*

*"[...]tu não tem ninguém que te manda e ai parece que tu sente mais vontade de, tu valoriza mais o teu trabalho porque é tu que esta fazendo, tu não tem aquele de dizer assim oh: tu tens que produzir, não tu produz porque tu gosta." (Entrevista n.19)*

A liberdade de decisão sobre o processo de produção, e a liberdade quanto ao horário de trabalho são benefícios que representam melhoria na qualidade de vida e na relação com a família, conforme o relato que segue:

*"a gente chega a hora que quer, vai a hora que quer, tem tempo pra família, tem tempo pra casa, tem tempo pra fazer a nossa produção, tem tempo pra vender, se você trabalha de empregado, a gente não tem tempo né, por exemplo, sai cinco horas de casa e chega lá pelas dez, oito, nove horas da noite, não vai ter tempo pra marido, nem pra filho, nem pra casa e nem pra produzir nada." (Entrevista n.20)*

Novamente nos vemos diante de um benefício que pretensamente não é exclusivo da economia solidária, pois os autônomos também dizem gozar da condição de liberdade e flexibilidade de horários. A propósito, a incorporação deste atributo ao trabalho assalariado vem sendo alvo de críticas, com uma crescente literatura que denuncia a natureza do "flexitempo" e do avanço progressivo sobre o tempo de trabalho.

Entrementes, tanto o exercício da autogestão no empreendimento quanto a participação dos trabalhadores em eventos para discussão e formação exigem um esforço adicional em termos de tempo dedicado ao trabalho. Não obstante, em nenhuma das entrevistas emergiu qualquer reclamação que pudesse indicar estes procedimentos como um sacrifício para os trabalhadores. Ao contrário dos trabalhadores do setor tradicional da economia, entre os quais é constante a reclamação para acompanhar o ritmo do trabalho cada vez mais intensivo, no caso analisado verificamos um tipo de trabalho em que o exercício da liberdade não é um artifício retórico.

*“ser livre é a melhor coisa do mundo, não ter patrão, não ter cartão ponto pra bater, não ter que receber ordem do que você pode e deve e como fazer, entende, esse ar de liberdade a gente tem com consciência e com coerência é claro, não vamos, a liberdade no sentido de você poder ta fazendo, ta construindo, ajudando ou a outra pessoa te ajudando, então eu acho que é esse processo.”( Entrevista n.21)*

Em uma versão mais entusiasmada, a experiência do trabalho cooperado é qualificada como “bonita”:

*“é uma coisa bonita [...] é um grupo, tudo é decidido dentro do grupo, então é uma coisa muito bonita, cada uma respeitando a idéia da outra, o modelo, uma coisa ou outra assim, se dividindo, então não tem aquilo fulano fez isso, fulano fez aquilo, não existe isso e eu acho que, é um grupo de mulheres assim muito bem amigas né, se uma tá com muito serviço, uma ajuda uma a outra, então isso faz, ta muito bonito [...]”( Entrevista n.10)*

Portanto, o trabalho coletivo e autogestionário é a diferença que está na base dessas percepções e, como tal, é apreendida pelos trabalhadores.

*“qual é a base da Economia Solidária dentro dos empreendimentos, é não ter o patrão né? Todos recebem conforme é o trabalho, produziu tanto, vendeu tanto é dividido entre tantos, por todos, independente se trabalhou mais ou se trabalhou menos, é autogestão [...]”( Entrevista n.7)*

O exercício da autogestão proporciona a convivência com o trabalho coletivo e solidário, em que se desenvolve outra das características da economia solidária, qual seja a cooperação.

*“ela troca, ela compartilha [a economia solidária], se eu quero colar isso aqui e não tenho cola, tu me empresta, amanhã tu quer um prego pregar um, eu tenho, eu passo pra ti, eu troco, não é, então eu tenho que fazer um trabalho, machuquei a mão, tu diz, não eu sei fazer, vamos lá que eu te ajudo, vamos fazer, vamos arrumar uma linha de produção aí, e assim vai[...]”(Entrevista n.8)”*

Esta qualidade é mais exaltada quando se confronta com práticas anteriores de trabalho, dominadas pela competição.

*“[...] a associação que não é da Economia Solidária, eles só tem, é produzir né, é a competição de quem vende mais, e no nosso meio não, no nosso meio é diferente, não é só o de produzir e aquela ganância de vender, é tudo resolvido de comum acordo, é assim, eu sai pra feira mas todas concordaram que eu viesse, não é um... não é disputa, nós não temos disputa no nosso meio.” (Entrevista n.4)*

Ainda que a autogestão seja mensageira de novas formas de exercer o trabalho, não devemos descuidar do significado mais radical do conceito, como bem nos lembra Oliveira (2006), e conforme a citação abaixo.

A autogestão não é um conceito novo. Ela está associada a questões político-ideológicas ligadas às origens do movimento operário, embora tenha sido na segunda metade do século XX, em função de sua adoção, generalizada, e o conceito tenha se popularizado, assumindo uma série de significados. [Guillerm e Bourdet, 1976]. Ressalta-se, hoje, uma forte associação à questão do desemprego, o que lhe imprime uma conotação mais econômica do que ideológica, sendo possível, inclusive, admitir que a questão despolitizou-se. Deixou, portanto, de ser identificada tão-somente como um ideal utópico, de transformação e de mudança, e passou a referir-se a uma necessidade gerencial, capaz de salvar empresas da falência e de evitar o desemprego em massa. (JESUS et al. 2004, p. 270)

Oliveira (2006) nos conduz a problematizar sobre o sentido da autogestão, e primeiro devemos frisar que este é um conceito tipo-ideal. Parece-nos que o significado da autogestão excede o da formatação de uma gestão voltada para arrefecer o problema do desemprego. Antes de tudo, é uma forma de viver o empreendimento econômico solidário que ultrapassa as preocupações com o resultado econômico, e no que reside seu contato com as mudanças mais profundas.

Identificamos a autogestão tal qual nos propôs Singer, ou seja, como um exercício para alargar a experiência democrática, como uma das pequenas revoluções promovidas de baixo para cima. Os depoimentos mostram resultados positivos deste processo que vem operando os primeiros passos de uma mudança cultural. Para tanto, faz-se necessário ultrapassar velhos hábitos, o que não é um exercício fácil ou que possa contar com resultados rápidos, mas que já tem originado pequenas transformações:

"Você acha que eu perdia meia hora pra assistir reunião? Eu achava que não valia a pena [...]" (*Entrevista n.1*)

O aspecto cultural é mais densamente tocado quando a autogestão mostra-se capaz de romper o mito de que a gestão de um empreendimento é inacessível aos seus trabalhadores, como a fala abaixo exemplifica:

*"é tu ganhar a tua sobrevivência, é tu garantir os teus direitos, respeitando os direitos do teu companheiro de trabalho, sem deixar a máquina produtiva te minar a cabeça de que isso é possível, que tu não precisa ter um patrão, que tu também pode ser também dono de um empreendimento, de alguma atividade aonde que todos vão tá lucrando e não apenas uma pessoa."* (*Entrevista n.9*)

Amalgamada com a capacidade de sentir-se apto ao trabalho, a criatividade funciona como outro requisito que aproxima ainda mais o trabalho de seu sentido de realização. Desta imbricação nos fala Nunes:

No que se refere ao tema importante da identidade do trabalhador, a forma cooperativa tem tendência a preservar atitudes criativas, dando um sentido ao trabalho, sem que o resultado seja apropriado por agentes externos. [...] Trabalhar não é somente inserção. É o que permite o exercício da criatividade, que, como desenvolve Dejours [1998], tampouco é simplesmente um momento de realização, mas de pulsão, que, se não realizada, adoce o sujeito trabalhador. (NUNES, 2004, p. 257).

Como resultado de estudos em cooperativas de calçados no Rio Grande do Sul, Icaza e Asseburg verificaram a distinção do trabalho coletivo e autogestonário, em contraste com a “cultura da firma”. Sobre esse diferencial, ressaltam:

[...] quanto menos presente um projeto que transcenda a mera geração de renda em condições de desemprego e quanto menos explícita a motivação normativa de superação da exploração dos trabalhadores, maiores dificuldades encontra o empreendimento para conseguir a produtividade e competitividade necessária. (ICAZA; ASSEBURG, 2004, p. 65).

Tiriba analisa em que medida as especificidades do trabalho associado podem contribuir para a constituição de uma nova cultura do trabalho e de um projeto de transformação da sociedade. Partindo do pressuposto de que a motivação maior para a formação de OEP (organizações econômicas populares<sup>96</sup>) é a luta pela sobrevivência, Tiriba (2001) admite que há uma diversidade de histórias tanto dos trabalhadores quanto das organizações que compõem o quadro de possibilidades no que diz respeito às indagações acima.

Em relação à primeira questão a autora conclui não sobre uma nova cultura do trabalho, mas sobre um embrião desta nova cultura:

[...] uma divisão menos rígida do trabalho e das hierarquias, sem os mecanismos de exploração do trabalho, da apropriação e expropriação do saber. No contexto contraditório em que se produzem nas OEPS, as pessoas dão-se conta da existência de outra forma de produzir: menos violenta, menos hierárquica, mais humanizada. Isso é o embrião de uma nova cultura do trabalho. Quando já não há um elemento tipicamente da cultura dos trabalhadores, quando já não há um ‘ethos operário’, há um novo ethos – que talvez pudéssemos chamar de ‘ethos dos excluídos’. (TIRIBA, 2001, p. 373).

---

<sup>96</sup> Denominação proposta por Razeto. A autora compartilha com este autor a noção e o uso da categoria “economia popular”.

Talvez possamos acrescentar que o “ethos dos excluídos” seja também “dos descontentes”. Inserimos este adjetivo pelas indicações de que a economia solidária abrange um contingente de trabalhadores que fazem desta uma opção crítico-propositiva.

Mesmo sem idealizar o papel que o embrião desta nova cultura do trabalho poderia ocupar num processo de transformação da sociedade, Tiriba (2001, p. 373-4) nos responde sobre sua capacidade de operar mudanças num nível macro.

...a potencialidade da economia popular radica-se no fato de que ela pode constituir-se em um amplo processo prático-educativo, em uma escola que deve ser vivida, não apenas para atenuar os problemas do desemprego, senão também para que os trabalhadores e a sociedade descubram ser possível uma nova maneira de fazer e conceber as relações econômicas e sociais tanto no âmbito do lugar de trabalho, quanto no âmbito de toda a sociedade.

É sempre importante não perder de vista que, para ser capaz de viabilizar mudanças mais profundas, antes de mais nada o empreendimento deve ser ele próprio viável.

Se por um lado estas vivências são valorizadas por seus protagonistas, por outro eles próprios atentam para a contradição de que elas ainda não garantem a sobrevivência. Mas, quando perguntados sobre a possibilidade de escolher entre o emprego tradicional e o trabalho na economia solidária a totalidade dos trabalhadores optou por esta última.

A maioria dos trabalhadores entrevistados possui outra fonte de renda – pessoal ou familiar – e alguns deles precisam conciliar o trabalho no empreendimento com outra forma de emprego ou trabalho tradicional: aquele por opção de vida, este por necessidade econômica. O depoimento abaixo dá mostras sobre a relevância da questão.

*“eu tenho um trabalho capitalista, porque na realidade eu preciso, eu continuo falando com você agora eu tô em uma outra situação ainda que é a questão de você de separada, mesmo toda aquela história, ainda hoje me encontro na condição de separada, mas uma obrigação, então eu trabalho em uma companhia de teatro, aonde eu tenho que cumprir horário, aonde eu tenho que receber do, como é que se diz, do patrão, em troca disso, por isso que eu tô te falando, é, paralelo a isso, quando eu digo que é uma opção, uma questão de valores na minha opção de ver a vida, de como lidar com as pessoas, eu não posso viver exclusivamente da Economia Solidária.” (Entrevista n.3)*

Além da fala acima, encontramos outros trabalhadores que, mesmo sem extrair renda suficiente nestes empreendimentos, mantêm-se neles por um projeto – não pessoal, mas de sociedade<sup>97</sup>. Sendo assim, estes registros nos fornecem pistas de que há espaço para se pensar na economia solidária como espaço de vivência ou elaboração de utopias...

No entanto, devemos ser cautelosos e evitar a atitude de um otimismo fraudulento, como nos ensinou Bloch. Assim, perguntamos: a situação de convivência entre duas experiências antagônicas de trabalho poderá ser honrada no médio e longo prazo? Em que medida ela se revela um obstáculo concreto quando se pensa no próprio futuro do movimento?

Há limites para tolerar a espera até a economia solidária ser capaz de garantir a sustentabilidade do empreendimento, preservar seus valores e fornecer uma renda suficiente para seus trabalhadores? Será esta a espera para a qual nos convocava Bloch? Talvez o limite seja o da própria esperança, amparada nos movimentos de avanço da economia solidária e da utopia que ela representa. Nas declarações que seguem percebemos o farol da utopia.

*“ainda a gente não conseguiu sobreviver do COOPERI, no trabalho da entulheira que foi contratado durante oito meses, e a Sara, ela tava desempregada, ela ficou com toda a remuneração das capacitações, das oficinas, a gente deu tudo pra ela, e ela ficou como tivesse empregada o ano inteiro.” (Entrevista n.16)*

Na citação acima observamos uma revolução quanto ao sentido da solidariedade e da divisão do trabalho capitalista. Contrariamente à lógica convencional, a remuneração pelo trabalho realizado pelo conjunto de trabalhadores foi destinada a uma única trabalhadora, tendo em vista que esta seria sua única fonte de renda naquele momento.

Nos depoimentos seguintes sobressai a decisão em exercer um trabalho que escapa dos moldes tradicionais, pois considera o prazer em realizá-lo pelo fato de ele integrar uma proposta de mudança de sociedade.

*“eu me formei em administração, como boa parte dos meus colegas, em geral tem salários melhores, talvez até vidas mais cômodas, eu não sei, mas do ponto de vista material se eu não acreditasse eu não ia abdicar de ter uma vida material mais favorável pra tar numa coisa que eu acredito ser melhor pra um coletivo maior e não somente a mim e ao meu salário, então*

---

<sup>97</sup> Diferenciamos o projeto de vida, estabelecido pelo desejo de novas vivências e práticas no interior dos ees dos projeto de sociedade baseado em utopias sociais.

*se você não for otimista com relação ao futuro e que o seu trabalho tá fazendo diferença, esse é o maior combustível que a gente tem pra trabalhar.” (Entrevista n.18)*

*“Porque Economia Solidária apaixona as pessoas, tanto como eu tava te falando, eu sai de uma ONG que eu recebia, eu tinha um salário, pra me doar totalmente ao Fórum, porque eu abracei a causa, eu sabia que era aquilo mesmo que eu queria pra mim, que aquilo que eu fazia me sentia bem, ajudar outras pessoas, tá elaborando feiras, projetos de feira, tá ajudando na programação de uma feira, trazendo outras pessoas de outros municípios pra participar, mostrar que uma outra economia é possível” (Entrevista n.14)*

Em comum, os três depoimentos revelam como a prática de uma determinada forma de trabalho se alia a um projeto; prática e projeto articulados. Por mais que este não seja um comportamento unívoco dentre os trabalhadores consultados, reforça nossa hipótese de que há lastro para se pensar na utopia como constitutiva da economia solidária.

Pensar na economia solidária como utopia remete não somente aos sonhos de uma sociedade diferente, mas também às condições objetivas para torná-la possível. Podemos chamar de condições objetivas aquelas que dizem respeito à obtenção de uma renda suficiente, da garantia de alguma espécie de direito trabalhista, à expansão de crédito para sustentar e expandir o empreendimento, ao reconhecimento jurídico e a um conjunto de políticas públicas que sirvam de suporte a estes sonhos.

Ernst Bloch chama a atenção para a necessidade da coexistência entre fatores subjetivos e objetivos para definir uma utopia concreta e, por conceder maior peso para a primeira delas – no que concordamos – este será o mote dos capítulos subsequentes.

### 7.3 O FUTURO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Tendo Bloch como referência, Vicen (1979, p. 51) previne sobre o significado de se pensar no futuro.

No se trata de escamotear el presente ni de construir ‘idealmente’ un futuro que lo corrija, sino de la verdad fundamental, de que sólo puede conocerse

el presente si se le entiende dirigido a su futuro, y sólo puede conocerse el futuro como posibilidad real dada en el presente.

Em outras palavras, não se ambiciona pensar em como o futuro deve ser, mas sim como ele ainda não é, buscando para tanto as pistas que o presente revela e que se colocam como possibilidades.

As considerações, neste tópico, guiam-se pela avaliação dos trabalhadores que acompanham a trajetória da economia solidária, considerando os elementos geradores de expectativas positivas e negativas em relação ao futuro, bem como os fatores que funcionariam como promotores e entraves para este processo.

Predomina entre os trabalhadores um panorama de expectativas positivas que vicejam menos por conta de um entusiasmo voluntário para se aproximar mais de uma postura de otimismo militante. Tal atitude é fomentada pelos resultados já alcançados e embalada pela esperança de que outros possam vir a sê-lo, conscientes de que são muitas as demandas. Nesta toada, são cotejados os empecilhos e os impulsionadores que podem colaborar para a definição dos próximos passos da economia solidária.

A interferência do governo<sup>98</sup> e da política, em suas diferentes esferas, foi notadamente destacada. Os trabalhadores reportaram-se também ao papel dos fóruns e dos órgãos de assessoria – incubadoras tecnológicas populares das universidades e demais instituições apoiadoras<sup>99</sup>. Em síntese, os depoimentos convergiram quanto à necessária associação entre uma maior conscientização dos trabalhadores dos empreendimentos, dos políticos e da sociedade em seu conjunto, como condição para promover a economia solidária. No limite, o peso das condições materiais se evidencia:

*“é melhor ser solidário, mas sem dinheiro não se faz nada [...]” (Entrevista n.2)*

Não obstante a apreciação positiva sobre as políticas do governo federal há uma cobrança generalizada no que diz respeito aos avanços necessários para garantir desde resoluções de questões pontuais quanto de outras de maior envergadura.

---

<sup>98</sup> Referências aos governos federal, estadual e municipal, além de determinados órgãos (EMATER).

<sup>99</sup> Cáritas e Instituto Marista; SEBRAE

*“mais apoio do governo para a possibilidade de tu comprar máquinas melhor, com mais facilidade de tu pagar.” (Entrevista n.10)*

*“eu acho que a primeira coisa que nós precisávamos pra ajudar a Economia Solidária é os nossos dirigentes políticos, os nossos gestores políticos olharem pra nós com mais atenção né e querer realmente implantar essas políticas públicas que a gente tá pleiteando no caso as escolas de formação que já estão sendo implantadas, e também incentivos no sentido de financiamentos porque os financiamentos atuais que existem hoje eles não nos abrange, eles não nos atinge, tanta burocracia, tanto coisa, então a gente tá fora dele, então o projeto, nesse projeto é de ter um fundo de Economia Solidária com menos burocracia pra que a gente possa acessar esses recursos e tá ampliando os nossos negócios.” (Entrevista n.17)*

Nos depoimentos abaixo, revela-se a insegurança diante de uma política de governo que ainda não foi transformada em política pública.

*“[...] nós estamos muito receosos porque, no nosso caso, nós temos a lei municipal da Economia Solidária, nós temos a nossa lei estadual, e até agora não tem a federal, se o Lula sair e essa lei não for aprovada, ninguém sabe o futuro da Economia Solidária. Isso é o maior gargalo, no momento, da Economia Solidária.[...] Porque a lei sendo aprovada e sancionada, pode passar presidente, mas a lei permanece, e se essa lei não for aprovada, como essa secretaria foi criada no governo Lula, ninguém sabe o futuro dela, então esse é o nosso maior receio, atual é esse.” (Entrevista n.6)*

*“o medo de chegar um governo aí e querer abafar o movimento, isso é o medo, então é o que a gente fala, tem que todo mundo participar bastante que é pra ver se ele cresce a ponto deles não poderem abafar.” (Entrevista n.4)*

A primeira reação é a mais comum, quando se evoca a indispensabilidade da aprovação da lei como fator determinante para o futuro da economia solidária. O último depoimento mostra que é realmente uma preocupação justa, mas que não deixa de clamar pela disposição e participação como forma de enfrentamento a esta barreira.

O leque de arranjos partidários que incidem nas instâncias estaduais e municipais torna mais premente a definição por uma política pública.

*“prefeito de lá ele é contra né, é outro partido, então não aderiu muito bem” (Entrevista n.12)*

*“o governo municipal lá tá nos dando um crédito, porque no anterior, na administração anterior, nós não passava da porta (Entrevista n.8)*

*“uma coisa assim que eu acho que atrapalha bastante é a política, a troca de governo, sabe, e nós em Gravataí, agora com essa lei a gente quer ter um respaldo, independente do governo que tiver, existe aquela lei, ele não vai poder mexer, então isso atrapalha bastante, no governo passado, ele não incentivava a Economia Solidária, e este governo tá incentivando a*

*Economia Solidária, vê de uma outra forma a Economia Solidária, a política é uma coisa meio complicada.” (Entrevista n.7)*

*“as questões governamentais não adianta tu trabalhar e tu chegar num ponto assim, e te barrarem, já pensou se a gente ganha o Centro de Comercialização, a atual administração diz olha esse terreno aqui, vocês vão construir aqui, tá, esse prédio pra nós vai ser termo de comodato, isso é um bem pra prefeitura, porque é um dinheiro público, nós não podemos, então tá, ai vem a próxima administração, chega lá e diz assim, esse prédio aqui eu vou fazer pra policia civil, vocês vão ter que achar outro lugar, não esse carro que vocês ganharam pra locomoção de vocês eu vou precisar colocar na lá na escola tal pra carregar os funcionários.” (Entrevista n.8)*

O grau de insegurança advindo da ausência de um conjunto de políticas públicas municipal, estadual e nacional é um fator que colabora para minar questões práticas dos empreendimentos, com rebatimento para a dimensão do próprio projeto da economia solidária. A falta de um sistema consolidado para salvaguardar tais políticas desencadeia uma série de empecilhos e impedimentos que afligem o cotidiano e as esperanças dos trabalhadores.

Na mesma esteira, o reconhecimento institucional e a legalização dos empreendimentos são fundamentais para viabilizar o crescimento da economia solidária, elevando-a a outro patamar. Esta constatação é compartilhada por vários trabalhadores, a exemplo do que lemos abaixo.

*“o que pode acelerar esse processo é, são as parcerias serem feitas sem interesses, é um política menos burocrática, aceleraria esse processo, é a contratação de empreendimentos com menos burocracia, isso imediatamente aceleraria o processo da Economia Solidária, desburocratizar o sistema pra empreendimentos solidários... por exemplo uma cooperativa hoje em dia precisa ter vinte integrantes, é muita coisa, a cooperativa ela tem uma documentação muito pesada, ela é proibida de participar de licitação pública, então tem uns entraves pra empreendimentos populares, se acabasse um pouco esses entraves, vários, é mesmo repasse de verba o empreendimento não tem como garantir isso, então não tem como fazer o empréstimo porque não tem um bem material pra garantir isso como caução, se tivesse menos burocracia imediatamente ajudaria a Economia Solidária.” (Entrevista n.16)*

Num passo mais largo em direção ao referido objetivo, a II CONAES indicou a criação do Ministério da Economia Solidária, assim justificado por um dos trabalhadores que participaram do evento e da elaboração de tal agenda.

*“uma das reivindicações que vai sair seguramente desse encontro vai ser uma demanda para o governo criar o Ministério da Economia Solidária, ai você pode dizer: Mas isso vai solucionar alguma coisa? Tem tantos ministérios né? Mas olha, faça a comparação, como tem o Ministério da Agricultura que olha sobretudo para o Agrobusiness, tem também o*

*Ministério do Desenvolvimento Agrário que olha sobretudo a agricultura familiar, então eu acho importante ter o Ministério da Economia Solidária, até pra marcar, mostrar que tem uma economia diferente, então como eu tava dizendo no começo que estamos num momento de escolhas, de possibilidades diferentes, não que esteja presente essa demanda ao governo, mas aí você poderia perguntar, o governo Lula não poderia estar presente de maneira mais efetiva na Economia Solidária e não olhar, e não dar também espaço pra economia clássica, é porque o presidente sozinho não faz, quem faz mesmo é o povo, é a massa, ele precisa de nós, um certo momento é claro, agora ele vai deixar o governo, mas quem continuar a ser presidente se ele fizer essa opção de realmente apoiar a Economia Solidária ele vai ter essa possibilidade, porque nos estamos pressionando, qualquer que seja o governo.” (Entrevista n.22)*

Esta reivindicação, que de fato foi discutida, aprovada e inserida no documento final da II CONAES<sup>100</sup>, vem sendo negligenciada pelo governo que assumiu em 2011. No momento em que escrevemos o presente texto, há um embate em torno do projeto de lei número 865<sup>101</sup>, que ao invés de consolidar o Ministério da Economia Solidária, substituiu-o pela criação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, com estatuto de ministério, para onde seria transferida esta política. Tal proposição vem gerando uma onda de reações contrárias por parte do movimento da economia solidária, que se mobiliza via formação de frente parlamentar, convocação de audiências públicas, reuniões com representantes da presidência e inúmeras manifestações de repúdio de empreendimentos, fóruns e instituições apoiadoras.

Foram postas em conflito as expectativas do movimento, amadurecidas desde a criação da SENAES em 2003, e o lugar institucional e político que o novo governo lhe destina, o que em última instância determina as condições materiais com que contará a economia solidária. Ao mesmo tempo, esta circunstância forçou uma rodada de discussões acerca do projeto da economia solidária, o que pode afiar as convicções e evidenciar sua dimensão utópica. Os próximos passos bem como o desenlace desta história, relevante para o futuro da prática e do projeto de economia solidária, certamente não serão conhecidos antes do término do presente trabalho.

As relações de proximidade entre movimento social e governo são sempre complexas, e no caso da economia solidária isto se dá de forma evidente, uma vez que a SENAES é uma conquista do movimento. A vigilância quanto ao risco de cooptação e perda de autonomia do primeiro deve ser constante, dando voz ao receio manifesto pela fala seguinte.

<sup>100</sup> No capítulo 6 encontra-se uma discussão sobre este documento.

<sup>101</sup> De 31 de março de 2011.

*“o que pode atrapalhar é a institucionalização excessiva dela, como aconteceu na economia social na Europa quando ela se institucionalizou foi quando ela perdeu o seu caráter de luta, né, eu tenho medo da gente buscar tanto a institucionalidade que a burocracia, que o meio da institucionalidade seja o fim dela, a finalidade como um todo, por exemplo, a maioria dos grupos eles tem a autogestão não como um meio, mas como um fim por causa das dificuldades que se tem e quando na institucionalização na medida que você vai buscar a institucionalização tem que se moldar ao que o Estado ta querendo, corre o risco também de você perder a sua identidade, acho que esse diálogo essa interação tem que ter o cuidado, por isso que uma conferência é importante[...]” (Entrevista n.18)*

Entretanto, sobressai entre os trabalhadores entrevistados a convicção dos limites impostos pela falta de institucionalização. Por outro lado, Schiochet corrobora o que Dinerstein relatou sobre o caso Argentino<sup>102</sup>, ou seja, sobre a insuficiência deste vetor.

A institucionalização da política não é legalizar a política simplesmente, é criar aquelas condições da chamada hegemonia da economia solidária, ou capacidade que a economia solidária tem de certa direção cultural e moral sobre a sociedade e sobre os governos para a implementação de sua política. (SCHIOCHET, 2009, p.59)

Ao fim e ao cabo, sua aprovação é fator imprescindível para que a economia solidária ganhe em sustentabilidade e supere muitos entraves objetivos, promovendo o reconhecimento jurídico dos empreendimentos, a construção de um sistema público de economia solidária e garantindo um fundo nacional de financiamento.

Reivindicar a atuação do estado e a aprovação da lei não esgota as responsabilidades quanto ao futuro da economia solidária, tampouco significa a resolução de seus impasses. Tomada como projeto político, ela requer o engajamento de toda a sociedade, sem esquecer quem é seu protagonista.

*“o que precisa de melhor, uma das coisas é a questão dos incentivos, incentivos do governo, incentivo das próprias organizações que ta acompanhando e nos interessa mais por capacitar, por realmente tomar pé dessa situação que já não é mais uma coisa simples, que já é um projeto de sociedade, já é um projeto político. Esse projeto é um projeto que a gente está trabalhando, movimentando ai que é um projeto que visa isso que a gente tá falando, visa a realização pessoal de cada pessoa, realização integral do ser humano com respeito ao meio ambiente, com respeito as diversidades sociais, de questão de gênero e de uma forma geral a gente respeitar aquilo que foi criado pra melhoria de vida de todos nós né.” (Entrevista n.17)*

---

<sup>102</sup> Capítulo 4.3

Emprestamos a fala do mesmo trabalhador, que organiza de forma concisa e clara a complexa teia de relações que contracenam com a esperança dos rumos da economia solidária.

*“ah eu tenho uma esperança muito grande, primeiro porque eu sou uma pessoa que, eu acredito em Deus né, um Deus verdadeiro e as promessas dele são muito boas pra nós apesar de tantas coisas que a gente vê acontecendo de ruim por aí, depois que nós somos representantes desse Deus, nós somos essa força que tá pra melhorar o futuro, agora depende de nós, se nós cruzar os braços e deixar que os gestores públicos, que os governos, prefeitos vai fazer por nós, os deputados e tudo mais, aí a coisa não acontece não, porque a gente tem que tá cobrando né, tem que tá indo atrás, uma prova disso é o nosso governo federal hoje é uma conquista dos movimentos populares, da nossa organização, e muitas vezes as pessoas ficam assim elogiando e tudo mais, mas a gente tem que ver também que a gente também é responsável por ele estar lá, eu vi, um exemplo de uma pessoa do Banco Palmas que é de pessoas pequenas lá de Fortaleza que eles tem uma moeda social a qual eles trabalham entre eles com essa moeda e tudo, e aí eles produzem as coisas lá e eles vendem lá mesmo no setor deles, então ele disse assim que ele fica muito triste quando ele vê numa inauguração, vamos dizer o prefeito da minha cidade quando ele vai entregar uma praça, uma praça lá de lazer, aí a população vai e faz uma faixa, aí diz assim: ‘a população de Iguaraí agradece ao prefeito por tá nos dando essa praça’, o problema é que não tem que agradecer ninguém, porque ele não tá dando nada do bolso dele, ele tá apenas cumprindo o papel ao qual nós escolhemos pra tá fazendo isso, seria mais certo falar assim, colocar assim: ‘a população de Iguaraí parabeniza o prefeito por essa obra que ele está nos entregando’, porque parabenizar nós temos que parabenizar porque nem todo mundo tem essa mentalidade e vai fazer isso, então ele está de parabéns por causa disso, agora agradecer não, não tá fazendo nada além do que ele tem que fazer.” (Entrevista n.17)*

Da interface entre a crença na religião e na ação humana, há a convocação para a participação ativa e um convite para um maior nível de conscientização, todas elas arregimentadas pela esperança na concretização do projeto político. A esperança, neste caso, não é infundada; o otimismo não é ingênuo.

Perfazendo o caminho que conduz aos maiores entraves à realização desta esperança, voltamos a frisar o papel preponderante, embora não exclusivo, do plano da política, queixa recorrente durante as entrevistas. Com menor frequência foram elencados outros fatores que poderiam atrapalhar ou conter o crescimento da economia solidária.

*“ah, os empresários, porque assim, eles fazem força pra atrapalhar nosso negócio lá, impedindo feiras, mas graças a Deus nós temos vencido, temos conseguido, mas que eles tentam, tentam.” Entrevista n. (4)*

Se a fala anterior revela dificuldades na convivência com empresários, decorrentes de uma disputa por espaços de venda, as citações seguintes direcionam para a radicalização deste confronto.

*“essa questão da globalização, porque as pessoas pensam que a gente tem que evoluir, que a gente tem que crescer é, mas eles não usam essa máquina para o bem da maioria, só usam essa máquina para o bem da minoria, então essa máquina complexa é que pode atrapalhar o crescimento da Economia Solidária, porque se a Economia Solidária deslanchar, as coisas não vão ser mais concentradas, elas vão ser distribuídas, e aí isso vai atrapalhar aquelas pessoas que gostam dessa concentração.” (Entrevista n.9)*

*“eu acho que a Economia Solidária ela não se atrapalha sozinha não, o que pode atrapalhar é o capitalismo que já mostrou muitas vezes uma brutalidade muito grande possa se afirmar porque ele tem meios muito fortes de convencimento através da mídia, da cultura dominante, então nós estamos lutando “contra a corrente”, a grande massa ela é muito facilmente convencida pela mídia, pelo consumismo, até a população pobre, muitas vezes o pouco dinheiro que tem dá preferência pra comprar objetos que pela mídia voltaram a ser indispensáveis quando na verdade não são, então a gente tá, a Economia Solidária precisa também de um grande trabalho de educação, de formação, isso é um processo né, as coisas vai lentamente mas eu acho que na medida em que se mostra como realmente uma via que pode ser feita, que pode ser traçada, a Economia Solidária pode ser sempre mais, eu não posso lhe dizer que vai ganhar, mas se não ganhar a Economia Solidária nós vamos estar numa situação bem difícil.” (Entrevista n.22)*

À medida que a economia solidária se mostre como uma alternativa consistente ao sistema combalido pelas sucessivas crises, deve-se esperar por reações articuladas de oposição, e a história do cooperativismo pode nos fornecer preciosas pistas para quando este momento se aproximar.

Enquanto isso, a falta ou demora na obtenção de resultados práticos foi apontada como fator negativo, capaz de desmobilizar e desmotivar o grupo.

*“o que pode atrapalhar a Economia Solidária, são as pessoas mesmo que estão na frente e dizem assim: basta eu não quero mais isso aí faz um retrocesso de tudo o que já vivemos, de tudo o que já caminhamos, entendeu, quando as pessoas dizem assim, já lutei tanto e não consegui nada, aí pra mim, acho que o meu medo é esse que as pessoas que estão na frente se desanimem.” (Entrevista n.14)*

Reiteramos a importância do componente subjetivo como força motriz dos projetos utópicos, como energia que sustenta a esperança e conduz a ação e a espera por seus resultados, mas que também tem seus limites. Não empreenderemos esforços a fim de determinar as razões que influenciam no grau de

“elasticidade da esperança”, mas a ressaltamos como uma dimensão que não pode ser descuidada ou desprezada quando se trata de projetos desta natureza.

No caminho inverso, as boas experiências servem como estímulo, através do efeito demonstrativo.

*“de tudo o que a gente vê, de tudo o que a gente participa, da realidade que a gente encontra por aí, entendeu, se não fosse isso eu acho que a gente já tinha esmorecido, volta pros estados assim nossa, a gente vê a realidade dos nossos estados nossa, como aquele estado tá diferente do nosso, mas aquele estado que dá anima pra gente chegar no nosso e lutar.” (Entrevista n.14)*

A adesão à economia solidária é um misto de componentes, dos quais o efeito demonstrativo, as assessorias e o otimismo militante fazem parte.

*“uma assessoria levou a gente pro Fórum, quando eles começaram a falar eu a princípio não entendi nada, uma coisa muito burocrática, muito política, aquelas coisa, mas depois que eu fui me aprofundando, que eu fui pegando os documentos, fui lendo, vendo que aquilo era possível, fui vendo os depoimentos de outros empreendimentos, porque no Brasil inteiro nos temos empreendimentos, aí tem aqueles vídeos, eu “cai assim de cabeça”, gostei muito de tudo aquilo que eu tava vendo, tava aprendendo e com esses momentos a gente vê que realmente é possível, isso que nos mostra que é possível, nesse encontro, nas plenárias, os encontros regionais, entendeu, os encontros estaduais, tudo é muito bom.” (Entrevista n.14)*

Na multiplicidade de visões, encontramos aqueles que intencionam perseverar na economia solidária, independentemente da resolução das questões pendentes e candentes, revelando uma espécie de “esperança blindada”.

*“olha, eu acho que quem faz jamais vai deixar morrer, porque a Economia Solidária pra mim, eu comecei talvez assim sem ter nenhum entendimento e é uma coisa assim que pra mim é viva assim, e eu vou continuar por mais que não seja legalizado, por mais que politicamente não seja aquilo que a gente queira, mas eu vou continuar, e acredito que quem tá hoje atuando e gosta realmente faz aquilo com carinho e com amor vai continuar, então eu não penso na morte dela não.” (Entrevista n.21)*

Compartilhando uma visão militante, tem-se a sugestão de que a economia solidária aposte na disseminação de seus valores e práticas, com a “contaminação” de mais adeptos, na crença de que o impossível seja realizado ou, em outros termos, que a utopia se realize.

*“que nós, nós empreendimentos contagiem outras pessoas também, eu estou contagiada mas eu tenho que contagiar outras pessoas, pra que outras pessoas comecem a ver isso como uma solução também. Eu tenho uma frase que eu não sei quem é que escreveu, eu li em algum lugar, que diz assim: ‘nunca soube o que era medo, pois tenho o mágico segredo de*

*transformar as coisas'.. Então nada é impossível, sabe, eu penso e eu vejo uma forma, eu acho que tudo pode ser melhorado, por isso, eu acho que a Economia Solidária foi a melhor coisa que inventaram..." (Entrevista n.9)*

Prosseguindo com a tarefa de detectar os fatores propulsores para o avanço da economia solidária, de acordo com os trabalhadores entrevistados, foi citada a importância da articulação dos empreendimentos em redes e, mais enfaticamente, o papel da formação. Sobre a primeira, o depoimento que segue explica:

*"a gente só vai conseguir alguma emancipação economia, social ou política se articulado em rede por exemplo hoje oitenta e cinco por cento dos grupos de Economia Solidária hoje comunica o seu produto através do "boca a boca", por que? Porque não tem dinheiro pra pagar um panfleto, não tem dinheiro pra pagar um cartão, não tem dinheiro pra pagar um rótulo, agora cinco mil panfletos, pelo menos lá na Bahia é trezentos e cinquenta reais, normalmente um grupo não tem condições de dar trezentos e cinquenta reais em cinco mil panfletos, mas provavelmente cinco grupos tem condições de dar setenta reais cada um pra ter cada um mil panfletos, então esse é um exemplo concreto de articulação em rede em benefício imediato por exemplo, além de outros benefícios de articulação política, né, uma cooperativa de vinte pessoas for conversar com o governador ele nunca vai receber, agora se for um Fórum de cooperativas, um Fórum de Economia Solidária, com cem cooperativas representando duas ou vinte mil pessoa, ele vai ser obrigado a receber, porque isso tem representatividade, tem legitimidade, e tem articulação em rede que eu acredito que é o potencial pra gente alcançar outro nível dentro da Economia Solidária." (Entrevista n.18)*

Outro item bastante valorizado como potencialmente capaz de converter-se em benefícios para os empreendimentos e para o movimento da economia solidária é a formação. Este processo consiste em assessorar os membros do grupo a fim de torná-los conhecedores da teoria e prática da economia solidária, tendo em vista as particularidades do trabalho associado e dos princípios e valores propostos.

A autonomia dos empreendimentos tem como contrapartida a autonomia dos sujeitos, a elevação da auto-estima, o reconhecimento de que são capazes de gerenciar um empreendimento, com todos seus desafios, inclusive a falta de políticas públicas próprias, conforme atestamos no início deste tópico. Todos eles resultados esperados através dos processos de formação e das assessorias, das quais as mais lembradas foram as incubadoras universitárias, além de outros órgãos<sup>103</sup>.

*"eu acho que sem formação os empreendimentos não são nada, e aí trazendo, criando, gerando esse multiplicador de formação, e dali começa dentro da comunidade deles, faz a sua consciência, porque a Economia Solidária é consciência [...], quando você passa por um conhecimento, você*

<sup>103</sup> SEBRAE, EMATER, CEPAT, Fóruns de Economia Solidária.

*passa a ter uma visão disso que eu disse desde o início, que é uma opção, eu disse pra você a Economia Solidária é uma opção de vida [...]” (Entrevista n.3)*

A inserção na educação formal é outra deliberação dos trabalhadores, apoiada no argumento de ser um caminho seguro para a implantação de mudanças culturais.

*“é a formação, é a base, é começar lá na escola, mostrar o que é a Economia Solidária, o que pode fazer diferente, que uma nova economia acontece, sabe.” (Entrevista n.7)*

*“quem é que escuta falar da Economia Solidária? Quem vai atrás, ela não esta estampada em lugar nenhum pras pessoas verem, ela não faz parte de uma cultura, ela tá lá porque alguém foi lá, procurou, achou e trouxe, mas ela não é uma coisa que ainda esta fortalecida lá dentro, dentro da escola ela tem que ser implantada, que a base, não adianta sem a escola ninguém vai pra canto nenhum, então tudo tem que ta dentro da escola, então na hora que você agrega os valores de Economia Solidária dentro de uma escola, numa aula de como você fazer, de como você trabalhar, de mercadoria, de trazer mercadoria, de não mercadoria, de produtos, de não produtos, de serviços, você tem que fazer isso, porque um ser humano precisa do outro, e tem que ter essa troca, eu acredito na Economia Solidária [...]” (Entrevista n.13)*

Formação, educação e conscientização são termos que andam juntos e que devem ser compartilhados entre todos os trabalhadores, sob o risco de criar-se uma distância entre as lideranças e os demais integrantes.

*“o Fórum trazia pessoas e tal, então foi a partir daí que eu recebo informação e repasso pras pessoas, e partir de agora eu to sentindo necessidade de trazer as pessoas, porque não adianta passar só pra mim, elas também tem que passar por esse processo de formação né, e informação, porque eu falo mas eu vejo que não surte efeito, ‘ah ela ta indo na reunião, depois ela passa pra gente’, só que agora eu to tentando trazer eles, pelo menos aquelas pessoas mais interessadas em acompanhar o processo pra poder participar das reuniões, dos seminários, é difícil, porque o artesão ele prefere mil vezes tá lá produzindo pra poder vender do que tá fazendo algum tipo de formação e ter um entendimento sobre Economia Solidária.” (Entrevista n.21)*

Está presente a visão de que a economia solidária vem de laços mais profundos, como a família e a convivência, o que não colide com a necessidade de formação, mas que a colocam em outro plano.

*“alguém um dia teve que inventar a Economia Solidária, não teve? Esse alguém deve ter vivido de uma forma diferente [...] eu acredito na conscientização, eu não acredito em capacitação pra Economia Solidária, como é que você capacita alguém pra Economia Solidária? Eu acho que*

*tem existir estudo, seminário, você sentar discutir, estudar, você ler, você ver palestra, você tá junto, se reunir, debater, mas não você chegar lá dizer simplesmente: 'gente olhe vamos fazer assim', não capacitação é uma coisa técnica, tem muita técnica, e Economia Solidária não tem técnica nenhuma, você tem que aprender aquilo ali é vida, é convivência." (Entrevista n.13)*

Ao serem evidenciadas, as assessorias e formações foram alvo de análise e críticas, como as que seguem e que são atinentes tanto a aspectos políticos quanto a questões metodológicas.

*"as assessorias brigam entre eles, e aí os empreendimentos é que pagam a conta [...] Você é seu patrão né, embora as vezes a assessoria atrapalhe você[...]aí fica a política no meio, é isso que tá acontecendo, a política....política porque a assessoria, uns é de um partido, outros é de outros partidos." (Entrevista n.12)*

*"[...] quando se fala que nós somos os atores principais, e hoje nos somos tratados nem como coadjuvantes. [...] quando você é assessoria é pra assessorar os empreendimentos, gestores ele tá ali pra acatar as demandas dos empreendimentos, e eles fazem o papel ao inverso, eles querem ser o nosso patrão, que na Economia Solidária nós não temos patrão." (Entrevista n.6)*

*"você tem que ter um layout dentro do galpão, mas ninguém disse pra nós o que que era o tal do layout, então o que a gente fez, a gente foi procurar saber o que que era isso, só que o layout que eles falavam era uma distribuição do material pra um fluxo dentro do galpão, era mais fácil ele dizer isso né, tipo fluxo de entrada e saída do produto, eu ia entender com uma facilidade incrível, mas ele falou essa palavra eu tive que estudar pra saber o que que é, então a gente teve que ver o que que era melhor pra nós ali dentro, porque eles estão lá dentro da universidade, eles sabem a coisa técnica, eles não conhecem a realidade dentro do galpão, as manias do grupo, tudo que é grupo tem manias né, a gente vai se habituando com algumas coisas, aí tu já tem algumas manias, e daí eles foram lá e disseram de uma forma, só que essa forma a gente não conseguia trabalhar a gente tava, diminuiu a nossa produção, a gente errava muito, mudemo tudo, fizemo um lado do galpão de recebimento, um lado de saída, a prensa na frente, onde que tu viu um estoque de uma associação no fundo, passa o material, tu pesa, tu anota na planilha o peso de cada coisa e tu leva pro fundo, no dia que o caminhão vem recolher o que tu tem que fazer? Tem que trazer tudo pra frente de novo né, então porque que fazem umas coisas difícil pra gente, a gente mudou tudo, o nosso estoque é na frente, o caminhão só para na porta, a gente coloca no caminhão e deu, a gente não precisa fazer tudo aquele trabalho que fazia antes, então nem sempre as tecnologias elas funcionam da forma com a realidade do grupo, então a gente teve que ir atrás disso aí." (Entrevista n.9)*

Conquanto seja necessária a avaliação de suas intervenções, as instituições apoiadoras são admitidas como importantes parcerias no amplo esforço de construir coletivamente as bases para favorecer a prática da economia solidária e fortalecer seu projeto. Ademais, estes espaços podem investir mais intensamente no exercício de imaginar um futuro melhor, conciliando uma visão crítica com uma visão projetiva, conjugando esforços em solucionar os problemas do cotidiano com a manutenção e

renovação das expectativas. Espaços em que conscientização e sonhos estejam em sinergia, voltados para um projeto em comum, o que será objeto de investigação do capítulo vindouro.

## 8 ENTRE A SOBREVIVÊNCIA E A UTOPIA

Em consonância com o objetivo de investigar em que medida a vivência na economia solidária tem ensejado o exercício ou a construção de uma utopia social, encontramos, sem surpresa, visões heterogêneas. Não são excludentes, mas portadoras de anseios que as diferenciam segundo o alcance que cada uma delas projeta a respeito das expectativas diante da economia solidária.

Souza classifica em dois os tipos de trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários: os militantes e os pragmáticos. (SOUZA, 2010). Estes últimos tendem a considerar como provisória sua passagem pelo empreendimento de economia solidária e pouco se deixam envolver em questões que vão além da renda e do trabalho. Nestes, por suposto, dificilmente encontraremos rompantes utópicos.

É dentre os militantes – talvez não todos – que podemos localizar a defesa da economia solidária como um projeto utópico – quer de forma manifesta ou latente.

De forma similar podemos afirmar que também os intelectuais podem se dividir em militantes e pragmáticos, e o mesmo ocorre com os apoiadores e as assessorias envolvidas, com repercussões claras sobre o tratamento acerca da utopia.

Com o propósito de discernir tais conteúdos, elaboramos uma tipologia com vistas a reconhecer as formas em que foi possível vislumbrar expressões de uma utopia, bem como captar suas gradações. São estes os assuntos desenvolvidos neste capítulo, dividido em três seções.

### 8.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORMA DE SOBREVIVÊNCIA

Não há rastros de projeções utópicas quando a economia solidária é considerada somente como uma forma de obtenção de renda e de exercício de um trabalho, mesmo que estejamos nos referindo ao trabalho autogestionário. Neste sentido, devemos evitar e refutar a falsa conclusão de que a condição de acesso à renda e ao trabalho, para aqueles que antes estavam em situação mais desfavorável, equivale a uma utopia, pois, seria uma declaração leviana e

contribuiria para a banalização do uso do termo, uma vez que situações melhores ou positivas não devem ser confundidas com utopias realizadas.

Porém não nos esqueçamos do potencial que as necessidades adquirem para Bloch, que estabeleceu a fome como estímulo para que a imaginação torne-se invenção prática.

Cada ferramenta pressupõe carências exatas e tem a finalidade precisa de satisfazê-las. Do contrário não existiria. Justamente aqui a fome começou tudo, os implementos mais antigos são os da caça e os da pesca, sendo que os primeiros foram usados simultaneamente como armas. [...] Até hoje o inventor, ainda que sonhador, é uma pessoa prática. (BLOCH, 2006, p. 212).

As necessidades ensejam mudanças, mas não qualquer necessidade, somente as coletivas: “E sem motivação social a imagem da máquina de tricô ou da navegação por tração não teria lampejado no intelecto de inventor algum, por exemplo, por vocação interior.” (BLOCH, 2006, p. 212).

Por outro lado, avanços como a oportunidade e as especificidades do trabalho cooperado e a aquisição de renda devem ser comemorados, mas sem a garantia de que automaticamente cederão espaço a desejos e ações em direção a transformações mais profundas.

Para alguns trabalhadores entrevistados a economia solidária se sobressai justamente – e talvez unicamente – como oportunidade de trabalho negada pelo mercado formal.

*“eu acho que ela é o futuro, entendeu assim, o futuro por que? Eu vou te explicar o porque, porque assim ô, eu acho que o emprego formal ela tá, ele vai diminuir porque o povo tá aumentando, tem muito mais pessoas no mercado de trabalho e se tu olhar bem pra cá, tu vai ver que existe uma faixa etária básica, existe uma faixa etária são superior a trinta, quarenta anos, é um público que não tem mais muito mercado de trabalho, eu não tenho porque eu emburreci depois que eu fiz quarenta anos (risos) , eu não sei mais fazer conta, eu não sei mais lidar num computador, então realmente tu não tem, e o que eu acho que essa é uma forma de expressão, o artesanato, a arte, é uma questão cultural.” (Entrevista n.11).*

Se esta for a única motivação para atraí-los à economia solidária, é provável que a conjuntura de crescimento econômico os seduza a ponto de levá-los a trocar o trabalho pelo emprego. Da mesma forma ocorre a percepção de que o trabalho autogestionário encerra em si mesmo a grande virtude da economia solidária, sem qualquer outra pretensão. São casos em que não se pode afastar o risco de esta experiência, a despeito de ser julgada positivamente, ser trocada em nome da segurança representada pela carteira assinada.

*“Economia Solidária é um jeito e uma maneira de trabalhar e ganhar dinheiro né, não tem patrão, não tem empregado, o patrão é você mesmo, não tem negócio de você é a chefe, você é a presidente, não tem essas coisas né, todos somos donos, não tem esse que quer mandar mais do que o outro.” (Entrevista n.20)*

Mas o exercício do trabalho autogestionário pode se constituir em parte de um projeto maior de mudanças, consentidas e cultivadas a partir dos resultados exitosos desta primeira experimentação. Nesta perspectiva, trazemos a reflexão de Gaiger (2004, p.395):

Nisto reside o sentido histórico dos empreendimentos de economia solidária: na experiência decisiva do trabalho emancipado, no caráter essencial desta experiência. Tais empreendimentos funcionam alternativamente como *comunidades-projeto*, nas quais vem ancorar-se a reflexividade crítica dos indivíduos, propiciando-lhes um distanciamento do sistema, num processo de subjetivação auto-referenciada, no qual ganham sentido e corpo outras identidades e outros horizontes éticos. Neles é possível estar *aqui* e em *outro lugar*, alimentar a razão utópica não apenas com a crítica ao sistema, mas igualmente com a realização do desejo.

A prática do trabalho coletivo pode favorecer um espaço para gestação de utopias, potencializada através dos processos de formação, da participação nos fóruns, das discussões políticas e da própria convivência em grupo. A tomada de consciência, a realização de um diagnóstico crítico e a elaboração de uma visão de outra sociedade podem não ser fatores *ex-ante* à adesão ao movimento da economia solidária, mas que podem dela advir, com o tempo e a paciência histórica. Mas são hipóteses, e não evidências...

De acordo com Nuñez, o trabalho subordinado e o “por conta própria” não foram capazes de satisfazer as necessidades básicas, tampouco um segundo tipo de necessidade – integral, social e histórica – , e este é um dos desafios para o trabalho autogestionário. (NUÑEZ, 2007)

O tema das necessidades é pouco investigado pela literatura que trata da economia solidária, salvo pela abordagem do comércio justo, do consumo solidário e dos clubes de troca. No entanto, é uma lacuna que demanda maior atenção, uma vez que tem pontos de contato com assuntos como o consumo e o consumismo, o meio ambiente e o modelo de desenvolvimento.

Em um trabalho conjunto e transdisciplinar, Max-Neef parte da crítica à teoria econômica convencional para apresentar uma matriz de necessidades humanas na perspectiva do “desenvolvimento a escala humana”. Segundo o autor:

Tal desenvolvimento se concentra e se sustenta na satisfação das necessidades humanas fundamentais, na geração de níveis crescentes de autodependência e de articulação orgânica dos seres humanos com a natureza e a tecnologia, dos processos globais com os comportamentos locais, do pessoal com o social, da planificação com autonomia e da sociedade civil com o Estado. (MAX-NEEF, 2001, p. 26).

O autor argumenta que um padrão diferente de desenvolvimento depende de um novo olhar sobre as necessidades, negando o axioma de que elas sejam ilimitadas e variáveis de acordo com cada cultura e período. Sobre isto explica:

O típico erro que se comete na literatura e análise acerca das necessidades humanas é que não se explicita a diferença fundamental entre o que são propriamente necessidades e o que são satisfações dessas necessidades. É indispensável fazer uma distinção entre ambos os conceitos – como se demonstrará mais adiante – por motivos tanto epistemológicos como metodológicos. (MAX-NEEF, 2001, p. 37).

Max-Neef propõe uma matriz em que as necessidades são classificadas de acordo com duas categorias – existenciais e axiológicas. As necessidades existenciais dividem-se em ser, ter, fazer e estar, enquanto as axiológicas apresentam-se como de subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação, identidade e liberdade. O cruzamento entre elas permite ilustrar a distinção proposta pelo autor no que diz respeito às necessidades:

[...] alimentação e abrigo não devem ser considerados como necessidade, mas como satisfatores da necessidade fundamental de subsistência. Do mesmo modo, a educação [seja formal ou informal], o estudo, a investigação, a estimulação precoce e a meditação são satisfatores da necessidade de entendimento. Os sistemas terapêuticos, a prevenção e os esquemas de saúde, em geral, são satisfatores da necessidade de proteção. (MAX-NEEF, 2001, p. 37-8)

É a partir destas hipóteses que conclui e justifica:

Primeiro: As necessidades fundamentais são finitas, poucas e classificáveis. Segundo: As necessidades humanas fundamentais [...] são as mesmas em todas as culturas e em todos os períodos históricos. O que muda, através do tempo e das culturas, é a maneira ou os meios utilizados para a satisfação das necessidades. (MAX-NEEF, 2001, p.38).

São vários os elementos que corroboram a indispensabilidade de uma nova percepção sobre o consumo rumo à construção de uma resposta eficiente para a crise da sociedade atual. Ainda de acordo com Max-Neef (2001, p.47-8)

Já não se trata de relacionar necessidades somente com bens e serviços que presumivelmente as satisfazem, mas de relacioná-las com práticas sociais, formas de organização, modelos políticos e valores que repercutem sobre as formas em que se expressam as necessidades.

Fizemos essa digressão<sup>104</sup> para sustentar que a economia solidária, ao atender as demandas básicas, é capaz de provocar uma revolução na percepção dominante de necessidades, seja a partir da noção de consumo, seja por despertar o desejo de satisfação de necessidades históricas. A fala abaixo caminha nesta direção:

*“o que eu entendo da Economia Solidária é exatamente a igualdade, é, entre as pessoas, é o consumo consciente, é você realmente fazer uso do que você realmente precisa, e não em razão da tua, sei lá, da própria ilusão de que o dinheiro, o teu potencial, não que isso, é eu tenho dinheiro pra comprar dez pães, mas eu só vou consumir dois, então, é isso que eu digo que a economia me traz essa consciência de eu dizer que eu vou comprar os dois, que são realmente o necessário.” (Entrevista n.3)*

A dimensão cultural joga em importante posição quando se cobra a falta de expectativas mais nobres ou ousadas quanto ao alcance da economia solidária. Os efeitos da convivência com a cultura capitalista não devem ser banalizados, e não se pode desconsiderar o tempo exigido para o processo de mudanças culturais.

A prática do trabalho autogestionário funciona a favor deste esforço, incluindo a propensão à criatividade que lhe é característica. Ao valorizar a criatividade como eixo adotado pela Bruscor, em Santa Catarina, as pesquisadoras resgatam sua relação com a utopia.

Criatividade não implica apenas encontrar respostas e solucionar problemas, mas especialmente fazer novas e criativas interrogações. Desejos, sonhos, utopias fazem parte do cotidiano. Há um aspecto de ideal de finalização a ser perseguido, e há outro aspecto a ser construído cotidianamente. A utopia transparece como uma dimensão a ser fecundada e alimentada constantemente. (PEDRINI et al. 2004, p. 123).

---

<sup>104</sup> Conforme BRASIL e BRASIL, 2009.

O conjunto de práticas dos empreendimentos econômicos solidários tensiona e enfrenta um desafio que é cultural e cuja relevância é apontada por Nuñez (2007, p.143).

La cultura de y la civilización engendradas por el sistema capitalista tienen el sello de la mercantilización capitalista; es por ello que una economía popular, un proyecto asociativo y autogestionario, un esfuerzo socialista alternativo, tiene que contar con una estrategia cultural que contrarreste la cultura capitalista y facilite las nuevas relaciones y los nuevos valores. La dificultad de un proyecto asociativo y autogestionario no está tanto en los aspectos económicos, sino precisamente en su emancipación del orden civilizado.

Participar desse processo, mesmo que levado por exigências econômicas, não assegura de antemão qualquer resultado concreto exitoso, mas talvez seu maior mérito seja o de provocar mudanças subjetivas, o que pode redundar em passos mais largos para transformações de maiores proporções.

## 8.2 UTOPIA SOCIAL

Afirma-se que a economia solidária possui uma dinâmica multidimensional, e seus resultados ecoam em diversos aspectos, alguns deles mais evidentes que outros. Sustentamos que a utopia é uma destas dimensões tocadas pela economia solidária, numa relação em que utopia e economia solidária se alimentam mutuamente.

Salienta-se que, entre tantos benefícios (o que não exclui o reconhecimento das dificuldades), a economia solidária é capaz de recompor um aspecto esquecido ou combatido pela economia capitalista: a capacidade de querer e agir para um futuro melhor, de sonhar e ter esperanças, de acreditar que “outra economia”, “outro mundo” é possível. Esta não é uma questão que deva ser negligenciada, pois traz à tona uma virtude pouco explorada e muito importante das experiências de economia solidária: a valorização da utopia – que é ainda mais relevante porque ocorre num contexto em que a utopia foi decretada morta, senão, ineficaz.

A nosso favor, Gutiérrez (2005, p.31) afirma:

o agir orgânico e o grupo comunitário têm que se assentar na utopia social, isto é, na utopia concebida como a antecipação de uma sociedade melhor

que a presente. Esta visão utópica é, em conseqüência, o referente obrigatório que motiva e alimenta o agir orgânico do grupo comunitário.

De acordo com Razeto, a economia solidária<sup>105</sup> é síntese de uma dupla força impulsionadora: “por un lado la necesidad, las sugerencias, los problemas inmediatos reales y actuales: por el otro, los ideales, los proyectos sociales, la apertura de caminos y perspectivas de esperanza y futuro, a menudo las utopías.” (RAZETO, 1997a, p.1).

O autor justifica:

América Latina ha sido y continua siendo tierra especialmente fértil para estas búsquedas y experiencias, porque en nuestros países abundan tanto las necesidades y problemas de sus agentes como los ideales y esperanzas de su población etárea y espiritualmente juvenil. (RAZETO, 1997a, p.1).

A economia solidária representa uma destas conjunções de enfrentamento e esperança, embora nem sempre sejam dimensões sincronizadas e quiçá reconhecidas. Mas é desta reunião que despontam as utopias.

Se originalmente os trabalhadores se reúnem para satisfazer as necessidades econômicas, a convivência no empreendimento pode instalar um processo em que outros anseios e necessidades despontem. Não que seja uma trajetória pré-determinada em que fases devem ser “cumpridas” sequencial e inexoravelmente, mas é uma possibilidade realista, fruto da capacidade de pensar criticamente sobre a realidade e da disposição para agir com vistas a superá-la ou transformá-la.

Como fenômeno social e recente, a economia solidária é chamada a dar respostas quanto a sua natureza e ao seu alcance, em que se confrontam duas posições antagônicas: de um lado, a desqualificação da economia solidária e, de outro, a valorização excessiva de suas potencialidades. Como é próprio de todo problema reduzido a um dilema ou apresentado de forma dicotômica, escapam-lhe várias outras possibilidades para apreciação.

A primeira não tem abrigo no movimento da economia solidária, sendo restrita ao campo teórico. Quanto às acusações de funcionalidade ou reformismo, elas são oriundas de determinados segmentos do campo teórico de esquerda, enquanto os setores conservadores parecem não ter emitido nenhum parecer sobre o tema.

---

<sup>105</sup> De acordo com o autor estas formas de produzir, distribuir e consumir assumem vários nomes: “cooperativismo, autogestão, mutualismo, economia associativa, comunitária, social, solidária, etc.” [www.economiasolidaria.net/textos/articulos/PonenciaPeru.php](http://www.economiasolidaria.net/textos/articulos/PonenciaPeru.php)

Aliás, este é um assunto que merece maior investigação, até porque a economia solidária integra uma política pública que está em constante interface com os governos estaduais e municipais de todas as orientações políticas e ideológicas.

Sobre a segunda questão, parece haver um consenso em torno da prudência em relação às expectativas otimistas, especialmente após a publicação de tantos estudos empíricos que de diferentes maneiras contribuem para não idealizar estas experiências. Em que pese a observação acertada, não há como negligenciar o fato de que as experiências sociais têm potencial para provocar mudança, cuja dimensão e direção podem ser as mais variáveis, e delas dependem vários fatores. Lembramos de Bloch (2006, p. 36,37) para quem “[...] o sonho tem a tendência do seu tempo” e com isto proclama “Todas as possibilidades somente alcançam a viabilidade dentro da história; também a novidade é histórica.”

Indubitavelmente as condições históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais se convertem em fatores aos quais as possibilidades de mudanças devem se sujeitar. Necessário é, portanto, que existam e persistam sonhos utópicos. Este é o fator preponderante, embora não exclusivo, para que mudanças possam ser operadas. As experiências sociais são potencialmente destinadas a tornar possível o impossível.

Assim sendo, o processo de formação revela-se de fundamental importância, tendo em vista que nele há espaço para frutificarem tais assuntos. Não há nesta afirmação qualquer tentativa de desqualificar o saber que cada trabalhador traz de suas vivências anteriores, tampouco de minimizar o conhecimento elaborado coletivamente durante o dia a dia do empreendimento.

Fazemos referência à formação política, além de técnica, realizada de maneira continuada e participativa e que deveria ser iniciada na fase anterior da própria constituição do grupo. A visão de Oliveira (2004, p. 336) condensa os conteúdos previstos para este tipo de intervenção.

...diante da necessidade de extrapolar os limites do empreendimento, é crucial que esses processos se desenvolvam com um forte conteúdo de crítica ao modo de produzir e de distribuir típicos da sociedade capitalista. A expectativa é que assim seja possível contribuir para elevar a consciência política crítica e ampliar a responsabilidade social na direção de questões mais gerais [econômicas, sociais e ambientais] dos envolvidos nessa construção social.

Se a principal motivação dos trabalhadores em integrar um empreendimento de economia solidária é alcançar uma oportunidade de trabalho e renda, a mesma motivação parece dar a linha das formações e assessorias, que priorizam a constituição e consolidação dos grupos, relegando a dimensão política – em se pensar criticamente e alternativamente sobre o sistema atual – a um quase eterno segundo plano.

Dissemos “quase eterno” porque são numerosas e crescentes as demandas de um grupo que luta para viabilizar sua sustentabilidade, aprendendo o exercício da autogestão e abrindo trincheiras diariamente.

A formação, neste ponto de vista, corre o risco de se limitar às demandas mais imediatas e concretas – o que já não é pouca coisa – descuidando da discussão sobre um projeto de sociedade. Articular esses dois objetivos não é tarefa fácil, mas é o caminho pelo qual se deve persistir, caso se mantenha o propósito para além de uma perspectiva voltada para o atendimento de necessidades do presente. Com a declaração abaixo é possível dimensionarmos o problema.

*“mas o problema é que os assessores querem dar muita formação e os empreendimentos precisam trabalhar, às vezes tem uma formação que não é adequada pro seu produto, e você tem que participar né dez, quinze dias, e se você ficar só com o seu empreendimento, quinze diz você ficar sem produzir, mesmo os outros produzindo, ele não vai produzir pra você, não adianta que você vai trabalhar pra mim mesmo eu tanto fazendo, ele não vai.” (Entrevista n.12)*

Ao propor uma pedagogia para a produção associada que combine objetivos sociais e econômicos, Tiriba exemplifica como a formação pode contemplar ambas as dimensões, pelo ponto de vista do empreendimento.

[...] quem são os consumidores que os trabalhadores vão privilegiar: os do shopping Center ou os da comunidade? É possível inserir-se tanto na esfera do mercado de intercâmbio como na esfera do mercado solidário? Com que critérios? Além disso, quais são as implicações políticas dos diferentes tipos de relação produtor-consumidor no processo de circulação de mercadorias? Indubitavelmente, responder a tais perguntas pressupõe não só uma aprendizagem técnica, mas também a definição e redefinição de um projeto político com respeito à possibilidade de, no próprio interior de uma sociedade de mercado, estabelecer relações sociais e econômicas de ‘novo tipo’. (TIRIBA, 2001, p. 221).

O desencontro de expectativas entre trabalhadores e formadores deve ser também matéria de debate, sempre através de uma dinâmica que preza dois

horizontes temporais distintos. Quando mergulhados em problemas do presente, o futuro fica ainda mais distante.

Pautam a agenda de eventos e fóruns, há vários anos, as mesmas reivindicações que tentam dirimir as mesmas dificuldades (marco legal, comercialização, crédito, formação) sobrando pouco ou nenhum tempo para que se possa refletir sobre o futuro. Neste depoimento a resolução de tantos impasses converte-se no maior desejo quanto ao futuro da economia solidária:

*“ah no futuro nós vamos chegar numa plenária, numa conferência onde os nossos problemas tipo não são esses que nós temos agora, e que vai ser outras discussões e não essas que nós temos, coisas que já era pra ter resolvido quatro, cinco anos atrás e a gente ainda estamos ‘batendo na mesma tecla’ hoje.” (Entrevista n.14)*

Podemos dizer que o debate recai sobre análises e avaliações das experiências de economia solidária e não sobre o projeto da economia solidária. Como decorrência, as críticas ao sistema capitalista aparecem de forma esmaecida, e a visualização de um futuro radicalmente diferente é menos evidente.

A produção intelectual que versa sobre esta temática deveria ser apropriada pelo conjunto dos atores da economia solidária. As análises acerca da abrangência da autogestão e da potencialidade do trabalho cooperativo, por exemplo, poderiam ser incorporadas de forma mais clara e contundente nas formações e debates.

Não por coincidência, os trabalhadores para quem a economia solidária advém de uma proposição assentada na crítica são aqueles com nível de escolaridade mais elevado, supostamente com maiores condições de acessar os conteúdos acima mencionados. Outro aspecto em comum deste discurso mais militante é o fato de que foram proferidos por lideranças dos empreendimentos econômicos solidários, eleitos delegados na II CONAES.

As duas falas na sequência expressam abertamente a utopia de substituição do capitalismo pela economia solidária, mas notadamente nenhuma menciona o socialismo.

*“[...] acho que a Economia Solidária é um processo, porque é uma quebra de paradigma [...] é luta, resistência. [...] Ela vai ser um modelo de desenvolvimento hegemônico.” (Entrevista n.18)*

*“eu trabalho na Economia Solidária hoje porque eu acredito que vai ser substituído, é uma economia que tá nascendo que vai substituir o capitalismo sim, porque as pessoas tem direito a ter uma vida melhor [...]eu acho que a Economia Solidária vai acabar conseguindo substituir o*

*capitalismo... Por enquanto a gente tá ainda numa luta muito inicial que é de divulgação da Economia Solidária, de levar leis né, a gente tá aqui em Brasília pra isso, pra conseguir leis, pra conseguir espaço, ainda tá numa momento de luta, de conseguir espaço de divulgar, a gente ainda tá nesse processo inicial, mas eu acredito sim que daqui há alguns anos, daqui há uns bons anos, eu não sei quantos anos, vai substituir, porque eu acho que o mundo vai ficar insustentável com o capitalismo e as pessoas vão se conscientizar que elas tem direito de ter uma vida decente, de ter alimentação, de ter água, de ter oxigênio bom pra respirar, e ainda não tem.” (Entrevista n.16)*

Esta convicção ou vontade não é consensual. Na maioria das vezes ela sequer foi considerada e, em outros casos, arranjou-se outra saída para o pretense confronto capitalismo versus economia solidária, como nos releva a próxima citação.

*“em todo movimento existe radicalismo né, existem pessoas que ponderam e outras que acham que... algumas pessoas que pensam que a Economia Solidária ela não é só uma outra economia, ela é uma economia a mais do capitalismo entendeu? Que derruba, eu acho isso realmente, num país onde, no mundo onde nós vivemos, eu acho, se você tiver uma visão que você pode exatamente só uma outra economia, uma opção paralela ao capitalismo eu acho já vamos estar muito bem encaminhados, agora você imaginar que essa economia sucumbir o capitalismo eu acho que é a parte que você falou que é impossível.” (Entrevista n.3)*

*“a gente não quer é acabar com o capitalismo, a gente só quer amenizar a situação, entendeu, porque o capitalismo tá muito acima da Economia Solidária, tem uma desigualdade muito grande, a gente só quer igualar as coisas. O capitalismo vai sempre existir, então a Economia Solidária, quando ela estiver no mesmo patamar, aí as pessoas vão decidir o que elas querem, se elas querem ter um patrão rígido, entendeu, ou elas querem uma economia igualitária, onde você não é obrigada a trabalhar tantas horas se submetendo a isso ou aquilo [...]” (Entrevista n.14)*

O fato de considerarmos legítimas ambas as perspectivas – a de substituição e a de convivência do capitalismo – não nos exime de verificar que, diante do desencontro entre as duas posições, fatalmente uma delas será frustrada. Não é difícil acreditar que este motivo possa se converter em razão para criar dissidências dentro do movimento, como uma espécie de reedição de algo conhecido dentro da esquerda, forjando uma suposta rivalidade entre uma economia solidária reformista em contraposição a uma economia solidária revolucionária. Já sabemos que este tipo de resolução tem potencial para alongar-se em infundáveis discussões, nem sempre com ganhos em termos de práxis.

Não se propõe nem se defende evitar o debate teórico, ao contrário, ele deve ser realizado de forma mais constante, e dentro dele a utopia deve ocupar um espaço estratégico. Pautar esta questão não significa resolvê-la, nem mesmo optar de pronto por uma decisão, mas sim, incorporá-la fortemente como um assunto que reverbera no futuro e no presente do movimento.

Isso posto, as categorias de utopia concreta e abstrata nos ajudam a pensar na utopia como um exercício de imaginação que, mesmo na impossibilidade de ser concretizada, ainda é preferível a uma imaginação anestesiada ou amedrontada. Propomos que seja estimulado o exercício de imaginação para que utopias sejam produzidas, debatidas e reconhecidas em seu caráter abstrato ou concreto a fim de sinalizar as lutas com maiores chances de serem ganhas e aquelas para as quais ainda se deve esperar um horizonte maior de tempo – ou que devam ser abandonadas. Mas não devemos esquecer que uma utopia é também um exercício de diagnóstico crítico, portanto, este aspecto também deve ser valorizado e intensificado.

Junto à crença do potencial de transformação da economia solidária e de seu caráter processual, há, no depoimento seguinte, elementos que nos fazem lembrar a distinção de Bloch acerca do otimismo militante e do otimismo fraudulento, calcados nos avanços colhidos pela realidade.

*“hoje, o que ela pretende ser, o que ela tem na teoria, ela é uma utopia hoje [...]a gente vai constatar que a Economia Solidária plena não existe no Brasil hoje e talvez em nenhum lugar do mundo, mas tudo é um processo, os grupos hoje estão muito mais avançados do que estavam cinco anos atrás entendeu, então tudo é processual, a gente não pode ser purista mas também não pode ser ingênuo, né, então é esse processo que a gente tem que compreender pra ter clareza pra não pensar que tudo está perdido ou que também tudo tá ganho.” (Entrevista n.18)*

O otimismo que transparece nesta fala não nos parece desprovido de contato com a realidade e por isso o situamos como otimismo militante, que representa o padrão encontrado nos trabalhadores entrevistados, embora possa variar de um otimismo mais cauteloso até um mais entusiasmado, mas sempre condicionados ao trabalho e à ação. Tal otimismo não espera por mudanças a curto prazo e sabe que depende de outros fatores para se consumir. No exemplo abaixo podemos confirmar esta postura, que admite a dimensão cultural como integrante deste processo, bem como a imprevisibilidade que permeia o futuro em aberto.

*“talvez eu não pegue isso, porque talvez, é uma mudança estrutural muito profunda do capitalismo, embora seja novo nessa nossa sociedade, ele tem um poder muito grande de se enraizar em nossas almas, em nossos pensamentos, nos nossos corações, e a Economia Solidária vem nessa onda de mudança de contexto que promove uma maior reflexão com relação a isso, isso é paulatino, a gente vê que a sociedade tá mudando, a gente vê que é um processo muito pela mudança estrutural sistemática, processual, talvez eu não pegue isso, mas o que eu tô batalhando hoje pra construir um futuro melhor pras futuras gerações né, que se baseia na*

*sustentabilidade, então mas quem sabe eu não possa ver mais do que eu ainda imagino [...]” (Entrevista n.18)*

Nos dois últimos depoimentos, tem-se a visão de que a economia solidária ultrapassa a tarefa de amenizar o problema do desemprego para se constituir como outro paradigma, resultado de uma escolha em sintonia com o momento atual.

*“não é experiência, não é uma solução emergencial para a vida de um povo que se encontra em dificuldade, não a Economia Solidária não é isso, é um novo caminho a ser trilhado, um novo paradigma que tem que ser implementado, a economia é, que pode ser entendida como a convivência de seres humanos que trabalha e produz, e comercializa e vive um convívio solidário” (Entrevista n.22)*

*“ela tá em processo né, porque muitas vezes você tá em situação muito precária, tem gente desempregada, tem agricultor sem terra, tem agricultores de periferia de cidades, então a Economia Solidária ela tá oferecendo possibilidade de saídas dessas situações emergenciais para realmente um trabalho novo e uma economia nova, é um processo, não é que a Economia Solidária seja já um sistema implantado em todo o Brasil, ao contrário né, alias no Brasil nós temos hoje a gente pode dizer que existe dois caminhos, e como o Brasil é um país que a gente pode dizer que esta se emergindo, todo mundo fala que o Brasil é uma economia emergente, a gente tá num momento decisivo, ou a gente vai pra um lado ou a gente vai pra outro, ou a gente vai virar igual a um país da Europa, que hoje tá em crise exatamente por isso, porque escolheu o caminho do capitalismo, da riqueza concentrada e do consumismo, com conseqüência muito grave por todo o planeta inclusive, e o outro caminho que é uma economia diferenciada que é a Economia Solidária, economia coletiva, onde a felicidade também é muito importante, que não faz parte da contabilidade do PIB, como o professor esta lembrando no começo da conferência né, então eu acho que a Economia Solidária leva pra esse outro caminho, e você perguntou se a gente pode constar isso, é, na medida em que ela se realiza traz estas diferenças.” (Entrevista n.22)*

A felicidade, utopia última, surge como derivação possível a partir da economia solidária. Ela se inscreve no rol do que chamamos de utopias universais e que foram frequentemente citadas pelos trabalhadores. Justiça, igualdade, liberdade, autonomia, respeito, além da felicidade, são alvos visados, embora mencionados de forma retórica e sem aparente reflexão a respeito dos caminhos que podem conduzir a eles, com raras exceções como a trazida acima. Sobre elas, nos debruçamos na última sessão deste capítulo.

### 8.3 “UTOPIAS UNIVERSAIS”

Bloch analisou criticamente tantos os exageros dos utopistas abstratos, como Fourier, Saint-Simon e More, quanto as contenções das utopias reacionárias de Platão e as pessimistas de Santo Agostinho.<sup>106</sup>

Se as primeiras já foram motivos de advertência em capítulos anteriores, as últimas são denunciadas como uma forma de “estreitamento” sofrido pelo utópico, o que leva o autor a concluir:

[...]é necessário esquecer os desejos rasos e compreender como um todo a essência utópica, isto é, o suprimimento intencionalmente completo das necessidades e os desejos profundos que ainda precisam ser desejados; sua satisfação levaria a uma felicidade impossível de embotar, que aumentaria cada vez mais a plenitude humana. (BLOCH, 2006, p.35).

O autor complementa:

As próprias utopias sociais dependem desse todo, ao qual querem e devem se alçar ao final, ultrapassando-se a si mesmas em seu próprio domínio, preocupadas em atingir condições sociais radicais, absolutamente boas. (BLOCH, 2006, p.35).

Constatamos a permanência de determinadas utopias ao longo da história, mesmo que se apresentem com diferentes nuances ao longo do tempo. A tríade herdada da esquerda francesa (liberdade – igualdade – fraternidade) se perpetua até hoje nos movimentos sociais, como uma espécie de “tradição subversiva do inacabado, ‘do ainda não existente’, das promessas não cumpridas.” (MOUTERDE, 2003, p.10).

Na economia solidária são valores que se fazem perceber, senão como prática, como perspectiva para o futuro. Mais do que pensar em termos de socialismo e capitalismo, são eles que definem, para a maioria dos trabalhadores consultados, o sentido da utopia. Todavia nos perguntamos até que ponto faz sentido nomeá-los como utopias.

Esta questão se coloca não apenas como desafio teórico, mas porque a economia solidária é recorrentemente ligada a eles. A identificação da economia solidária com uma utopia universal é sintetizada por Cruz (2006, p. 296, grifo nosso), que afirma a respeito de sua dinâmica:

---

<sup>106</sup> BLOCH, E, O Princípio Esperança v.2, p. 34-35

Os cenários desta dinâmica estão em aberto. Suas co-relações complexas não são previsíveis, uma vê que aqui, mais que em qualquer outro espaço econômico, as expectativas dos agentes respondem a estímulos que ultrapassam a ordem do econômico, incorporando-os à ordem do sócio-político, e para além disso, à ordem do ideológico-utópico. **De uma utopia que reside na incrível diferença que é, nos dias de hoje, propor a igualdade; da uma utopia da solidariedade como forma de diferenciação, em um mundo em que a diferença é a única coisa igual em toda parte.**

As entrevistas mostraram que a crença nestes valores embala grande parte do imaginário dos trabalhadores, que as associam com resultados provenientes da economia solidária, numa visão otimista quanto ao seu futuro.

*“Esperança...de um futuro melhor, de um mundo melhor....um mundo de igualdade” (Entrevista n.14)*

*“Olha, pra mim Economia Solidária é o trabalho coletivo, autogestionário e o companheirismo, a união das pessoas que trabalham que nem na associação não precisa fazer o mesmo produto, mas todos se cooperam nas feiras, fazem escalas pra não sobrecarregar ninguém dividi-se tarefas, então pra mim Economia Solidária é isso é tá atuando junto, em grupo, com consciência, com educação, com vontade e união né, porque se a gente não tiver companheirismo união ali o negócio não vai.” (Entrevista n.21)*

*“Economia Solidária hoje, eu creio que ela seja a porta do futuro. O futuro de prosperidade, com muita abundância, paz, harmonia e muito amor.” (Entrevista n.6)*

*“Economia Solidária é ter uma qualidade de vida melhor, um tipo de vida menos acelerado, com respeito ao ser humano principalmente mais acentuado, respeito com as crianças, com o meio ambiente, eu acho que o diferencial da Economia Solidária é esse, o respeito com o ser humano.” (Entrevista n.16)*

*“Um novo jeito de viver... com mais liberdade, com mais autonomia.” (Entrevista n.17)*

*“O que de melhor na Economia Solidária é amizade, respeito, companheirismo, dedicação, colaboração...” (Entrevista n.20)*

Igualdade, solidariedade, cooperação, companheirismo, amizade, respeito e liberdade são valores associados à economia solidária. Serão valores possíveis de serem alcançados, e em que condições? São valores ideais ou utópicos?

Não vamos recuperar a história desses valores, mas sabemos que há tempos eles funcionam como bússola para várias sociedades, inclusive no capitalismo. Contudo, nos detemos a observar que, mesmo proferidos em discursos orais e escritos, sem opositores declarados, estes valores estão longe de ordenarem o sistema capitalista, e mesmo antes dele estes valores não eram praticados, mas não é esta nossa discussão.

É inegável, entretanto, que o capitalismo, em especial o neoliberal, não é capaz de permitir que floresçam estes valores, pois se trata de interesses conflitantes. No nível do discurso é possível afiançar uma defesa retórica, mas que na prática é derrubada pelo seu *modus operandi*. O próprio tratamento reservado às utopias pode servir de amostra do que estamos defendendo. Este vaticínio se espalha e envolve todas as relações, das quais a economia solidária não está a salvo.

A defesa intransigente dos valores de igualdade, liberdade e fraternidade é historicamente ligada à esquerda e as propaladas dúvidas quanto à autenticidade em separar esquerda e direita não devem obscurecer as diferenças que subsistem entre elas. Nos apoiamos em Sousa Santos (2009, p.2, grifo nosso) para definir o campo da esquerda.

Esquerda é o conjunto de teorias e práticas transformadoras que, ao longo dos últimos cento e cinquenta anos, resistiram à expansão do capitalismo e ao tipo de relações econômicas, sociais, políticas e culturais que ele gera, e que assim procederam na crença da possibilidade de um futuro pós-capitalista, de uma sociedade alternativa, **mais justa**, porque orientada para a satisfação das necessidades reais das populações, e **mais livre**, porque centrada na realização das condições do efectivo exercício da liberdade. A essa sociedade alternativa foi dado o nome genérico de socialismo.

No discurso conservador há um simulacro destes valores que correspondem à diferença, à liberdade restrita e à caridade. Neste campo nos orientamos por Pierucci (1990, p.8), que avalia sobre o pensamento de direita:

Para um indivíduo desta direita, o discurso não palatável, aquele que mais do que qualquer outro desencadeia sua violência verbal, lhe arranca imprecações, injúrias e acusações não raro ferozes, aquele que provoca sua ojeriza e lhe causa urticária é, ainda hoje, duzentos anos depois, o discurso dos Direitos Humanos.

Daí tem-se que os valores que poderíamos considerar como universais não o são verdadeiramente. Para Gramsci, no período do renascimento até o século XIX, as utopias eram fundadas em um princípio moral, depois, ao contrário, a importância dos valores cedeu lugar para projeções de fatos e detalhes sobre o funcionamento do futuro.

Sendo assim, os depoimentos dos trabalhadores convergem para um futuro baseado, sobretudo, em valores: o sonho de um mundo mais igual, mais solidário, mais livre não deve ser desprezado, tampouco deixado de lado quando se buscam

revelar as utopias da economia solidária. São princípios morais que vão guiar as ações e conformar as utopias.

Em geral, reina uma espécie de consentimento e simpatia no uso da palavra utopia quando associada a um teor moral, diferentemente de quando é aplicada ao contexto político, conforme observado por Buey. O autor manifesta esta dessintonia “A utopia, que é uma boa e sã palavra, indiscutível do ponto de vista da moralidade, resulta insuficiente e ambígua quando passamos ao plano histórico das idéias políticas”. (BUEY, 2007, p.13).

A utopia não faz casa quando a moral expurga a política, e também não o faz quando a política se resume à “arte do possível”, no entendimento estreito sobre o conceito de possível. Deste último vem um discurso utópico que é palatável e aplaudido, desde que se saiba irrealizável. O fato de imaginar um futuro impossível pode até render simpatia geral, mas contribui para reforçar o preconceito de que vivemos no melhor dos mundos possíveis, e que a utopia nada pode mudar neste estado de coisas. (BUEY, 2007).

Uma utopia não deve partir-se em duas faces distintas, uma separada da outra; não devemos ter que escolher entre uma dimensão moral ou uma dimensão política, pois se os concebemos em separado, eles não serão projetos utópicos, no sentido com o qual concebemos o conceito. Nem mesmo seria uma utopia abstrata, pois esta ainda é um sonho legítimo, mesmo que irrealizável.

Nesta pugna cotidiana e permanente em que valores e políticas são colocados à prova, em que racionalidades e práticas antagônicas estão em disputa, pequenos gestos que retratam mudanças de comportamento devem ser comemorados.

Sob o império do individualismo, por exemplo, é reconfortante conferir amostras dissidentes, como na declaração que segue: “[...] tu cresce, tu conquista, mas em conjunto, tu não conquista individual[...]” (*Entrevista n.9*)

Ainda que em pequenas proporções, fragmentos destas utopias consideradas universais estão presentes nas experiências de economia solidária e não devem ser ignoradas. Reduzir a economia solidária a atos de solidariedade é um engano, na mesma medida em que é desprezá-los ou analisá-los como um comportamento banal ou aleatório. O exemplo abaixo revela uma situação cotidiana em que os valores ultrapassam o plano retórico e ideal.

*“acho que é essa amizade, essa convivência entre as, todas as pessoas que trabalham, se a gente sai num ônibus, vamos supor, todos são amigos, todos te cooperam, todos te ajudam, isso é importante, se tu vai fazer uma feira lá no centro, tu tá com uma sacola aqui outra lá, ah fulano eu vou lá, eu vou te ajudar depois tu me ajuda, isso é um conjunto de, que é só um ajudando ao outro, isso é bonito não é?” (Entrevista n.10)*

Na próxima fala mostramos que este não é um comportamento padrão ou uniforme, evitando assim idealizar os trabalhadores da economia solidária, vendo-os indistintamente equipados com valores e comportamentos solidários.

*“economia Solidaria ela prega alguns valores de igualdade, de equilíbrio, que eu particularmente não vejo isso, entendeu, o que eu vejo possível que já ia me deixar muito contente é ver exatamente isso, é ver esses conceitos colocado na Economia Solidaria colocados em papéis, viram prática, porque você tem por um lado a teoria da Economia Solidaria, né, você tem os valores, e aí você vai prática e você descobre que não é bem assim” (Entrevista n.3)*

Na teoria de Bloch, o homem não tem uma natureza humana, mas uma história, o que condiz com a seguinte explicação:

El hombre no es algo fijo y determinable de antemano, dotado de propiedades constantes que pudieran servir para deducir de su concepto un sistema normativo.[...] En su condición y en sus fundamentos ‘el’ hombre es una X, y en su determinabilidad histórico-moral, un producto en cada caso de la situación social. Hay que invertir los términos y situar la ‘naturaleza humana’, no entre los principios apodícticos, sino en la intencionalidad de la historia. (VICÉN, 1979, p. 59).

Podemos supor que as experiências com a economia solidária têm potencial para provocar mudanças subjetivas e alterar comportamentos, apesar de não ser um processo fácil, rápido e inexorável.

A heterogeneidade que marca a economia solidária está presente na coexistência de diferentes sujeitos, na variedade de motivos que levaram trabalhadores e optar pela inserção e pela manutenção nos empreendimentos econômicos solidários. Os motivos iniciais mesclam-se com outros, adquiridos no convívio e na vivência, fruto das experiências e dos sonhos construídos na prática do trabalho coletivo, e nem por isso forma-se um conjunto homogêneo de anseios e expectativas.

A utopia pode funcionar como uma força mobilizadora para a adesão à economia solidária, assim como ela pode ser produzida durante o processo de experimentar e aprender que as alternativas são possíveis e que, para isso, é necessário que sejam desejadas. Entre a opção política e a necessidade material, a

utopia pode se instalar, mesmo que nem sempre seja assumida como tal, ou ainda que não seja assim reconhecida ou nomeada. Trazer à tona esta vertente utópica, valorizando e questionando-a quando ela já estiver manifesta ou latente, ou incitando-a se for o caso, é um desafio que pode se converter em uma imensa virtude da economia solidária.

Nas palavras de Singer (2005, p.11) a essência da economia solidária transparece, imiscuindo-se aspectos práticos e utópicos:

A economia solidária é a resposta organizada à exclusão pelo mercado, por parte dos que não querem uma sociedade movida pela competição, da qual surgem incessantemente vitoriosos e derrotados. É antes de qualquer coisa uma opção ética, política e ideológica, que se torna prática quando os optantes encontram os de fato excluídos e juntos constroem empreendimentos produtivos, redes de trocas, instituições financeiras, escolas, entidades representativas, etc., que apontam para uma sociedade marcada pela solidariedade, da qual ninguém é excluído contra vontade.

Se inicialmente buscávamos legitimar a utopia na economia solidária desde que ela se mostrasse concreta, isto é, possível de realização, no decorrer da pesquisa adotamos outra postura, a de considerar que também as utopias abstratas são bem-vindas. Ansiar pela igualdade, justiça, solidariedade, quando analisado o contexto da economia solidária, indica que estamos nos dirigindo contrariamente à lógica da resignação, o que em tempos de capitalismo não é pouca coisa. Mais do que fazer parte de um discurso – o que é habitual – estão inseridos num quadro de experiências pessoais que podem se adensar quando combinado com práticas econômicas e políticas, com desfecho sempre em aberto.

Um dos assuntos desenvolvidos por Bloch versa sobre os direitos naturais em comparação às utopias sociais, no qual o autor faz um panorama histórico sobre cada um deles para então traçar alguns paralelos. Recorremos a esta análise para ponderar de forma análoga sobre os direitos universais mencionados nas entrevistas, fixando-nos nas críticas feitas pelo mesmo autor.

Bloch reconhece certa identificação entre utopia e direito natural<sup>107</sup>, afirmando como utópicos os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, por exemplo. Advém daí parte de sua crítica, conforme assinala Vicén: “El ‘gran riesgo’ del Derecho Natural, como el de toda utopía, es el del carácter abstracto de sus construcciones: la formulación de posibilidades o de exigencias que no tienen su raíz en la dialéctica

<sup>107</sup> Sobre este debate, consultar: Bloch, (2006); ALBORNOZ (2002); VICEN (1979), entre outros materiais.

histórica de lo dado, sino que descansan en la pura elucubración de lo debido en si.” (VICÉN, 1979 p. 57).

Revelar o caráter abstrato, ideológico, idealizado e anti-histórico é o objetivo de Bloch, que não professa uma crítica dos direitos em si, mas da forma com que são tratados na sociedade capitalista, o que equivale a dizer, da forma com que deixam de ser tratados por ela. Tais direitos excedem a possibilidade inscrita no horizonte deste sistema, permanecendo indiscutivelmente como ideais e abstratos.

Considerá-los de forma histórica é mirar para a capacidade de mudança, e nela prever que o movimento da história possa dar conta de torná-los possíveis. Assim sendo, pode fazer diferença quando esses direitos estão conectados com experiências que de fato concorrem para promovê-los. Neste sentido nos perguntamos se é possível, através da economia solidária – em seus movimentos de tendências e latências - transformar direitos retóricos e ideais em práxis.

Retomando os depoimentos dos trabalhadores vemos que alguns deles asseguram que já sentem presentes alguns destes valores como decorrência das experiências de economia solidária, especialmente aqueles vinculados à solidariedade e amizade. Outros, no entanto – e neste caso é a maioria – citam-nos menos como proposição viável para o futuro, e mais como indicativo ético, neste caso, igualmente abstrato e ideal.

Promover estas reflexões é parte do exercício em que as utopias devem ser confrontadas com a realidade, no sentido em que Bloch a compreende, e a partir disto sabê-las concreta ou abstrata. Mais uma vez nos apoiamos no autor, ao nos fazer lembrar que:

Destino é necessidade não decifrada, não dominada. Liberdade é necessidade dominada da qual desapareceu a alienação e da qual emerge verdadeira ordem, a saber, o reino da liberdade. A utopia tornada concreta fornece a chave para ele, para a ordem não alienada na melhor de todas as sociedades possíveis. *Homo homini homo* [ O Homem é ser humano para ser humano ] : isto é, portanto, que significam os rudimentos de um mundo melhor, no que diz respeito à sociedade. (BLOCH, 2006, p.178).

É digno de nota que o socialismo incorporou os anseios por igualdade, justiça e harmonia, – temas herdados de utopias como as de More, Campanella, Owen, entre outros, – com as preocupações com o bem estar e autonomia dos mais empobrecidos. (NUÑEZ, 2007) A partir desta constatação, voltamos ao debate sobre

os pontos de contato entre economia solidária e socialismo, mas com a forte ressalva de que esta relação não foi destaque nos depoimentos dos trabalhadores.

Ao invés de utopia e socialismo, assistimos a menções frequentes sobre valores universais e o desejo de uma vida boa. Este último nos fez buscar aporte teórico no conceito de bem viver, categoria que vem despontando nos debates sobre movimentos sociais, e que pode apresentar interfaces com os desejos expressos anteriormente. Inadvertidamente, a nosso ver, há uma associação entre eles, conforme pode ser lido no documento final da II CONAES:

A economia solidária tem origens remotas na história das sociedades humanas. Ela está intimamente relacionada à luta pela autodeterminação dos povos, ao reconhecimento do conceito de bem-viver e se expressa cotidianamente nas lutas dos povos e comunidades tradicionais contra a mercantilização da vida, em favor dos bens comuns, da gestão comunitária e da reciprocidade. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2, 2010, p. 10)

Nossa crítica reside na forma pouco elaborada em que tal relação é feita, que tem feições de um recurso retórico ao invés de uma construção teórica que estabelecesse um diálogo (necessário) entre ambas.

*Sumak Kawsay* (quíchua equatoriano) e *Suma Qamaña* (aimará boliviano), conceitos indígenas inseridos nas constituições do Equador (2008) e Bolívia (2009) são traduzidos como Bem-Viver ou Viver Bem<sup>108</sup> ( Buen Vivir ou Vivir Bien).

Como a economia solidária, o bem viver compõe um projeto anticapitalista, que na visão de León T. tem a seguinte configuração:

El Buen Vivir articula un acervo de visiones y prácticas presentes en nuestra historia y en nuestra realidad contemporánea y que por tanto son el sustento concreto de las alternativas. El Buen Vivir no es sólo una utopía hacia futuro, sino que nombra también porciones de nuestra realidad; hay en el aquí y ahora, en nuestro día a día, por así decir pedacitos de Buen Vivir que hacen viable esta propuesta. (LEÓN T., 2010, p.24).

Tal proposição contemplaria, na visão da autora, demandas dos povos ancestrais, dos movimentos feministas e ecológicos, que ganhariam do ponto de vista econômico uma arquitetura desenhada com vistas a uma “economía para la

<sup>108</sup> A melhor tradução para *Sumak Kawsay* (ou *Teko Porá*), de acordo com Regazzoni, é o de Vida Boa. Para Arkonada (2010) e Macas (2010), a tradução escolhida é Vida em Plenitude. O primeiro deles explica: “Em aimará, Suma é traduzido como algo muito bom, excelente, plenitude. E Qamaña como conviver, viver em definitivo, de modo que o termo Suma Qamaña poderia ser traduzido mais aproximadamente como ‘vida em plenitude’, e uma tradução similar pode ser feita do termo quíchua Sumak Kawsay.” ( ARKONADA, 2010, p. 11)

vida”. Como uma síntese destes movimentos, é capaz de projetar uma utopia desde as vivências do presente.

Este paradigma é composto pelas dimensões social, econômica, cultural e religioso-transcendental que se fundem em um sistema que preza pela solidariedade, convivência, reciprocidade e qualidade de vida em que a comunidade e a natureza vivem harmonicamente. (REGAZZONI, 2010).

Não deve ser confundido com a noção capitalista de bem estar, pois nela a possibilidade de viver melhor só é permitida quando o outro passa a viver pior, seguindo a lógica individualista e excludente. Ao contrário, o bem viver se pauta na valorização da vida em comunidade e no reconhecimento da natureza como sujeito de direitos, e não como recurso utilizado para gerar lucro. (RAUBER, 2010; AVENDAÑO, 2010; CÉSPEDES, 2010; ARKONADA, 2010 )

Ainda com o intuito de marcar a diferença e a oposição entre aqueles conceitos, nos valem do que escreveu Arkonada:

O paradigma do Viver Bem ensina-nos não a viver melhor, mas sim a viver bem com menos. Ele precisa ser um marco na educação. Precisamos criar uma ética de Viver Bem e reconstruir um pensamento e uma forma de vida mais comunitária, com outras formas de repensar as relações interpessoais e a economia, um equilíbrio entre a cultura da Mãe Terra, em que complementaridade ou a reciprocidade sejam as duas faces de uma mesma moeda. (ARKONADA, 2010, p. 13).

Destas distinções depuram-se os valores sobre os quais está assentado o bem viver, expresso na visão de Acosta (2010, p.24):

Las equidades, tanto como la igualdad y la libertad, así como la justicia social [productiva y distributiva], tanto como la ambiental están en la base del Buen Vivir [sumak kausay]. Las equidades, basadas en la búsqueda de la ‘igualdad sustantiva’ [István Mészáros], entonces, tendrían que venir como resultado de un proceso que reduzca dinámica y solidariamente las desigualdades e inequidades existentes.

Fizemos esta digressão para situar com a devida cautela os depoimentos dos trabalhadores que, a despeito destas singularidades, manifestaram anseios em torno do que chamaram de uma “vida boa”. Diante da incidência em torno desta ideia, buscamos compreender seus significados, expostos na sequência.

*“ah, uma vida boa é você ter saúde, é teus filhos estarem na escola, é você ter amigo, é você trocar experiência, você poder trabalhar no que você*

*gosta [...] você não ser escravo de nada, de nada e nem de ninguém [...] eu acho que isso é uma vida boa, você ter as suas necessidades, ter a sua alimentação, seus filhos ter alimentação deles, ter educação que isso é básico.” (Entrevista n.13)*

*“uma vida boa é você chegar em casa ter uma comida num prato, é não ter dívidas pra pagar, não ter preocupação entendeu, ter uma satisfação com a sua vida, não ter preocupação [...] não ter essas preocupações é uma vida boa entendeu, eu tenho essa vida boa porque eu não tenho horário pra mim chegar, eu só tenho que me agendar pras minhas atividades, entendeu, é isso que é uma vida boa pra mim.”(Entrevista n.14)*

*“vida boa é você não ter preocupação graças a Deus, preocupação é só com as crianças, você trabalha você vai se preocupar com eles, mas graças a Deus meus filhos tem saúde, Deus deu saúde boa pros meus filhos, trabalho, nunca me deram trabalho, estudam muito bem, nunca me deram trabalho na escola, graças a Deus[...].”(Entrevista n.15)*

*“o viver bem é quando o cara trabalha e produz e o seu trabalho, faz com que os outros possam ser beneficiados, é uma rede, é de troca[...] porque a vida é assim, a gente não vive sozinho, a gente precisa do outro, e o outro precisa da gente.”(Entrevista n.22)*

Nas falas destacadas, os registros de uma vida boa encontram-se no horizonte das experiências e expectativas da economia solidária, com ressalva para aqueles em que a presença de Deus é nomeada. Sem fazer parte do arcabouço teórico do bem viver, também não se filiam ao bem-estar capitalista, sinalizando um campo aberto para maiores investigações, sob o risco de vulgarizarmos os conceitos.

A esse respeito, Arkonada avalia os riscos associados à disseminação do conceito: “... precisamente há um grande risco – depois de institucionalizarmos o termo Viver Bem na Constituição – de esvaziá-lo de conteúdo, de que acabe sendo algo sobre o qual os intelectuais escrevem e ao qual, como conceito de moda, as ONGs dedicam Fóruns” (ARKONADA, 2010, p. 11).

De certa forma admitimos que o mesmo perigo rondou e ronda os conceitos de utopia e de economia solidária. Em relação à utopia, já comentamos sobre os caminhos e descaminhos de sua aceção, e a respeito da economia solidária este problema merece atenção por diversos motivos.

Com a ânsia de ver a economia solidária adquirir grandes proporções quantitativas, há um risco de alargar demasiadamente seu conceito, abrindo espaço para nomear como tal algumas experiências que não seguem ou mesmo desconhecem seus princípios. É comum, em apresentações sobre o conceito de economia solidária, ouvir de pronto a seguinte conclusão: “Muitos de vocês já fazem

economia solidária e nem sabem disso”, num discurso geralmente reducionista em que reina o entusiasmo militante.

Expor o conceito de economia solidária não é tarefa fácil, particularmente quando ainda há tantos assuntos que carecem de maior e melhor debate pelo próprio movimento de economia solidária. As incubadoras universitárias oferecem, durante um período julgado como adequado, formação aos trabalhadores para que as referidas e outras questões sejam debatidas e esclarecidas, o que depõe a favor do processo. Para que isto ocorra de fato, as questões técnicas não devem monopolizar o tempo e os recursos durante a incubagem, bem como é imprescindível que os formadores sejam igualmente formados para se habilitarem a uma prática consciente.

Outro foco de atenção versa sobre o crescimento da economia solidária, uma vez que ele pode servir de estímulo a um crescimento na oferta de assessorias (públicas, privadas e do terceiro setor) interessadas apenas em disputar financiamento, aproveitando o aporte fornecido pela política pública. Como último registro, mencionamos as referências equivocadas sobre economia solidária, contribuindo para a confusão e desvirtuamento em torno de seu entendimento. O alerta abaixo exemplifica uma destas situações.

*“as pessoas ao falarem da Economia Popular Solidária, que se informem antes, principalmente políticos, que se informem antes, saber o que é, que convivam com ela, que saiba o que tá sendo praticado, que vejam lá, e não falem mal da Economia Solidária, ou que vão pro rádio falar algo sobre Economia, sem entender o que é, fiquem no rádio, na televisão falando sem entender o que é Economia Popular Solidária.” (Entrevista n.8)*

Feitas as observações, retomamos o tema do bem viver e de como ele acentua a posição de que representa outra forma de desenvolvimento, contrário ao capitalista e ao dito “sustentável”. A economia solidária também se coloca como um modelo alternativo de desenvolvimento, embora nos pareça que o faz com um tom menos ousado ou confiante. Nesta toada, ao menos duas questões se sobressaem. A primeira indaga sobre as possibilidades de convivência entre formas antagônicas de desenvolvimento, inseridas num mesmo país e dentro do mesmo governo.

No caso equatoriano e boliviano, o bem viver é constitucionalmente reconhecido, em que pesem as críticas a que são sujeitos, o que representa um largo passo na direção da sua visibilidade e com efeitos para a própria viabilidade.

Inscrito na constituição, adquire um estatuto que lhe garante, no mínimo, um maior espaço na agenda política daqueles países.

No Brasil, a economia solidária ainda está na batalha por um marco jurídico próprio, e mesmo que a política da SENAES tenha conseguido construir parcerias com outras políticas públicas, elas são todas feitas com setores que compartilham de certo distanciamento do núcleo duro da administração federal. Formam-se espécies de redes que agregam experiências de políticas públicas ditas alternativas, que contam com muita disposição e militância, mas com poucos recursos financeiros e incentivos governamentais.

Fica patente a necessidade de retomarmos uma questão de fundo: até que ponto é possível o mesmo governo apoiar e incentivar dois tipos antagônicos de desenvolvimento? Embora as discussões resumidas de forma dicotômica percam em qualidade, este parece ser um caso em que a exceção é válida. Os mesmos instrumentos de política macroeconômica que são acionados para atingir objetivos da agenda do desenvolvimento capitalista – hoje praticamente voltados para o crescimento econômico, a contenção da inflação e o controle cambial – são indiferentes ou incompatíveis com o desenvolvimento proposto pela economia solidária.

Harmonizar estes resultados é uma impossibilidade, e a reversão deste quadro depende de uma opção política, ou melhor, de uma pressão política em nome de um projeto político. Há, contudo, um movimento dentro da própria economia solidária que contribui para abafar estas pressões, quando a política com p minúsculo acaba se sobressaindo em relação a política com P maiúsculo.<sup>109</sup>

Ao mesmo tempo, falta apresentar de maneira mais clara a economia solidária como opção anti ou pós-capitalista, como destacou Arruda durante a realização da II Conferência Nacional de Economia Solidária. Ademais, outra tarefa que se coloca é o debate acerca do modelo de desenvolvimento representado pela economia solidária, numa preocupação pontuada por Shiochet no mesmo evento. Movidos pelo mesmo intuito, mencionamos tanto a vertente do ecodesenvolvimento quanto do desenvolvimento a escala humana, numa tentativa de ressaltar a abrangência do assunto, bem como das possibilidades de diálogo com a economia solidária.

---

<sup>109</sup> Referência a Gramsci.

Estes temas devem ser tratados de forma sistemática, tomando parte nas pautas das reuniões dos fóruns, nos empreendimentos e nas formações. A utopia tem força neste processo, seja para fazer a crítica ao que está posto, tanto quanto para imaginar o que se deseja construir. Mas sem esquecer que ela não substitui a práxis, ao contrário, faz dela sua forma de tornar-se concreta.

Sem essas resoluções é pouco provável que a economia solidária ultrapasse o patamar no qual se encontra atualmente e que nos parece inferior àquele em que o bem viver ocupa nos países que operaram uma importante mudança de contratualidade.

O segundo ponto reside em localizarmos as convergências e ressaltarmos as nuances entre estas duas propostas (sem desconsiderar as demais) que se colocam como matrizes de resistência e alternativa ao capitalismo. Ambas adotam princípios que valorizam novas formas de relacionamento entre os seres humanos e entre eles e a natureza, baseadas na solidariedade e reciprocidade. As duas se comprometem com formas coletivas de trabalho e pela retirada da centralidade do capital, destinando papel importante para a dimensão política de suas propostas.

Tanto uma quanto a outra tem o desafio de desvincular-se da ideia de que representam grupos específicos da população - os indígenas no caso do bem viver e os desempregados e pobres, a economia solidária -, o que enfraqueceria seu potencial na luta anticapitalista. Nos dois casos há que se pensar em termos de uma utopia global e não especializada, fazendo uso do que nos ensinou Bloch, o que nos conduz à última observação.

Salientamos que ambas estão inseridas num contexto de pluralidade de movimentos sociais anticapitalistas, e que urge um diálogo mais próximo e conciliador especialmente entre as aqui mencionadas. São projetos latino-americanos, portanto, falam mais de perto dos problemas de seus povos e nações, quiçá, de suas utopias.

Com efeito, a percepção de que os projetos da América Latina são não apenas distintos, mas superiores é sancionado pelo depoimento abaixo:

*“a América Latina esta mostrando que tem um olhar diferente para o mundo, você vê a Bolívia, onde tem pela primeira vez um presidente indígena, o Equador, Venezuela, apesar de que o Hugo Chaves parece meio “doidão” assim, pela sua maneira direta de falar, mas ele esta defendendo o interesse do povo venezuelano, é a Colômbia, também eu acho, apesar de que o governo parece mais é ligado aos Estados Unidos, devido ao combate a droga, enfim, tem o Chile, própria Argentina, então quer dizer, nós temos vários países da América Latina que tem mostrado uma*

*tendência pra esquerda, assim como a gente definia esquerda alguns anos atrás, um governo mais popular que olha para o seu povo, então tem essa análise que a gente pode fazer sobre a América Latina, é, que diferencia, que se diferencia da Europa, porque a Europa, ela exatamente testou o seu sistema econômico e faliu, faliu de tal maneira que é um povo com medo, com medo de viver, porque não cultivou a outra economia, não olhou o que era mais importante, olhou só o bem estar, o consumo, a aquisição de bens como se isso fosse a solução para a felicidade de seu povo.”(Entrevista n.22)*

As nuances não devem inviabilizar alianças mais fortes entre elas – que devem ser tecidas no plano teórico e prático – tendo em vista que se trata não de antagonismos, mas sim de ênfase em determinados aspectos. No bem viver a defesa da natureza é mais radical, e o cuidado com a Mãe Terra (Pachamama) é uma das principais reivindicações, acompanhada de uma crítica mais eficiente e contundente em relação aos conceitos de crescimento e desenvolvimento (incluindo o desenvolvimento sustentável, que ainda figura como uma bandeira na maioria das discussões sobre a economia solidária<sup>110</sup>). Também a importância da dimensão espiritual nos parece mais significativa nesta proposta, em consonância com a tradição da qual se originou.

Por sua vez, a autogestão é mais acentuada nas propostas de economia solidária, e o grande número de experiências ajuda a construir um repertório que permite avaliar suas conquistas e suas deficiências.

Enxergar estas particularidades não nos demove da ideia de que os vínculos entre elas devam ser fortalecidos. Esta articulação é mais facilmente construída naquilo que é seu elo de maior integração, ou seja, como estratégias de resistência, tornando-se mais complexa quando diz respeito à elaboração e defesa de uma alternativa.

Tentando promover a união entre estes caminhos, Acosta (2010, p.20-1) defende que

El valor básico de la economía, en un régimen de Buen Vivir, es la solidaridad. Por lo tanto se busca una economía distinta a la actual, caracterizada por la búsqueda de la libre competencia, que anima al canibalismo económico entre seres humanos y que alimenta la especulación financiera. A partir de la definición constitucional de una economía social y solidaria se aspira a construir relaciones de producción, de intercambio y de cooperación que propicien la suficiencia [más que la sola eficiencia] y la calidad, sustentadas en la solidaridad.

---

<sup>110</sup> A este respeito consultar o capítulo 7.

Apropriar-se e aprofundar-se neste debate é condição *sine qua non* para validar uma proposta com suporte e legitimidade requeridos para a luta por uma nova forma de organização societal. Mesmo com caráter provisório, as referidas ilações podem contribuir para que possamos responder a seguinte questão, inspirada em Bloch: economia solidária é alvo ou caminho?

Consideramos que as discussões apresentadas nos levaram a compreender a utopia como uma categoria vincada no desejo e na ação transformadoras, provenientes da insatisfação ou exclusão da sociedade atual e a busca por organizar outras relações a partir de princípios e práticas que valorizem a igualdade, a solidariedade, a justiça e a liberdade, considerando o ser humano e suas relações. E a percepção dos trabalhadores entrevistados vem ao encontro desta proposição.

Pensar a utopia como elemento constitutivo e decisivo da economia solidária é compreendê-la como um conjunto de práticas orientadas por princípios e valores que miram transformações com diferentes alcances e intensidades, mas que convergem quanto à esperança em concretizá-las.

Os desníveis de projeções utópicas encontrados nas falas pode ser um indício de que, ao lado dos pioneiros utópicos, aqueles primeiros a projetar a economia solidária, há o caso em que a participação nas experiências concretas ajudou na fermentação dos sonhos coletivos. Como numa espécie de contaminação, como disse uma das trabalhadoras entrevistadas, se espera por uma epidemia desencadeada pelos sonhadores – trabalhadores, intelectuais, militantes – sejam eles pioneiros ou não.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS: É A ECONOMIA SOLIDÁRIA UMA UTOPIA?

*“Onde não se pode mais nada e onde nada mais é possível, a vida parou.” (BLOCH)*

*“[...] o mundo nunca está contente, se o estará alguma vez, tão certa tem a morte.” (SARAMAGO)*

O significado sociológico das experiências (prática) de economia solidária está imbricado ao projeto (utopia) da economia solidária, especialmente porque ambos são orientados por valores anticapitalistas.

No geral, as questões atinentes à utopia são pouco discutidas nos empreendimentos e nos fóruns de debates, e as conferências são uma exceção à regra. A luta cotidiana em solucionar questões emergenciais e de curto prazo contribui para prorrogar o necessário debate que, se fosse realizado, promoveria uma importante interlocução entre prática e projeto.

Nosso intuito foi de compreender a utopia na perspectiva dos trabalhadores, da forma com a qual sua subjetividade se deixa tomar por ela, em como a utopia se transforma em ação, a partir do caso da economia solidária. Não definimos como excludentes ambas as visões, e de fato não o são, mas buscamos enfatizar a última. Fazemos esta opção porque julgamos que é o caminho mais seguro, embora menos percorrido para extrair ilações pertinentes ao tema.

A utopia, antes de mais nada, é uma condição atávica ou, antes, uma força atávica que sofre com os abalos das circunstâncias, mas que não desaparece com nenhuma delas. A utopia é sobrevivente de uma infinidade de experiências de crises, transformações, revoluções, guerras, que percorrem a história do ser humano e da sociedade. Não é diferente no campo teórico, em que o conceito sobreviveu à transposição para outras áreas do conhecimento, resistiu à má interpretação e preconceitos.

O tratamento de grande parte da academia a respeito da utopia não chega a ser imprevisível. Quando as ciências sociais se voltam para o tema, tendem a fazê-lo de forma a superdimensionar as condições objetivas, refazendo análises sobre a crise do capitalismo e as possibilidades permitidas pela realidade - tomando como base o conceito estreito de realidade. Nisso, a conclusão é quase sempre a mesma, ou seja, reforça a desimportância da utopia.

Na condição de sobrevivente, a utopia nos ensina que a imaginação e a esperança são companheiras do ser humano e que, se elas podem servir para

abastecer fantasias e ilusões, também é por meio delas que se podem operar mudanças concretas na sociedade.

Entendemos por utopia a capacidade de imaginar, esperar e acreditar na concretização de projetos para transformações da sociedade, desde que guiadas por valores morais e éticos e promovidas pela ação humana. Somente quando tomados em seu conjunto estes elementos caracterizam uma utopia.

A utopia comporta e concilia uma amplitude de dimensões: crítica e propositiva; conscientização e sonhos, política e valores, razão e esperança. E, para que uma utopia seja possível de ser concretizada, devemos ainda acrescentar os fundamentos trazidos por Bloch: condições objetivas e subjetivas, em consonância com as tendências e latências de uma época.

Sobre a composição entre os aspectos de crítica e proposição, detectamos nas entrevistas realizadas que a última dimensão se sobressai em relação à primeira. Não que a primeira seja inexistente, também não que a última seja unívoca e amplamente professada.

A crítica ao sistema capitalista e suas implicações sobre as condições econômicas e sociais é pouco explorada pela maioria dos trabalhadores entrevistados. No entanto, observamos reações desiguais quando comparamos dois grupos.

Um primeiro formado por certas lideranças, que em geral tem um discurso mais crítico, uma visão mais articulada da realidade e da origem de seus problemas. Por discurso mais elaborado entendemos que há neles uma coerência entre diagnóstico e proposição, neste caso diretamente vinculado ao descontentamento com o capitalismo. Os adeptos de tal posicionamento enxergam mais claramente os limites do atual sistema e colocam na economia solidária suas esperanças de vivenciar e construir uma sociedade melhor.

A maioria dos trabalhadores portadores de tal visão foi entrevistada durante a II CONAES. A lógica de representação da conferência, feita por delegados eleitos em seus empreendimentos, municípios, regiões e estados, propiciou a participação daqueles que acumulam maior discussão e conscientização sobre o tema. O discurso assume um tom mais militante, a utopia ganha ares mais político.... Quando analisamos os depoimentos colhidos durante a realização das feiras no FSM, notamos a ausência de uma maior reflexão crítica sobre o sistema capitalista.

Concordamos com Aínsa (1984) quanto à dificuldade em se dizer “não” à sociedade em que vivemos, o que implica uma contenção da capacidade crítica. Nessa perspectiva, nossa suposição é que esta capacidade pode ser potencializada ou adquirida durante a vivência do trabalho associado, da participação em instâncias de debates, das formações, o que nos leva a propor uma inversão. Em lugar de a crítica figurar como pré-condição para originar uma utopia, ela passa a ser um produto decorrente das experiências que propõem mudanças na sociedade.

Junto a isso, avaliamos que as condições propostas por Bauman são mais adequadas para explicar a emergência da utopia nos grupos de economia solidária, com base no que observamos durante as entrevistas: ela se desenvolve a partir da sensação de descontentamento com o mundo atual e da esperança de que é possível modificá-lo.

Assim, à medida que vai se tornando mais convincente a perspectiva de mudança, não de outra forma que não seja pelo critério da experiência prática, as mudanças, mesmo que pequenas, pavimentam o caminho para outras de maior pretensão. E é neste caminho que a crítica e a proposição, em igual passo, se reforçam.

Também na economia solidária há os pioneiros, assim como foi Owen em sua época e tantos outros. São aqueles que estão na vanguarda das experiências sociais e que, com seus sonhos coletivos, suas esperanças e sua disposição para agir em prol da realização das utopias, inspiram outros a tomar o mesmo caminho.

As distinções quanto à visão crítica da realidade têm rebatimento nos projetos para a economia solidária. Por um lado há a percepção de que a economia solidária destina-se a substituir o capitalismo, mesmo sem previsão de tempo para se cumprir tal expectativa. Observa-se que não há associação entre economia solidária e socialismo, ao menos pelos trabalhadores ouvidos. Fala-se, portanto, em fim do capitalismo, mas não se fala em socialismo: seria a economia solidária que ocuparia este lugar. Neste aspecto há um desencontro entre parte da literatura, que enaltece o lugar da economia solidária no campo socialista, e a percepção dos trabalhadores, que sequer o mencionam.

As utopias da economia solidária estão assentadas menos em termos de socialismo e mais como expressão da capacidade do ser humano imaginar futuros melhores, assentados, sobretudo, em valores morais.

Por outro lado, parte dos trabalhadores não fez referência ao sistema capitalista, e dentre eles podemos observar dois grupos. Um pequeno número se restringe a pensar o futuro da economia solidária como uma reprodução ampliada do presente, requerendo apenas melhorias no que já existe. A maior parte, no entanto, acalenta o sonho de viver em uma sociedade justa, livre e fraterna.

É importante destacar que sempre que há a imagem de um mundo melhor – com ou sem um embate com o capitalismo –, os depoimentos convergem para que esta convocação possa ser feita a partir do projeto da economia solidária. Grande parte, aliás, advoga que este outro mundo já está em construção.

A heterogeneidade de projeções utópicas corresponde a uma unanimidade: a de que os sonhos de uma vida melhor, independentemente do conteúdo, exige sujeitos esperançosos e um otimismo militante.

A economia solidária tem sua própria racionalidade, que vem sendo construída “de baixo para cima” na qual a subjetividade não é atropelada pelas análises focadas apenas nos fatores objetivos. Quiçá a economia solidária possa, de forma efetiva, guiar-se mais pela utopia legítima de seus trabalhadores e trabalhadoras, ao invés de subjugá-las a favor de certas utopias prontas, pior ainda, de desprezar ou desestimular a produção de utopias. E que este movimento possa ser captado e explicado sociologicamente.

O elo que une utopia e sociologia é o compromisso de ambas com as transformações sociais, amparadas por uma redefinição das ciências sociais. Confrontar a “barbárie economicista” (BORÓN, 2009) e ocupar-se com o “outro mundo possível” entrelaçam a sociologia crítica e a utopia. Pensar em uma sociologia das utopias requer outros instrumentos teóricos, outra compreensão sobre ciência e seu papel na sociedade.

Mas do que se ocuparia uma sociologia das utopias? Da investigação a respeito das antecipações sobre o futuro, gestadas no momento presente, e da forma com que elas se relacionam com as ações e o imaginário da sociedade atual. Um dos aspectos fundamentais seria compreender por que as sociedades, em diferentes épocas e contextos, produzem determinados projetos utópicos. O que eles dizem sobre a sociedade na qual são produzidas, sobre seus sujeitos, as condições em que vivem e as relações que estabelecem entre si e com a própria sociedade.

Quando advogamos a favor da onipresença das utopias, nos referimos à capacidade imanente do ser humano de imaginar cenários distintos. Para justificar um tratamento sociológico, a questão recai sobre o que determina o conteúdo das projeções utópicas e como o contexto interfere nos sonhos e esperança em cada momento histórico e social.

Explicar os fatos sociais exige conhecimento da realidade e, ao tomá-la em seu conceito estendido, conforme proposto por Bloch, captamos também a gestação de ações que poderão irromper no futuro e que se mantêm, já no presente, de forma incubada ou latente, ou seja, como possibilidade. De acordo com Goldmann: “O que caracteriza a insuficiência da sociologia oficial é a ausência da categoria do possível.” (LÖWY;NAÏR, 2008, p.158).

Bloch afirma que “vivemos circundados de possibilidade, não só de realidade”. (BLOCH, 1967, p.25). A realidade admite gradações e dúvidas e não pode ser contraposta a certa ideia de realismo:

Há muitos graus de realidade. Não há força inelutável, que predomine independente de nós. A realidade não traz a justiça por si mesma. Está aberta sobre o porvir, onde mais do que nunca há perspectiva e, caso não fracassemos, espaço para o progresso no bem como para o progresso na contenção do mal. (BLOCH, 1967, p.17).

a realidade é uma categoria sujeita à dúvida e destinada à transformação. Sua solidez e simplicidade é uma pura aparência. Considera-se realista, quem é prático. Quem está plantado com os dois pés na terra firme. Isso é uma caricatura, com a caricatura oposta do sonhador. (BLOCH, 1967, p. 17)

Quanto ao sonhador, Bloch (1967, p.16) salienta: “nada de grande surge na história sem ter sido primeiro esboçado, para depois da devida racionalização ser então planejado”.

Altvater condensa a harmonia que a economia solidária tenta construir, intimamente relacionada à noção de possibilidade: “A economia solidária e sustentável nada mais é do que a tomada de partido pelos ‘utopistas’ com senso da possibilidade. Agarra-se às oportunidades que o desenvolvimento atual oferece, utilizando-as para a realização do mundo possível.” (ALTVATER, 2010, p.337).

Sob o ponto de vista da sociologia, não só os conteúdos utópicos (sonhos diurnos) devem ser esmiuçados, mas também as condições de possibilidade de tornarem-se reais. Desvelar as possibilidades que não estão aparentes, ou que não são perceptíveis aos olhos da forma tradicional de se fazer ciência.

É necessário, pois, uma ciência comprometida com a transformação. Nas palavras de Levitas “o estudo das utopias sem dedicação à utopia [ou pelo menos à crítica e à transformação que ela pressupõe] é estéril.” (LEVITAS, 2005).

A ação do homem é limitada por condicionantes objetivos, ao mesmo tempo em que é continuamente instigada pela vontade e esperança em superá-los e alterá-los. O que permite a manutenção desta crença é, além das questões psicológicas, o reconhecimento de que o futuro ainda não foi definido e que a imaginação é o antídoto contra o fatalismo.

Essas são algumas das categorias do filósofo Ernst Bloch que poderiam se ajustar ao tratamento sociológico sobre a utopia, num contexto de um pensamento crítico, como propõem diversos autores. Conforme sugere Levitas, mesmo sem a apreensão da utopia pela sociologia, ela continuará existindo...

Se para alguns, especialmente os intelectuais, o ponto de partida para a adesão a economia solidária é a utopia de uma nova sociedade, uma forma de substituir o projeto socialista – que revestido de novas roupagens seguiria com a determinação de cumprir o mesmo objetivo –, encontramos uma situação diferente quando fomos ao encontro dos trabalhadores.

Para a maioria dos trabalhadores entrevistados, a utopia: a) está presente, mas não como único ou mais importante fator mobilizador e nem sempre se apresenta de forma claramente identificável, no que sugerimos maior atenção e desenvolvimento desta condição; b) é fortalecida durante a vivência, ou seja, nem sempre é visível e elaborada no início, mas tende a ser construída durante a experiência; c) não está relacionada diretamente com o socialismo.

A acareação entre a prática e o projeto da economia solidária é frequentemente desaconselhada. Especialmente porque a primeira é fruto de um processo lento, que convive com os contratempos e debilidades próprios de uma experiência social na contramão da lógica dominante, enquanto a segunda é derivada de um discurso geralmente exortativo.

Diante disso, há um cuidado em evitar frustrações advindas da comparação, que podem sugerir, aos olhos mais apressados, uma baixa eficiência dos resultados práticos e, assim, desencorajar a participação e minar o projeto.

Entretanto, se bem delimitadas as duas dimensões, é possível tirar proveito desta simbiose. Se compreendida como um “ainda não”, a dimensão de projeto

pode, ao contrário de provocar desestímulo, ser um farol a lembrar constantemente o lugar a que se quer chegar. É a espera sem resignação, como nos ensinou Bloch.

Manter um vínculo entre prática e projeto da economia solidária estimularia: a) a valorização da dimensão de projeto, ampliando as discussões, democratizando o debate, cotejando-o com as informações trazidas pela prática; b) a transposição desta energia propositiva em energia capaz de incidir positivamente, mesmo que a passos curtos, o ritmo e a direção das atividades práticas, sem deixar a premência do presente obscurecer o horizonte de futuro; c) a promoção de um encontro de utopias, em que intelectuais e trabalhadores contribuam para construir um projeto em que não haja cisão entre aqueles que sonham e aqueles que fazem.

Dessa imbricação espera-se que projeto e prática saiam vitalizados e enriquecidos. Um projeto, para poder ser passível de concretude, deve antes se colocar no plano da imaginação e da subjetividade, portanto. O mecanismo em que a antecipação precede a ação é inexorável, independentemente dos resultados advindos. A imaginação por acaso não será também uma forma de ação? Uma espécie de agir subjetivo, um passo importante, insuficiente por certo, que mobiliza e prepara para a ação concreta.

O compromisso com as transformações sociais é forjado através dos sonhos, para depois ganhar a forma de luta prática em prol de um projeto comum. Mas este sonho pode ser gestado apenas como imaginação, ou seja, apenas como desejo de algo que ainda não existe, mas também pode ser gestado a partir de brechas existentes na realidade. Brechas que anunciam o que foi imaginado por outrem e que podem inspirar outros sonhadores.

A economia solidária não esgota as energias e os projetos utópicos de sua época, mas é um exemplo emblemático de que elas – energia e projeto – provocam transformações reais. Se tornadas conscientes, se estimuladas, podem revelar um potencial ainda maior na construção de uma sociedade melhor.

Alvo ou caminho? A prática na economia solidária pode se converter em caminho para o projeto-alvo de uma sociedade melhor para todos nós. Entretanto, vem a pergunta: quando alcançarmos tal alvo terá chegado ao fim a utopia? A resposta é negativa, posto que a capacidade de sonhar e imaginar do ser humano estão sempre em busca de novos “ainda não.”

Cabe, enfim, uma última questão: é a economia solidária uma utopia concreta? Como identificamos dois projetos utópicos – um pela substituição do

capitalismo e outro por uma sociedade livre, igual e solidária – poderíamos proceder a duas avaliações a fim de responder à pergunta. Entretanto, julgamos que ambos convergem para o mesmo objetivo, portanto, conformam um mesmo projeto.

A utopia da economia solidária é uma sociedade moral e eticamente superior ao capitalismo, onde as relações humanas e com a natureza são orientadas por outra racionalidade que já começou a ser construída, mas que, para vigorar plenamente, deve ser acompanhada por uma série de fatores.

Este anunciado, síntese do que assimilamos junto aos trabalhadores, revela a intenção para a mudança, ou seja, a condição subjetiva se faz presente. Apesar de importante, ela não é suficiente, como aprendemos com Bloch. Faz-se necessário analisar as condições objetivas, além da tendência e latência.

O ressurgimento do cooperativismo, atualizado sob a denominação de economia solidária, mostra a força de um movimento que se manteve incubado desde o século XVIII e que, ao final do século XX, encontrou as condições favoráveis para se manifestar.

Avaliamos como condições favoráveis: a) a energia que subsistiu durante este período de tempo; b) as condições que animaram a irrupção desta energia; c) as recorrentes crises do capitalismo e a crença cada vez menor de que ele é um sistema justo e inescapável.

Junto a elas, somam-se as condições do próprio movimento da economia solidária, que vem avançando, mas que ainda esbarra em muitos entraves capazes de impedir ou fazer refluir as vantagens conquistadas. O maior deles está focado na ausência de reconhecimento das potencialidades contidas na proposta da economia solidária, quando não da própria recusa em aceitá-la. E aqui, mais uma vez, é que a energia utópica pode mostrar sua força, redesenhando o presente a fim de viabilizar o futuro.

Em um evento sobre economia solidária, promovido pela Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol/UEPG), arriscamos uma apresentação sobre as ideias de Bloch, ainda insegura sobre a pertinência em relacionar dois posicionamentos que separadamente já são controversos. Durante a intervenção dos participantes ouvimos de seu Eugênio, e é este mesmo seu nome, a declaração que me fizeram assumir o tema. Disse ele: “Quando eu falava em economia solidária me diziam que isto era utopia. Agora posso dizer: é utopia sim, mas é concreta”.

Oxalá seu Eugênio e nós estejamos certos.

## REFERÊNCIAS

ABENSOUR, M.; ARANTES, U. (Org.). **O novo espírito utópico**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

\_\_\_\_\_. Persistente utopia. 2005. Disponível em: <<http://www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/202.rtf>>. Acesso em: jul 2010.

ACOSTA, A. El buen (con) vivir, una utopía por (re)construir: alcances de la constitución de Montecristi. **Otra Economía**, Buenos Aires, v.IV, n. 6, p. 8-31, 2010. Disponível em: < <http://www.riless.org/otraeconomia/acosta6.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2011.

ACOSTA, Y. Utopía y política en América Latina: entre el capitalismo utópico y el capitalismo nihilista. **Utopia y praxis latinoamericana**, Maracaíbo, v.8, n.23, 2003.

AÍNSA, F. Tensión utópica e imaginário subversivo em Hispanoamérica. **Anales de literatura hispanoamericana**, n. 13. Ed. Univ. Complutense, Madrid, 1984.

\_\_\_\_\_. **A reconstrução da utopia**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2006

ALBORNOZ, S. **O enigma da esperança**: Ernst Bloch e as margens da história do espírito. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Violência ou não-violência**: um estudo em torno de Ernst Bloch. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

\_\_\_\_\_. **Ética e utopia: ensaio sobre Ernst Bloch**. 2.ed. rev. Porto Alegre: Movimento; Santa Cruz do Sul: Ed. UNISC, 2006.

ALTVATER, E. **O fim do capitalismo como o conhecemos** : uma crítica radical do capitalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ANDERSON, P. As idéias e a ação política na mudança histórica. In: BORON, A.; AMADEO, J.; GONZALES, S. **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. 2007. Disponível em: < [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap\\_17.doc](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap_17.doc)> Acesso em 10 mar. 2011

ANTHROPOS. Barcelona, n.146-147, p. 38, jul-ago. 1993.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARENDT, H. **A condição humana**. 9.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

ARKONADA, K. Descolonização e Viver Bem são intrinsecamente ligados. **IHUon line**, São Leopoldo, Ed. 340, 23 ago 2010. p. 10-13.

ARRUDA, M. Um novo humanismo para uma nova economia. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. [Org.]. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ: Vozes; RJ: Capina: Salvador: CESE: UCSAL, 2000. p.199-224.

\_\_\_\_\_. Socioeconomia solidária. In: CATTANI, A.D. (Org) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz editores, 2003. p.232-242.

\_\_\_\_\_. **Tornar real o possível: a formação do ser humano integral: economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

AVENDAÑO, T.R. O desafio de retomar os mitos e reencantar o mundo a partir do Sumak Kawsay. Revista IHUon line, Ed. 340. São Leopoldo, 23 ago 2010. p. 25-28.

BACZKO, B. Utopia, **Enciclopédia Einaudi**, v. 5. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985

BADIOU, A. **O século**. São Paulo: Idéias & Letras, 2007.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BAUMAN, Z.; MAY, T. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BENOIT, H. O conceito de transição ou receitas do futuro? In: COLÓQUIO MARX E ENGELS, 2005, Campinas.

BERTUCCI, J. O. A política de economia solidária e as diretrizes da CONAES: uma contribuição crítica. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise IPEA, n. 43, ano 15, mai 2010.

BICCA, L. **Marxismo e liberdade**. São Paulo: Loyola, 1987.

BLOCH, E. O homem como possibilidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1967.

\_\_\_\_\_. **O princípio esperança**. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005. v.1

\_\_\_\_\_. **O princípio esperança**. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2006. v.2

\_\_\_\_\_. **O princípio esperança**. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005/ 2006 . v.3

BORON, A. A. Las ciencias sociales en la era neoliberal: Entre la academia y el pensamiento crítico. In: SANTOS, J.V.T. (Org.) **Mundialização e sociologia crítica da América Latina**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BOURDIEU, P. Una utopia razonada: contra el fatalismo económico. **New Left Review**, n.0, 2000.

BRASIL, F. S. **Tecnologias apropriadas**: pensado o ecodesenvolvimento – Experimentação na Micro-bacia do Rio Sagrado –PR. 2009, 136 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Centro de Ciências Tecnológicas, FURB, Blumenau, 2009.

BRASIL, F.S.; BRASIL, M.S. (Re) significações sobre o consumo e as necessidades: contribuições à luz das experiências de economia solidária e tecnologias apropriadas. In: I SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA ECONÔMICA. Florianópolis, UFSC, 2009.

BUEY, F. F. **Utopias e ilusiones naturales**. Barcelona: El Viejo Topo, 2007.

CADERNOS IHU EM FORMAÇÃO, n.34, 2009.

CABADO, J.M. Ernst Bloch y el sueño de las ciencias humanas. In: **Herramienta**, Buenos Aires, n.35, p. 121-132, jun 2007.

CARLEIAL, L. M. F. ; PAULISTA, A. Economia solidária: utopia transformadora ou política de controle social? In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA DEL TRABAJO, V., Uruguai, 2007.

CARTA DE PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2010.

CATTANI, A.D. Utopia. In: CATTANI, A. D. ; LAVILLE, J.-L. GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Coord.) **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p.328-333.

CÉSPEDES, D. C. Hacia la reconstrucción del Vivir Bien. América Latina en movimiento, n.452, feb. 2010, Equador. p. 8-13.

CLAYES, G. Owen. In: RIOT-SAECEY, M. ; BOUCHET, T. ; PICON, A. **Dicionário das Utopias**. Lisboa: Texto & Grafia, 2009. p.190.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1, Brasília, 26 a 29 de junho de 2006.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2, Brasília, 16 a 18 de junho de 2010.

COSTA, J. F. **Um mundo sem utopias**. Café Filosófico, 1 DVD (50 minutos), 2006.

\_\_\_\_\_. A vida e o erro. A quantas anda a utopia no Brasil? 2000. Disponível em: <[http://jfreirecosta.sites.uol.com.br/artigos/artigos\\_html/vida\\_erro.html](http://jfreirecosta.sites.uol.com.br/artigos/artigos_html/vida_erro.html)> Acesso em: 10 set. 2008.

CRUZ, A. C. M. **A diferença da igualdade**: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. 2006, 325 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

CUNHA, G. C. Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária. In: SOUZA, A. R.; CUNHA, G. C.; DAKAZAKU, R.Y. (Org.). **Uma outra economia é possível**: Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003. p.45-72.

DELGADO, P. G. Saúde Mental e Economia Solidária. In: Ministério da Saúde. **Saúde mental e economia solidária**: inclusão social pelo trabalho. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. p.15-30.

DINERSTEIN, A.C. 'Movimientos Esperanza'. Cavilaciones sobre trabajo, autonomía, Bloch y lo realmente posible. **Herramienta**, Buenos Aires, n.44, jun 2010. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-44/movimientos-esperanza-cavilaciones-sobre-trabajo-autonomia-bloch-y-lo-realm>>. Acesso em: 10 out 2010.

DUBOIS, Claude-Gilbert. **Problemas da Utopia**. Campinas: UNICAMP-IEL, 2009. (Coleção Work in Progress).

FERNANDES, J.C. **Saga da esperança**: trajetória de Jean-Maurice Faivre. Ponta Grossa: Planeta, 1995.

FIORI, J. L. Neoliberalismo e políticas públicas. In: **Os moedeiros falsos**. Petrópolis: Vozes, 1997. p.201-214.

FIRPO, L. Para uma definição de utopia. **Revista Morus – utopia e renascimento**. Campinas, n.2, p.227- 237, 2005.

FURTER, P. **A dialética da esperança**: uma interpretação do pensamento utópico de Ernst Bloch. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1974.

GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Ed. Instituto Paulo Freire, 2009.

GAIGER, L. I. Por uma sociologia dialógica. **Estudos Leopoldenses**, São Leopoldo, v. 35, n. 155, p. 21-37, 1999.

\_\_\_\_\_. Sentido e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ: Vozes; RJ: Capina: Salvador: CESE: UCSAL, 2000. p.167-198.

\_\_\_\_\_. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. 2002. Disponível em: < [www.ecosol.org.br/txt/ecosolcap.doc](http://www.ecosol.org.br/txt/ecosolcap.doc)> Acesso em: 20 jun 2007.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004a.

\_\_\_\_\_. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. **Dados**, Rio de Janeiro, v.47, n.4, p.799-834, 2004b.

GERMER, C.M. A 'economia solidária': uma crítica com base em Marx. In: COLÓQUIO MARX E ENGELS, 4., 2005, Campinas. **Anais...**Campinas: IFCH, 2005.

GOMES, Victor Leandro Chaves. **"There is no alternative"** : reflexões sobre aquiescência no capitalismo tardio. 32<sup>º</sup>. Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2008.

GORENDER, J. **Marxismo sem utopia**. São Paulo: Ática, 1999. (Série temas, v.72.Historiografia e Ciência Política.).

GUTIÉRREZ, F. Educação comunitária e desenvolvimento sócio-político. In: GADOTTI,M.; GUTIÉRREZ,F. (Org.). **Educação comunitária e economia popular**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 23-33.

HARNECKER,M. **O capital**: conceitos fundamentais. São Paulo: Global, 1978

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004

\_\_\_\_\_. Organizando para a transição anticapitalista. **Revista Margem esquerda**, São Paulo, n.15, p. 57-80, nov.2010.

HOLZ, H. H. Ernst Bloch: entremundos y umbral de época. In: VEDDA, M. [Comp.] **Ernst Bloch**: tendencias y latencias de un pensamiento. Buenos Aires: Herramienta, 2007. p.23-46.

HORKHEIMER, M. **Origens da filosofia burguesa da história**. Lisboa: Presença, 1984.

IANNI, O. A sociologia numa época de globalismo. In: FERREIRA, L.C. (Org.). **A sociologia no horizonte do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 1997. p.13-25.

IHUonline. São Leopoldo, Ed.229, 30 jul 2007.

IHUonline. São Leopoldo, Ed. 340, 23 ago 2010.

ICAZA, A.M.S. ; ASSEBURG,H.B. Autogestão e viabilidade em cooperativas de calçado no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, L.I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Ed.da UFRGS, 2004a. p.17-54.

JACOBY, R. **Imagem imperfeita**: pensamento utópico para uma época antiutópica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

JAMESON, F. **Espaço e Imagem**: teorias do pós-moderno e outros ensaios de Fredric Jameson. 4.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006

JESUS, P. et al. In: GAIGER, L.I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004a. p.267-322.

JONES, G.S. Socialismo utópico. In: BOTTMORE, T. [edi]. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 340-341.

KELLER, E.L. Distopia: otro final de la utopia. **REIS-Revista Española de Investigaciones Sociológicas** n.55. Madrid, 1991.

KONDER, L. O calor da utopia e a frieza da ciência. In: FERREIRA, L.C. (Org.). **A sociologia no horizonte do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 1997. p.136-140.

KRAYCHETE, G.; LARA,F.; COSTA,B. (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE:UCSAL, 2000.

LEÓN T. M. **El 'buen vivir': objetivo y camino para otro modelo**. 2010. Disponível em: <<http://www.fedaeps.org/cambio-civilizador-y-buen-vivir/el-buen-vivir-objetivo-y-camino>> Acesso em 10 jan 2011.

LEVITAS, R. **The imaginary reconstitution of society or why sociologists and others should take utopia more seriously**. Inaugural Lecture, University of Bristol, 24 oct 2005.

\_\_\_\_\_. **A utopia não interessa?** Via Panorâmica, Porto, 2008. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5169.pdf>>. Acesso em: 27 jul 2010.

LIMA, C. **Genealogia dialética da utopia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008

LÖWY, M.; SAYRE, R. **Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade**. Petrópolis, R.J. : Vozes, 1995.

LÖWY, M. ;BENSAID,D. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000.

LÖWY, M.; NAÏR, S. **Lucien Goldmann ou a dialética da totalidade**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MALER, H. Socialismo utópico. In: RIOT-SAECEY, M. ; BOUCHET, T. ; PICON, A. **Dicionário das Utopias**. Lisboa: Texto & Grafia, 2009. p.225-228.

MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1968

MATTELART, A. **História da utopia planetária: da cidade profética à sociedade global**. Tradução de Caroline Chang. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MAX-NEEF, Manfred A. **Desarrollo a escala humana**. 2 ed. Editorial Nardan-Comunidad. Montevideo. Uruguai, 2001.

MORUS, T. **A Utopia ou o Tratado da melhor forma de Governo**. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: LP&M, 1997.

MOUTERDE, P. **Reiventando a utopia**: práticas alternativas da esquerda latino-americana. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2003.

MÜNSTER, A. Günther Anders y Ernst Bloch: ¿ del malentendido a la polémica? In: VEDDA, M. [Comp.] **Ernst Bloch**: tendencias y latencias de un pensamiento. Buenos Aires: Herramienta, 2007. p.147-168.

NASCIMENTO, C. Autogestão: economia solidária e utopia. *Otra Economía*, Buenos Aires, v.II, n. 3, p. 27-40, 2008. Disponível em: <<http://www.riless.org/otraeconomia/nascimento3.pdf>> Acesso em: 13 mar 2009.

NETTO, J. P. Criticando a utopia. In: **Democracia e transição socialista**: escritos de teoria e política. Belo Horizonte: Oficina do livro, 1990. p.107-115

NEUSÜSS, A. **Utopia**. Barcelona: Barral Editores, 1971

NUNES, C. G. F. Introdução à economia solidária no Distrito Federal. In: GAIGER, L.I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004a. p. 229-266.

NUÑEZ, O. La economía solidaria, asociativa y autogestionaria. In: CORAGGIO, J.L. (Org.). *La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas*. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 111-144.

OGAZ A.,L. Sumak Kausay y socialismo del siglo XXI. Disponível em: <<http://alainet.org/active/41464&lang=es>> . Acesso em: 10 jan 2011

OLIVEIRA, A. A. Significado e interferências sobre a economia solidária a partir do quadro empírico do Ceará. In: GAIGER, L.I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p.323-370.

OLIVEIRA, P.S. Uma trajetória em companhia de Paul Singer. In: SOUZA, A.R.; CUNHA, G.C.; DAKAZAKU, R.Y. (Org.) **Uma outra economia é possível**: Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003.p.11-26

\_\_\_\_\_. **Cultura solidária em cooperativas**: projetos coletivos de mudança de vida. São Paulo: Edusp, 2006.

PEDRINI, D. M. et al. In:GAIGER, L.I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004a. p. 91-138.

PETITFILS, J. C. **Os socialismos utópicos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PIERUCCI, A. F. Ciladas da diferença. **Tempo Social, Rev.Sociol.** USP, São Paulo, 2(2): 7-33p., 2sem 1990.

QUARTA, C. **Utopia**: gênese de uma palavra-chave. **Revista Morus - utopia e renascimento**. Campinas, n.3, p.35-54, 2006.

RACAULT, Jean-Michel. Da idéia de perfeição como elemento definidor da utopia: as utopias clássicas e a natureza humana. **II Congresso Internacional de Estudos Utópicos da revista Morus – Utopia e Renascimento** 7,8,9 e 10 de junho de 2009 – UNICAMP – Campinas.

RAUBER, I. Bolívia: uma opção civilizatória con rostro indígena. 2010. Disponível em: <<http://isabelrauber.blogspot.com/2010/08/bolivia-una-opcion-civilizatoria-con.html>> Acesso em: 7 jan 2011.

RAZETO, L. M. **Las empresas alternativas**. Chile: Nordan, 1990.

\_\_\_\_\_. 'Factor C': la solidaridad convertida en fuerza productiva y en factor económico. Lima, 1997a. Disponível em: <[www.economiasolidaria.net/textos/articulos/PonenciaPeru.php](http://www.economiasolidaria.net/textos/articulos/PonenciaPeru.php)> Acesso em: 14 mai 2008.

\_\_\_\_\_. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Org.). **Educação comunitária e economia popular**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 34-58.

\_\_\_\_\_. Os caminhos da economia de solidariedade. 2009. Disponível em: <<http://www.luisrazeto.net/content/os-caminhos-da-economia-de-solidariedade>> Acesso em 10 mar 2011.

RECH, D. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

REGAZZONI, Q. A relação entre o Reino pregado por Jesus e o conceito de Vida Boa dos povos indígenas. **IHUon line**, São Leopoldo, p. 14-19, 23 ago 2010.

REINTJES, C. A revolução das segundas-feiras. In: **Desafios da economia solidária**. São Paulo: Ed. Instituto Paulo Freire, 2008. Le Monde diplomatique.

RIBAS, C.; DEBIAZI, R. E. Economia solidária: uma alternativa ao desemprego? In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA DEL TRABAJO, V., Uruguai, 2007.

RIOT-SARCEY, M. ; BOUCHET, T. ; PICON, A. **Dicionário das Utopias**. Lisboa: Texto & Grafia, 2009.

RUSS, J. **O socialismo utópico**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SALOMÃO, M. Metáforas da utopia no espaço público contemporâneo: evidências lingüísticas em português. **Revista Morus-utopia e renascimento**, Campinas, n.6, p.255-260, 2009

SANTANA JÚNIOR, G. A dimensão do adjetivo solidariedade para a economia solidária. ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: educação, política e integração da América Latina, 4. São Paulo: NESOL-USP, 2006.

SARGENT, L.T. **Em defesa da utopia**. Via Panorâmica, Porto, 2008. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5168.pdf>>. Acesso em: 27 julho 2010.

SCHIOCHET, V. Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. Mercado de Trabalho 40, IPEA. ago 2009.

SCHMIDT, D, ; PERIUS, V. Cooperativismo e cooperativa. In: CATTANI, A. D.(org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p.63-72

SCHÜTZ, R. Novos horizontes para a educação popular? In: **Desafios da economia solidária**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. Le Monde diplomatique.

SINGER, P. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998b.

SINGER, P.; MACHADO, J. **Economia socialista**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000a.

SINGER, P. ; SOUZA, A. R. (Org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, 2000b.

\_\_\_\_\_. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. A Economia Solidária no Governo Federal. Mercado de Trabalho, n.24, 2004. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf\\_textopaulsinger.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_textopaulsinger.pdf)> Acesso em 10 abr.2008

\_\_\_\_\_. Saúde Mental e Economia Solidária. In: Ministério da Saúde. **Saúde mental e economia solidária**: inclusão social pelo trabalho. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. p.15-30

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Ed. e Instituto Paulo Freire, 2009. p.9-16.

SOUSA, E. L. A. **Uma invenção da utopia**. São Paulo: Lumme, 2007

SOUSA SANTOS, B. **Reinventar a democracia**. Lisboa: Fundação Mário Soares, 1998.

\_\_\_\_\_. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência.v.1. Porto: Edições Afrontamento, 2000

\_\_\_\_\_. (Org.) **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. (Org.) Conhecimento prudente para uma vida decente. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Fórum Social Mundial**: manual de uso. São Paulo: Cortez, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Luto e Utopia em Português**. 2005b Disponível em: <  
<http://www.ces.uc.pt/opiniao/bss/133.php>> Acesso em 10 mai 2011

\_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as ciências**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2006

\_\_\_\_\_. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007

\_\_\_\_\_. Por que é que Cuba se transformou num problema difícil para a Esquerda? **Oficina do CES** n.22, mar 2009.

\_\_\_\_\_. Uma mudança nos rumos da esquerda. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, p. 14-15, mar 2010.

SOUZA, A. R.; CUNHA, G. C.; DAKAZAKU, R.Y. (Org.). **Uma outra economia é possível**: Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. A economia solidária é uma miragem? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34, Caxambu, 2010. Anais... Caxambu, 2010.

SOUZA, L. A. G. Para se discutir uma economia dos setores populares: perguntas que ficam. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. [Org.]. **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, RJ: Vozes; RJ: Capina: Salvador: CESE : UCSAL, 2000.p.225- 243.

SOUZA, M. G. O real e seu avesso: as utopias clássicas. **Sexta-feira Utopia**, n.6. Ed. 34., p. 11-24.

TIRIBA, L. **Economia popular e cultura do trabalho**: pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: Ed. UNIJUL, 2001.

\_\_\_\_\_. Pedagogía (s) de la producción asociada: ¿Hacia donde camina la economía popular? In: CORAGGIO, J.L.(Org.). **La economía social desde la periferia** – contribuciones latinoamericanas. Buenos Aires: Editorial Altamira, 2007.

VEDDA, M. [Comp.] **Ernst Bloch**: tendencias y latencias de un pensamiento. Buenos Aires: Herramienta, 2007.

VICÉN, F. G. Ernst Bloch y el Derecho Natural. In: CAFFARENA, J.G. (Coord.). **En favor de Bloch**. Madrid: Taurus, 1979.

VIEIRA, A. R. Princípio esperança e a 'herança intacta do marxismo' em Ernst Bloch. In: COLOQUIO INTERNACIONAL MARX-ENGELS,5, 2007, Campinas. Anais ... Campinas : CEMARX/UNICAMP, 2007.

VIEIRA, F. M. **Coerência e aderência da economia solidária: um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul**. 2005, 409 p. Tese

(Doutorado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2005.

VOLTAIRE (François-Marie Arouet). **Cândido ou O otimismo**. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1998.

ZECCHI, S. **Ernst Bloch**: utopia y esperanza en el comunismo. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

ZUDEICK, P. **Ernst Bloch**: vida y obra. Valencia: Edicions Alfons El Magnànim. Generalitat Valenciana, 1992.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALIMONDA, H. Política, utopia, natureza. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ecologia/introduccion.pdf>> Acesso em 01 nov 2008.

ALONSO, M.N et al. “Donde nadie ha estado todavía” : utopia, retórica, esperanza. **Atenea** (Concepción) n.491, 2005.

AMERICA LATINA EN MOVIMIENTO. Ecuador, n.430, mar 2008. Disponível em: <<http://alainet.org/publica/430.html>>. Acesso em: 20 jun 2008.

AMERICA LATINA EN MOVIMIENTO. Ecuador, n. 452, feb 2010. Disponível em: <<http://alainet.org/publica/452.phtml>>. Acesso em: 07 jan 2011.

ANTHROPOS. Barcelona, n.146-147, jul-ago. 1993.

ARRUDA, M. (Org.). **Intercambiando visiones sobre una economía responsable, plural y solidaria**. Rio de Janeiro, ALOE, 2008.

\_\_\_\_\_. Potencialidades de la praxis de la economía solidaria. Buenos Aires, 2010. Disponível em: < [http://www.ecosol.org.br/txt/MA-BAires-PotencialidadesES - \\_Final.pdf](http://www.ecosol.org.br/txt/MA-BAires-PotencialidadesES_-_Final.pdf)> . Acesso em: 10 jan. 2011.

ATTALI, J. **Uma breve história do futuro**. Osasco, S.P.: Novo século, 2008.

AUTOGESTÃO em avaliação. São Paulo: IBASE/ANTEAG, 2004.

BACZKO, B. **Los imaginarios sociales: memórias y esperanzas colectivas**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2005

BERTRAND, M. O homem clivado – a crença e o imaginário. In: SILVEIRA, P.; DORAY, B. [Org.] **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1989. p.15-40.

BERTUCCI, J. O. **A economia solidária do pensamento utópico ao contexto atual: um estudo sobre experiências em Belo Horizonte**. 2005, 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

BOCAYUVA, P. C. A economia solidária entre a resistência e a utopia. **Proposta**, Rio de Janeiro, n.86, p.18-29, set./Nov. 2000.

BOHÓRQUEZ, C. L. Utopia. In: ASTRAIN, R.S. (Coord.). **Pensamento Crítico Latinoamericano: conceptos fundamentales**. V.III. Ediciones Universidad Católica Silva Henríquez. 2005.

CATTANI, A. D. ; LAVILLE, J.-L. GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Coord.) **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

CECEÑA, A. E. (Org.). **Hegemonias e emancipações no século XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

CELENTANO, A. Utopia: história, conceito y política. **Utopia y práxis latinoamericana**, Maracaíbo, v.10, n.31, dez. 2005.

CHAUÍ, M. Notas sobre utopia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.60, jul 2008. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252008000500003&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252008000500003&script=sci_arttext)> Acesso em: 01 mar 2009.

COLOMBO, A. Formas da utopia: as muitas formas e a tensão única em direção à sociedade da justiça. **Revista Morus-utopia e renascimento**, Campinas, n.3, p.55-68, 2006.

\_\_\_\_\_. La economia social y la busqueda de um programa socialista para el siglo XXI. Disponível em: <<http://coraggioeconomia.org>> Acesso em: 31 mar 2008.

\_\_\_\_\_. Sustentabilidad y lucha contrahegemónica em el campo de La economia solidaria. Disponível em: <http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/Seminario%20Bahia%20sustentabilidad.pdf>. Acesso em: 01 abr.2008

\_\_\_\_\_. (Org.). **La economía social desde la periferia** – contribuciones latinoamericanas. Buenos Aires: Editorial Altamira, 2007.

DUMONT, R. **A utopia ou a morte**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1975.

EAGLETON, T. Em defesa da utopia. In: SADER, E. (Org.). **Contracorrente: o melhor da New Review em 2000**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ESTÉVEZ, J.V. La utopia neoliberal y sus críticos. **Utopia y práxis latinoamericana**, Maracaíbo, v.10, n.31, dez. 2005.

FERNÁNDEZ RETAMAR, R. Utopía y radicalización en nuestro pensamiento. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/retamar/FRLe5.pdf>.> Acessado em: 10 out 2008.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI, v.12, n.1, p.9-19, jun. 2002.

FRANÇA FILHO, G. C. ; LAVILLE, J.-L. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G. C. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. In: WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE, V., Porto Alegre, PUCRS, 2 a 5 mai. 2006.

GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Org.). **Educação comunitária e economia popular**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GAIGER, L. I. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n.2, p.1-26, mai./ago. 2006.

GALLO, I. Utopia e socialismo. **Revista Morus-utopia e renascimento**, Campinas, n.6, p.245-254, 2009.

GENRO FILHO, A. (Intr.). Filosofia e práxis revolucionária. **Cadernos de formação marxista**. Brasil debates editorial, 1988.

GIANNINI, H. El lugar próprio de la utopia. **ATENEA (CONCEPCIÓN)** n. 491, 2005.

GÓMEZ-HERAS, J.M.G. **Sociedad y utopia em Ernst Bloch**: presupuestos ontológicos y antropológicos para una filosofía social. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1977.

GROPPO, L.A. Transculturação e novas utopias. **Lua Nova**, São Paulo n.64, jan/abr.2005.

GULDBERG, H.C. ; MONTALBÁN, R.P. (Coord.) **América Latina**: democracia, pensamiento y acción: reflexiones de utopia. México: UNAM; CCYDEL; Plaza y Valdés, 2003.

IANNI, O. A sociologia e o mundo moderno. **Tempo Social**, São Paulo, v.1, p. 7-27, 1sem 1989.

JACOBY, R. **O fim da utopia**: política e cultura na era da apatia. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JAMESON, F. La política de la utopía. In: **New Left Review** 25, jan-feb 2004.

LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LAVALLE, A.G. Incitación para recuperar el futuro. Una lectura de la razón esperanzada de Ernst Bloch. **Cadernos de Filosofia Alemã**, São Paulo, n.3, p.21-44, nov. 1997.

LECHAT, N.M.P. **Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

\_\_\_\_\_. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. [Cadernos Unijuí].

LEÓN DEL RÍO, Y. Historia y lógica del concepto de utopia. **Utopia y Práxis Latinoamericana** v.11 n.34 Maracaibo set.2006. Disponível em: <[www.scielo.org/ve/scielo.php?script=sci\\_arttest&pid=S1315-521620060003000](http://www.scielo.org/ve/scielo.php?script=sci_arttest&pid=S1315-521620060003000)> Acesso em: 11 junho.2008.

LISBOA, A. **Economia solidária hoje: significado e perspectivas**. Texto para discussão n.5. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

LOUREIRO, I.; LEITE, J. C.; CEVASCO, M.E. (Org.). **O espírito de Porto Alegre**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LÖWY, M. **Romantismo e messianismo**: ensaios sobre Lukács e Walter Benjamin. Tradução de Myrian Veras Baptista, Magdalena Pizante Baptista. São Paulo: Perspectiva, Editora da Universidade de São Paulo, 1990 (coleção debates, v.234).

\_\_\_\_\_. Negatividad y utopía en el movimiento altermundialista. **Herramienta**, Buenos Aires, n.42, oct. 2009. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-42/negatividad-y-utopia-en-el-movimiento-altermundialista>>. Acesso em: 20 set 2010.

MACHADO, C. E. J. Uma filosofia expressionista: sobre o Espírito da utopia de Ernst Bloch. In: LOUREIRO, I. M.; MUSSE, R. (Org.). **Capítulos do marxismo ocidental**. São Paulo: UNESP, 1998.

MANCE, E. A. **Redes de colaboração solidária**: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, Ifil, 2003.

MENEZES, M. T. C. G. **Economia solidária**: elementos para uma crítica marxista. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.

MIGUEL, L. F. Utopias do pós-socialismo: esboços e projetos de reorganização radical da sociedade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.21, n.61, p.91-114, jun. 2006.

MÜNSTER, A. **Ernest Bloch**: filosofia da práxis e utopia concreta. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

\_\_\_\_\_. **Utopia, messianismo e apocalipse nas primeiras obras de Ernst Bloch**. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

PAZ, F. M. (Org.). **Utopia e modernidade**. Curitiba: Ed. UFPR, 1994.

PINTO, J. R. L. **Economia solidária**: de volta à arte da associação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PINTO, M. A. F. **Solidariedade e desenvolvimento humano. Economia popular solidária**: uma “topia” rumo a uma Utopia. 2007, 117 p. Dissertação (Magister em

Ética Social y Desarrollo Humano)-Facultad de Ciências Sociales, Universidad Alberto Hurtado, Santiago, 2007.

PIXLEY, J. (Coord.). **Por um mundo diferente**: alternativas para o mercado global. Petrópolis : Vozes, 2003.

POCHMANN, M. (Org.). **Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade**: novos caminhos para a inclusão social. São Paulo: Ed. Perseu Abramo; Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Políticas de inclusão social**: resultados e avaliação. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. **Boletim Mercado de Trabalho**, n. 24, 2004. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/default.jsp](http://www.ipea.gov.br/default.jsp)> . Acesso em 01abr.2008.

QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção? In: SOUSA SANTOS, B.(Org.) **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.p. 475-514.

\_\_\_\_\_. **El nuevo imaginario anticapitalista**. America Latina en movimiento, Ecuador, n.351, p.14-21, abr 2002. Disponível em: < <http://alainet.org/images/alai-25a-w.pdf>> Acesso em: 14 abril 2009.

RAZETO, L. M. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. **Revista Proposta**, n.75 ,dez/fev 1997b.

REVISTA DE CULTURA VOZES, n. 1, jan/fev 1973.

RUBIO, A. Distopias latinoamericanas e imaginários sociais. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/retamar/FR03Rubio.pdf>. Acesso em: 01 out.2008.

SÁNCHEZ, M.S. El filósofo de la esperanza. Thémata, Sevilla, n. 41, 2009. Disponível em: < <http://institucional.us.es/revistas/revistas/themata/pdf/41/23sanchez.pdf>>. Acesso em: 22 set 2010.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Entre a realidade e a utopia**: ensaios sobre política, moral e socialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SANTANA JÚNIOR, G. **A economia solidária em face da dinâmica da acumulação capitalista**: da subordinação a um novo modo de regulação social?. 2007, 255 p. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANTIAGO, G. L. **As utopias nos processos de libertação na América Latina**.1995. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

SEXTA-FEIRA Utopia, n.6 Ed. 34.

SINGER, P. Autogestão e socialismo: oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão. **Temporaes**, São Paulo, v.1, p.23-32. 1992.

\_\_\_\_\_. Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. **Proposta**, Rio de Janeiro, n.72, p.6-13, mar./mai. 1997.

\_\_\_\_\_. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998a.

SLOTEDIJK, P. La utopía ha perdido su inocencia. Disponível em:<[http://antroposmoderno.com/antro-version-imprimir.php?id\\_articulo=755](http://antroposmoderno.com/antro-version-imprimir.php?id_articulo=755)> Acesso em: 15 out 2008.

SOBOTKA, E. A.; EGGERT, E. A utopia enquanto processo. **Estudos Leopoldenses**, v.2, n.3, p.47-58, dez.1998.

SOUSA, E. L. A. Por uma cultura da utopia. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Pró-Reitoria de extensão. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. Utopias como âncoras simbólicas. In: FONSECA, M.G.; KIRST, P.G. (Org.). **Cartografias e devires**: a construção do presente. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. Furos no futuro: utopia e cultura. In: SCHÜLER, F.; BARCELLOS, M.A. (Org.). **Fronteiras do pensamento na época do multiculturalismo**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SUPLEMENTOS. Barcelona, n.41, nov.1993.

SZACHI, J. **As utopias ou a felicidade imaginada**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1972.

\_\_\_\_\_. Do socialismo de mercado à economia solidária. In: PAIXÃO, M.; BRANCO, R. C. (Org.). **Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento**: escritos escolhidos 1981-2005. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009a .

\_\_\_\_\_. Economia solidária e autogestão: criação e recriação de trabalho e renda. In: PAIXÃO, M.; BRANCO, R. C. (Org.). **Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento**: escritos escolhidos 1981-2005. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009b

\_\_\_\_\_. Autogestão no Brasil: o salto de qualidade nas políticas públicas. In: PAIXÃO, M.; BRANCO, R. C. (Org.). **Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento**: escritos escolhidos 1981-2005. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009c .

\_\_\_\_\_. Economia solidária e autogestão no Brasil: síntese de uma pesquisa. In: PAIXÃO, M.; BRANCO, R. C. (Org.). **Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento**: escritos escolhidos 1981-2005. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009d.

TEVES, R.P. El lugar de la utopia. Aportes de Aníbal Quijano sobre cultura y poder. **Estúdios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder.** Caracas, 2002.

THIELEN, H. **Além da modernidade?** Para a globalização de uma esperança conscientizada. Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

VÁZQUEZ, G. Una mirada sobre el debate acerca de la sostenibilidad de los emprendimientos de economía social y solidaria. XXVII Congreso ALAS, Buenos Aires, Set. 2009.

VERONESE, M.V. **A psicologia na transição paradigmática: um estudo sobre o trabalho na economia solidária.**2004, 221 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

VIEIRA, F. Novas tecnologias, novas utopias. **Revista Morus-utopia e renascimento**, Campinas, n.6, p.181-192, 2009.

WALLERSTEIN, I. **Utopística** ou As decisões históricas do século vinte e um. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

ZIZEK, S. La letrina de lo real. Disponível em: <[www.antroposmoderno.com/antro-articulo.phd?1d\\_articulo=599](http://www.antroposmoderno.com/antro-articulo.phd?1d_articulo=599)> Acessado em 10 out 2008.

**APÊNDICE A –  
ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA**

**PESQUISA SOBRE TRABALHADORES DE E.E.S**  
**Entrevista Semi Estruturada**

Data: \_\_\_\_\_  
Horário de início: \_\_\_\_\_  
No. \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_  
Horário de término: \_\_\_\_\_  
Identificação transcrição: \_\_\_\_\_

**1-Dados Pessoais**

Nome: \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) F ( ) M

Estado Civil: .....

Filhos:.....

Faixa etária: ( ) Até 25 anos ( ) 26 a 45 anos ( ) Mais de 46 anos

Escolaridade: ( ) Analfabeto ( ) 1º Grau incomp\*. ( ) 1º. Grau completo

( ) 2º Grau incompleto\* ( ) 2º. Grau comp. ( ) 3º Grau incomp\*.

( ) 3º. Grau completo \* em andamento?

**2-Dados EES**

Nome:.....

Cidade:..... Estado:.....

Situação Jurídica:..... Número trab.....

Ano de início:..... Ano formalização:.....

Atividade econômica:.....

**3-Questões Gerais**

Ocupação no ees:.....

Tempo no ees:.....

Participa da diretoria do ees? ( ) Não ( ) Sim. Como?.....

É representante do ees em algum fórum? ( ) Não ( ) Sim. Qual?.....

É sua ocupação principal? ( ) Sim ( ) Não. Neste caso, qual é?.....

Renda média mensal no ees:..... Outras fontes de renda?.....

Renda familiar: ..... Formação desta renda:.....

**4-Experiências laborais anteriores**

-> Já trabalhou antes em empreendimento que não seja de ES?

( ) Carteira ( ) Autônomo ( ) "Bicos" ( ) Desemprego ( ) Aposentadoria

( ) Trabalho "em casa"

Renda:..... Motivo do fim do vínculo: .....

Grau de satisfação: (pontos +/-).....

-> Qual a diferença entre suas atividades anteriores e as de agora?

-> Como foi sua entrada para ees? (Segue com roteiro)

## Roteiro de questões para a entrevista semi-estruturada:

### A- E.S. : passado e presente

Motivos para ter entrado na e.s. (como e por que?)  
 Motivos para permanecer na e.s.  
 O que faria caso lhe fosse oferecido um emprego com carteira assinada?  
 Qual o objetivo da e.s.? O que é e.s.?  
*Compare as suas condições de trabalho antes e depois de participar da e.s. É possível identificar o que melhorou e o que piorou?*  
*Compare as suas condições de vida antes e depois de participar da e.s. É possível identificar o que melhorou e o que piorou?*  
 Como você se sente por fazer parte da e.s.?  
 O que imaginava encontrar na e.s.? E o que encontrou?  
 O que você acha que vai acontecer com a e.s. no futuro?

### B- E.S. : futuro, sonhos diurnos, esperanças, utopias.

O que quer que aconteça com a e.s.? Como é a economia solidária de seus sonhos? Sonho possível ou impossível? Qual o horizonte de tempo que imagina ver concretizado este sonho?  
 O que pode ajudar, o que pode atrapalhar e o que pode impedir este sonho?  
 O que precisa ser mudado na e.s.? O que deve ser mantido?  
 Qual seu maior sonho e seu maior medo em relação ao futuro da e.s.?  
 Este sonho é compartilhado por demais trabalhadores do seu ees? E com trabalhadores do movimento, fóruns, feiras? Este é um tema debatido e em quais instâncias?  
 Do que depende a concretização deste sonho: O que já está sendo feito? O que deve ser feito para garantir a realização deste seu sonho? O que deve continuar? O que deve mudar? O que deve ser evitado? O que já foi feito?  
 De quem depende a concretização deste sonho? (Do que e de quem depende o futuro e.s.)  
 O que você tem feito/planeja fazer para a concretização deste sonho?  
*Estas mudanças já estão acontecendo? Quais?*  
 E qual o seu objetivo ao estar fazendo parte da e.s.?  
 O que você espera da e.s.? O que pode obter através dela? O que ela representa pra você?  
 O que há de melhor e o que há de pior na e.s.?  
 Há relação entre o fortalecimento da e.s. e uma melhoria na sociedade? Como?  
 Há relações entre a e.s. e o governo (munic, estad, fed.)? Quais?

### C- Para além do e.e.s

Como é o trabalho dos seus sonhos? Sonho possível e/ou impossível?  
 Como é a sociedade dos seus sonhos? Sonho possível e/ou impossível?  
 Como é a "vida" dos seus sonhos?  
 O que deseja para seu futuro? Desejo possível ou impossível?  
 Do que e de quem depende o seu futuro?  
 O futuro vai ser muito diferente do presente? Em que? Como?  
 Do que e de quem depende estas mudanças?  
 Estas mudanças já estão acontecendo?

**5-Como completaria esta frase?**

Hoje a economia solidária é.....,e eu espero que no futuro ela seja .....

Em quanto tempo espera ver realizado este cenário?.....

**6-Alguma mensagem final?**

Observações:

**7-Avalie os aspectos em relação a sua evolução desde sua participação na e.s. e quanto a sua expectativa em relação ao futuro:**

Condições Objetivas	Igual	Melhor	Pior	Muito melhor	Muito pior	Futuro
Financiamento ees						
Comercialização ees						
Assessoria para ees						
Apoio do Setor Público						
Tecnologia						
Formação de redes						
Marco legal						
Direitos e benef.do trab.						
Formação/Cursos						
Divulgação e.s						
Eventos						

Condições Subjetivas	Igual	Melhor	Pior	Muito melhor	Muito pior	Futuro
Auto-estima						
Qualidade de vida						
Saúde						
Renda						
Trabalho						
Lazer						
Aquisição de bens						
Consumo						
Relação com família						
Relação com vizinhos						
Crescimento pessoal						
Conscientização política						
Expectativa em relação ao futuro e.s						
Aprendizado						
Participação na soc.						
Vida						